

Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS

EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA

O CRIME PRODUZ SEGURANÇA?
UMA ANÁLISE DO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL
NAS PERIFERIAS PAULISTAS

MARÍLIA/SP

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" -
CAMPUS DE MARÍLIA**

EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA

O CRIME PRODUZ SEGURANÇA?

**UMA ANÁLISE DO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL
NAS PERIFERIAS PAULISTAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP - campus de Marília.

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

MARÍLIA/SP

2023

D997c Dyna, Eduardo Armando Medina
O crime produz segurança? : Uma análise do dispositivo de Proteção, Segurança e Administração de Conflitos do Primeiro Comando da Capital nas periferias paulistas / Eduardo Armando Medina Dyna. -- Marília, 2023
213 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza

1. Primeiro Comando da Capital. 2. Periferias Urbanas. 3. Segurança Pública. 4. Mundo do Crime. 5. Violência. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa¹

A pesquisa está relacionada aos problemas, dilemas e possibilidades de investigar as dinâmicas sociais que está entrelaçada na segurança pública, questão urbana e a criminalidade no Brasil, e em especial, no Estado de São Paulo. Assim sendo, esta investigação visa compreender as contradições e conexões das instituições estatais de segurança pública, dos desdobramentos da organização criminal “Primeiro Comando da Capital”, e da população periférica urbana. Diante disso, esta dissertação de mestrado se relaciona com os Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS), haja vista que contribui com os intuitos elaborados pela ODS 2030. Dentre os ODS, esta obra se destaca nos seguintes tópicos: Objetivo 1: Erradicação da pobreza - A análise visa identificar as causas de problemas estruturais e de atores que reforçam os males da pobreza na população pobre e periférica de São Paulo; Objetivo 4: Educação de qualidade - Os resultados desta pesquisa pode corroborar com uma visão crítica sobre as instituições estatais de segurança pública, a criminalidade, os territórios periféricos e o Primeiro Comando da Capital, colaborando para o maior esclarecimento sobre essas temáticas, evitando preconceitos, estigmas sociais e uma percepção repressiva; Objetivo 10 - Redução das desigualdades - Dialogando com o objetivo 1, o reconhecimento e problematização das causas que culminam com a desigualdade e pobreza na sociedade, está inserido no conteúdo do texto, principalmente sobre a perspectiva de classe, raça/etnia e territorialidade; Objetivo - 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes - Investigando a premissa “se o crime produz segurança”, dialoga com o contraste das instituições estatais e sua parcialidade, omissão e ausência de serviços de qualidade do Estado para segmentos mais pauperizados da sociedade, sendo assim, se averigua compreender quais setores não contém paz, justiça e a eficácia do Estado. Portanto, a dissertação objetiva discutir problemas estruturais e complexos do povo brasileiro, no que toca as dinâmicas da legalidade e ilegalidade e setores cruciais para o bem estar de toda sociedade.

¹ Elaborado conforme exigência da Portaria Unesp nº 117/2022 e a Instrução AT/PROPG nº 02/2022.

Potential impact of this research

The research is related to the problems, dilemmas and possibilities of investigating the social dynamics that are intertwined in public security, urban issues and crime in Brazil, and especially in the state of São Paulo. Therefore, this research aims to understand the contradictions and connections between the state institutions of public security, the developments of the criminal organization "Primeiro Comando da Capital", and the urban peripheral population. As such, this master's thesis is related to the Social Development Goals (SDGs), since it contributes to the aims set out in SDG 2030. Among the SDGs, this work stands out in the following topics: Goal 1: Eradication of poverty - The analysis aims to identify the causes of structural problems and actors that reinforce the evils of poverty in the poor and peripheral population of São Paulo; Goal 4: Quality education - The results of this research can corroborate a critical view of state public security institutions, crime, peripheral territories and the First Command of the Capital, contributing to greater clarification on these issues, avoiding prejudices, social stigmas and a repressive perception; Objective 10 - Reducing inequalities - Dialoguing with Objective 1, the recognition and problematization of the causes that lead to inequality and poverty in society is inserted in the content of the text, mainly from the perspective of class, race/ethnicity and territoriality; Objective - 16: Peace, Justice and Effective Institutions - Investigating the premise "if crime produces security", it dialogues with the contrast of state institutions and their partiality, omission and absence of quality state services for the most impoverished segments of society, thus seeking to understand which sectors do not contain peace, justice and the effectiveness of the state. Therefore, the dissertation aims to discuss structural and complex problems of the Brazilian people, in terms of the dynamics of legality and illegality and crucial sectors for the well-being of society as a whole.

EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA

O CRIME PRODUZ SEGURANÇA?

**UMA ANÁLISE DO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DO PRIMEIRO COMANDO DA
CAPITAL NAS PERIFERIAS PAULISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Área de concentração: Ciências Sociais

Linha de pesquisa: Pensamento Social,
Educação e Políticas Públicas

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza (Orientador)
Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade
de Filosofia e Ciência, UNESP – Câmpus de Marília (Participação Virtual)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (Membro titular externo)
Département Pesquisas no Centre national de la recherche scientifique, Institut d'Études
Politiques de Paris, Science Po - França (Participação Virtual)

Profª. Dra. Maria Valéria Barbosa (Membro titular interno)
Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade
de Filosofia e Ciência, UNESP – Câmpus de Marília (Participação Virtual)
UNESP – Câmpus de Marília

Profª. Dra. Rosângela Teixeira Gonçalves (suplente externo)
Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC - UFABC

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker (suplente interno)
Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade
de Filosofia e Ciência, UNESP – Câmpus de Marília
UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 03 de outubro de 2023

Dedico este trabalho para todo povo brasileiro, principalmente, para aqueles que sonham e lutam em viver em um mundo melhor, sem exploração, desigualdade e violência.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos, talvez, é a parte mais difícil na escrita desta pesquisa, pois, levando em consideração que uma pesquisa não é apenas fruto individual do pesquisador, mas sim, de um conjunto de pessoas que contribuíram no desenvolvimento dessa dissertação de mestrado, e que o pesquisador é aquele sujeito que produz conhecimento, e o conhecimento é social. Sou grato para todos aqueles que estiveram comigo nesse período e estão contemplados nessa simples mensagem.

Antes de mais nada, presto meus sentimentos para todos aqueles que sofreram nesses últimos anos, fruto das consequências da pandemia de Covid-19 e das arbitrariedades do governo daquela época, além da minha solidariedade aos que ficaram e sobrevivem nas contradições existentes do capitalismo brasileiro. Que todo luto se transforme em luta para vivermos em uma sociedade melhor, rumo ao socialismo!

Ademais, enquanto um mestrando que ingressou em plena pandemia e que durante o curso de mestrado teve que se adaptar aos momentos ímpares das aulas online e mudanças nos métodos de pesquisa, das inúmeras dificuldades de financiamento, do descaso dos governantes com a educação de qualidade, universidade pública e pesquisa científica, concluir esse trabalho é uma vitória.

Agradeço aos meus familiares, em especial, minha mãe Ana Paula, meu pai Eduardo, meus irmãos Paulo e Pedro, avós, tios, parentes e toda família “Medina” e “Dyna”. O amparo familiar é essencial para seguir no ramo acadêmico.

Agradeço ao meu amor, Carla Conforto, que esteve comigo desde o dia que passei no mestrado até o final desta pesquisa. Sua companhia, afeto e camaradagem, me proporcionou sentimentos e momentos incríveis, em que haverá muitas “saudades no tempo, dos velhos momentos, dos anos passados que foram com o tempo”.

Agradeço aos meus inúmeros amigos, amigas, camaradas e família que construí em Marília, que infelizmente não vou conseguir escrever o nome de cada um. Daqueles que mantivemos a amizade no período “pré pandemia” e aos meus amigos que conheci após o retorno das atividades letivas presenciais. Das aventuras e discussões, desde os bares do Xequê Mate e da Nancy 's, nos jogos do Corinthians na Camisa 12, até às conversas em redes sociais, rolês e diversões na FFC e em Marília. A minha maior gratidão a todos vocês!

Agradeço ao meu amigo e companheiro de pesquisa Vinícius “Figuinhas”, em que sempre discutimos sobre PCC, mundo do crime, socialismos, cultura periférica, Corinthians. Você deixou a minha pesquisa menos solitária e contribuiu muito para minha formação.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, mesmo que poucas vezes nos vimos pessoalmente, foi importante o contato e a troca de ideias.

Agradeço aos amigos, ritmistas, girinos, velha guarda, ripa/repique, da nossa querida bateria Xoxoteria, que fez meus dias mais felizes, aprendendo, ensinando e vivendo o samba.

Agradeço a todos os trabalhadores da UNESP, aos funcionários da biblioteca, da seção de pós-graduação e de outros setores.

Agradeço a todos integrantes do Grupo de Estudos em Segurança Pública, que me ensinaram sobre os estudos de Foucault, nas discussões sobre criminalidade e dos dilemas brasileiros.

Agradeço aos integrantes do Observatório de Segurança Pública, em que foi espaço fundamental para desenvolver minhas pesquisas e dialogando com trabalhos de colegas.

Agradeço aos professores da UNESP Marília, que mesmo após a graduação em Ciências Sociais, ainda mantivemos contato com muita aprendizagem com eles.

Agradeço aos professores durante a minha pós-graduação, que colaboraram na minha formação enquanto pesquisador. Em especial, aos professores que fizeram parte da minha banca, os professores José Geraldo Alberto Bertoni e Maria Valéria Barbosa da UNESP Marília, (que me acompanharam desde o início e que tenho muito respeito e afetividade por vocês) e aos professores Luana Dias Motta da UFSCAR e Gabriel Santis Feltran Science.po. O amparo, críticas e contribuições de vocês foram essenciais na minha trajetória.

Agradeço em especial ao meu orientador e professor Luís Antônio Francisco de Souza, por todos os anos de orientação, críticas, “puxadas de orelha” e aperfeiçoamento na graduação e mestrado. Sem sua ajuda, eu não conquistaria tantas vitórias e amadurecimentos enquanto pesquisador, cientista social e ser humano.

Agradeço a UNESP de Marília, por todo esses oito anos de aprendizagem, amizades, conhecimento e amadurecimento que obtive. Com certeza, ter saído de Osasco com 17 anos - ainda novo, imaturo e cheios de sonhos - para vivenciar a vida universitária, concluindo a graduação e mestrado, foi um desafio e melhor experiência que obtive, sendo o período mais feliz da minha vida residindo em Marília!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*“À opressão não mais sujeitos
Somos iguais todos os seres
Não mais deveres sem direitos
Não mais direitos sem deveres”*

(A Internacional dos trabalhadores. Hino, 1871)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo pesquisar como a organização Primeiro Comando da Capital (PCC) produz uma dimensão de segurança nos bairros periféricos paulistas. Para tanto, propõe-se o conceito de dispositivo de Proteção, Segurança e Administração de Conflitos (PSAC) porque, argumenta-se na pesquisa, que o grupo tem uma prática na realidade a partir desses fenômenos dimensionais. O PCC é um grupo surgido nas prisões há três décadas e que construiu dimensões política, econômica, social, bélica e de segurança. A presença do PCC nas periferias têm gerado um processo complexo, visto que o grupo ocupa espaços de poder próprio, na medida em que sua presença nesses locais cria lógicas específicas de interesses e relações sociais com os moradores das periferias. A presente pesquisa se debruçou sobre uma situação empírica específica: a proibição de ações de motoqueiros nas ruas dos bairros periféricos urbanos. O método adotado é a pesquisa de caráter qualitativo, com revisão bibliográfica e uma diversificada estratégia de coleta de dados diretos e indiretos, por meio de vídeos, músicas, notícias e observação de campo na cidade de Osasco/SP. Para atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada uma discussão sobre história urbana, segurança pública e a história do PCC e suas dimensões. O método adotado é o da genealogia, para compreender como o PCC construiu um modelo próprio de gestão da segurança nas periferias urbanas, em contraste com o papel desempenhado pelas forças policiais. Com isso, o PCC criou estratégias eficazes para a produção de segurança nas periferias paulistas.

Palavras-Chave: Primeiro Comando da Capital; Periferias Urbanas; Segurança Pública; Mundo do Crime; Violência.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate how the First Command of the Capital (PCC) organization produces a dimension of security in São Paulo's peripheral neighborhoods. To this end, the concept of a Protection, Security and Conflict Management (PSAC) device is proposed because, it is argued in the research, the group has a practice in reality based on these dimensional phenomena. The PCC is a group that emerged in prisons three decades ago and has built up political, economic, social, war and security dimensions. The PCC's presence in the peripheries has generated a complex process, since the group occupies its own spaces of power, to the extent that its presence in these places creates specific logics of interests and social relations with the residents of the peripheries. This research focused on a specific empirical situation: the prohibition of bikers' actions on the streets of urban peripheral neighborhoods. The method adopted is qualitative research, with a bibliographical review and a diversified strategy for collecting direct and indirect data, through videos, music, news and field observation in the city of Osasco/SP. In order to achieve the research objectives, a discussion was held on urban history, public security and the history of the PCC and its dimensions. The method adopted is that of genealogy, in order to understand how the PCC built its own model for managing security in the urban peripheries, in contrast to the role played by the police forces. As a result, the PCC has created effective strategies for producing security on the outskirts of São Paulo.

Keywords: First Capital Command; Urban Peripheries; Public Security; World of Crime; Violence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Proibido cortar de giro e chamar no grau - Osasco	20
Imagem 2: Pesquisa de campo em Osasco/SP em 2020	118
Imagem 3: Proibido cortar de giro e chamar no grau - Sapopemba	165
Imagem 4: Proibido cortar de giro e chamar no grau - Cidade Tiradentes	166
Imagem 5: Primeiro bloco. Comentários positivos	184
Imagem 6: Segundo bloco. Comentários positivos	184
Imagem 7: Primeiro comentário negativo	185
Imagem 8: Segundo comentário negativo	185
Imagem 9: Primeiro bloco e comentários negativos	186
Imagem 10: Primeiro comentário crítico	186
Imagem 11: Segundo comentário crítico	187
Imagem 12: Terceiro comentário crítico	187
Imagem 13: Primeiro bloco e comentários críticos	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Historicidade do Primeiro Comando da Capital	74
Quadro 2: Descrição das alianças Tudo 1, Tudo 2 e Tudo 3	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
CCA	Comando Classe A
CV	Comando Vermelho
FDN	Família do Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MC	Mestre de Cerimônias
OKD	Okaida
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PJL	Paz, Justiça e Liberdade
PJLIU	Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União
PCC	Primeiro Comando da Capital
PSAC	Proteção, Segurança e Administração de Conflitos PSAC
ROTA	Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
SDC	Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte
TCC	Terceiro Comando da Capital
TCP	Terceiro Comando Puro
UF	Unidade Federativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	31
1.1 Sociologia dos conflitos urbanos	33
1.2 A diversidade das Periferias em uma perspectiva multidimensional	45
1.3 O debate teórico sobre crime e crime organizado	51
1.4 Mercados ilegais, informais e ilícitos	59
1.5 O medo como estímulo na segurança pública	65
CAPÍTULO 2	72
2. 1 Da mistificação as controvérsias: o que é o Primeiro Comando da Capital?	73
2.1.1 Acontecimentos a priori ao surgimento do comando	75
2.1.2 Os primeiros momentos da facção	79
2.1.3 Os ataques de maio e a consolidação do PCC	85
2.1.4 O hiato de pacificação e os desdobramentos de 2012	89
2.1.5 Expansão do PCC, geopolítica do crime e as alianças Tudo 2 e Tudo 3	94
2.1.6 As novas rupturas internas	105
2.1.7 Os últimos dilemas do partido	110
2.2 A complexidade e contradição do PCC	115
CAPÍTULO 3	124
3.1 Estrutura organizacional do PCC	124
3.2 Os polissêmicos salves	129
3.3 O universo dos debates	129
3.4 A onipresença da ética	136
3.5 Dispositivo de Proteção, Segurança e Administração de Conflitos	141
3.6 Dispositivo PSAC PCC e suas dinâmicas	149
3.6.1 Dinâmica da manutenção da ordem criminal através da ética do comando	150
3.6.2 Dinâmica para salvaguardar a população	152
3.6.3 A dimensão econômica respaldado na pacificação do território	153
3.6.4 A dinâmica das conexões da dobra do ilegal com o legal e as mercadorias políticas	153
3.6.5 Dinâmica para evitar desvios extremos	156
3.6.6 Dinâmica do poder racionalizador e invisível	157
3.6.7 Dinâmica da conscientização a partir de medidas peculiares à facção.	159
CAPÍTULO 4	162
4.1 Salve: Proibido tirar de giro e chamar no grau, sujeito a cacete	164
4.2 A punição e a ordem criminal: as situações nos vídeos	167
4.3 O poder produz saber: o salve, a ética e o funk	178
4.4 Consequências sobre o salve e as faixas	180
4.5 O crime produz proteção? Produz segurança? Administra conflitos?	188

CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

Situação 1

Perfil das pessoas no vídeo divulgado publicamente nas plataformas de internet²:

Um homem jovem e negro com tatuagens, bigode fino e cabelo curto, vestindo uma camisa preta e esta em um ambiente fechado com boa iluminação e sentado em uma cadeira, assemelhando-se a um ambiente de trabalho, além disso, no vídeo gravado aparece outra pessoa e uma música baixa tocando ao fundo. É possível ver alguns móveis e aparelhos eletroeletrônicos. Na edição desse vídeo para a rede social *Tik Tok* e disponível no *Youtube*, aparece a legenda no corpo dizendo “machão metendo o pau nas faixas”, além da voz da inteligência artificial e a legenda falando “antes”. O rapaz fala de maneira brava para os seus amigos de sua rede social que ele está gravando, ameaçando a ordem de quem colocou as faixas, além de provocar com gestos obscenos.

- *Virou moda né colocar a faixa na quebrada é. "Proibido tirar de giro e dar grau. Sujeito a Cacete". Mas esses caras não pega os caras que rouba ponto de ônibus né. Aí eu ligo a televisão e vejo vários estuprador pegando mãe, pegando filha, é, padrasto pegando enteada, ninguém vai lá dar cacete né. E agora minha motinha que eu to passando na rua que é pública querem me bater né. Aqui ó.*

Nesse momento, o homem faz um gesto com o dedo do meio repetidamente.

- *Rela a mão em mim que vocês vão ver, rela a mão em mim que vocês vão ver. Vai entrar no problema.*

No segundo vídeo, o semblante, postura e cenário é totalmente diferente. Ele está com um boné preto, uma blusa corta vento de cores branco, vermelho e preto, sentado olhando diretamente para a câmera. Ao fundo, é possível ver alguns tapumes, a gravação está escura, o que presume que foi feita a filmagem no período noturno. Ele fala com tom mais ameno, enfatizando algumas palavras, o que demonstra arrependimento e pedido de desculpa.

² O vídeo está disponível neste link: <https://youtu.be/ccq7fk4VIfg>.

- *[nome da pessoa] tô aqui vindo me retratar aqui referente quem acompanhou o instagram, meus fãs, meus amigos, parceiros. Lá no instagram lá, as postagens que eu fiz., tá ligado? Vim aqui pedir perdão para os parceiros que colocou as faixas lá, porque os parceiros estão certinho certo mano. É... Os brother que passa de moto ae que pá, que dá grau, daora legal, que dar grau com sua moto, beleza, mas tem um lugar próprio, tá ligado? Os parceiros já colocou as faixas lá devido várias situações que já aconteceu no passado, em questão de atropelar criança, tá ligado? de atropelar.*

Nas últimas semanas de 2021, uma série de vídeos foram divulgados nas redes sociais e compartilhados por *sites* de mídia, trouxeram uma nova problemática envolvendo a segurança pública e a questão urbana, com a participação de diferentes atores que perpassam o limbo do legal e ilegal, marcado pela normatividade jurídico-política do Estado e os ilegalismos constituído das dinâmicas criminais.

As redes sociais desempenham um papel fundamental no que tange a divulgação de informação para a sociedade, elas são ferramentas fundamentais para o acesso à informação, logo, nota-se que elas foram instrumentalizadas como um dispositivo que regem condutas para construir uma nova consciência, sociabilidade e performance, que auxilia a população a evitar problemas diversos. As redes sociais com *Tik, Tok, Instagram, Facebook* e o aplicativo de mensagens *WhatsApp* foram os meios que promoveram essa troca de informações e disseminação de uma nova consciência, através de organizações que atuam de maneira ímpar em territórios específicos.

No conteúdo destes vídeos, é possível perceber que diferentes homens são filmados e se [auto] retratando por terem cometido infrações. Eles pedem desculpas e afirmam que suas condutas foram equivocadas, que as regras devem ser cumpridas para beneficiar a todos os moradores, incluindo os mais necessitados, como os trabalhadores, as crianças e os idosos. Esses sujeitos, que foram utilizados como exemplos, sofreram consequências por provocar desordem e repetem diversas vezes que suas atitudes estavam erradas, que iriam agir pelo “certo” e sua mensagem tinha como propósito conscientizar os demais, evitando que novos erros fossem cometidos.

Muitos indivíduos elogiaram a forma com que esta situação foi tratada. Alguns afirmaram que a atitude dos acusados de violar as regras foram incorretas e que uma punição deveria ser exemplar. Como a transgressão foi realizada em bairros, locais de moradias,

vizinhanças e pequenos comércios, a reação dos moradores foi de repulsa aos acusados e de consentimento, com toques de elogios, aos homens que promoveram os vídeos.

Esses bairros residenciais são de origem periférica, em regiões com imenso contingente de trabalhadores, muitos deles pauperizados que construíram suas cidades sem o amparo e planejamento de governos. Neles há uma heterogeneidade de sujeitos, etnias, profissões, religiões, origens e visões de mundo, mas todos são compostos por uma classe trabalhadora que sobrevive as contradições da realidade socioeconômica do capitalismo periférico brasileiro, havendo, portanto, novas formas de gestão dos problemas da população, com uma coexistência das esferas do Estado com outros atores para auxiliar nas necessidades e desafios deste povo.

É neste contexto que foram formados os vídeos publicados de caráter público. Há possibilidade de se pensar que a autoria desses vídeos foi de órgãos da justiça, policiamento ou movimentos sociais que administraram regras de convivência e que produziram um sistema de punição para regular a vida social nas periferias dos centros urbanos. No entanto, não foi o Estado, as forças policiais, movimentos políticos ou até mesmo as organizações dos próprios moradores que adotaram essa conduta.

O Primeiro Comando da Capital³ (PCC), facção originada por presos no interior do sistema carcerário paulista, atuante em diferentes ilegalismos, utilizando muitos métodos de violência para dominar e que, mais recentemente, construiu uma nova rede rizomática que deixa porosas suas atuações entre o legal e ilegal, o crime e a solidariedade, os acordos e as reivindicações, os negócios e a luta, a morte e a vida, estando responsáveis na forma de gerir populações, ouvindo suas reivindicações (como no caso das prisões hegemônicas pela irmandade) e administrando conflitos (em territórios que o partido produz força, como nas periferias de cidades paulistas).

A figura do PCC foi o responsável pela autoria dos vídeos, a partir de salves⁴ que foram estabelecidos nas periferias de regiões em que a organização tem influência e presença.

³ Para se referir ao PCC, será assimilado os termos “organização”, “comando”, “facção”, “partido”, “irmandade”, “grupo”, “agrupamento”. Todas essas expressões estão na literatura sobre o tema, falado pelos interlocutores dos pesquisadores consultados, além de evitar rótulos discursivos que produzem um viés moralista sobre o objeto e que dificultam análises precisas.

⁴ No universo simbólico do Primeiro Comando da Capital, inúmeras expressões e codinomes foram criados, adaptados ou ressignificados, surgindo um novo vocabulário do para a atuação nas sociabilidades no crime, se fundamentando nas dimensões do mundo do crime (Feltran, 2007), nas vivências das periferias e prisões, como em outros linguajares culturais e geracionais que culminaram no linguajar do PCC. O salve, termo polissêmico utilizado diretamente pela irmandade, pode ser conceituado como mensagens oficiais que devem ser interpretadas e cumpridas, seja por parte dos membros, simpatizantes e a população como um todo. Os salves têm um caráter normativo e se assemelham como uma “lei” do partido. No capítulo 3, haverá alguns exemplos de salves e sua relação complexa, formada pela estrutura organizativa do comando (Dyna, 2021; Jozino, 2017).

Dentre esses locais, identificou-se bairros da capital paulista (em territórios mais afastados e periféricos, em especial a zona leste paulistana), cidades da região metropolitana de São Paulo (com muitos casos noticiados nos bairros em Osasco/SP), municípios no interior e no litoral paulista e algumas cidades de unidades federativas (UFs) próximas de São Paulo, como municípios mineiros, destacando Uberaba/MG.

A organização inseriu diversas faixas em vias públicas dos bairros residenciais periféricos, avisando a partir de uma mensagem clara e incisiva, a proibição de manobras arriscadas de moto e barulhos desnecessários para não prejudicar a segurança e o bem-estar da vizinhança, alertando que essas atitudes não serão toleradas pelos moradores dos bairros. A mensagem da faixa é nítida e objetiva: “PROIBIDO CORTAR DE GIRO E CHAMAR NO GRAU. SUJEITO A CACETE. NÃO VAMOS ACEITAR ESSAS COISAS NA COMUNIDADE, ETC”.

A imagem a seguir é uma das representações das faixas que foi vista em um bairro periférico na cidade de Osasco/SP, a partir de uma pesquisa de observação durante a dissertação de mestrado.

Imagem 1: Proibido cortar de giro e chamar no grau. - Osasco



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao longo das festas de fim de ano de 2021 e os primeiros dias de 2022, faixas e vídeos foram noticiados publicamente, e ganharam maior notoriedade na sociedade e na opinião pública. Algumas ações foram feitas pelo poder governamental com o intuito de restringir os mecanismos de controle e gestão expressadas nos salves, vídeos e faixas que o partido inseriu nesses bairros, como, retirar as faixas dos locais e intervir para evitar que o poder do PCC se disseminasse [ainda mais] nesses territórios.

As consequências das medidas do Estado - manifestada em operações das forças policiais, como na Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal - tiveram como resultado imediato, uma reverberação da própria comunidade residente desses locais, em que a ação policial foi criticada e os moradores reivindicaram melhores alternativas de segurança concreta e até pediram a volta dessas faixas e recados explícitos do poder de gestão do comando.

A alegação do PCC em decretar o save e espalhar a sua conduta para a comunidade, como forma de sanar um obstáculo que atinge parcelas da população, se deu a partir de problemas que o Estado não conseguiu resolver. Seja por meio do planejamento urbano, de políticas públicas intersetoriais não eficientes ou da ausência de uma gestão governamental, para administrar as demandas e necessidades que esta parcela da sociedade precisa, houve um vácuo de poder que foi preenchido pelo grupo.

Com esta lacuna de poder, a facção se disponibilizou para agir conforme seus interesses naqueles lugares, gerando novas relações com a sociedade, atuando de uma maneira peculiar para gerir e administrar a população, levando pontos de legitimidade e de poder que o comando construiu. A própria aversão de parcelas da sociedade aos mecanismos de repressão estatais, principalmente a polícia militar, e o apoio velado a atitudes de pacificação dos territórios por parte do partido, é outro sintoma de relações com a legitimidade e os efeitos que os indivíduos interpretam como positivos a partir de sua realidade.

Isso se distingue na visão comum que remete a organização, principalmente difundido pelos discursos da grande mídia, da visão oficial de instituições estatais de segurança e de visões belicistas e conservadoras de esferas da sociedade, que vão para além do crime. Isso atingem uma suspeição generalizada de pessoas inocentes, que adicionam a percepção que o PCC é [apenas] uma organização criminosa que sobrevive do tráfico de drogas, com mantra de praticar ilegalismos e violências, em especial, o assassinato de profissionais da segurança

pública e na qualificação em roubos e assaltos, se concentrando em favelas e periferias nas diferentes regiões pauperizadas.

No entanto, um dos objetivos desta dissertação será mostrar outras faces da complexidade e contradição do PCC, transformando essa visão demonizada e estigmatizante para mostrar à luz problemas complexos, estruturais e densos que estão relacionados com outras problemáticas sistemáticas. São as contradições expressadas na configuração do tipo de capitalismo periférico brasileiro, Estado dúbio e opressor, a mentalidade e exploração das classes dominantes, as formas que produzem dimensões econômicas, políticas e sociais que reproduzem as desigualdades que alastram a realidade e prejudicam o povo brasileiro.

Desta forma, há muitas questões interessantes para pensar este problema específico, relacionando-se com questões complexas envolvendo atores que estão no limbo da legalidade e ilegalidade e direcionam os limites porosos entre dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, institucionais, segurança e de legitimidade. O intuito foi trabalhar a interação dialética entre o problema específico e questões macros, para pensar quais são as funções do Estado e da governamentalização que são postas perante a sociedade e outros atores que disputam, hegemonizaram e dominam territórios, que por tese, deveria ser da alçada do Estado.

Assim sendo, esta dissertação de mestrado têm como objetivo geral, pesquisar se e como a organização Primeiro Comando da Capital produz uma forma específica de proteção, segurança e administração de conflitos (PSAC) nos bairros periféricos paulistas. Entende-se o conceito de dispositivo PSAC como prerrogativas de intervenção nos territórios e criar mecanismos que atingem uma percepção de segurança para a população. Essa prática de incolumidade, atinge classes populares, os sujeitos e os territórios, a partir de uma particularidade própria através dos interesses que o PCC expressa na realidade.

As esferas em que o comando atua e a relação que contradiz com o Estado são tênues e ambíguas, não havendo uma separação explicitamente do legal e ilegal, mas uma relação contraditória e coexistente, em que setores das instituições estatais atuam em segmentos do crime e o crime fornece prerrogativas para agentes do Estado. O crime garante uma forma de segurança e provimento de serviços à população, por conta do vácuo de poder deixado pelo Estado.

O intuito, portanto, é compreender como se desenvolve esse tipo específico de gestão de proteção, segurança e administração de conflitos nas periferias, construída pela lógica do crime, investigando um estudo de caso que ocorre em alguns territórios que o grupo tem presença em alguns municípios. A facção elaborou suas próprias normas e condutas, visto

que este campo pertence a agências estatais de segurança pública, e com a atuação do PCC nas periferias, o grupo produz novas problemáticas e instiga inúmeros enfoques. A situação específica que será debruçada remete às notícias, vídeos, faixas e o salve que foram descritas no início desta introdução, sobre a proibição de manobras arriscadas (“chamar no grau”⁵) e o barulho de motos (“corte de giro” ou “bololô”), o que contribui de maneira exata para o debate que está pesquisa se propõe.

Como estratégia de prosseguir por pesquisas anteriores⁶, um dos focos desta dissertação é pesquisar uma dimensão específica do grupo, algo que não foi debruçado especificamente até então, qualificado em uma analogia de “faces” diferentes que se completam na figura que é a complexidade do PCC. Assim, as faces das dimensões política, econômica, bélica e social foram investigadas em Dyna (2021) e darão suporte para uma nova face de gestão de segurança que será aprofundada nesta obra.

Por meio disso, nota-se que o problema central será definida na explicação e análise do dispositivo de segurança, proteção e administração de conflitos do Primeiro Comando da Capital e suas dinâmicas na realidade, a partir das conexões com o poder do Estado na figura das forças policiais, e dos envolvimento com as populações e territórios, constituindo uma categoria analítica diante dos campos de segurança pública e da questão urbana.

Esse dispositivo, é uma tentativa de averiguar analiticamente, em categorias conceituais, as dinâmicas de gestão da população de atores diferentes e problemas semelhantes. Compreender este tipo de dispositivo é fundamental para averiguar a relação complexa e cinzenta entre o legal e ilegal que recai nas cidades sobre o viés da segurança e da gestão da população, além de responder o título desta pesquisa a partir de um problema cotidiano das periferias urbanas.

Os problemas, portanto, são vários, elencados a partir dos seguintes eixos norteadores: “Quais são os debates das ciências sociais nos campos da segurança pública e questão urbana?”; “O que é o Primeiro Comando da Capital e suas dimensões?”; “Quais são as atuações do PCC?”; “O que é a complexidade e contradição do comando?”; “Quais são os instrumentos criados pelo partido?”; “Quais os interesses do crime em proteger a população?”; “Quais são as dinâmicas de PSAC do PCC?”; “Quais são os interesses do PCC

⁵ Chamar no grau, corte de giro e bololô são representações nominais da realidade nativa da população periférica. Será utilizado esses codinomes para corresponder uma visão antropológica dessas territorialidades.

⁶ A pesquisa foi iniciada na Iniciação Científica e finalizada como monografia do curso de ciências sociais na UNESP de Marília, intitulada como: “As faces da mesma moeda: uma análise sobre as dimensões do primeiro comando da capital (PCC).” O objetivo principal foi analisar o PCC em diferentes dimensões (política, econômica, bélica e social), desnaturalizando a visão de senso comum sobre o assunto e aprofundando questões concretas que impactam o povo brasileiro.

nas periferias em São Paulo?"; "Por que o PCC assumiu um poder de gestão da população periférica?";

Essas questões serão respondidas ao longo do desenvolvimento do texto, constituindo por três temas de estudos principais, associados dialeticamente, para uma melhor compreensão. Em outras palavras, a segurança pública, a questão urbana (em especial as periferias), o PCC e suas dimensões, são o conjunto de enfoques e objetos que compõem os dilemas da segurança pública, da questão urbana, dos ilegalismos e da gestão governamental.

A metodologia empregada nesta pesquisa foi de caráter qualitativo, através de uma densa revisão bibliográfica dos temas e objetos selecionados, sob o foco da discussão interdisciplinar das ciências sociais, em especial, os ramos da sociologia, antropologia e ciência política, além da utilização dos saberes da filosofia e políticas públicas. Posteriormente, foram utilizados meios e recursos como vídeos, música e notícias para investigar a situação sobre o salve da irmandade sobre a proibição de manobras de motos, empregada por meio do método netnográfico ou etnografia nas redes sociais, cuja ferramenta que explora o mundo online e contribui na visão e análise de novos dados, objetivos e estranhamentos oriundos das teorias das ciências sociais, adaptados à nova realidade digital (Soares; Stengel, 2021). Além de uma pesquisa de campo para observação⁷, em locais que continham as faixas do PCC na cidade de Osasco/SP e na zona leste da capital paulista. Assim, a metodologia será diversa para uma maior captação de técnicas sólidas para o desenvolvimento da pesquisa científica.

O referencial teórico será baseado na matriz dos estudos de Michel Foucault, utilizando suas pesquisas sobre disciplina, prisão, biopolítica, saber-poder, sujeitos, discursos, dentre outros enfoques. Além disso, foi utilizado outros referenciais teóricos, focando em autores, teorias e conceitos que estimulam a reflexão e crítica sobre os temas e objetos de estudo, relacionando com a discussão de autores clássicos das ciências sociais (como no campo do marxismo) e dos estudos e autores brasileiros.

Ademais, será enquadrado três objetos específicos que estão presentes durante toda discussão desta dissertação. Os territórios, sujeitos e as classes populares são a expressão conceitual da formação teórica deste autor. Entende-se que esses objetos estão presentes nas discussões dos referenciais teóricos, porém, serão debruçados na realidade brasileira,

⁷ A pesquisa de campo para a observação, misturando-se com um método de autoetnografia, teve como intuito averiguar a situação daqueles espaços sociais que haviam as faixas, identificando se havia presença das forças policiais, da criminalidade ou na figura do PCC, representado no comércio local de drogas, denominado como biqueiras, ou de posições simbólicas que remetem o poder e existência do grupo nas redondezas daquela região, como por exemplo, nas pichações e figuras escritas em paredes e muros nos bairros periféricos. Essa discussão será aprofundada no último capítulo.

compreendendo que os territórios são destinados ao espaço social que se encontram as contradições da exploração, violência, pobreza, segurança pública, questão urbana e ilegalismos.

Os sujeitos, aqui pensado em determinadas pessoas com características específicas, como o sujeito bandido, os vulneráveis ou os que atuam no mundo do crime. Os desdobramentos de Foucault (1991, 1999, 2008, 2009, 2014) sobre os sujeitos e a relação de saber-poder, é essencial para um complemento teórico e analítico contemporâneo sobre a questão de classe no sentido marxiano, entendendo que há problemas que são destinados a sujeitos singulares e que estão ocasionados sobre a questão de classe. Sobre a questão de classe, será empregado o conceito de classes populares, em razão de ser um denominador comum, alinhado em ser um termo mais preciso para abarcar os dilemas da complexidade da realidade presente⁸. Adiante, houve a decisão de escolher uma literatura bibliográfica brasileira, em razão de pensar os problemas do e no Brasil.

Nos territórios periféricos e/ou vulneráveis, muitas pessoas não têm trabalho formal, estando nas condições de emprego informal, ou ainda, ilegal e ilícito, sobrevivendo às mazelas dos problemas reais do capitalismo dependente brasileiro. É por meio dessa situação que será adotado o conceito de classes populares, pois incorpora sujeitos excluídos sobre o conceito de classe trabalhadora, além de expressar uma territorialidade sobre a questão urbana e os bairros periféricos para ser aplicado nesta obra. Além disso, as classes sociais, independentemente de serem classe trabalhadora, popular ou dominante, estão condicionadas a práticas de biopolíticas, como mostra Foucault (2008, 2014), pois distinções de classe, ou de público ou privada, são elementos estratégicos na visão ampla do biopoder.

Esta obra será composta pela introdução, 4 capítulos e uma conclusão. Aqui, explica-se a introdução, discutindo brevemente sobre a estrutura, métodos e os objetivos. No

⁸ Não foi escolhida a utilização de classe trabalhadora pois a discussão poderia ir em outros termos, perdendo um pouco do foco nesta pesquisa, porém é relevante apontar algumas questões: A natureza do trabalho e emprego (pensando em conceitos diferentes, mas que se relacionam em uma ontologia do trabalho) não são completamente direcionados a realidade das classes sociais brasileiras. O emprego formal não é um fator excludente para inserir um indivíduo de pertencer a classe trabalhadora. Há discussões em que o trabalhador informal (vendedor de doces no transporte público, denominado como marreteiro na linguagem popular paulista) ou o trabalhador ilícito (um jovem que se insere no mundo do crime para traçar uma jornada de trabalho diferente, com um “emprego” com rentabilidade maior, mas com um perigo de vida constante) fazem parte da classe trabalhadora, sendo uma discussão com recorte espacial e temporal específico. Como o tema sobre trabalho e suas dimensões ainda não gerou um consenso, foi escolhida a visão marxista sobre as questões da classe trabalhadora e assim, a crítica feita sobre a limitação desse uso nos alvos desta pesquisa. Zaluar (1985) e Feltran (2014) contribuem para a discussão sobre a questão de sujeitos que não estão enquadrados no trabalho formal e atuam no trabalho ilícito. Portanto, isso não significa que o conceito de classe trabalhadora é descartado, impreciso, descontextualizado ou ineficaz, muito pelo contrário. Para este foco de pesquisa, foi escolhido o conceito de classes populares para abranger sujeitos e comunidades que não estão inseridas na dimensão do trabalho.

capítulo 1, o foco será a construção de um campo teórico interdisciplinar entre o debate da sociologia urbana sobre as periferias e a segurança pública, discutindo assuntos pertinentes, marcada por diferentes movimentos e entendimentos dentro do campo das ciências sociais como sociologia dos conflitos urbanos.

As periferias são o espaço social desta obra, cujo ponto central é composto pela heterogeneidade de sujeitos, poderes, saberes, culturas, sociabilidades e conflitos diferentes, além de problemas históricos e estruturais, como a desigualdade de classe, pauperização do mundo do trabalho, racismos, violência estatal e presença do crime nessas regiões. A segurança pública tem um tema amplo e cheio de nuances, marcado pelas expressões de problemas de outros setores da vida social e a contradições de diversos interesses da sociedade. As discussões sobre o que é crime, as dinâmicas entre os mercados legais e ilegais e o medo recorrente como estímulo de política marcado pelo projeto de segurança pública vigente são os preceitos que fundam algumas prerrogativas da segurança pública brasileira, visando os objetivos da pesquisa e sua articulação com a proposta de investigação do PCC.

Assim, a tentativa de trabalhar conjuntamente a questão urbana e o campo da segurança pública, de maneira dialética, é a intenção para produzir uma síntese de conhecimento e fundamentação para discutir a segunda parte desta dissertação, isto é, estabelecer uma formulação teórica através das ciências sociais para discutir a problemática de segurança pública nas periferias sob poder do PCC.

A proposta de uma genealogia do PCC é importante na explicação do capítulo 2, em razão de discutir as várias dimensões do agrupamento, e demonstrando que as coisas relacionadas a ele não são simples e produto de conexões e consequências de outras problemáticas estruturais. Assim, o PCC em seus 30 anos de existência, constituiu em múltiplos vieses de atuação e concepção, criando uma organização de movimento constante, e mistificada por sua história de fundação, seus personagens, estratégias e lutas, rumo aos seus intuitos.

A tentativa de conceituar a irmandade em “complexidade e contradição” é buscada para dialogar com a literatura especializada no tema, além de servir como parâmetro teórico e analítico para outras reflexões no que toca à dimensão de segurança. Assim, essa proposta visa auxiliar a compreensão nos capítulos seguintes, e interligar todos os capítulos em uma linha de raciocínio coesa.

No capítulo 3, o alvo da discussão será o dispositivo PSAC, abordando o que é esta tentativa de instrumento analítico e ferramenta conceitual que está dentro do debate da realidade brasileira através da interação dos problemas sociais da questão urbana e segurança

pública. Para demonstrar de maneira prática, será investigado e explorado o dispositivo PSAC do PCC, estudando os instrumentos que a facção criou e as dinâmicas de suas atuações nesses territórios, o que torna complexo e cinzento suas relações na realidade.

No capítulo 4, a discussão será direcionada para analisar a face da gestão de segurança do PCC em territórios específicos, materializado no dispositivo PSAC PCC. O argumento será pautado no desenvolvimento da inserção do grupo nas periferias de São Paulo, seus objetivos econômicos, políticos e biopolíticos que produzem novas normas de condutas e de consciência para regulamentar a vida social da população, através dos preceitos morais e éticos do mundo do crime. As referências utilizadas foram de natureza de vídeos disponibilizados em algumas plataformas de internet, músicas e sites de notícia, por meio de uma etnografia nas redes sociais.

Desse jeito, a tentativa de materializar o dispositivo PSAC do PCC em um estudo de situação específica, sobre os problemas das faixas e a proibição do corte de giro e dar grau nos bairros periféricos. Serão analisadas as notícias, faixas, vídeos, comentários e até atividades musicais que foram produzidas por atores próximos ao PCC e que marcam uma importância para discutir se um grupo criminal controla e gere setores da população. Ademais, essa função de PSAC, que deveria ser obrigação legal do Estado, e com a complexidade do estudo de caso, recai em inúmeras problemáticas sobre a efetividade, legitimidade e poder.

A hipótese, portanto, é certificar se o PCC produz um tipo específico dimensão de segurança através do dispositivo PSAC, pautado no exemplo da situação, fazendo do grupo como um dos gestores da população, o que leva a diversas interações, negociações e acordos com o próprio Estado. Há nesta maneira, uma atuação do PCC em regiões específicas, com uma diferenciação entre bairros periféricos, que há forte presença da facção e por conseguinte, um dispositivo de PSAC PCC produzindo uma sensação de segurança entre os moradores e a negociação de mercadorias políticas com agentes estatais (Misse, 2010b).

Nesses locais, há também uma coexistência dos regimes normativos (Feltran, 2012) do partido com as forças policiais, atrelada a constante negociação de mercadorias políticas com o poder policial, constituindo uma relação cinzenta entre legalidade e ilegalidade, lícito e ilícito (Telles, Hirata, 2007; Telles, 2010), fazendo da facção, o complemento de poder das brechas do Estado, como um fator relacional entre ambos.

Ademais, na conclusão da pesquisa, será demonstrado toda a sistematização do trabalho, mediado pelas relações dos objetivos desta pesquisa, além de contribuição de cunho teórico metodológico e com teor filosófico e antropológico sobre a relação entre o sujeito

pesquisador e morador. Diante disso, esta obra tem o intuito de construir em uma forma concreta, novas discussões e resultados, concedendo perspectivas originais sobre o entendimento destes campos temáticos, como forma de contribuir para a sociedade de modo geral. Além disso, a pesquisa servirá como instrumento de conteúdo para conscientizar a população e buscar por reivindicações ou formular políticas públicas.

Além disso, é importante pontuar que o autor desta dissertação nasceu e foi criado na cidade de Osasco, residindo em bairros periféricos durante boa parte de sua vida, local que foi feito a pesquisa de campo para a observação. Com a experiência de presenciar fatores da sociabilidade periférica, incluindo questões do mundo do crime, a presença e normas do PCC, não são algo estranho no conhecimento empírico deste. O que leva a algumas indagações existenciais sobre o objeto de pesquisa, com reflexões entre o sujeito pesquisador e o sujeito morador. Em outras palavras, durante todo processo de pesquisa, estranhamentos, semelhanças, identidades e análises foram feitas a partir da matriz do conhecimento experimental de crescer nas periferias com proximidades do mundo do crime e do conhecimento teórico em pesquisar as periferias e o mundo do crime. A produção e o pensamento desta obra é a síntese desse processo entre o empírico e teórico, a experiência e pesquisa, a naturalização e a crítica.

A vista disso, esta dissertação de mestrado visa contribuir com outras obras da literatura especializada sobre o PCC, conflitos urbanos, segurança pública, periferias, formando um conjunto de pesquisas que auxiliem na maior compreensão dos problemas que estão no cotidiano do povo brasileiro, principalmente, nas parcelas da sociedade que sofrem com os dilemas da repressão policial, arbitrariedade criminal e na coexistência de segmentos do legal e ilegal. Por meio disso, esta pesquisa objetiva desnaturalizar alguns preceitos sobre concepções de segurança, periferias e criminalidade, e também, do PCC, como forma de avançar nos estudos sobre dinâmicas sociais e conflitos sociais, pensando a realidade na segunda década do século XXI, na particularidade brasileira e paulista.

Portanto, construir um novo imaginário científico sobre a relação da segurança pública, periferias e o dispositivo PSAC, é de suma relevância para desconstruir o discurso do estereótipo feito pela mídia, polícia e políticos, entendendo como um fenômeno social de uma sociedade com problemas históricos, complexos e desiguais que devem ser solucionados. Não haverá, em hipótese nenhuma, uma defesa do PCC ou manutenção desta ordem vigente, mas sim, visões críticas e percepção analítica sobre a realidade posta e suas contradições. Por meio disso, a pesquisa tem como direcionamento ir além do objeto de

estudo e formar um novo trâmite que beneficie os pesquisadores da área e a segurança pública paulista e do Brasil, assim como a sociedade num todo.

CAPÍTULO 1

QUESTÃO URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública e questão urbana são palco desta dissertação, sendo dois campos complexos que serão trabalhados conjuntamente. Os problemas urbanos, em especial nas periferias das grandes metrópoles brasileiras, impactam na segurança pública ao longo da urbanização e construção das cidades e regiões metropolitanas, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. E os problemas da segurança pública reforçam as contradições das cidades e periferias urbanas, produzindo mais violência, segregação e medo na população, sofrendo assim, com os impactos de ações estatais, como também do mundo do crime.

A consolidação da vida urbana no Brasil é recente na perspectiva histórica, e cada vez mais ela se torna um objeto complexo, correspondendo a diversos setores da sociedade e um dos pilares da vida (pós) moderna. As cidades urbanas brasileiras têm suas próprias particularidades, comparados as outras cidades de outros países: seu histórico de êxodo rural, das relações da economia da terra, do longo processo da escravidão e a extrema desigualdade social entre classes e raça/etnia, produzira na vida urbana, uma relação de exclusão, segregação e violência entre os brasileiros e brasileiras.

Essa relação de exclusão é perceptível quando pensamos nas maiores metrópoles do Brasil, como as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, destaque das análises sobre a sociologia urbana brasileira e os objetos de estudo deste capítulo. Nessas cidades, se acentua ainda mais a divisão, expulsão e ausência entre as classes sociais, marcada pela normalização da pobreza e de inúmeras dificuldades para os cidadãos. Por conta de todo processo de urbanização, como bem observado por Caldeira (2000), as cidades foram divididas internamente entre locais de residência, lazer e de trabalho em que a elite, classe média e as classes populares ocupam, evidenciando ainda mais a discrepância social e econômica no Brasil.

As periferias e favelas se originam nos desdobramentos do processo não planejado da urbanização do Brasil durante o século XX. Uma grande parcela da sociedade [classes populares] não conseguiram obter moradia digna e regular quando se estabeleceram nos centros econômicos do país, restando a construção de suas residências a partir de medidas de autoconstrução irregular, estando inserido em regiões com ausência de mercado de trabalho formal e industrial (em razão das escalas de trabalho estarem longes desses territórios

dormitórios), restando a criação de comércios locais para a busca de determinados produtos de consumo baratos e a formação de empregos informais (Nesimi; Botelho, 2020).

Essas divisões foram processos históricos sociais, baseado em teorias e posições políticas de cada época, e por conta das questões geográficas e culturais, cada modo de urbanização e sociabilidade são diferentes entre essas grandes metrópoles. Em São Paulo, essa questão é trabalhada na obra de Caldeira (2000), em que a autora pesquisa as fases de urbanização da cidade de São Paulo. Segundo suas análises, a cidade paulistana teve algumas formas de expressão do espaço urbano ao longo do tempo. A primeira iniciada no fim do século XIX até a década de 1940, em que a população estava concentrada nas regiões centrais da cidade, dividindo-se por classes sociais. Essa fase é relembrada pelas primeiras medidas de industrialização e imigração em São Paulo e região (Caldeira, 2000).

A segunda fase, que vai na década de 1940 até meados da década de 1980, se entende por uma ampliação massiva do espaço urbano, dividindo entre regiões de um centro político e econômico e as periferias com contingentes da classe trabalhadora, aumentando consideravelmente a população e tornando São Paulo em uma grande metrópole a nível mundial. É neste período que o êxodo rural e a urbanização se manifestam de maneira profunda (Caldeira, 2000).

Dos anos 90 até os dias atuais, a nova reconfiguração se deu por novos instrumentos urbanos-sociais conceituados como “enclaves fortificados”⁹, isto é, regiões elitizadas cercada por condomínios fechados, muros altos, sistema de vigilância com segurança privada e apoio da força pública como as rondas ostensivas das polícias e guarda-civil. Em volta desse local há mercados essenciais voltados exclusivamente a esse público-alvo, obtendo serviços e condições de setores públicos e privados, distanciando-se dos moradores dos bairros periféricos. A pesquisadora define o novo padrão do espaço que designou a questão urbana e social: “Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (Caldeira, 2000, p. 255).

Em volta dos enclaves, estão as regiões periféricas que servem de mão de obra para a população mais rica, promovendo uma economia do comércio e serviço. Assim, essa nova reconfiguração do espaço social, têm em sua complexibilidade de estar dentro de territórios

⁹ Os enclaves são conceitos geográficos definidos como um território está sobreposto a outro território maior. Exemplos de territórios que são enclaves são o eSwatini (antes denominada de Suazilândia) e o Lesoto, que têm todo seu território em volta da África do Sul.

de classes sociais opostas, ou seja, as classes populares servem a elite paulista. Esse convívio só é determinado pela relação de trabalho, pois há uma exclusão dos sujeitos das classes trabalhadoras nesses territórios elitizados, por isso que ao mesmo tempo que a elite necessita das classes subalternas, ela expulsa esta classe através de mecanismos de poder.

São nessas condições geográficas e sociais que, os territórios urbanos de São Paulo, são frutos de decorrências em problemáticas direcionadas aos conflitos urbanos. Esse enfoque foi visto por autores das ciências sociais e áreas correlatas, em que esses autores fizeram contribuições importantes para o campo, sendo escolhidos pelas temáticas trabalhadas por eles, havendo nesse sentindo, uma heterogeneidade de enfoques, referenciais teóricos, visões de mundo, epistemologias e resultados diversos da literatura consultada¹⁰. Portanto, será construída neste próximo subcapítulo, uma proposta de um campo de sociologia específica, como fundamento para compreender a questão envolvendo os objetos e disputas de segurança.

1.1 Sociologia dos conflitos urbanos

Destaca-se que a sociologia dos conflitos urbanos são uma gama de estudos, pesquisas e objetos que retratam as novas configurações do espaço urbano, em especial as periferias, baseado em confrontos, disputas e relações entre diferentes sujeitos, poderes e instituições, moldada a partir de elementos legais e ilegais, no que diz respeito aos ilegalismos. Esse campo é intrínseco a sociologia urbana, contudo, não focando exclusivamente em questões relacionadas à economia, política, moradia entre outros temas.

Muitos autores tentaram explicar os motivos do fenômeno da violência e criminalidade nos conflitos urbanos, analisando a conjuntura e os processos sociais da época. Começando com Caldeira (2000), a antropóloga cita em sua obra que houve um maior investimento na segurança pública e no efetivo de forças policiais no período de democratização nos anos 1990, comparado ao período da ditadura. Conjuntamente no que Zaluar (2007) relata, Caldeira mostra que a violência se intensificou nessa transição de regime. Com o recorte na capital paulista, a autora propõe que sejam multifatores interligados os responsáveis pela criminalidade e violência em São Paulo.

O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia; descença no sistema judiciário como

¹⁰ O quadro teórico dos autores selecionados na proposta do campo da sociologia dos conflitos urbanos, foi agregado na perspectiva de contribuir com os conteúdos investigados aos objetivos desta dissertação de mestrado. Isso significa que não houve o intuito de uma discussão crítica dos autores e seus resultados, mas uma incorporação dos conceitos, campos e discussões.

mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população (Caldeira, 2000, p. 101).

Assim, a descrença de instâncias do Estado - o sistema jurídico e as instituições de segurança pública - está associada com os problemas relacionados ao trabalho e a ideia de individualização dos sujeitos periféricos, fenômeno que se agrava com as mudanças político-econômicas e filosóficas do neoliberalismo no Brasil. Destarte, o fenômeno da pobreza - que sempre foi constante nas periferias brasileiras - ganha um novo fator estrutural nos últimos anos do século XX, surgindo na reflexão de muitos autores a pensarem sobre a relação da pobreza-neoliberalismo-criminalidade.

As medidas neoliberais, somadas à estagnação econômica da década de 1980, produziu perdas sociais e trabalhistas para a imensa massa de trabalhadores dos centros urbanos brasileiros e o sentimento de culpa nos indivíduos, não responsabilizando o Estado e os interesses da elite pela mudança e gerenciamento da política econômica (Telles, 1993). Dessa forma, há uma relação dos direitos recém-instaurados com a nova carta magna, relacionado com a política neoliberal e a pobreza: “É isso que permite dizer que a pobreza não é apenas uma condição de carência, passível de ser medida por indicadores sociais. É antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade” (Telles, 1993, p. 6).

Assim, a autora trabalha que por conta dos desdobramentos das políticas neoliberais, do desmonte de direitos trabalhistas e da indústria nacional, os trabalhadores estavam em uma pobreza incivil, conceito cunhado que vai além da pobreza econômica, relacionado com a perda de direitos social, político, simbólico e cultural (Telles, 1993). É interessante observar que com a perda de direitos básicos e de uma vida que não corresponde com dignidade humana, isto é, uma mazela generalizada do capital, os trabalhadores deixados ao descaso vão caminhar rumo a criminalidade¹¹.

Antes do período da ditadura, problemas relacionados a violência, drogas e crime era dado como algo secundário, haja vista que os problemas envolvendo os movimentos de oposição política ao regime eram o principal alvo, salvo a contextos de intensa arbitrariedade policial (Silva, 2010). Com o regime autoritário, foi produzida uma “ideologia de segurança nacional” que politizou este tema e buscava um controle social das ações, espaços e sujeitos no Brasil. A militarização das polícias foi um exemplo, como ele observa.

¹¹ O conceito de criminalidade é complexo, mas neste caso é identificado como solução ilegal para sobreviver ao caos urbano e social que permeiam os anos 1990 (Telles, 1993).

O primeiro deles é a militarização da polícia, que desloca o eixo de sua atuação repressiva, fazendo-o passar das atividades rotineiras de combate ao crime comum para questões definidas como relativas à segurança do Estado. Com isso, produziram-se as condições, se não propriamente formais, ao menos oficiosas, para que se explicitasse a autonomia dos aparelhos policiais em relação às restrições legais, os quais acabaram perdendo o pouco que tinham de enraizamento e legitimação popular (Silva, 2010, p. 289).

No momento pós-ditadura, essa “ideologia de segurança nacional” se manteve e sua política foi a repressão e violência, perdendo como a citação mostra, a legitimidade popular, acarretando mais contradições e conflitos entre os segmentos da sociedade.

Zaluar (1985) faz outros apontamentos que ajudam a construir o debate, direcionando a crítica não apenas por questões relacionados à política, economia e urbanização, como Telles cita, e nem pelos investimentos nas pastas de segurança e proteção como Caldeira pontua, mas reforçando o ponto do processo de deslegitimação de todo sistema judiciário e sua ineficácia em administração de conflitos, consolidando os ilegalismos populares e as primeiras formas de um *modus operandi* recaído na vingança e privatização da segurança.

Essas novas formas de ilegalismos populares marcaram os confrontos a partir da década de 1980, muitos como resultado desse processo de coexistência de punição entre a legitimidade do Estado e ações de segmentos da sociedade, que agiam em âmbito coletivo ou individual, como forma de resolução dos conflitos ou de segurança privada. Os linchamentos, justiceiros e pistoleiros são exemplos que marcaram (e ainda são frequentes) a sociologia dos conflitos urbanos.

Antes de mais nada, é importante pontuar que Feltran (2021) discute que a manifestação de linchamentos, justiceiros e pistoleiros eram muito mais vigentes antes da ascensão e da hegemonia do PCC nas periferias de São Paulo. Neste momento pré consolidação do partido, era comum uma relação de trabalhadores e moradores das periferias com policiais, justiceiros e práticas de linchamentos, para assim, protegerem os bairros e seus interesses, no período em que a violência e criminalidade se disseminavam na região metropolitana de São Paulo.

Segundo as pesquisas feitas por Martins (1995, 1996), os linchamentos podem ser entendidos como um ato de violência coletiva, que age de uma forma espontânea, não havendo nenhum tipo de julgamento formal, apenas uma ação da multidão emotiva, irracional, irresponsável e geral (Martins, 1996). Além disso, eles contêm um rito punitivo com crueldade em relação ao “crime” que o acusado cometeu, tornando, portanto, o linchamento uma forma de vingança coletiva e irracional contra o denunciado em questão (Martins, 1995).

Além disso, a pesquisa de Souza (1999), descreve o linchamento como uma violência coletiva contra um indivíduo, com características de linchar o acusado de uma maneira pública (em ruas ou avenidas que a população local pode assistir a punição), sem qualquer forma de julgamento legal instituído, o que pode causar a morte da vítima pela multidão (Souza, 1999). De Andrade (2018), determina que o linchamento é um ato de violência coletiva, em que um grupo de pessoas e/ou comunidade com um mesmo tipo de motivação e sistema valorativo comum, pune um indivíduo que cometeu algum delito grave.

O coletivo faz a punição a partir do corpo do próprio suspeito de cometer a tal ação, que pode ser um apedrejamento, uma mutilação corporal, um espancamento, entre outros tipos de tortura extrema (De Andrade, 2018). Segundo o autor, o linchamento não é direcionado a um grupo de culpados, mas apenas um indivíduo que sofre a punição com o instrumento de armas brancas como facas, pedaços de madeira, barras de ferro ou por pedras, encontradas no local da agressão (De Andrade, 2018).

Portanto, os linchamentos são uma violência coletiva, em que a multidão pune sem julgamento prévio um indivíduo que cometeu algum crime ou quebrou alguma regra moral e/ou simbólica de uma população. Os linchamentos são suplícios, ao contrário da soberania na figura do rei (Foucault, 2014), o soberano é representado na multidão irracional, que se apropria do corpo do acusado, disputando as punições e controle, para vingar, humilhar e machucar o indivíduo linchado (Martins, 1996).

Os justiceiros, segundo Carbone (2008), são um fenômeno das cidades urbanas a partir das décadas de 1970 e 1980. Nos bairros periféricos dessas cidades, os moradores conviviam com uma alta criminalidade e abuso por parte dos próprios moradores e bandidos, que humilhavam e roubavam essa população local. A partir desse contexto surgem os justiceiros. Eles são homens e moradores desses locais, cansados de serem roubados e humilhados por outros indivíduos, eles começam a se vingar e proteger os bairros e sua comunidade (Carbone, 2008).

Um dos pilares fundamentais que caracterizam a figura do justiceiro, é o fato de sua origem humilde e trabalhadora, devido a esses elementos, há uma relação de trabalho e moralidade que engrandece os justiceiros como do “bem”, em contrapartida dos bandidos do “mal” (Carbone, 2008). Essa moralidade associada ao trabalho [formal] é acrescentada por condutas morais pautadas na figura do homem viril, honesto e honrado que passa uma mensagem de segurança e conforto para seus vizinhos apoiadores. Dessa forma, os justiceiros conseguem um grande prestígio e legitimidade de seus vizinhos e moradores de modo geral,

pois eles enxergam na figura deste personagem, um sujeito que faz a proteção das pessoas e do bairro (Carbone, 2008; Fernandes, 1992).

Essa revolta é fruto de um complexo problema de segurança pública em que os bairros periféricos não têm proteção adequada, deixando os moradores sem o aparato policial e sofrendo com diferentes tipos de mazelas que constituem o justiceiro, sintetizando nas palavras da própria autora: “Os justiceiros nascem em meio a essa disparidade, onde a polícia só atua nos bairros nobres, deixando a periferia desprotegida. Após sofrer algum tipo de injustiça, esses homens resolvem fazer a justiça com suas próprias mãos. É o conhecido jargão: matar ou morrer” (Carbone, 2008, p. 178).

Como bem mostrado nas obras de Barreira (2002, 2014), o pistoleiro é um homem contratado por um intermediário a serviço de um indivíduo mandante que necessita assassinar alguém com uma pistola (Barreira, 2002). Diante disso, o “crime de Pistolagem”¹² como o autor trata, não é um simples homicídio, vai muito além das relações entre o mandante e o capanga, sendo utilizada em ações políticas ou extraconjugais, produzindo um sistema de pistolagem “em articulação com valores culturais, pretendo salientar aspectos da vida cotidiana do pistoleiro, através principalmente das suas falas, dos seus discursos” (Barreira, 2002, p. 53). O eixo central dos pistoleiros, não são a revolta como os justiceiros ou a punição como nos linchamentos, mas para resolver problemas privados e questões políticas, que acabam favorecendo aqueles que possuem muito dinheiro e influência nas relações de poder perante o envolvimento do assassino.

Assim, é produzida uma nova forma de ilegalismo populares nas periferias das grandes cidades, muito difundida no final do século XX, em que os próprios moradores buscam meios de julgamento e punição, conforme seus procedimentos morais, sem qualquer fundamento jurídico-legal, criando uma pseudo justiça que atenda as vontades momentâneas da fúria da população. Dessa forma, foi criado um mecanismo de segurança que é representado na imagem do homem justiceiro, dos linchamentos e pistoleiro, com características morais que se adequam ao conjunto de valores da população.

Essa questão dos ilegalismos populares está voltado à premissa que Zaluar mostra, associado ao conceito de sociabilidade violenta que Silva (2010) utiliza, explicando que os conflitos urbanos são marcados pela insuficiência dos diversos direitos que o Estado deveria fornecer à população:

¹² A própria expressão “pistolagem” não têm uma conotação do meio jurídico, ela se encontra no imaginário da população brasileira, atribuído a uma conotação da mídia ou da própria polícia, que remete o instrumento de ação do assassino, isto é, a pistola ao crime em que ele comete (Barreira, 2014).

Para explicar o aumento da violência, temos que entender o contexto sociocultural em que se dá o apoio da população ao uso da violência como forma de punição e repressão ao crime, concepções do corpo que legitimam intervenções violentas, o status dos direitos individuais, a descrença no judiciário e sua capacidade de mediar conflitos, o padrão violento do desempenho da polícia e reações à consolidação do regime democrático (Zaluar, 1985, p. 134).

É diante desse contexto que os conflitos urbanos se acirram, surgindo novas organizações que atuam em ações ilegais e ilícitas, utilizando a violência como instrumento de alcançar seus objetivos. O crime organizado, palco do próximo subcapítulo, é direcionado às novas facções, como principais, se destaca o Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro e o PCC em São Paulo. Ademais, as milícias (distribuídas pelo Estado do Rio de Janeiro e um dos principais problemas da segurança pública e isonomia do Estado), são um dos centros do debate contemporâneo.

Essas organizações surgiram no período que se caracterizou como transição do fim da ditadura para a “redemocratização”, com a fundação do CV em 1979, no presídio Cândido Mendes, popularmente conhecido como “caldeirão do diabo” no Rio de Janeiro (Lima, 1991) e a criação do PCC em 1993 na Casa de Custódio de Taubaté, no interior do Estado de São Paulo, presídio famoso pela violência institucional e popularmente conhecido como “Piranhão” pela comunidade carcerária (Dias, 2011; Jozino, 2017).

Já as milícias, são organizações heterogêneas com membros atuando no limbo do legal, ilegal e institucional, representada por moradores, ex-membros de facções, policiais, bombeiros, vereadores, com apoio de deputados e empresários. Elas surgiram no início dos anos 2000 e sua forma de atuação é tida pela coerção e violência nos bairros e morros cariocas, voltando para o gerenciamento de práticas ilegais e abuso de autoridade, com envolvimento no tráfico de drogas, roubos, assaltos, coerção para adquirir o controle de luz, internet, gás, água, transporte público entre outros serviços (Geni, 2021; Zaluar, 2007).

A princípio, alguns autores começaram a se dedicar nos estudos em relação ao crime em regiões de convívio, aqui denotado pelas primeiras etnografias nas periferias e favelas para discutir violência e tráfico de drogas. Zaluar (1985), identifica uma separação moral entre os sujeitos, criando no cotidiano desses espaços categorias de “bandidos” e “trabalhadores”. Essa diferenciação é produzida pela percepção moral, relacionada ao regime

normativo da moralidade cristã, como na construção simbólica do trabalho¹³, como elo fundante de sociabilidade entre os indivíduos (Feltran, 2014; Zaluar, 1985).

Essa construção social histórica de diferenciação do legal e ilegal, concebeu novas formas de subjetividades e produção de novos sujeitos, criando um *ethos* específico que foi construído na figura do sujeito bandido (Misse, 2010a). A etnografia de Zaluar (1985), mostrou uma diferenciação de bandidos com respeito perante a comunidade e aqueles que não possuem virtude em suas ações, gerando um *ethos* dos “bandidos formados”, havendo em sua subjetividade, fatores importantes na construção moral da realidade periférica urbana, como o respeito e proceder. Além disso, o narcisismo masculino¹⁴ é uma condição de dignidade, honra e poder, visto que a virilidade se transforma como empoderamento moral, na (re)afirmação constante de se autodeclarar como “Sujeito Homem” e “Macho” (Zaluar, 1985).

Os “bandidos formados”, são descritos pela autora como: “[...] aqueles que já tem experiência e conhecem as regras do jogo [...]” (Zaluar, 1985, p. 143), em outras palavras, são os indivíduos que respeitam e zelam pela boa convivência com a população, repudiando ações imorais que não estão na “regra do jogo”. Esse processo gera complexas interações de legitimidade entre o crime e a população, algo que Ruotti (2016) se debruçou e será aprofundado nos próximos capítulos.

Zaluar também identifica que os sujeitos “trabalhador” e “bandido” têm visões e críticas um com o outro, respaldado por questões morais e de sobrevivência, dado a crise do mundo do trabalho [pauperizado]. No olhar dos trabalhadores, os bandidos são atraídos para este tipo de “vida” por conta do dinheiro fácil e por não querer trabalhar nas funções cotidianas (que por sua vez são precarizadas), havendo vícios morais em relação a drogas, bebidas e curtição. Já os bandidos têm uma convicção que os trabalhadores são ingênuos, em virtude de trabalhar muito e ganhar pouco, fruto da exploração do trabalho no sistema capitalista (Zaluar, 1985).

Dentre o espaço das periferias, Feltran (2014) discorre sobre a heterogeneidade que há entre os locais e sujeitos que nela estão passando pelo limbo da legalidade e ilegalidade e a produção de ilegalismos populares. Segundo o autor, são múltiplos sujeitos que vivem dentro da mesma realidade, gerando conflitos e convergências peculiares, havendo a presença de

¹³ Dentre o debate da sociologia dos conflitos urbanos, não há consenso em definir todo universo do tráfico de drogas como fator de trabalho, haja vista que há divisão do trabalho, remuneração, folga e alguns “direitos trabalhistas”. Contudo, a associação desse ramo a questão do ilícito, ilegal e crime, produz uma moralidade e negação do tráfico de drogas como uma forma de trabalho.

¹⁴ A figura histórica de justiceiros e pistoleiros também carregam o *ethos* masculino, constituindo nesses sujeitos a virilidade como qualidade para cumprir suas funções.

nóias, menores infratores, pedreiros, policiais, travestis, pastores de religiões neopentecostais, bandidos, entre tantos. O autor salienta que esses diferentes sujeitos fazem parte da classe trabalhadora¹⁵, vivendo os mesmos anseios, dificuldades e desafios que marcam a realidade brasileira.

O sociólogo critica seu campo, cujo os pesquisadores veem as periferias por dois vieses, ou como atraso, reforçando o discurso do senso comum, ou, mais recentemente, como característica de idealizar em aspecto [vazio] de cidadania. Destarte, o autor enfatiza que a questão social nesses espaços, (que foram debatidos em décadas passadas e por olhares distintos, como apontou Silva) foram deslocadas para o problema da violência, associado à criminalidade, drogas e pobreza, o que prejudica na metodologia da pesquisa (Feltran, 2014).

O ponto central na reflexão do autor, que será aplicada ao decorrer desta pesquisa, são a coexistência de regimes normativos diferentes no contexto urbano, aqui citado por um poder disciplinador, que normatiza e regula os corpos dos indivíduos e determinam valores, condutas e uma subjetividade peculiar (Foucault, 2008). Ele trabalha com três tipos de regimes normativos, o cristão, estatal e criminal, como ele aponta em sua obra:

São regimes que tentaram administrar a ordem das periferias urbanas, progressivamente autonomizando seus discursos frente aos concorrentes e, ao mesmo tempo, negociando mais acirradamente os consentimentos ativos, imposições, hibridizações e trocas entre eles no mundo das práticas. Regimes que irradiam discursos e orientam práticas desde locais muito específicos como igrejas evangélicas de diferentes denominações; pontos de venda de drogas, cadeias e mercados criminalizados; escritórios de postos de saúde, escolas, ONGs e entidades sociais, todos locais bastante relevantes nas periferias. Pastores, “irmãos” do PCC e funcionários públicos ritualizariam, em suas crenças e valores, a normatividade e dimensão de totalidade da lei de deus, dos códigos do “Partido” e do proceder, das funções administrativas e regulatórias estatais (Feltran, 2014, p. 505).

O primeiro é o regime normativo da moralidade cristã, que condicionou em valores e *ethos* de “trabalhadores” e “bandidos”, como Zaluar tratou em sua etnografia, estando muito presente na geografia social das cidades e nas sociabilidades dos sujeitos heterogêneos que nela se encontram (Feltran, 2014). Este tipo de regime cristão se impõe acima dos regimes estatais e criminais, percebido como meio moral e metafísico entre as disputas de poder:

Percebe-se, assim, por que é que a religiosidade evangélica e pentecostal, e mesmo a moralidade estrita do “crime” podem ser tão mais pervasivos, e expandirem-se tanto mais do que a “lei e a ordem” estatais nos universos periféricos. Trata-se da disputa entre gramáticas morais legítimas localmente, contrapostas a idiomas

¹⁵ Dialogando com a nota de rodapé 8, a relação da diversidade dos sujeitos que compõe a classe trabalhadora está condicionado no debate contemporâneo. A heterogeneidade dos sujeitos presentes nos territórios urbanos, dilui a identidade do sujeito trabalhador e da própria classe trabalhadora, tornando mais complexo esses indivíduos que compõe a classe trabalhadora, haja vista os debates atuais sobre gênero, etnia, sexualidade, ilegalidade e pobreza.

estatais concebidos, majoritariamente, como exógenos, elitistas ou mesmo equivocados moralmente (Feltran, 2014, p. 506).

O segundo modelo, é o regime normativo jurídico-legal ou estatal, correspondido pelas ações do Estado, que regulariza, controla e vigia a biopolítica das cidades, tornando o principal regime, em vista da universalidade de sua presença, moldado pelos discursos legais que insere o Estado na vida dos indivíduos. Este regime estatal tem uma aparência da legalidade democrática e do modelo de república, mobilizando categorias de jurisdição e políticas públicas (lei, ordem, cidadania, democracia) para mediar os conflitos sociais. Esses discursos são mediados por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, forças policiais, assistentes sociais, órgão de justiça, passando pela legitimação legislativa para produzir a ação judicial, ou nas palavras dele:

[...] regime estatal tem como mote a armadura legal republicana e mobiliza categorias como “lei”, “ordem”, e seus correlatos “direito”, “cidadania” e “democracia” como grandes mediadores normativos para o conflito social. Seus discursos seriam operados tanto por agências estatais por meio de instituições e políticas “públicas”, quanto por ONGs e movimentos sociais, regulamentadas formalmente pelo legislativo, produzidas como ideal de justiça pelo judiciário e operadas idealmente por mercados assim regulados (Feltran, 2014, p. 505).

O regime normativo criminal é o modelo mais recente que os dois anteriores e a terceira norma trabalhada pela sociologia do autor. Neste caso, o crime (aqui simbolizado por facções, milícias ou outros grupos) implementa normas de convívio, destacado em deveres e proibições que os indivíduos devem obedecer, caso contrário, são punidos. Esse tipo de regulação é a mais complexa e controversa, por meio de uma autoridade sem legitimidade [legal] perante a sociedade e o próprio Estado.

O que o autor inova é a hipótese de coexistência entre os regimes e suas interações através dos mercados monetizados. Segundo as análises¹⁶ do autor, acordos entre setores de regimes estatais e criminais são formulados, atravessando a margem entre o legal e ilegal e constituindo na cinzenta borda da ilicitude. Essas ligações podem ser nomeadas como suborno, corrupção e “arrego” (expressão informal oriunda da sociabilidade das periferias e do crime, vista em diversas etnografias da literatura).

O dinheiro é o produto que articula os interesses dos demais regimes e propõe acordos que vão além de princípios morais, éticos, legais ou ideológicos. Assim, a hipótese

¹⁶ Acrescentando o debate da nota de rodapé 12, Feltran zela pelo cuidado metodológico e analítico, tratando as relações do tráfico de drogas, diante do regime normativo criminal, como relações de trabalho, concebendo os traficantes na ótica de empresários que estão gerindo os negócios econômicos. Essa visão é importante, cuja gramática “traficantes” gera uma sujeição negativa e moral, dificultando em analisar os processos políticos do universo criminal.

fundamentada do autor é que o dinheiro, em última análise, é o grande mediador de conflitos: “Quando nem a lei, nem o que é considerado certo podem mediar a relação entre cortes populacionais e seus modos progressivamente autônomos de conceber a si e aos outros, é o dinheiro que aparece como único modo objetivo de mediar suas relações” (Feltran, 2014, p. 508).

Um dos grandes teóricos da sociologia urbana brasileira que tratou sobre essa questão foi Misse, que discutiu as relações e acordos que envolvem os subornos/arregos entre policiais e membros de facções no Rio de Janeiro. Para uma explicação melhor, recorro ao: “sentido do “arrego” transita entre a livre negociação, de interesse de ambas as partes, para a extorsão que obriga uma parte a negociar com a outra. De qualquer modo, a troca se estabelece e ganha o significado de uma transação que, bem-sucedida, atende às partes envolvidas” (Misse, 2010b, p. 90).

Aprofundando a análise do intelectual, a opinião pública dá mais atenção para casos de corrupção envolvendo agentes, indicando uma grave deterioração moral do Estado¹⁷. Isto posto, ele vai diferenciar e especificar conceitos e fenômenos. Em primeiro, ele diferencia a moralidade pública e privada, sendo a primeira voltada a *ethos* democrático moderno e o outro como individualismo egoísta (Misse, 2010b).

Em segundo, baseado em Misse (2010a), ele vai discorrendo sobre as nuances dos atos ilegais e criminosas (assaltos e sequestros), diferenciando das negociações ilícitas (suborno e arrego), distinguindo a ação política dessas negociações corruptas, o que agrava a situação dos agentes do Estado, que agem sob o conflito de interesses a favor de lucro ou poder privados, se corrompendo no final (Misse, 2010b).

Para conceituar este fenômeno, ele utiliza o termo mercadorias políticas para designar as brechas de ausência de regulação de nichos econômicos ou políticos, para a possibilidades de acordos ilegais e ilícitos. Ademais, as mercadorias políticas produzem a privatização de segmentos ligados à pretensão da soberania do Estado sobre o monopólio da violência¹⁸, por diferentes agentes que negociam por bens econômicos ou fins políticos. Nas palavras do autor, ele explica:

Tenho proposto o conceito de “mercadoria política” (Misse, 1997, 1999, 2006, 2009) para melhor operar analiticamente essa variedade de trocas e negociações

¹⁷ Esse tipo de negociação é comum no Brasil, mesmo não sabendo ao certa sua origem. Segundo o autor, as expressões e condutas do “jeitinho brasileiro”, “favor” ou “amiguismo” são exemplos sobre esse fenômeno (Misse, 2010a).

¹⁸ Monopólio de Violência, conceito cunhado pela sociologia weberiana para designar o Estado moderno. Entretanto, no caso brasileiro, o Estado não contém um monopólio de violência em regiões específicas, incluindo às periferias, visto que outros poderes disputam este monopólio de violência estatal, como o PCC nas periferias paulistas ou as diversas milícias na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

ilícitas que correspondem, em grande parte, às representações sociais de “corrupção”, “clientelismo”, “extorsão”, “tráfico de influência”, “fraudes econômicas” etc.” Ao atingirem o Estado, alcançam seja a sua soberania, seja o seu monopólio de regular o mercado econômico, administrar a justiça e criminalizar conflitos e cursos de ação com base no emprego legítimo da violência (Misse, 2010b, p. 99).

Misse fala que a escola das mercadorias políticas são as cidades, palco de toda discussão apresentada durante este capítulo. Porém, a prática de mercadorias políticas é diferentes em regiões e particularidades distintas, para exemplificar essa premissa, ele cita a uma pesquisa oriunda da Argentina, onde o fenômeno do suborno neste país tem condições menos desiguais e sem uso da violência por parte de agentes públicos, diferentemente da realidade fluminense, em que policiais abusam de seu poder e utilizam da coerção para conseguir seus fins (Misse, 2010b).

A vista disso, as mercadorias políticas são um importante destaque dentro do contexto da sociologia urbana, central na relação das facções e das forças policiais. Estas instituições também são relevantes para os estudos da sociologia dos conflitos urbanos, trabalhado como um dos principais objetos neste campo.

As forças policiais são consideradas o órgão estatal mais importante da administração da segurança pública, pois elas têm a função de manter a ordem pública e zelar pela vida dos cidadãos e seus patrimônios. Elas são diferentes em cada país, devido a cada particularidade histórica, social, política e cultural. No Brasil as forças policiais podem ser classificadas como polícia civil, polícia militar, polícia federal e corpo de bombeiros, além das inúmeras subdivisões. Essas divisões dentro do campo da segurança pública correspondem a uma maior autonomia e descentralização por partes das UFs e da união.

No período pós-ditadura, as forças policiais (principalmente a polícia militar) ganharam mais atenção e investimentos de suas respectivas UFs, estabelecendo como uma importante instituição do Estado. Silvestre (2018) demonstra em sua obra o investimento alto dos governos paulistas na polícia militar e suas tropas, cuja situação é consequência das políticas de segurança pública, marcada pela repressão e violência (Dyna, 2021; Salla, 2007; Silvestre, 2018). A política pública em São Paulo, portanto, foi a normatização da intolerância zero a qualquer forma de indivíduo “suspeito” nas abordagens policiais, constituindo no fenômeno da suspeição policial, bastante debatido na sociologia dos conflitos urbanos.

As abordagens são ações em que os policiais vão averiguar um “suspeito” que cometeu alguma ilegalidade, como porte de arma de fogo, uma quantia de substâncias

psicoativas, estar procurado pela justiça por algum motivo, entre outras. Não há critérios objetivos nesta suspeição policial, sendo, portanto, uma técnica puramente subjetiva amparada por fundamentos dentro da formação policial.

Esse tipo de ação não se encontra por uma lei específica que fundamenta a abordagem policial através do direito, apenas antigos artigos do código penal que são baseados em ações cotidianas que foram publicadas décadas atrás: “A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar” (Jusbrasil, 2021, p. 1). É diante desse artigo que são justificadas todas as abordagens, ganhando um caráter legal e que legitima as ações policiais.

Contudo, a subjetividade do policial para analisar um suspeito é baseada pelo racismo institucional, pelo preconceito de classe e lugar, estabelecendo uma generalização de filtragens que representam um cidadão como um suspeito a ser bandido. Posto isso, a suspeição policial é condicionada em um pré julgamento que o homem, negro, jovem e periférico são suspeitos e enquanto suspeitos, devem ser fortemente abordados, que em muitas vezes, são humilhados, ofendidos e agredidos por terem as características de um suspeito (Barros, 2008; Mattos, 2017; Ramos, *et al.* 2005).

Este suspeito é a materialização do estereótipo do “sujeito bandido” (Misse, 2010a), criminalizando todo indivíduo que têm características ou identidade de categorias que fundamenta a falsa percepção do senso comum, que atrela o perfil de homem, jovem, negro, periférico, pobre e suas vestimentas a visão [racista e elitista] de bandido. Isso produz uma forma de agir e se comportar diferente das forças policiais, ocorrendo casos de violência, segregação, humilhação e repudiando o “sujeito bandido” em regiões periféricas, e enaltecendo o não-sujeito bandido em regiões de classe média e na elite¹⁹.

Porém, muitos policiais que abusam de sua função e cometem crimes em suas operações são absolvidos ou nem são julgados, criando uma forte impunidade nas forças de segurança pública. A burocracia, o poder discursivo dos policiais e todo processo demorado

¹⁹ Para tentar evidenciar esta afirmação, será exposto o acontecimento do dia 31 de maio de 2021 em Alphaville, bairro de elite na cidade de Barueri em São Paulo. Alguns policiais militares foram chamados para resolver um problema de violência doméstica em um condomínio de luxo, mas chegando na residência, foram alvos de insultos e xingamentos do agressor, que justificava a saída dos agentes com abuso de poder econômico, humilhando os profissionais por conta da diferença de salários e do tratamento diferenciado entre regiões pobres e nobres, utilizando as seguintes palavras: “Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville, mano” e “Eu ganho R\$ 300 mil por mês”, “você é um m* [palavrão] de um PM que ganha R\$1 mil” (Tomaz, 2021). Os policiais não visando este indivíduo como sujeito bandido, não reprimiram o agressor, diferente nos relatos de violência policial nas periferias após confrontos verbais.

dos julgamentos são os principais elementos que contribuem para a impunidade policial, como mostrou Vianna e Farias (2011).

Segundo essas autoras, alguns casos de letalidade policial, referido a vítimas inocentes, ou seja, o não envolvimento de atos ilegais e ilícitos, são declarados como prerrogativa de “auto de resistência”, isto é, quando o profissional de segurança pública afirma que reagiu ou que a vítima morta oferece algum perigo à vida e operação do policial. Entretanto, como observado pelas autoras, os policiais matam propositalmente, sem nenhum risco a vida deles, e por conseguinte, manipulam e/ou são ajudados pela burocracia da instituição policial colocando “auto de resistência”. Dessa forma, o julgamento é mais demorado e complicado de comprovar o crime dos policiais, em razão do poder de prova dos policiais (baseada em sua própria palavra) e no documento oficial do Estado que constam como “auto de resistência” (Vianna; Farias, 2011).

Por fim, Silva (2010) diz que as forças policiais estão cada vez mais autonomizadas, se orientando de formas independentes de jurisdição ou força maior, produzindo um *ethos* próprio, além que a baixa eficácia policial e da justiça não pode ser solucionada apenas pela via técnico administrativa ou jurídica (Silva, 2010), o que corrobora para o empoderamento, impunidade e violência das forças policiais, saindo dos quartéis e das rondas nas cidades para ocupar lugares da política e cargos comissionados, como foi apresentado na introdução.

1.2 A diversidade das Periferias em uma perspectiva multidimensional

A exposição dos debates teóricos e analíticos de dimensões que perpassam as cidades urbanas, periferias e favelas, concentrando em São Paulo, foi fundada em autores clássicos e contemporâneos, aqui classificados na sociologia dos conflitos urbanos, mesmo havendo problemas que Caldeira (2000), Feltran (2012), Silva (2016, 2020) e Telles (1993) apontaram em suas obras, tornando em dilemas que devem ser debatidos dentre as ciências sociais. Antes, é importante destacar alguns pontos.

As periferias são espaços urbanos heterogêneos, marcado pela pobreza social e sua multiplicidade de sujeitos, com particularidades geográficas e culturais, não sendo possível homogeneizar esses espaços, em razão da construção histórica social e as diferentes dimensões das relações de poder. São esse tipo de condicionamento do poder que altera a visão de cada realidade, diferenciando a construção de setores do Estado (forças policiais, governo, jurisdição) em cada particularidade geográfica social no país.

As dificuldades relacionados à pobreza, desigualdade, trabalho, política, violência e criminalidade, entre outros temas, devem ser compreendido em cada particularidade, havendo novos elementos e sujeitos que impactam para a reorganização das cidades e periferias, como a hegemonia da presença do PCC em São Paulo e as disputas de poder e descentralização do CV, ADA²⁰, TCP²¹ e milícias no Rio de Janeiro, contribuindo para novos enfoques nos estudos da questão urbana e da segurança pública em cada realidade diferente.

As periferias são um rico espaço intercultural, constituindo por novas sociabilidades e condutas, atribuídas da própria realidade dessas regiões, como a construção de símbolos e signos que perpassam outros campos e temáticas associadas, originando novos prismas a serem pesquisados. A relação de periferias e juventude, representado aqui pela questão cultural, diante do fenômeno dos rolezinhos²² em São Paulo no início da década de 2010, gerou um importante debate do acesso e exclusão dos espaços culturais urbanos para essa camada da população. A música é outra esfera que compõe a dimensão cultural das periferias, seja pelo samba e pagode que fizeram e fazem sucesso há décadas, como, mais recentemente, o *funk* e *rap* que narram as dificuldades e a realidade periférica.

Vale destacar que o futebol é um elo principal de sociabilidade e identidade nesses locais, representado por times de bairros que participam do popular futebol de várzea, isto é, torneio de times de futebol de bairros e periferias, que estimula as torcidas bairristas e intensifica o pertencimento do torcedor/morador a sua realidade. O fenômeno do crime também está nessas dimensões, mas diferente do que foi discutido anteriormente, há elementos culturais e simbólicos que envolvem o mundo do crime com a periferia.

Utilizando-se do conceito de Feltran (2007), o mundo do crime é uma rede de sociabilidades, moralidade e narrativas oriunda do crime, compartilhada por outros setores da sociedade (como o futebol, *funk* e as periferias), aqui materializada pelo regime normativo criminal. Além de regular os corpos e normatizar as condutas, a relação entre crime e periferias conserva elementos de signos e símbolos, como os ideais do CV e PCC, como o

²⁰ A organização Amigos dos Amigos (ADA) é uma facção carioca que disputa territórios e o controle do tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro. Desde a sua fundação, nos presídios do Rio de Janeiro no final dos anos 1990, o ADA são ferrenhos inimigos do CV, causando uma guerra entre as facções e uma geopolítica do crime.

²¹ A organização Terceiro Comando Puro (TCP) é conjuntamente ao ADA, uma facção carioca que disputa territórios para a manutenção da economia criminal (Teixeira, 2012) e rivaliza com o CV. O TCP é oriundo de outras rachas de facções nos finais dos anos 1990 e começo dos anos 2000, havendo presença no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

²² O próprio termo “rolê” e “rolezinho” (para os cariocas “rolê” com acento agudo e “rolê” com acento circunflexo para os paulistas) foi um movimento de jovens das periferias que se encontravam em shoppings em bairros nobres e distantes, causando problemas e tentativas dos estabelecimentos comerciais de regulamentar a entrada desses jovens periféricos, por conta de sua sociabilidade, vestimentas e locais de origens, caracterizado portanto no preconceito de classe e raça contra aquela juventude.

símbolo do equilíbrio da filosofia oriental *yin yang* (Jozino, 2017), ressignificado²³ por setores da periferia, utilizando-se como identidade e pertencimento. Assim, esta definição de mundo do crime será utilizada durante toda exposição.

A exclusão, segregação, militarização e moralização também foram incorporadas nos estudos sobre periferias e favelas, ressignificando os territórios a partir das novas dimensões políticas, econômicas e da biopolítica que definem a nova realidade desses espaços. Os desdobramentos do processo socioeconômico do capitalismo periférico brasileiro, produziu uma intensa massa de exército industrial de reserva, localizado em grande medida em um excedente populacional nos territórios de favelas e periferias, marcado pela visão estigmatizante de preconceitos urbanos.

Este processo, com um maior cuidado em relacionar os problemas da criminalidade e violência, também foi incorporado em uma questão moral interna entre moradores, trabalhadores e bandidos. A construção das periferias e favelas foi acompanhada na visão de uma massa de trabalhadores e do estigma discursivo daquele espaço ser pertencentes aos bandidos.

Essa conexão das favelas como locais de classe trabalhadora e pertencente também ao mundo do crime, foi utilizada e estigmatizada até os dias atuais, na percepção do morador-trabalhador como aspeto positivo e o morador-bandido negativo, tornando a visão da favela dúbia, entre moradores estigmatizados por bandidos e bandidos que convivem com trabalhadores. Portanto, nesses locais, há uma clara divisão moral dos sujeitos, a partir de diretrizes do trabalho (e da religião), que torna tênue a configuração desses territórios e reforçam o olhar preconceituoso contra sua população (Nesimi, Botelho, 2020; Zaluar, 1985).

Os autores analisam que, os moradores desses locais, são tidos como indesejáveis e segregados. Isso está posto na medida que se altera a concepção entre a função social das favelas, em que esses territórios são retraídos para espaços de confinamento social ou territórios de contenção dos rejeitados, em uma sociedade que o mercado está cada vez mais presente nas dinâmicas econômicas e políticas e menos universal para as classes populares, prejudicando a coesão social e reforçando a desigualdade e pobreza.

Essa segregação territorial urbana das favelas e periferias é tida para separar grupos sociais por critérios de classe, raciais, renda, saúde, social, ou seja, no que Foucault conceitua em uma biopolítica para separar os territórios indesejados do restante da sociedade (como se

²³ Através da pesquisa de Iniciação Científica sob processo 26156-3 sob financiamento da FAPESP, foi observado na pesquisa de campo, que símbolos do *yin yang*, pertencente ao emblema oficial do PCC, são também utilizados por jovens da periferia, não tratado como semblante da facção, mas ressignificado como identidade periférica.

isso fosse possível na prática), deixando a população a mercê dela mesmo (algo que não é estranho para essas comunidades, haja vista que a história desses locais foram construídas por si mesma, ou seja, sem o amparo de outros entes [Estado e governo] e do auxílio econômico e de planejamento urbano), tornando-se em uma realidade de uma zona urbana precária e uma economia informal em sua maioria.

O controle e a gestão entre os territórios da “cidade” e nas “periferias” e “favelas” como se fosse possível essa separação ou a relação entre as economias formais e informais, com a característica de zonas de conexão de contato entre esses âmbito, estão presente nessa referência que os autores discutem sobre a segregação social territorial, como observam:

A segregação urbana que se abate sobre as favelas do Rio de Janeiro — ou pelo menos para as favelas mais empobrecidas e afastadas das zonas onde a riqueza circula na região metropolitana — não é mais a do controle dos pontos de contato entre a “cidade formal” e a “cidade informal”, a regulação dos intercâmbios que articulavam o circuito econômico inferior ao circuito econômico superior. Resultado de uma vigilância policial desde suas origens, inclusive fazendo uso das próprias formas “marginais” produzidas espaços nestes para seu controle, a função da segregação, realizada sobretudo pelo aparato policial nas favelas, era garantir o fluxo de mercadorias e serviços baratos nas interseções entre a favela e o asfalto. Desprovidas de funcionalidade econômica para o restante da cidade, excluídas da sociedade do trabalho e relegadas à sua sobrevivência mobilizando também seus escassos meios, parcelas crescentes dos moradores das favelas são agora contidos em seu próprio local de moradia e reprodução imediata pelas forças policiais ou militares de ocupação. O novo estatuto da segregação nas favelas é o de espaços de confinamento social ou territórios de contenção dos rejeitados da sociedade de mercado. As favelas se tornam cada vez mais parecidas com prisões em espaço aberto. Evidentemente, comparar frações do espaço urbano a prisões ou pelo menos a espaços de controle seletivo não é novidade e é um desdobramento do conceito de segregação urbana: a separação de grupos sociais, seja por critérios raciais, de renda ou mesmo de saúde em espaços determinados (Nesimi; Botelho, 2020, p. 19-20).

Destarte, com a segregação social, outro fenômeno aparece no cenário das cidades no contexto do Rio de Janeiro e se apresenta em outras realidades periféricas. A militarização do espaço urbano é utilizada para controle e gestão populacional, ou na gestão biopolítica, através das forças policiais e do exército (no sentido burocrático legal do Estado) e no aparecimento de forças ilegais como as facções criminais e as milícias. Ações repressivas servem para dominar, gerir e confinar essas parcelas da população que se encontram em territórios segregados, baseando-se no controle biopolítico para administrar a população a partir dos interesses do soberano, isto é, do governo manifestado pelo Estado.

Neste caso, a intervenção militar no Rio de Janeiro no ano de 2018 é uma boa amostra sobre a gestão militarizada em espaços segregados contendo as comunidades das favelas e periferias. O estudo de Souza e Serra (2020), auxilia no melhor entendimento sobre a

biopolítica das cidades e os conflitos e disputas de poder entre diversas forças que produzem fissuras no campo da segurança pública.

A intervenção militar de 2018 teve como pretexto²⁴: “a intervenção foi a suposta falência das instituições policiais para a manutenção da ordem e da segurança pública, incluindo o plano de ocupações nas áreas compreendidas pelos morros, onde haviam sido instaladas as UPPs” (Souza; Serra, 2020, p. 207). Na intervenção militar de 2018, as arbitrariedades cometidas pelos integrantes do exército (assassinato de pessoas inocentes ou que não estavam em combates, violência contra moradores, abuso de autoridade, corrupção) foram colocados em sigilos, além da prática de censura contra qualquer crítica ou oposição ao evento, materializado diversas ações de um Estado de exceção (Agamben, 2004).

Discorrendo brevemente sobre o Estado de exceção formulado pelo jurista e teórico Agamben (2004), este conceito condiciona uma prerrogativa do poder Soberano de decidir sobre diferentes momentos e situações que vigências de normas podem ser suspensas ou restritas perante a população. Neste tipo de Estado, há um efeito de suspensão ou limitação de direitos e garantias jurídicas pelos institutos e agentes responsáveis por sua aplicação, em outras palavras, o Estado de exceção produz instrumentos de exceção que não condiz com a normalidade do Estado de direito, mas agora, se torna permanente, com mecanismos políticos utilizando à força e exceções jurídicas para atender aos interesses do poder soberano: “A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica” (Agamben, 2004, p. 39).

Na realidade brasileira, é possível analisar que medidas que configuram um Estado de exceção (exemplificado na intervenção militar de 2018 no Rio de Janeiro) não são simplesmente uma anomalia ou desvio do Estado democrático de direito (simplificado no Estado de tipo liberal). Mas o Estado de exceção é uma variável da forma cinzenta que constitui o Estado democrático brasileiro, haja vista que medidas de exceção se tornam vigente para determinadas classes, sujeitos e territórios, enquanto o Estado democrático de direito exerce suas funções para outras classes, sujeitos e territórios, mas agora aos interesses do Poder Soberano, leia-se interesses do governo através do poder estatal e seus interesses de classe e grupos que a conduz.

²⁴ Ostronoff e Salla (2020) têm uma outra análise mais profunda e analítica sobre a intervenção militar de 2018. Os autores argumentam que a pressão de sindicatos patronais, bancos, federações de indústrias, entre outros componentes de organizações empresariais privados, pressionaram o governo para uma resposta mais repressiva que foi a intervenção, para cessar o número de cargas roubadas, que nos anos anteriores estavam em uma margem altíssima, gerando sérios prejuízos econômicos para os patrões.

Além de tudo, o cenário político naquela ocasião estava conturbado, com diversas medidas de exceção e abuso do poder soberano perante a população. O governo de Michel Temer (2016-2018), inaugurou no jogo político a inserção das forças armadas para compor o gabinete ministerial, sucedido posteriormente na gestão de Jair Bolsonaro (2018-2022), ocasião que nem no período ditatorial militar não houve com tanto destaque, diminuindo a simetria entre governo civil e governo militar (Souza; Serra, 2020). Os militares ocuparam diversas funções no executivo, como ministérios, secretarias e postos estratégicos para o Estado, e uma gestão militarizada estava ocorrendo além de territórios segregados, mas agora no centro político na esfera governamental do país (Feltran, 2021).

Segundo os autores, as cidades, como espaço central das relações sociais e das disputas de poder, são entendidas na particularidade brasileira, como uma região se manifesta a guerra e parcialmente ocupada por forças militarizadas, caracterizado por uma guerra híbrida ou assimétrica para controlar uma vasta gama de sujeitos (em que muitos são destinados como suspeito de serem/estarem além da margem da legalidade). As decorrências deste cenário não correspondem em um vencedor ou perdedor, mas uma manutenção constante de um projeto de guerra militarizada, em que os autores utilizam dos estudos de Agamben (2004) para redefinir o conceito para um Estado de exceção permanente, como eles desenvolvem:

Podemos até mesmo afirmar que estamos diante de um novo urbanismo militar: tratar a cidade como praça de guerra e utilizar táticas e estratégias de combate ao terror como paradigma para lidar com toda sorte de ameaças, articulando vigilância eletrônica, ocupação territorial e eliminação de inimigos em potencial. A cidade não é palco de uma guerra total, embora ela seja total e absolutamente ocupada, mas de uma guerra “assimétrica” ou “híbrida”. Ou seja, não se trata do emprego da força militar máxima para conter desordens e desordeiros, mas táticas de vigilância, controle de acesso, checagem de fronteiras, ocupação territorial, controle digital de identidades, numa espécie invasiva de guerra de guerrilha, em que não há igualdade entre os combatentes. Ao mesmo tempo, essa guerra não apresenta um vencedor e ela nem cessa com um armistício. Trata-se, sem dúvida, de uma guerra permanente a percorrer todo o tecido social (Souza; Serra, 2020, p. 209-210).

Destarte, o objetivo dessa gestão militarizada, não é mais gerir populações pobres integradas entre os círculos econômicos e territoriais, dos bairros nobres e pobres, mas sim, excluir e impor em um confinamento espacial assemelhado a prisões, mas agora em céu aberto, excluindo essa população do restante da cidade, utilizando a força militar como componente bélico de coerção e controle da população:

A militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, com uso contínuo e sistemático de forças militares, com o domínio direto realizado por forças paramilitares (milícias) e, por fim, a implementação de uma lógica policial de “retomada territorial” dos espaços criminalizados, transformou progressivamente as favelas em espaços de confinamento, para além da mera segregação já realizada através de

controle policial regular. Como não se trata mais de controlar populações pobres integradas aos circuitos econômicos do restante da cidade, nos locais onde residem os “descartáveis” de uma sociedade de trabalho cada vez mais restrita impõe-se um confinamento espacial assemelhado ao aprisionamento em espaços abertos, uma espécie de encarceramento urbano, ou seja, o isolamento como grau máximo da segregação (Nesimi; Botelho, 2020, p. 22).

As consequências disso são a violência, decomposição social e exclusão dos moradores favelados, tornando sujeitos descartáveis e suspeitos de serem do crime, elevando ao patamar de *homo sacer* em que Agamben (2002) traz a discussão em sua obra, caracterizado em indivíduos “sagrados” que são utilizados para outros fins (como nos cálculos biopolíticos da segregação e gestão de territórios pauperizados) mas que não podem ser sacrificados [e mortos simplesmente], estando em permanência do controle do poder soberano e utilizado para seus objetivos.

Desta maneira, a quebra da integração econômica entre as favelas e os círculos econômicos do restante da cidade, produziu na função social das favelas, espaços segregados e contidos neles mesmo, havendo economias precárias, periféricas, locais e criminais, além da gestão e controle de forças militarizadas para manter o *status quo* desses territórios.

Por fim, a relação do campo da segurança pública (discutido a fundo a seguir) e a questão urbana expressada nas periferias (a partir de toda discussão deste subcapítulo), é de suma importância para entender a gestão da população e os intermédios entre os temas da criminalidade (campo da segurança pública) e pobreza (realizado no tema da questão urbana). Portanto, compreender todas as nuances e dilemas que essas regiões apresentam, é de deveras relevante para a desnaturalização e uma visão crítica [e propositiva] sobre a realidade das periferias.

1.3 O debate teórico sobre crime e crime organizado

Diante dos mais variados problemas que existem nas sociedades contemporâneas, a complexidade do fenômeno do crime é um dos principais entraves que marcam as discussões e soluções para o combate desse tipo de ação. Ao longo dos anos, o debate entre os teóricos e especialistas do assunto, contribuíram para a modificação da percepção de como o crime age e na orientação de métodos para analisar este objeto (no âmbito teórico e científico), e também em propor medidas para a solução do combate ao crime (através de políticas públicas).

Esses estudos de diversos autores que pensaram os impactos do crime a nível internacional, nas realidades de outros países e culturas ou na particularidade brasileira,

favoreceram o campo das ciências sociais e de suas proposições para as discussões de como o crime se relaciona com ele mesmo, com a sociedade e com o Estado, alinhado a categorias políticas, econômicas, institucionais e sociais, tornando o crime como um elemento moderno do capitalismo²⁵ (Cepik; Borba, 2011), o que contribuiu com as análises complexas e profundas sobre esse tema.

Partindo do fenômeno do “crime organizado” em nível internacional, os primeiros estudos e discussões aconteceram nos Estados Unidos no começo do século XX, momento que as organizações denominadas como máfias²⁶, isto é, organizações que atuavam em ilegalismos, com origem de indivíduos que migraram aos centros urbanos estadunidenses (vindo de outros países, como Itália e a China) ganharam destaque e importância por suas ações e desdobramentos nos mercados ilegais da época, faturando com contrabando de mercadorias, proteção de indivíduos e negócios dos mais variados (Mello Neto, 2021; Adorno, 2019).

Foi neste contexto que se popularizou a imagem das máfias ligadas a uma organização inédita de atividades ilegais, muito disseminado pela indústria cultural ocidental, em destaque o cinema estadunidense, que iniciaram a construção do estereótipo do mafioso como um imigrante - italiano - que controlava regiões paupérrimas e tinha uma organização interna espelhada em uma estrutura familiar com uma moralidade conservadora e rígida, como o autor aponta: “é uma forma distinta de organização das atividades ilegais, pautada pela hierarquia rígida, códigos de conduta, rituais de iniciação e existência de sanções tanto internas quanto externas – algo como a dominação burocrática weberiana” (Mello Neto, 2021, p. 476). Dessa forma, foi produzida uma nova figura de um sujeito criminoso, que foi disseminada pela percepção do senso comum na metade do século XX e alvo dos estudos sociológicos a partir dos anos 1950.

A organização estruturada para negócios ilegais, foram se espalhando no território estadunidense e posteriormente, em diversos países do capitalismo central, como o próprio Estados Unidos, Itália e Japão, ou países do capitalismo periférico e/ou dependente, como as máfias russas, chinesas e sérvias, ou ainda, os famosos cartéis colombianos e mexicanos, ganhando destaque nas últimas décadas do século XX (Adorno, 2019). No Brasil, as

²⁵ Isso não quer dizer que em outros sistemas socioeconômicos ou culturais diferentes, não havia uma modalidade do crime, mas que a particularidade do crime estudada tem sua relação direta com os desdobramentos do sistema capitalista e seus impactos nos países.

²⁶ O objetivo desta dissertação não é o aprofundamento da questão das máfias, mas utilizar este objeto como ponto de partida para as discussões sobre o crime organizado e seus impactos na sociedade. Foi escolhido as máfias em razão da ruptura dessas organizações como pioneirismo de uma “organização ilegal contemporânea”.

primeiras organizações do crime consolidadas foram as facções de presos CV e PCC, a partir dos anos 1980 e 1990.

A conceituação de crime organizado é controversia, permeado ao debate que vem aumentando nas últimas décadas, seja em nível internacional ou no Brasil, o que ajudou a fomentar premissas mais sólidas sobre a questão do crime e do Estado. Na discussão das ciências sociais do Brasil, Mingardi (2007) analisa a existência do “crime organizado” através de características que diferenciam do “crime comum”, recusando a existência do crime organizado como uma modalidade ou ocupação.

Na visão do autor, há 5 atributos que definem o objeto, são eles: A) hierarquia; B) Previsão de Lucros; C) Divisão do trabalho; D) Planejamento empresarial; E) Simbiose do Estado (Mingardi, 2007, p. 56). Essa designação de qualidades do crime foi inspirada na formação da estrutura empresarial de negócios de mercados legais, ou seja, empresas modernas capitalistas, utilizando os 4 primeiros itens (A, B, C, D) para a organização interna e racionalização do planejamento das atividades econômicas do crime. O autor salienta que no “crime comum” não há esse perfil complexo e organizado, não estabelece um planejamento, uma divisão do trabalho, uma preparação e formação prévia e uma previsão dos lucros (Mingardi, 2007).

O item E é o diferenciador para o cientista político, em virtude da simbiose do Estado estar conectado com ligações de práticas de corrupção entre o crime e o Estado (o que se pode relacionar com o conceito de mercadorias políticas em Misse (2010b)), além do fato de criar conexões permanentes com base de dinheiro, medo e coerção. O exemplo recente das milícias cariocas é uma boa demonstração da porosidade dessas organizações com setores do Estado, em que forças policiais, representantes políticos e outros setores de classes dominantes e condicionados ao Estado, utilizam-se da prerrogativa do crime e do Estado para atender seus próprios objetivos, aumentando o poder e influência dessas organizações ilegais (Manso, 2020; Cepik, Borba, 2011; Mingardi, 2007).

Ademais, o autor classifica em 3 tipos diferentes de “crime organizado”, que auxilia na compreensão para análises sobre o tema: A) Modelo Tradicional: este primeiro tipo tem como aspecto a forma de afiliação pelo rito de “batismo” e apadrinhamento, havendo em sua estrutura a utilização de poderes, como na coerção pelo silêncio, o controle de territórios específicos e a realização de múltiplas atividades; B) Modelo Empresarial: este tem como característica a profissionalização a partir de relações de trabalho, sem vínculo de sangue, parentesco ou aproximação, orientada como supracitado, pela estrutura de uma empresa; C) Modelo Endógena: o último modelo e o mais complexo e particular, são as organizações

ilegais que surgem de desdobramentos das próprias instituições estatais, atuando com objetivos no conflito de interesses (entre a relação do privado x público) e na cooptação permanente de cargos do Estado, para manter a estabilidade do negócio da organização (Mingardi, 2007).

É importante ressaltar que as contribuições teóricas de Mingardi foram de extrema importância para um novo olhar sobre o “crime organizado” no Brasil, momento que o poder do crime em território nacional gerava pânico e atenção da opinião pública, exemplificado no PCC em São Paulo, em que o grupo consolidou sua hegemonia nas prisões e periferias, como na particularidade carioca, em que as disputas entre as próprias facções e a polícia militar, causou altos índices de violência e homicídios, além de contribuir para a ascensão das milícias na zona oeste carioca na última década.

Como na diferenciação de “crime comum” e “crime organizado”, Cepik e Borba (2011), averiguam o fator econômico dos tipos de crime como aqueles com finalidade econômica (como os casos de roubo, extorsão, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, entre outros), e aqueles que não envolvem o setor econômico (o que pode ser exemplificado com os crimes de estupro, violência doméstica, feminicídio, entre outros).

Dessa maneira, os autores compreendem o “crime organizado” no primeiro grupo econômico, com sua ênfase em prejuízos difusos, concentrados em nichos e mercados ilegais e ilícitos, que são parcialmente ou totalmente controlados por essas organizações²⁷. Pode-se entender, portanto, que uma das razões do sucesso desse tipo de crime é a dimensão que mercadorias são postas na ilegalidade, como, por exemplo, no comércio de drogas, devido ao fato de ser um negócio econômico mais seguro, duradouro, lucrativo e com menos riscos econômicos e de vida. Assim, essas organizações estão voltadas para os mercados econômicos (Cepik; Borba, 2011).

Os autores partem de uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) para classificar 3 características sobre o objeto: 1) Grupo criminoso: níveis de unidade específica do crime, com membros e formas e *lôcus* de atuação. 2) *Clusters* regionais: territórios que são interagidos com os grupos criminosos ou indivíduos. 3) Mercados ilegais: demandas e ofertas sobre mercadorias não legalizadas (Cepik; Borba, 2011).

²⁷ Um fator importante é que mesmo algumas organizações criminosas terem em sua essência o caráter econômico, elas podem atuar em crimes não econômicos, como em homicídios ou tortura. Isso significa que há várias dimensões para designar o grupo como uma organização criminosa, indo além do fator econômico ou de violência. O PCC é um exemplo de diversas dimensões diferentes, muitas delas contraditórias entre si, mas que foram cruciais para o desenvolvimento da complexidade da organização (Dyna, 2021).

Para eles, a definição de crime organizado se trata de coletivo de indivíduos que atuam em crimes regulares entre a motivação econômica (busca pelo lucro) e o prejuízo difuso (de outrem), produzindo novas capacidades de organização, coerção, técnicas e políticas, sejam elas parcial ou totalmente ilícitas. Essas novas capacidades são partem do produto do crime, nas palavras do autor:

Ademais, o critério da funcionalidade considera as redes de corrupção, coação e cooptação como parte constituinte, e não subproduto, da ação das organizações criminosas, assim como justifica que tais organizações não obedeçam a um padrão regular de estruturação interna, de agressividade, de internacionalização ou de associação com o Estado, mas sim que adaptem seus distintos recursos extra econômicos às contingências do mercado em que atuam e aos constrangimentos impostos pelas forças de segurança ou por organizações rivais (Cepik; Borba, p. 378-379).

Um dos autores que contribuiu com suas pesquisas sobre segurança pública e que introduziu um novo olhar sobre a conceituação de crime organizado foi Adorno (2019), que estabeleceu 3 eixos para fundamentar seu ideário sobre o objeto da análise: A) Para ele, o crime organizado tem uma estrutura institucional com divisão do trabalho internalizada, com a atuação dos membros em atividades ilegais e mercados ilícitos. B) A forma que essas organizações exercem suas atividades e economia criminal tem como objetivo final a busca do lucro [e de poder]. C) A instrumentalização da força e violência são recorrentes nas organizações, como em práticas de corrupção e conexões com os mercados legais e ilegais, além da manutenção de todo fluxo de operação (produção, circulação, distribuição, segurança, vendas locais), utilizando da força como elemento para estabilizar seus negócios econômicos (Adorno, 2009).

O conteúdo na obra de Lopes Júnior (2009), compreende o crime organizado como um processo que perpassa um embate político e ideológico, analisado a partir da metodologia de rede social do crime, estabelecendo um conjunto de atores que estão conectados e relacionados, dentro e fora deste âmbito, estando, portanto, amparado e exercendo alguma atividade ilegal. Dessa maneira, a gama de relações e conexões que os grupos de atividades ilegais agem são vastas, o que contribui para novos contatos, negócios, clientes e fornecedores, isto corrobora para uma expansão dos interesses de diversos grupos - seja eles legal ou ilegal - e cria uma interdependência entre os mais variados atores e organizações.

Um exemplo são os assaltos a bancos, em que grupos organizados utilizam da rede social do crime para conseguir o máximo de informações, armamentos, mão de obra e recursos para atingir seus objetivos. Isso permite que a rede social do crime e suas conexões legais e ilegais, sejam um dos principais fatores de organização e planejamento dos membros

do grupo, o que leva tempo, trabalho e investimento, como nos casos dos assaltos do novo cangaço²⁸ pelo interior do Brasil (Aquino, 2021).

No debate contemporâneo, o conceito de “crime organizado” não é muito utilizado por muitos pesquisadores, sendo criticado por conter alto teor de discursos punitivistas, fragilidade conceitual e uma categoria ampla que produz uma forma abstrata e com ausência no conteúdo, tornando uma expressão próxima ao senso comum que engloba diversos discursos midiáticos, policialescos e conservadores.

Iniciando os ponderamentos do conceito de “crime organizado”, Adorno (2019) aponta diversas críticas ao termo e elenca reflexões sobre o debate no campo. Num primeiro momento, o sociólogo avalia os princípios jurídicos e normativos que estão na essência do conceito de “crime organizado”, argumentando que cada tipo de delito ou crime possui particularidades diferentes e uma complexa gama de elementos (como foi citado, em que há crimes de tipo econômicos e não econômicos), o que apontam para a fraqueza conceitual.

Além disso, a forma de atuação, organização e sua simbiose ao Estado (Mingardi, 2007) dos grupos classificados como “crime organizado”, vai se alterando devido aos novos rearranjos políticos, econômicos e tecnológicos, diferenciando da classificação de crime do código penal brasileiro da década de 1940, como nas mudanças de concepção no período em que a violência e criminalidade tornam vigentes nos últimos anos do século XX e início do século XXI (Silva, 2020), como nas novas dinâmicas do crime atualmente. Para auxiliar, o autor explica essas novas mudanças da infraestrutura e objetivos dos coletivos ilegais:

Essas novas organizações criminais têm se “modernizado”, operando à base de redes, com comandos descentralizados, com divisão social de trabalho para execução de operações as mais diversas (como ocorre por exemplo no roubo a Banco, cf. Aquino, 2010), com especialização de tarefas e com apelo aos meios tecnológicos mais avançados (telefonias, informática e meios de transporte sofisticados como jatos e helicópteros). Mobilizam enormes volumes de capitais. Alguns fazem apelo moderado à violência fatal, apoiando-se em mecanismos, igualmente violentos, como emprego de cárceres privados e cerceamento de direitos (Adorno, 2019, p. 38).

Assim, as novas mudanças do fenômeno não são acompanhadas por novas demandas e complexibilidades, mas pela simples conceituação abstrata de “crime organizado”.

Prosseguindo com a crítica, a generalização do conceito é outro elemento importante na visão do autor, em razão do termo ser amplo e abstrato, podendo colocar qualquer ação

²⁸ Novo cangaço é uma nomenclatura sobre o fenômeno de grandes assaltos em instituições bancárias em cidades pequenas e de médio porte pelo interior do Brasil. O PCC esteve envolvido, mas semelhante a outros casos, alguns membros da facção financiavam ou participavam dessas empreitadas e não o comando como um todo (Aquino, 2021).

ilegal como simples “crime organizado”²⁹ (Adorno, 2019). Em outras palavras, inserir determinados grupos ou fenômenos que são diferentes entre si, mas agrupados no conceito amplo de “crime organizado” prejudica e enfraquece uma análise precisa dos fatos, como suas causas e consequências dos mais variados âmbitos dos objetos analisados, incluindo no mesmo grupo as infrações sobre tráfico de pessoas, jogo do bicho, assaltos, roubo a bancos, desvio de emenda parlamentar, entre outros.

Outra ressalva importante foi feita por Silva (2010), em que o autor discute que a expressão crime organizado, foi utilizada ao longo do tempo de maneira abstrata e totalizante, não correspondendo como uma aplicação direta da realidade. Assim, o sociólogo critica a gramática das palavras expressadas no campo da sociologia urbana e focada na proposta de sociologia dos conflitos urbanos, em que os conceitos geram mais violência do que explicam os fenômenos moldados por um efeito *boomerang*: “A violência urbana é o centro de uma gramática que produz uma compreensão prático-moral de boa parte da vida cotidiana nas grandes cidades. Ninguém precisa definir a expressão, por que ela é a referência que confere sentido às atividades e ao debate coletivo” (Silva, 2010, p. 286).

Assim, o “crime organizado” também faz parte dos conceitos que geram mais violência, pois sua essência é complexa de se explicar na realidade, devido ao discurso de quem (re)produz a crítica (Foucault, 1991), como na relação ambígua do legal e ilegal (Telles, 2010).

Telles e Hirata (2007) também contribuíram com ressalvas nas questões objetivas e de método em sua obra. Segundo eles, no campo de discussão sobre segurança pública e questão urbana, há algumas problemáticas conceituais, como os atributos de uma forma “onipresente” e “onisciente” em toda percepção do senso comum em relação a fenômenos e conceitos, como os casos “fantasmagóricos” dos objetos “crime organizado” e “tráfico de drogas”, isto é, a atribuição das mais variadas mazelas da vida social urbana inseridas nesses termos pelo senso comum, sem qualquer avaliação e reflexão crítica.

O que os autores trazem, portanto, são um conjunto de problemas estruturais (pobreza, violência, repressão, criminalidade), que são utilizados pela mídia, pelo senso comum e pela classe dominante como uma forma de culpar um inimigo fantasmagórico atrelado ao “crime organizado”, como na citação a seguir:

Tudo muito distante das imagens hoje amplamente midiaticizadas – e aceitas como fato e verdade – de um mundo capturado e dominado pelo assim chamado “Crime

²⁹ E quem dita o que é legal e ilegal são os setores que coordenam as diretrizes do Estado, como as instituições jurídicas ou a cúpula da administração pública.

Organizado”. Imagens que banalizam a criminalização da pobreza e alimentam a obsessão securitária que combina repressão aberta e sem pudor (a gramática da guerra, combate ao “inimigo”) e a gestão dos supostos riscos da pobreza pelas vias de dispositivos gestionários voltados às ditas “populações em situação de risco” (expressão hoje moeda corrente, e não por acaso), a rigor, o biopoder de que fala Foucault (2004); quer dizer: gestão das populações, gestão das vidas e, nesses tempos em que a exceção se tornou a regra, a administração de suas urgências para tornar os “indivíduos governáveis” sob a égide da racionalidade triunfante do mercado (Telles; Hirata, 2007).

Outra crítica que perpassa a interdisciplinaridade entre a sociologia e a criminologia foi feita por Salla e Teixeira (2020), em que os autores discutem sobre a debilidade em explicar o fenômeno do crime através do conceito “crime organizado”. Na análise, os autores descrevem que nos estudos das ciências sociais brasileiras, com destaque na sociologia, há dois temas específicos de pesquisa para esta área: o tráfico de drogas e desdobramentos com territórios específicos e as populações periféricas e prisionais.

Segundo os sociólogos, todo universo sobre crime foi direcionado à questão das drogas e as populações pauperizadas, o que pode ser compreendido por um viés *a priori* de relacionar o crime com a pobreza. O próprio termo em destaque é reproduzido a partir de um discurso enraizado, uma forma de criminalizar todo processo de exclusão e marginalização social, que em outros termos, são os sujeitos oriundos das classes populares que agiram nas atividades criminais ao longo do tempo, em especial, homens, jovens, negros e periféricos.

Com a utilização do termo “crime organizado”, a expressão reforça a criminalização e violência contra esse estereótipo do sujeito bandido (Misse, 2010a), prejudicando a análise e reprimindo com políticas públicas, como os autores apontam que o crime organizado “[...] manteve-se no debate como um elemento discursivo que se exerce para criminalizar ainda mais fortemente a criminalidade pobre e desorganizada, o que, embora seja um sintoma importante, não é suficiente para descartar a existência do fenômeno e suas explicações” (Salla; Teixeira, 2020, p. 152).

Ademais, o direcionamento da crítica é voltado ao fenômeno social (Estado e sociedade), como ao campo da sociologia brasileira, em que este saber foi seletivo na forma de analisar, criminalizar e reprimir o “crime organizado” que está ligado a identidade do sujeito bandido. O que difere, na visão dos autores, é a ausência em investigações, análises e repressão ao “crime organizado” ligados ao colarinho branco, estes que são tachados por sujeitos de classe média ou alta, homens, brancos e com recursos jurídicos e políticos que impedem atingir investigações ou serem presos como o primeiro grupo racializado e classista (Salla; Teixeira, 2020; Misse, 2011).

Essa premissa de diferenciação em tipos de crime organizado - que podemos dividir em dois tipos: o grupo estereotipado ao sujeito bandido e o do colarinho branco - foi trabalhado por Misse (2010a, 2010b, 2011). É importante destacar que o segundo grupo, passado pela percepção da mídia de maneira discreta e com grandes negociações com as mercadorias políticas (Misse, 2010b), não é criminalizado ou discutido com o teor punitivo do primeiro grupo, o que recai no conceito como uma tendência parcial e seletiva, com forte fundamentação racista e elitista.

Finalizando a reflexão dos autores, as diferentes denominações de “crime organizado”, tal como, as expressões de organização criminosa, crime organizado, crime negócio, organização social do crime, entre outros, são tidos como sinônimos para relacionar com tráfico e com as facções, tornando, portanto, uma adaptação do crime ao sujeito bandido. Dessa maneira, esses rótulos são criados para designar um fator específico, ou seja, para criminalizar o estereótipo bandido, gerando uma inserção de diversos fenômenos heterogêneos como simples e vasto “crime organizado” (Salla; Teixeira, 2020).

Por fim, são extensas as críticas, as considerações e as novas ponderações da literatura nacional e internacional sobre o fenômeno e desdobramentos do que é entendido como “crime organizado” nas ciências sociais e outros saberes relacionados. O intuito foi identificar alguns pontos importantes na crítica e análise dos autores para materializar e amadurecer a reflexão sobre o “crime organizado” e pontuações que foram desenvolvidas pelos pesquisadores, com o intuito de serem incorporadas nesta dissertação.

Dessa forma, no próximo subcapítulo será discutido nessa relação entre os grupos criminais e os mercados lícitos, ilícitos e ilegais. O objetivo, como parte do todo, é a contínua desnaturalização dos preceitos do crime organizado e a percepção punitivista em que se entende que questões sobre esses tópicos são apenas problemas de polícia e repressão.

1.4 Mercados ilegais, informais e ilícitos

A relação entre a legalidade política-jurídica, os mercados econômicos e a repressão do Estado, geram na realidade da segurança pública brasileira, um grave problema que perpassa o conflito de interesses de diversos sujeitos e a busca pelo lucro de setores do crime e de agentes legais, como os empresários. Assim, é de suma importância apresentar alguns aspectos para prosseguir com o melhor entendimento desse conjunto de instâncias e poderes.

Primeiro, como discutido por Adorno (2019), Cepik e Borba (2011), Lopes Júnior (2009), Melo Neto (2021) e Misse (2010a, 2010b, 2011), a relação do crime organizado como

um fator econômico é essencial para compreender o objeto que está direcionado a prática de negócios de mercados e mercadorias, seja no âmbito legal ou ilegal, o que produz uma dimensão econômica do crime.

Vale ressaltar que Cepik e Borba (2011) discorrem que o próprio sistema capitalista tem em sua história uma particularidade criminógena, com a alta rentabilidade e reprodução de negócios ilegais que favoreceram e enriqueceram os representantes desse nicho econômico. Com a predominância liberal da globalização e as revoluções tecnológicas nas últimas décadas, sobretudo os avanços da informação, comunicação, digitalização, financeirização e logística, os mercados tornaram-se expandidos e conectados a uma interdependência, isto gerou mercados consumidores e produtores das mais variadas mercadorias.

Essa prerrogativa oriunda de comercializar mercadorias legais de maneira rápida e lucrativa, isto é, que não sofreram com a repressão da estrutura dos Estados em proibir qualquer produto por diversos motivos³⁰, geraram também um novo paradigma para a internacionalização do “crime organizado”, em que, o último corroborou com negociações e trocas de mercadorias entre os mercados do sul global para o norte e vice-versa, aumentando o fluxo de comércio e o poder dos grupos intermediários. São as cadeias de produção e de logística que movimentam e internalizam, através da lógica capitalista da busca pelo lucro, todo universo ilegal que perpassa a internacionalização do crime (Cepik; Borba, 2011).

Para exemplificar, os casos de internacionalização das rotas econômicas de drogas, como a maconha e a cocaína, são consequências das cadeias de produção (localizadas em regiões do sul global, com mão de obra menos qualificada e barata, uma jurisdição e policiamento que aceita negociações e subornos) e a busca por mercados consumidores (aqui recortada nas regiões do norte global, particularmente nos Estados Unidos e Europa), o que recai sobre os problemas de coletivos criminais, comercialização de substâncias ilícitas e a porosidade do legal e ilegal são frutos da consequência econômica do capitalismo contemporâneo.

Além da própria particularidade do capitalismo em utilizar-se das dimensões legais e ilegais para o acúmulo de lucros, Alvarez e Salla (2020) discutem o papel do Estado como uma forma administrativa, operando em uma política racionalizada, modelando

³⁰ Os motivos são complexos e partem de princípios culturais, religiosos e normativos, gerando um debate sobre a legitimidade de cada proibição, como a guerra às drogas no continente americano (normativo e ideológico) ou leis de inspiração islâmica em países do Oriente Médio (religioso e cultural), como a proibição de mulheres dirigirem automóveis. Assim, é importante compreender cada particularidade dentro de seu contexto histórico-cultural, a fim de refinar a análise das proibições do Estado.

artificialmente as fronteiras e dimensões do legal e ilegal. Desta forma, o jeito que o Estado administra todo o meio social, faz produzir uma divisão (que é ilusória por sua vez), criando uma diferenciação entre tudo que é permitido ou negado, gerando uma relação tênue entre o legal, ilegal, lícito, ilícito, formal, informal, centro, periferia, cidadão, bandido e outros rótulos que são disseminados como naturais na sociedade (Alvarez; Salla, 2020).

Essa prática do poder do Estado se expressa nas medidas jurídicas, através de um conjunto de normas e posições, alinhadas às diretrizes da constituição, como também em medidas policiais para a efetivação e o cumprimento das regras e leis. Destarte, essa característica de que o Estado institui obrigatoriamente o que é ilegal e cria ordenamentos e força para cumpri-la, gera como consequência imediata, a repressão e criminalização daquilo que não é permitido, fornecendo, portanto, uma prática de violência e marginalização (Alvarez; Salla, 2020).

Pensando na perspectiva de crimes econômicos, o processo de proibição de uma ação, mercadoria ou relação, gera de imediato, uma demanda e valorização maior do que foi posto na ilegalidade, aumentando os riscos e lucros. Essa premissa pode ser entendida pelas mudanças dos crimes no Brasil, bem como as alterações e interdependência do mercado global e o aumento das novas tecnologias.

Partindo da análise de Ostronoff e Salla (2020), no começo do século XX, os crimes no Brasil tinham algumas características, como: Crimes contra o indivíduo; Práticas de crimes interpessoais; Realização dos crimes em espaços domésticos ou nos locais de trabalho. O que se distingue da atualidade, são crimes que não visavam os patrimônios em sua maioria, cujo elemento econômico não era primordial. É a partir da década de 1940 que os primeiros grupos criminais começam a se organizar de uma maneira qualitativa, mesmo aquém das facções e organizações contemporâneas. É interessante notar que a criação desses primeiros grupos se assemelha ao período histórico que o Estado cria uma jurisdição penal para punir crimes, em razão da proliferação desses atos nas grandes cidades brasileiras.

Até o início dos anos 1970, os assaltos a bancos eram raros, eles começaram a intensificar-se devido a tática política de guerrilheiros urbanos e opositores do governo da ditadura, nas quais, instituições financeiras eram saqueadas, para que seus objetivos fossem cumpridos. Isto abria uma brecha para que presos comuns repetissem a mesma prática. Ambos eram reprimidos pela lei de segurança nacional (Amorim, 2003; Ostronoff; Salla, 2020). Com a dura repressão contra os presos comuns, além da dinâmica de ação rápida, lucrativa e menos custosa em vidas, muitos migraram para o comércio perigoso do tráfico de drogas.

Em virtude das redes de drogas requisitarem uma alta demanda, os grupos e indivíduos que começaram a investir e se estruturar nesse ramo a partir da década de 1980, trouxeram como resultados, uma alta taxa de lucro, beneficiado pela ação do Estado e seus agentes jurídicos e normativos de reprimir indivíduos, pela manutenção do ilegal e proporcionar o aumento de lucros (Amorim, 2003). Mediante a isso, a política do Estado em proibir o tráfico de drogas foi uma das responsáveis pelo aumento dos recursos financeiros e do poder desses grupos, como o PCC e CV:

Houve, portanto, um “salto” na criminalidade, com as modalidades do assalto a banco, tráfico de drogas ilícitas ou ainda do roubo de cargas que mobilizam a ação organizada e possibilitam uma transitividade entre os grupos “avulsos” que podem operar nessas modalidades de crime e outros mais estruturados (como o CV ou o PCC) que têm forte presença nas prisões e podem arregimentar novos membros, seja pela capacidade financeira, seja pelo domínio político, moral e normativo, que têm nos ambientes prisionais (Ostronoff; Salla, 2020, p. 231-232).

Apesar dos comandos terem protagonismo no mercado de drogas, outros grupos se beneficiam com a proibição do mercado ilegal de mercadorias e serviços, eles utilizam contatos no mundo do crime para aumentar o lucro nas atividades legais. Em outros termos, os mercados ilegais aquecem o comércio entre setores legais e ilegais, produzindo um lado obscuro de empresários que lucram cada vez mais, deixando a linha tênue entre essas duas esferas ilusórias.

Os roubos de cargas pesquisados por Ostronoff e Salla (2020), são exemplos da classe empresarial [burguesa], que se beneficiam dos mercados ilícitos e ilegais para a obtenção de vantagens contra seus concorrentes e, por conseguinte, obtém uma maximização dos lucros em razão da compra de mercadorias roubadas. Assim, adquire-se um preço abaixo das dinâmicas legais do mercado, logo, a venda para os consumidores é realizada por um preço mais baixo, tendo portanto, uma maior taxa de lucro e uma posição privilegiada com contatos no limbo do legal e ilegal, como é apontado: “Há empresários que só trabalham com mercadorias lícitas outros só com mercadorias obtidas por meio de roubo de carga e há os empresários que combinam as duas coisas, trabalham com mercadorias roubadas e com as mercadorias que circulam licitamente” (Ostronoff; Salla, 2020, p. 234).

Essa zona cinzenta, é um dos principais elos dos mercados legais e ilegais, isto é, a legalidade necessita da ilegalidade para obter mais lucros (como no exemplo do roubo de cargas), e a ilegalidade precisa da legalidade para camuflar e desviar do controle do Estado e de seus agentes e “lavar” o dinheiro para que não haja problemas (Ostronoff; Salla, 2020).

É neste jogo de mercado que a figura das mercadorias políticas (Misse, 2010b) ganha grande destaque. Ostronoff e Salla (2020) pontuam que há dificuldades das forças policiais na

apreensão e controle de “receptadores empresários”, ou seja, dos empresários que têm ligações e influência nos mundos legal e ilegal, a cargo desses setores pertencerem em uma classe com poder e prestígio. Isto impede as forças policiais de reprimir e investigar setores da elite econômica do país, não sendo apenas um problema de recursos e planejamento, mas de vontade política de outras instituições do Estado.

Com o poder econômico e a coerção pelo dinheiro, esses empresários - como também as facções - conseguem comprar a influência de agentes do Estado, burlando o aparato de inteligência da polícia e corrompendo as mercadorias políticas para o proveito de seus interesses financeiros. Assim, ocorre o aprofundamento da dimensão dos mercados legal e ilegal através dos negócios de empresários, grupos ilegais e mercadorias políticas, ou se preferir, a reciprocidade e necessidade entre a legalidade e ilegalidade, constituindo em uma nova faceta dos ilegalismos.

Diante o contexto de interdependência global, tecnologias e aumento do comércio, as cidades são palcos em que essas práticas ocorrem. Telles (2013) argumenta que as cidades são uma importante ferramenta para os desdobramentos e conexões dessas esferas complementares. Segundo a autora, as cidades são o coração da modernidade globalizada contemporânea, modificando seus mercados locais para atender circuitos transnacionais, com circulação de mercadorias novas (seja ela legal ou ilegal), a formalização de fronteiras, regulamentações de novas demandas, serviços e mercadorias, o que gera o aumento do fenômeno do contrabando e das falsificações, gerando uma maior ilegalidade nas cidades (Telles, 2013).

Deste modo, as cidades da “globalização moderna” aumentaram o fluxo e o limbo da legalidade e ilegalidade para seus mercados, mas necessitam de um agenciamento político que organize a ligação entre a legalidade ou ilegalidade, o lícito e o ilícito. Para a autora, a corrupção, as práticas de proteção, a extorsão e a tolerância são medidas a partir das condições dessas negociações que são criadas para coordenar essas atividades:

O fato é que essa ampla circulação de bens, produtos e populações que transitam nesses mercados depende, em grande medida, dos agenciamentos políticos que se fazem justamente nas dobras do legal-ilegal, formal-informal corrupção, mercados de proteção e práticas de extorsão que variam conforme circunstâncias, contextos e microconjuturas políticas e, sobretudo, dos níveis de tolerância ou incriminação que pesam sobre essas atividades (Telles, 2013, p. 446).

Por fim, a autora afirma que as relações entre os mercados são múltiplas e heterogêneas, não compreendem o legal e ilegal como fenômenos linear ou dicotômico, não são dois elementos contrários, isto é, eles são dispositivos que agem como agenciamento

prático de ambas as partes, semelhante a um modelo rizomático que se conecta e são interligados, sejam pelas mercadorias, pelos indivíduos e pelas relações ou jogos de poder. No Brasil, identificou-se os primeiros desdobramentos que a autora percorreu a partir da última década do século XX, principalmente nas maiores metrópoles, condição que foi abordada no primeiro capítulo e com maior foco nos estudos sobre violência e criminalidade nas ciências sociais brasileiras. O que demonstra a porosidade entre as duas esferas, levando a grupos e indivíduos a ultrapassarem essa fronteira imaginária para a obtenção de seus interesses:

Esta é a primeira questão a ser destacada: as fronteiras do legal e do ilegal não são lineares, muito menos dicotômicas. Dispositivos (e práticas) formais e informais, legais e ilegais, operam como agenciamentos práticos, situados, fazendo a combinação de recursos e repertórios de um lado e de outro; algo como marcadores e pontos de referência que fazem o traçado de territórios rizomáticos transpassados por redes superpostas de coisas e pessoas, transversais às várias situações de vida e trabalho e que se desdobram em outras tantas situações e outras tantas teias de relações situadas em outros contextos próximos ou superpostos (Telles, 2013, p. 450).

Diante tudo o que foi exposto, é importante destacar alguns pontos sobre a discussão. Os mercados legais e ilegais, são complementares em sua essência, uma forma rizomática de compreender as conexões e relações. Não é viável entender essas dinâmicas de maneira antagônica - como os discursos midiáticos, as políticas de segurança pública e o senso comum reproduz cotidianamente - mas sim, duas esferas artificialmente criadas por estruturas complexas e produzidas pelo próprio sistema capitalista, o Estado e as cidades globalizadas, que interferem cotidianamente na vida dos indivíduos. Nesse sentido, é importante evidenciar que esse poder artificial que produz os ilegalismos na medida do limbo do legal e ilegal, são um conjunto de medidas que regulam e direcionam o comportamento social (Foucault, 2014), sendo assim, construído socialmente como medida disciplinar e de uma biopolítica direcionada na figura do poder soberano (Foucault, 2008).

Os sujeitos incorporados nessas relações são heterogêneos e estão por interesses individuais, sejam eles de cunho econômico ou de influência política. Esses atores circulam nessas fronteiras do legal e ilegal, distinguindo de indivíduos que utilizam da manobra das mercadorias políticas como fuga dos problemas jurídicos e indivíduos que não conseguem essa proeza e acabam por sua vez presos. Assim, a importância do poder político e econômico é fundamental para o êxito na questão das influências e dos negócios.

Por isso a importância de analisar grupos e/ou indivíduos que atuam no crime através da visão econômica e política, entendendo que são as dinâmicas e preceitos dos mercados legais e ilegais, as próprias circunstâncias da relação do Estado e seus agentes e os interesses

de diferentes atores que condicionam os problemas que estão envolvidos na segurança pública e na questão urbana. O problema atual das políticas de segurança pública se encontra na repressão seletiva e na falta de preparo e estrutura diante da realidade que as forças policiais se encontram. Como será discutida no próximo subcapítulo.

1.5 O medo como estímulo na segurança pública

O entendimento que os problemas de cunho econômico são resultantes da pasta de segurança pública, torna este campo em uma gama de interesses contraditórios, tratando a função das forças policiais com o objetivo para reprimir, segregar e disciplinar os indivíduos ou grupos que atentam com os interesses daqueles que perpetuam na elite econômica e política do país.

Como observado anteriormente, esses problemas econômicos fazem parte da essência e das dinâmicas que o capitalismo, Estado, cidades e os próprios atores produzem socialmente, cabendo a segurança pública a manutenção de uma ordem, que reproduz as condições para a perpetuação dessa estrutura. Através dessa premissa, é possível entender algumas contradições e desvios que ocorrem dentro das forças policiais e das políticas de segurança pública.

Para introduzir essas contradições, é necessário identificar o sentimento que propaga o uso da segurança pública e de seus profissionais em ação, em outros termos, o medo e a percepção da segurança são instrumentos poderosos que são mobilizados socialmente para a utilização e regularização das relações sociais nos termos de violência, criminalidade e insegurança.

O medo é um elemento psicossocial que está inserido na rotina das grandes metrópoles brasileiras e envolvido com casos de violência, repressão e criminalidade, marcando o campo da segurança pública e constituindo-se como uma causalidade para as ações da prática ambígua das forças policiais, ou até mesmo na crescente indústria de segurança privada. Logo, o medo pode ser compreendido como uma ferramenta social que provoca discursos e poderes em disputas, no centro de uma biopolítica nas cidades brasileiras (Foucault, 2008).

O medo também foi alvo de estudos e pesquisas de cunho sociológico, voltados para as investigações sobre o mundo urbano e a segurança pública. Neste caso, Zaluar (2019) apresenta algumas considerações através das ciências sociais que contribuem para um aprofundamento melhor sobre este objeto de estudo. Para a autora, o processo que constitui a

segurança do Estado, representado pelo monopólio da violência e suas ações de coerção, é fundado pela doutrina liberal.

O medo é um fenômeno amplo, podendo ocorrer de diversas maneiras e com diferentes causas, estas podem estar associadas à saúde ou ao psicológico do indivíduo. Todavia, a autora destaca uma particularidade sobre a fobia, atribuindo o medo através de construções sociais do mundo urbano. Esses novos elementos sociais do medo, são identificados mediante a situações de risco e ameaças na realidade social, que produzem um conjunto de emoções como temor, raiva, desconfiança e insegurança, além de constatar o medo urbano como um conjunto de fatores *posteriori* das dinâmicas da realidade social (Zaluar, 2019).

As contradições que as grandes cidades urbanas expressam em relação ao medo urbano podem ser evidenciadas através de assaltos, violências física, sexual e simbólica, pela repressão policial, entre outros. Ela também pode ser produzida por intervenção de setores específicos que agem propositalmente para garantir insegurança e medo a uma parcela da população, com isso, essas distinções conseguem atingir interesses privados que são conquistados pela exploração do medo no meio público (Zaluar, 2019).

O medo ocorre também entre os agentes do Estado, sendo um dos pontos de interseção nas políticas de segurança pública e na saúde dos profissionais de segurança, visto que o medo dificulta a ação do policial em sua atividade cotidiana e prejudica a saúde mental e física do agente. Este fato ocasiona o adoecimento de vários policiais devido a pressão psicológica alimentada pelo medo presente em sua profissão.

Devido aos perigos da vida e da profissão, as tensões cotidianas e os conflitos presentes nas diversas partes do país, nota-se o crescimento no índice de adoecimento dos profissionais da segurança pública, como inúmeras doenças e até mesmo transtornos psicológicos:

Estresse, associados ao cotidiano de trabalho e em decorrência de eventos traumáticos vivenciados na atuação profissional; - Sofrimento psíquico e presença de transtornos mentais e comportamentais, relacionados a fatores como: falta de valorização profissional e de possibilidades de ascensão na carreira; risco iminente à vida; lidar com a morte de colegas; situações de investigação de conduta; necessidade de atirar em alguém; trabalho em turnos de revezamento, especialmente trabalho noturno (associado com prevalência de depressão); necessidade de realizar trabalhos informais para complementar renda, resultando em ausência de momentos de lazer (Back, 2021, p. 10).

O constante perigo, o estresse sintomático e a pressão interna e externa, eleva os problemas psicológicos dos profissionais de segurança pública, principalmente aqueles que atuam em rondas cotidianas, que lidam diariamente com problemas urbanos. Em sua maioria são

trabalhadores que ocupam um poder inferior na divisão do trabalho nas esferas policiais e na própria hierarquia militar (Ramos, *et al.*, 2005). Assim, problemas como depressão, suicídio e outros transtornos psicológicos são marcas permanentes na vida dos policiais (Back, 2021).

A negação do medo, na visão de Zaluar, possibilita o descontrole e a instabilidade nos indivíduos, não conseguindo gerir suas próprias emoções, limitando a liberdade de ação da população, tornando-o à mercê de uma proteção de um poder superior, para protegê-los e não deixando algo os ameaçarem. A percepção do medo, entendida como uma construção social nas dimensões do mundo urbano, está alinhada pela organização da infraestrutura dos bairros e vilas, no decurso do processo sócio-histórico das cidades. A autora argumenta que as regiões com infraestrutura decente, com planejamento urbano, hospitais, policiamento, iluminação nas ruas, produzem uma noção de segurança maior no imaginário da população. Já bairros sem uma organização prévia, com serviços de má qualidade, sem iluminação razoável ou com a recorrência de barulhos produz uma percepção menos segura (Zaluar, 2019).

A divisão de infraestrutura de bairros “mais seguros” e bairros “menos seguros” está relacionada a uma questão classista, em que bairros nobres detêm mais condições materiais de segurança, proteção, conforto e acessibilidade, em razão do envolvimento político e econômico de sua população, isto produz, na vida social, um ambiente mais tranquilo e com segurança.

Os bairros periféricos, pela sua particularidade de autoconstrução e ausência de serviços de qualidade do poder estatal, que não contam com a assistência do poder político e econômico, tornou-se um ambiente contraditório e reproduzido como local inseguro. As favelas são a expressão máxima desse pensamento, incorporando todo morador daquele espaço como um sujeito bandido, reinado pela criminalidade e sem organização social, gerando expressões pejorativas que associam o morador periférico como criminoso e perigoso (Misse, 2010a; Silva, 2020;). Além disso, a concepção de medo não está restrita a questões materiais, mas também de criação de subjetividades, moldadas a partir de pré-conceitos instituídos na formação histórica do país. O racismo, elemento estruturante de discriminação e violência, é um fator de segregação e está associado a elementos de construção social, tornando a figura do sujeito bandido racializado e repreendido como um suspeito (Misse, 2010a; Ramos, *et al.*, 2005)

As populações que residem em bairros periféricos e nas favelas são as mais afetadas pelo medo, por incumbências das disputas e confrontos entre a criminalidade e o poder do Estado. As relações assimétricas entre integrantes de facções, bandidos “comuns”, forças

policiais e os demais moradores, traduzem na visão da autora, em uma relação de medo e de poder, devido aos riscos que essas interações agem, como na ameaça que a criminalidade gera na vida dos moradores, a apreensão do trabalho policial em conflitos e o temor dos indivíduos que atuam no mundo do crime de serem presos ou mortos (Zaluar, 2019).

Assim, o medo é sintomático na medida que os confrontos, disputas e as relações de poder de segmentos da criminalidade e setores estatais se enfrentam nesses territórios residenciais, levando a população a se acostumar a viver com medo, aliado a insegurança que gera um novo produto a ser comercializado e pensado na sociedade.

As tentativas de retirar o medo e insegurança da população podem ser feitas pelo poder do Estado (com políticas públicas, ações das forças policiais ou de segmentos do poder judiciário) ou por outras instituições e/ou organizações de cunho político, cultural ou religioso. A própria autora aponta que setores da criminalidade também constroem condições para a manutenção da segurança em relação aos moradores, como a proteção ou construção de normas oriundas do mundo do crime, que devem ser seguidas pelo restante da população (promovida pelo discurso de proteção a escolas, parques, hospitais ou a proibição de assaltos aos trabalhadores e moradores do bairro). Dessa maneira, o intuito é disseminar uma mensagem de paz ao restante da comunidade e que condiciona a uma relação tênue entre os moradores e o mundo do crime (Feltran, 2008; Zaluar, 2019).

Outro dado interessante é a relação do temor e a religião. As consequências do medo e insegurança nas grandes cidades, fez reforçar a ida de famílias, em especial de regiões periféricas e paupérrimas, para as igrejas neopentecostais. Essas igrejas são os locais de refúgio dos moradores, que tentam sair da realidade urbana caótica para se aprofundar nas doutrinas e ensinamentos da fé cristã (Zaluar, 2019). Dessa forma, a religião ganha uma nova presença e um novo significado para a população, se referindo como um local seguro e em paz:

A vida cotidiana mudou muito, pois um número cada vez maior de moradores foi procurar proteção em igrejas neopentecostais, trazendo um novo conflito religioso que em alguns locais tornou-se agudo. Para enfrentar o medo, numa tentativa de fugir da violência e da sensação de insegurança e desconfiança, companheiras do medo, as famílias tenderam a se isolar cada vez mais dentro de suas casas e seus problemas individuais de sobrevivência ou de ascensão (Zaluar, 2019, p. 15-16).

Ademais, o medo também está vigente no projeto de segurança pública, em que as instituições policiais utilizam da repressão, violência e o temor como instrumentos de dominação e poder. Essa premissa deve ser combatida, utilizando-se de políticas públicas intersetoriais - saúde, infraestrutura, mobilidade urbana, educação, cultura, segurança - e

outras ações que favorecem a diminuição de armas letais em circulação e o aumento dos direitos civis, para que assim, se modifique a realidade e diminua a influência do medo na vida das pessoas, retirando o viés repressor dos órgãos estatais e que haja um fortalecimento no controle e julgamento de outras instituições (Zaluar, 2019).

As diretrizes da segurança pública brasileira são descritas pela autora como uma “guerra irregular” (Zaluar, 2019), defendido pela autora como o melhor termo para exemplificar a realidade brasileira. A guerra irregular tem sua explicação abordada, como uma guerra contínua e sem um propósito final, aumentando as disputas entre os mercados legais, ilegais, ilícitos e lícitos, marcado pela zona cinzenta (Telles, 2010) e os confrontos com as forças do Estado. O medo é o motor das guerras irregulares e a busca pela paz concreta passa pelas relações assimétricas nos bairros dominados por outros poderes, levando a entender que a pacificação deve conter medidas de atores governamentais e não governamentais, mobilizando os moradores: “Fazer a paz nas favelas é dismantelar essa insuportável assimetria no território dominado, pois não é de bom alvitre substituir uma dominação autoritária por outra ainda mais refratária à lei maior e, portanto, aos direitos do cidadão” (Zaluar, 2019, p. 15).

Azevedo (2008a) também discute sobre as prerrogativas do medo e o silêncio que as forças policiais provocam na sociedade como instrumento de poder coercitivo. O medo da violência policial é o principal motor que assusta os indivíduos, o que corrobora a partir da atrocidade de abordagens, o abuso de poder no trabalho cotidiano do policial e a insuficiência no controle da prática policial, alimentando o poder de voz e força do agente contra qualquer civil em serviço.

Dessa maneira, a estrutura da instituição e os agentes que nela estão, condicionam o medo como controle disciplinar da população e mistificam a imagem das forças policiais, gerando temor, domínio e ódio de parcelas mais atingidas da população. O autor analisa o silêncio e a imposição do medo que a violência policial gera na sociedade, com raros casos de acionamento da justiça ou divulgado pela mídia:

Diante do pesado “silêncio” que paira, instaurado pelo medo, sobre a sociedade quando se trata da violência policial, os poucos casos que são retidos nas instâncias jurídicas, por força da indignação social, postos em evidência pelos meios midiáticos e que são interiorizados nos próprios dispositivos de poder, são relevantes para a genealogia e análise da polícia, até que a velha omertà ou lei do silêncio seja rompida. A intervenção descendente da polícia correlacionada ao sistema formal de justiça carrega efeitos de poder que operam em uma economia de prevenção geral. No entanto, a formação e instruções recebidas nas academias policiais para operacionalizar a corporação como dispositivo auxiliar dos tribunais e da ordem jurídica não se processa de forma harmônica e funcional. A polícia, disseminada como rede de vigilância e controle nos micro-espacos, produz um regime de verdade ou um código informal de justiça que modula sua intervenção na

sociedade. A presença permanente e persecutória no espaço local como grupo de controle de transgressões produz sua dimensão ascendente de poder, emanando de “baixo para cima” quando se dirige para o código formal de justiça e de “baixo para baixo” quando recorre ao seu código informal de fazer justiça, pronunciar e executar sentenças (Azevedo, 2008, p. 8).

Por fim, o intuito deste subcapítulo foi analisar o medo como um instrumento político presente nas sociabilidades das populações urbanas brasileiras, entendendo que o medo é um elemento vigente em todas as relações sociais e condicionado por determinados fatores, que formam uma construção da percepção de segurança e insegurança de um local. O medo pode ser provocado propositalmente, o que ocasiona o aumento do discurso de ódio, do armamento da população civil, na generalização do estereótipo do sujeito bandido, levando a população a lógica da guerra irregular (Zaluar, 2019). Ele gera através do poder da polícia um controle disciplinar que regula a população e se empodera com atitudes ilegais e arbitrárias (Azevedo, 2008).

Esse planejamento proposital e manipulado contém diversos interesses (políticos e econômicos) para a manutenção do medo e da forma que a segurança pública é gerida, moldando a opinião pública a consumir o ódio ao próximo, a abrir novos nichos econômicos e adaptar a população aos discursos conservadores, empoderando estes últimos (sob via eleitoral) e reproduzindo as contradições atuais do campo urbano. Para materializar esse pensamento (Zaluar, 2019). Destarte, os problemas relacionados à criminalidade nas metrópoles, a violência nas ações de grupos criminais, aliado à arbitrariedade policial e a contradição do medo e da repressão, faz com que a população procure medidas governamentais para garantir sua proteção. Isto ocasiona outra linha tênue que perpassa a dimensão da realidade brasileira entre elementos que reprimem e fatores que protegem.

Diversas formas de amenizar o medo e trazer a segurança são pautados pela sociedade, seja de maneira estatal com o serviço das forças policiais e segurança privada e outras instituições e/ou de poderes não governamentais, como as entidades religiosas, movimentos sociais ou organizações criminais. A presença de setores do crime, ressaltando o impacto que o Primeiro Comando da Capital gera nos territórios urbanos paulistas, também fornece normas, condutas e discursos que visam uma estabilidade e a paz entre os moradores e os integrantes da facção, instituindo uma particularidade que difere de outras realidades.

Por fim, este capítulo discutiu dois campos que estão relacionados, conduzindo a questão urbana e a segurança pública como setores que atraem as disputas de poder e a gestão da população de segmentos do Estado e grupos criminais, o que acaba levando as assimetrias e conexões entre as forças policiais e o PCC. Desse modo, toda discussão teórica é essencial

para a compreensão dos próximos capítulos, levando em consideração que alguns autores serão fundamentais para explicar o desenvolvimento do PCC nesses 30 anos (capítulo 2), da discussão do PSAC PCC (capítulo 3), e da etnografia nas redes sociais nos casos das situações das motos (capítulo 4).

CAPÍTULO 2

A COMPLEXIDADE E CONTRADIÇÃO DO PCC

Dentre um dos objetos que mais causam debates, intrigas e discursos na sociedade brasileira, muitas vezes infundados e mistificados, está o Primeiro Comando da Capital, uma organização complexa, que até em sua definição ou em sua descrição, recai em divergências e posicionamentos diferentes no âmbito acadêmico, científico, jornalístico, midiático, policial, jurídico e social. Durante os 30 anos da facção, o grupo inovou em suas práticas criminais e legais, além de obter adesão em nichos específicos, causando controvérsias sobre suas posições.

Como discutido em Dyna (2021), há um leque de possibilidades para analisar o comando, pois este objeto não é um agrupamento homogêneo e contém atuações díspares, havendo múltiplas formas para compreender o PCC, ou melhor, várias visões sobre as faces dos PCCs, no plural. Essa dissertação propõe captar a facção em múltiplos contornos que demonstra na realidade, ou seja, descrever os inúmeros desenvolvimentos e atuações do grupo, o que este autor intitula como uma complexidade e contradição do PCC em sua definição. O embasamento político não convencional, as atuações em nichos econômicos legais, ilegais e ilícitos, a força bélica e o “exército” velado, e principalmente, a produção e ética no sentido social, formam as diferentes dimensões do PCC.

É importante destacar que um dos fenômenos do empoderamento do PCC é causado pela ação do Estado, submetido por uma reação do grupo em tentar resolver adversidades, a partir de suas próprias condições e visões de mundo, o que recai em inúmeros reveses no âmbito jurídico-político e produz problemas no campo da segurança pública e na questão urbana.

Diante disso, será apresentada a história do comando, baseada em suas múltiplas dimensões, discutindo com os principais autores desse campo e proporcionando novos resultados sobre a totalidade do grupo. Essa tentativa de uma construção histórica da irmandade é pautada a partir de fontes, materiais e conteúdos de terceiros que investigam ou contam a narrativa do grupo. Isso significa que este capítulo buscou uma historiografia, dialogando com fontes jornalísticas e de pesquisas qualitativas da literatura especializada, e não com os próprios membros que participaram ativamente da construção do PCC³¹.

³¹ Construir uma historiografia do PCC é algo complicado, em razão das dificuldades de encontrar os integrantes, pesquisar uma organização criminal e por outros motivos. Dito isso, essa tentativa da “história” do PCC é baseada a partir de uma perspectiva “de cima”, pelas informações reproduzidas e analisadas por

O resgate histórico, organizativo e a definição, serão importantes para entender o partido, a partir do método de genealogia. Em resumo, o método genealógico é uma ferramenta para analisar os fatos e rupturas de um objeto a partir de período histórico, investigando os acontecimentos históricos diversos como forma de entender o presente (Foucault, 2014; Revel, 2005). Por meio disso, será explicado o que se entende por complexidade e contradição do PCC, semelhante ao rizoma, buscando construir um sentido original do agrupamento, fundamentado pela discussão sobre a genealogia e os instrumentos que o grupo criou. Esses tópicos são relevantes para compreender o PSAC PCC, sua gestão de segurança e o estudo da situação nos próximos capítulos.

2. 1 Da mistificação as controvérsias: o que é o Primeiro Comando da Capital?

O PCC é uma organização fundada por oito presos, que surgiu no dia 31 de agosto de 1993 na Casa de Custódia de Taubaté, conhecida popularmente como Piranhão, no interior do Estado de São Paulo. Atualmente, o PCC é composto por dezenas de milhares de membros ativos e apoiadores, que são chamados pelo linguajar nativo de “irmãos” e “primos”, além da “camada”³² que gerencia e orienta a organização não conter nenhum fundador. A expressão irmãos representa a denominação de indivíduos que são integrantes da facção. Primos são os indivíduos que não são oficialmente membros do partido, mas apoiadores e/ou concordam com o arcabouço de regras e ética do crime. Ambas as denominações foram criadas a partir de conjuntos simbólicos e culturais de outras esferas da sociedade, como a sociabilidade periférica, a moralidade cristã, a ética do mundo do crime, entre outros. Biondi (2018c), Dias (2011) e Jozino (2017) aprofundam as definições desses sujeitos em suas obras. Foram utilizados os termos irmãos, integrantes e membros como sinônimos para descrever os indivíduos pertencentes ao partido.

Durante esses 30 anos da facção, houve diferentes mudanças internas e externas, caracterizadas por fases e rupturas durante toda sua história do grupo. Dentre as fases, foi

profissionais de imprensa e pesquisadores, sendo necessário uma problematização dessa escolha, cuja forma não inseriu as visões dos próprios “nativos”, ou uma leitura “dos de baixo”. Portanto, essa é uma historiografia que abarca apenas alguns pontos gerais da facção, sendo que outras pesquisas, como Feltran (2018), fez a partir “dos de baixo”.

³² O termo camada foi escolhido para ser utilizado devido às divergências entre os principais pesquisadores do partido em relação à estrutura política e organizacional do agrupamento, além de ser uma expressão de denominador comum, evitando recair em termos ou conceitos específicos. Não há consenso na literatura para definir que existe uma “elite”, uma “gerência” ou uma “classe” superior no setor da sintonia final do PCC. Em seus textos, Biondi discute que não há uma hierarquia ou uma relação em que poucos estão no topo ocupando uma posição de liderança e o restante na base, servindo apenas para obedecer e seguir o que foi imposto, o que recai em uma nova e peculiar forma de organização. Essa discussão será aprofundada nas próximas páginas.

elaborado um quadro histórico do desenvolvimento e rupturas da facção em cinco momentos diferentes, que foram embasados pela literatura sobre o tema. A seguir, o quadro histórico cujos tópicos abordados serão aprofundados:

Quadro 1: Historicidade do Primeiro Comando da Capital

Fases e rupturas da genealogia do PCC	Período
Acontecimentos <i>a priori</i> ao surgimento do comando	Pré 1993
Os primeiros momentos da facção	1993 - 2001
Os ataques de maio e a consolidação do PCC	2001 - 2006
O hiato de pacificação e os desdobramentos de 2012	2006 - 2012
Expansão do PCC, geopolítica do crime e as alianças Tudo 2 e Tudo 3	2012 - 2018
As novas rupturas internas	2018 - 2019
Os últimos dilemas do partido	2019 - 2023

Fonte: Elaborado pelo autor

Aprofundando a explicação deste quadro: 1) O primeiro item será a discussão de algumas situações que ocorreram antes de 1993, fatores que foram determinantes para o surgimento da facção; 2) O surgimento até a primeira expressão de ação política do PCC foi considerada a segunda fase da organização, que ocorreu entre 1993 e 2001, período marcado pelos primeiros passos do grupo, a violência extrema e a composição política através dos generais; 3) Os anos entre 2001 e 2006 caracterizam-se como uma fase de rupturas bruscas na atuação, na organização, na estrutura interna e nas ações no sentido político e econômico, que se debruçaram posteriormente na forma de gestão de segurança do partido até os dias atuais; 4) O quarto marco ocorreu de 2006 a 2012, período que ficou conhecido na literatura pela pacificação no quadro de mortes em São Paulo, ocasionado pelas mudanças silenciosas e racionalizadas da organização. Estas datas foram essenciais para a reorganização de questões envolvendo o cenário urbano e a segurança pública paulista. 5) O intervalo entre 2012 e 2016 ficou marcado pelo crescimento e pela expansão da organização nacionalmente e internacionalmente; 6) Os conflitos e o fim da *Pax* criminal entre as facções foi estimulado pelo estopim da aliança entre o PCC e CV em 2016 e, nos anos seguintes, pelas alianças e disputas geopolíticas dos comandos por objetivos políticos, econômicos e de segurança em todo país. Dessa forma, o período de 2016 até meados de 2020 foi a marca de violência e guerras nas periferias e prisões; 7) Desde a pandemia até os dias atuais, houve novas

mudanças no cenário do PCC, diminuindo os combates entre as facções que tiveram o auge entre o biênio de 2017 e 2018, e com novas demandas e conjunturas o mundo do crime, conjuntamente a outros fatores, foi afetado, como a disputa interna na cúpula do partido.

Em vista disso, a divisão genealógica do PCC em sete momentos diferentes foi pensada para a melhor absorção de circunstâncias gerais e específica, ou seja, eventos em âmbito macro (pandemia da Covid-19, atuações governamentais e policiais, articulação transacional para o combate ao “crime organizado”, entre outros) e, também no micro (transformações na organização interna da facção, oscilações nas esferas de atuação, substituição de salves).

Todo esse processo histórico, sociológico, político e antropológico visa entender cada particularidade do processo do PCC, relacionando com outras causas, ações e demandas, o que constrói algumas hipóteses e análises originais que foram respondidas ao longo da discussão. Assim, não é possível investigar a complexidade e contradição do PCC, sem atentar-se às outras problemáticas e elementos que estão além do comando, Estado, segurança pública e questão urbana.

2.1.1 Acontecimentos *a priori* ao surgimento do comando

Antes de adentrar na história do PCC, é primordial descrever algumas questões relevantes sobre elementos que antecedem o surgimento da organização, discorrendo sobre formas de gestão dos presos e pseudos grupos antes do avanço dos comandos, além da violência com casos de massacres contra a comunidade prisional. No Brasil, as primeiras facções, como são conhecidas atualmente, surgiram no período a partir da ditadura civil-militar, com o CV entre o final dos anos de 1970 e 1980 (Amorim, 2003). Contudo, há um debate na literatura sobre possíveis organizações de presos no momento pré ascensão da forma organizacional que ficou denominado pelos discursos midiáticos, policiais e jurídicos de “crime organizado”.

Cada unidade federativa tem suas próprias dinâmicas internas relacionadas com questões culturais, tipos de crime, funcionamento da polícia e justiça, corrupção, entre outros fatores. Dessa forma, utilizando-se como referência o eixo Rio-São Paulo, no contexto carioca, havia as “falanges”, que eram grupos de presos que se associavam nas cadeias sem ter uma organização consolidada e que utilizavam seu poder baseado na premissa hobbesiana

de guerra de todos contra todos³³, constituindo-se da extrema violência e injustiças internas como forma de manutenção da ordem (Amorim, 2003).

Em São Paulo, o contexto difere um pouco. O cenário das cadeias paulistas contavam com alguns sujeitos intitulados pela literatura como “bandidões”³⁴ (Marques, 2014), isto é, presos que detinham um poder específico e causavam violência e constrangimento moral com o restante da população carcerária, principalmente aqueles que esses bandidões viam como “presos fracos”³⁵, o que aumentou, consideravelmente, a indignação da comunidade prisional. Além dessas figuras individuais, a discussão sobre o perigo de um grupo denominado de “serpentes negras”, gerou um alerta para o governo na época, pois seria a primeira vez que uma organização de presos teria se consolidado nas prisões paulistas (Dias *et al.*, 2019).

Retornando ao debate, a violência estatal contra os presos não é algo recente, e não se concentra na repressão policial. A estrutura jurídica, o sistema penitenciário e a má qualidade na gestão penal, são condições que produzem mais violência e prejudicam o objetivo ilusório de ressocialização dos presos, tendo em vista que o Estado priva a liberdade de um indivíduo. A instituição estatal não fornece condições materiais para o processo de ressocialização, apenas reforça elementos que mantêm o preso ligado ao crime, causando uma relação de prender centenas de milhares brasileiros e reproduzir, ainda mais, o ciclo de violência e criminalidade na sociedade, o que pode-se definir que a prisão é uma instituição que produz ainda mais problemas para a nação e esse tipo de modelo criou (de forma direta e indireta) as organizações criminais como o PCC e CV.

É diante dessa lógica punitivista que ocorreu uma tragédia e foi um dos mitos de fundação do PCC: o massacre do Carandiru em 1992. Em 2 de outubro daquele ano, um conflito entre alguns presos no pavilhão 9, acarretou a chamada das forças policiais pelo diretor Ismael José Pedrosa, com o objetivo de intervir na instituição penal e retomar a ordem após o tumulto. Entretanto, as forças policiais não foram apenas com esse intuito, mas também, com o objetivo de matar deliberadamente os presos de forma aleatória, provocando

³³ Sem uma organização de uma instituição consolidada (o Estado não fazia a gestão dos presos em sua totalidade), os presos mais poderosos (seja pela força, imagem, reputação) impunham sua força para obter o que eles quisessem, gerando conflitos constantes, que aumentavam a pressão por mudanças internas. Não havia, portanto, uma regulamentação dos presos feita pelos próprios presos, como ocorreu com a ascensão do CV no Rio de Janeiro e o PCC em São Paulo na década de 1990.

³⁴ Como forma de hipótese, esse descontentamento de parcelas da população carcerária pelo antigo regime das falanges e bandidos, facilitaram as ideias do CV e PCC para uma organização [consciente e planejada] dos presos, aumentando consideravelmente o poder e expansão do CV em pouco tempo.

³⁵ Ser considerado fraco remete-se, na visão das cadeias daquela época, como diversos elementos ético-morais que constroem a visão do bandido como homem viril. Esses bandidos se aproveitaram de outros presos que tinham características, segundo eles, afeminadas, gays ou qualquer atributo que fosse contrário a visão do homem viril ou contra uma forma de se comportar naqueles espaços.

a maior chacina da história nas prisões brasileiras (Machado, Machado, 2015; Onodera, 2007).

Segundo os dados oficiais, foram mais de 111 mortos e inúmeros feridos no caso do Carandiru, sendo que todas as vítimas desse episódio, sejam letais ou não letais, eram detentos e nenhum policial foi morto ou ferido gravemente. Isso significa que, na prática, não houve confrontos entre as forças policiais e a população penitenciária, mas sim, uma caça dos agentes repressivos do Estado contra os mais variados presos.

Mesmo com um número alarmante de mortos, os diversos sobreviventes, os pesquisadores, as organizações, entre outros, apresentam como hipótese que mais indivíduos foram mortos pela polícia, indicando que o número de assassinatos pode ser maior do que os 111. Isso demonstra que a prática do massacre foi encoberta e/ou minimizada pelos segmentos do governo, justiça e polícia. A quantidade de mortos foi manipulada e camuflada para não prejudicar a imagem pública do governo em relação às críticas feitas por cidadãos e organizações, seja no Brasil ou externamente, devido aos inúmeros crimes cometidos naquele fatídico dia (Machado, Machado, 2015; Onodera, 2007).

No caso do Carandiru, houve um grande movimento de apoiadores³⁶ (setores mais conservadores da sociedade) que tentaram legitimar a prática policial na chacina, argumentando que as vítimas eram bandidos que cometeram diversos crimes antes da privação de liberdade e com o ato do massacre, os policiais estariam fazendo “algo positivo para a sociedade”, eliminando aqueles que causaram dor e sofrimento contra os cidadãos de “bem”.

Até a escrita dessa dissertação, nenhum responsável pelo massacre foi efetivamente julgado e/ou punido. Alguns policiais que estavam na linha de frente ou na organização da operação foram condenados à prisão pelos órgãos de justiça, devido ao assassinato de mais de uma centena de indivíduos, contudo, após alguns recursos jurídicos atendidos pela defesa dos acusados, nenhum policial foi preso. Além disso, os policiais acusados conseguiram fama pelo caso, subindo na hierarquia da estrutura policial e com um lance inusitado: a eleição do Coronel Ubiratan para deputado estadual.

Coronel Ubiratan foi um policial, comandante do policiamento metropolitano de São Paulo e político à direita no espectro político. Ele foi considerado um dos responsáveis pela chacina do Carandiru, sendo acusado e julgado pela justiça, sob pena de mais de 600 anos de

³⁶ Houve setores da sociedade que apoiaram essa medida, seja pelos discursos nos meios de comunicação, como nos programas de televisão, artigos de jornais, ou ainda, na exposição de uma faixa por parte da torcida organizada Mancha Verde, do time de futebol Sociedade Esportiva Palmeiras, legitimando a ação da polícia.

reclusão, com o envolvimento de 102 das 111 mortes dos presos em outubro de 1992. Após anos conseguindo reverter e postergar sua pena, o Coronel foi eleito deputado estadual, representando os segmentos conservadores e policiais, elegendo-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro (sob número 14 na justiça eleitoral) e seu número da urna para as eleições foi 14111.

Dessa maneira, o ex-policial e político, utilizou do número de mortes do massacre de 1992 (111), para instrumentalizar a sua campanha para ser eleito no maior colégio eleitoral do país, sendo eleito sob o número 14111 na urna, carregando consigo a marca do episódio (e das mortes oficiais dos presos) e ganhando aval político da sociedade para ser um dos representantes estaduais. Em 2006, o então deputado e ex-coronel foi encontrado morto por seus assessores e, segundo a perícia médica, a causa da morte de Ubiratan foi dada após um tiro na parte peitoral.

Hipóteses sobre quem matou Ubiratan foram levantadas, dentre elas, está o próprio PCC, haja vista que, como deputado, Ubiratan defendia repressão contra o “Crime organizado”, maior letalidade e aprisionamento por parte dos aparelhos de justiça e polícia, além do discurso para a ausência de direitos para os presos, dentre outras pautas que se somadas ao fator Carandiru, contribuiu no crescimento da repulsa contra o próprio deputado, que foi jurado de morte pela facção. Até hoje não foi confirmado o acusado da morte do coronel Ubiratan,

Portanto, um dos principais motivos do surgimento do Primeiro Comando da Capital e seu envolvimento com outros segmentos - que deram fatores de legitimidade ao longo desses 30 anos - foram causados pelo contexto de profundas arbitrariedades na forma de cumprir a justiça, precarização no sistema penal, repressão estatal e a opressão interna do sistema carcerário. Isso foi dado aos poderes institucionais, indivíduos e pequenos grupos que executavam diversos abusos nas prisões e/ou que mantiveram essa estrutura.

Diante dos casos citados e de outros³⁷, que os problemas produzidos pela forma de governar os diferentes poderes na sociedade, envolvendo principalmente às áreas da segurança pública e questão urbana (periferias, prisões, instâncias jurídicas, delegacias de polícias), tiveram como resultado novos mecanismos e disputas de poder, levando a sua expansão e complexificação de seu poder.

Além do mais, o PCC foi criado em um momento de crescente violência e

³⁷ O massacre no 42º DP foi um sintoma da ação violenta da polícia. Em fevereiro de 1989, 18 presos foram mortos em uma pequena cela com 51 pessoas, devido a asfixia. O motivo foi uma retaliação a uma tentativa de fuga de alguns presos, o que acabou ganhando notoriedade pela forma da chacina (Salla, 2007).

criminalidade na sociedade, como observado no capítulo 1, conjuntamente ao período que intensificou a violência e empoderamento policial pelos governos paulistas (Dyna, 2022). A organização foi, portanto, uma reação³⁸ causada por múltiplas crises ocorridas pelo direcionamento do Estado na repressão de um poder, que em diversos momentos foi manuseado de forma arbitrária e provocou uma nova forma de organização, que em sua gênese, foi criado para se auto proteger e difundir seu poder com ideais para outros espaços e camadas da sociedade (Feltran, 2010).

2.1.2 Os primeiros momentos da facção

A segurança e a “autoproteção” entre seus membros foram um dos principais motivos da criação da organização. No dia 31 de agosto de 1993, após uma briga³⁹ entre presos do Piranhão em uma partida de futebol, um grupo alinhado ao time “comando da capital” criou um pacto momentâneo, com o objetivo de uma aliança contra a violência estatal, o abuso de outros grupos criminais e a luta contra a opressão do sistema penitenciário, sob forte discurso revolucionário⁴⁰ e uma ação política baseada na violência e sobrevivência oriundo da realidade criminal. Nascia assim, o Primeiro Comando da Capital.

O ideal de rebeldia e uma nova ordem criminal foi disseminado pelos irmãos e primos do comando, principalmente pela expansão para outras unidades prisionais em São Paulo ou unidades federativas vizinhas, o que acabou aumentando a quantidade de integrantes, cadeias e os ideais do PCC. É de suma importância pontuar que, com a repressão do Estado em afastar os “líderes” do partido na época, como os próprios presos que se encontravam no Piranhão, o governo enviou gradativamente esses indivíduos para penitenciárias longínquas. Isso foi essencial para que o PCC reproduzisse e fortalecesse o discurso de cunho revolucionário contra o sistema carcerário, o Estado e a adesão ao grupo. Portanto, um novo mecanismo de poder oriundo de uma reação de uma ação produzida pelo poder governamental.

O presídio do Piranhão era conhecido pela sua arbitrariedade, ausência de direitos básicos, violência e, conforme os segmentos de justiça, por abrigar os prisioneiros mais

³⁸ No sentido foucaultiano, em que todo poder gera uma resistência, o PCC pode ser enquadrado em uma resistência peculiar diante a ação dos poderes estatais.

³⁹ A briga foi cometida devido a uma partida de futebol entre os fundadores do PCC (time do comando da capital) e o time do comando caipira (presos de origem do interior paulista) (Dias, 2011; Jozino, 2017).

⁴⁰ Revolucionário aqui é entendido como tentativa de romper com o *status quo* e criar um novo paradigma político. No caso do comando, o grupo produziu discursos revolucionários e medidas práticas para romper com o sistema penal. Desse modo, não deve se compreender revolucionário no sentido do rompimento do sistema capitalista, em busca de outro sistema como por exemplo o socialismo, mas sim, discursos políticos e pequenas práticas que mobilizam as massas carcerárias contra a manutenção do sistema carcerário.

“perigosos”. O diretor na época em que o partido foi fundado era Ismael José Pedrosa, ex-diretor do complexo do Carandiru e conhecido por sua gestão autoritária (Biondi, 2018c; Dias, 2011; Jozino, 2017). A própria trajetória de Ismael José Pedrosa é um exemplo de que ações estatais truculentas e uma lógica punitivista que criou mecanismos de poder dos presos e uma nova resistência⁴¹, que mudou o sistema penitenciário brasileiro.

A prática política do agrupamento foi tida, no primeiro momento, pela violência exacerbada, mecanismos de controle e empoderamento dos principais líderes da facção, que foram denominados como generais. Mesmo sob o discurso revolucionário ao sistema penal, com uma nova organização e um *modus operandi* peculiar do universo criminal, nos primeiros anos o PCC detinha inúmeros problemas internos e havia uma ambiguidade constante na existência da organização, pois era direcionado a facção como um potencial revolucionário e lido internamente como uma mistifica moral que lutava contra a opressão do Estado, ao mesmo tempo que havia arbitrariedades na sua estrutura interna.

Essas ações foram responsáveis por uma visão do PCC como organização violenta e cruel, em razão de medidas de ações bárbaras, colocações injustas e opressão dos generais contra os integrantes que detinham posições de poder subalterno e seus rivais. Assim, a prática de grandes massacres, tipos de violência e suplícios, formaram uma política de horror e poder de violência exercidos de maneira clara, visível e pública, marcando e dominando os territórios como domínio a base da força e seu discurso unificador (Dias, 2008).

A morte do inimigo não era apenas física, mas também simbólica e nesse primeiro momento, o suplício público com crueldade pode ser considerado como exercício de dominação de poder nos territórios não consolidados e hegemonizado pela irmandade (Dias, 2008; Foucault, 2014). Degolação, mortes cruéis, desmembramentos, tortura, sofrimento, entre outras alternativas, são exemplos dessa violência simbólica que foi marcante na forma de matar na década de 1990⁴².

Nessa época, estavam incertos os inimigos e os objetivos⁴³ do agrupamento, pois o discurso inflamado e a disseminação dos ideais, aliado a generalização da violência extrema e o poder da organização, não tornava o PCC consolidado, organizado e eficiente. A conquista

⁴¹ Jozino (2017) narra que os principais líderes do PCC na década de 1990 falavam que Ismael era o nono fundador do grupo, pois sua gestão motivou o surgimento da facção, tornando ele um personagem fundamental na história do comando.

⁴² Posteriormente, isso foi resgatado nos conflitos entre facções em outras UF longínquas de São Paulo. Nesses episódios, não houve uma hegemonia do PCC e sim, disputas entre frentes de comandos, como os confrontos de 2016, 2017 e 2018 após o fim do acordo entre PCC-CV. Isso será discutido nas próximas páginas.

⁴³ Os objetivos eram mais retóricos do que algo concreto, pois ainda surgia e amadurecia o ideal do PCC. Pode-se afirmar que em 2001, com a megarrebelião, foi o momento que a facção mostrou consistência em seus objetivos e na sua figura pública.

de territórios se baseava através da força, violência e crueldade, sem utilizar premissas de “direitos humanos” e com uma moralidade oriunda do mundo do crime e na realidade das prisões, que promovia a perversidade como lógica de imposição de poder:

Esse período de afirmação da hegemonia do PCC, de transição de um modelo de exercício de poder baseado em qualidades individuais para um modelo onde a organização define as regras e as punições, era marcado também pela incerteza e indefinição acerca de quem era quem não havia ainda inimigos claramente definidos e visíveis; tratava-se, portanto, de um período de luta onde a violência explicitada refletia os diferenciais de poder em conflito (Dias, 2008, p. 12-13).

Esses traços de força, de dominação e de violência dentro do sistema penitenciário foram acompanhados de algumas ações externas, como pequenas revoltas, difusão dos ideais e megarrebeliões.

Com base em suas pautas e após anos de crescimento e empoderamento, em fevereiro de 2021, o PCC articulou-se em um ousado plano para protestar, enfrentar as contradições do Estado e apresentar-se para o público, através de uma megarrebelião momentânea que contou com 29 unidades prisionais no Estado de São Paulo. Os objetivos da megarrebelião de 2001 foram variados, apresentando pautas comuns à comunidade penitenciária (melhores condições para cumprir a pena, desativação da cadeia de Taubaté, o afastamento de José Ismael Pedrosa) e finalidades específicas ao grupo (impedir a transferência de líderes e os generais da facção) (Jozino, 2017). Esse grau de racionalização e êxito na prática foi acompanhado pelos noticiários da grande mídia, o que acarretou a aceitação da existência do PCC, tendo em vista que havia rumores, não confirmados pelo poder governamental, da existência da organização de presos em uma facção (Salla, 2007). A lógica de autoproteção se empenhou nesse episódio.

Com a disputa interna e a reorganização do poder, o PCC se auto-transformou após 2002 e 2003, adentrando em mecanismos e ideais que sustentam um novo tipo de organização e atuação. Os antigos generais, Geleião⁴⁴ e Cesinha⁴⁵, foram expulsos e decretados à morte pelo novo PCC, motivado por abusos entre os irmãos e ações imorais, o que levou a uma reestruturação do partido.

Os primeiros momentos foram marcados pela violência, arbitrariedade e centralização

⁴⁴ José Márcio Felício, conhecido como Geleião, foi um dos fundadores do PCC e um dos principais generais, acompanhado de Cesinha. Ele comandou a organização por uma década, mas foi expulso e jurado de morte pelos próprios membros. No contexto da pandemia, Geleião faleceu em decorrência da Covid-19. Ele foi o último fundador vivo até então.

⁴⁵ César Augusto Roriz da Silva, denominado como Cesinha, também foi um dos fundadores do PCC e foi um dos generais, ao lado de Geleião, com mais poder e comandou a facção até meados de 2002/2003. Cesinha foi assassinado em 2006 em uma unidade prisional no interior de São Paulo. Após ser expulso pelo comando, fundou outra facção, o Terceiro Comando da Capital (TCC), mas essa organização não teve êxito, sendo inimigo do próprio PCC e Cesinha jurado de morte por seu antigo grupo.

do poder dos generais. As mudanças ocorridas trouxeram novas condutas para haver mais igualdade e união no grupo, como melhor forma de unificação, coesão e coerência em suas atuações. Além da mudança interna, foi incorporado, com a ascensão do novo gerenciamento do comando, novos lemas, estatuto e mudança nos intuítos econômicos e políticos, adentrando na racionalidade de gestão e uma perspectiva biopolítica.

O PCC, com o seu surgimento e durante a década de 1990, popularizou o lema associado ao CV, que posteriormente foi difundido pelo mundo do crime. Paz, Justiça e Liberdade (P JL), foram os ideais que ultrapassaram as barreiras de qualquer facção, sendo utilizado até por comandos rivais, unindo os presos por um discurso unificador e ideal, pautando como inimigo as próprias contradições do sistema carcerário, isto é, o Estado (Amorim, 2003; Biondi, 2018c; Jozino, 2017). É interessante notar que esse ideal não se encontra apenas nas prisões, mas também, difundido nas periferias, o que reforça a construção simbiose do saber prisional relacionado com a questão nesses territórios urbanos.

O P JL é a difusão polissêmica dos valores, incorporada em cada realidade criminal e cultural, constituindo em um saber marginalizado e invisível, sendo possível interpretações. A Paz é a meta encarada como estabilidade entre os presos. A Justiça está mais associada à questão cristã de “justiça divina”, pois empenhadamente, o discurso contra as adversidades da justiça burguesa coloca uma crença na questão de Deus, como elemento justo para todos. A liberdade é o termo tênue, mas na realidade prisional é a saída do cárcere e a retomada da vida fora dessa instituição.

O P JL foi remodelado após as mudanças de 2002 e 2003. Os integrantes da facção adicionaram dois novos ideais, o de Igualdade e União, transformando em cinco princípios valorativos do partido⁴⁶. Nota-se que a escolha dos termos igualdade e união não foi algo do acaso. Por causa dos problemas que foi dada a reestruturação interna, o grupo ficou fragilizado em relação a opressão de membros que ocupavam cargos de poder e humilhavam os presos de patentes mais baixas, o que desandou retiradas de membros e a criação de outros grupos, enfraquecendo o poder do próprio PCC e produzindo novos rivais.

Dessa maneira, com a demanda dos problemas internos, a inserção da Igualdade, como aspecto de “democratizar” a própria organização e elevar as relações entre as camadas inferior e superior, foi bem-aceita e colocada nos ideais do grupo. A igualdade é representada em uma visão semelhante ao comunitarismo, uma igualdade de comunidade, não sendo aproximada com a percepção iluminista de igualdade ou da concepção de matriz socialista

⁴⁶ Para uma questão de didática e sistematização, os ideais do PCC “Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União” será abreviada nas siglas PJLIU.

(Feltran, 2018). Uma organização coesa necessita de igualdade para uma melhor atuação, que produz, consequentemente, uma União, assim, a unidade como valores discursivos foi posta pelo grupo, a fim de evitar futuros rachas como ocorrido entre 2002 e 2003.

Esses discursos e valores trazem na figura do PCC uma diferença em relação aos demais comandos, pois ele conseguiu unificar grandes parcelas dos presos através do discurso e significado sobre o combate da opressão e em desempenhar as funções prerrogativas do Estado nas prisões, como por exemplo, na gestão dos presos na limpeza, alimentação e administração de conflitos (Dias, 2008).

Todavia, houve um processo para a divulgação dessas mudanças, pois os acontecimentos em torno do grupo não são rapidamente propagados, além do fato que essas mudanças foram colocadas num contexto em que não havia tantos instrumentos e meios de comunicação em massa como há atualmente, e que alguns grupos mais familiarizados com a organização poderia saber sobre essas informações, o que difere de outras parcelas da sociedade, como as periferias sob ética do comando (Feltran, 2018).

Assim, Biondi em uma entrevista explica justamente esses problemas relacionadas a comunicação e os ritos do partido, respondendo a uma pergunta sobre o processo de filiação, denominado de batismo, pela facção:

Sim, existe um batismo, ele assumem um compromisso. Mas não quer dizer que todas as pessoas que morreram (na rebelião) fossem membros do PCC. Um membro não necessariamente conhece o outro. Eles não ostentam ser ou não membros. BBC Brasil - Com toda essa discricção, como acontece a comunicação e o envio de recados? Biondi - A comunicação não é infalível e nem sempre chega em todos os lugares ou da mesma forma (Biondi, 2017, p.1).

Portanto, a facção conseguiu cooptar e dar atenção devida aos seus integrantes, principalmente após sua reconfiguração do poder interno. Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União são a base do discurso do PCC e inserido em diversas ocasiões, desde salves, debates, ética e até em batismos. Os batismos, para citar um exemplo de mudança do conteúdo da organização, incorpora discursos e ideais cristã e da sociabilidade do mundo do crime, havendo uma simbiose entre os enunciados que produzem uma nova forma de agir e de discutir (Biondi, 2008).

Para ter uma ideia melhor, em um vídeo publicado na internet⁴⁷, apresenta-se um grupo de dezenas de presos no pátio em uma prisão precária, na cidade interiorana de Marabá, Estado do Pará. As pessoas fazem uma espécie de círculo no pátio, no momento do banho de sol, e no centro, um homem dita algumas palavras num tom alto e todos respondem,

⁴⁷ O vídeo é de autoria de Correio de Carajás (2023), disponibilizado nesse link: <https://youtu.be/vJLZvImg5Vc>.

como num jogo ritual de perguntas e respostas, que se repete 3 vezes, fazendo todo jogo cântico em alguns minutos. Após o final do vídeo, todos batem palma, comemorando a liturgia do crime. A transcrição das falas deste vídeo:

Homem: *Fé em Deus que ele é*

Todos: *Justo*

Homem: *Se Deus é por nós*

Todos: *Quem será contra nós*

Homem: *Um por todos*

Todos: *Todos por um*

Homem: *Unidos*

Todos: *Venceremos*

Homem: *1533*

Todos: *PCC*

Homem: *Paz*

Todos: *Justiça, Liberdade, Igualdade e União para todos*

Há outros vídeos disseminados pela internet e redes sociais sobre o mesmo rito. O conteúdo não difere muito, pois as frases são repetidas constantemente, tornando aqueles homens como parte simbólica daquela irmandade. Mais recentemente, houve a divulgação dessa liturgia do PCC no Paraguai, mas com a resposta de presos na língua portuguesa, espanhola e até em guarani, o que demonstra a força do grupo em batizar presos nas prisões

paraguaias e outros países da América Latina⁴⁸.

2.1.3 Os ataques de maio e a consolidação do PCC

Essas mudanças foram consolidadas no evento que marcou a aparição nacional do PCC, no ano de 2006 em São Paulo, data que os presos construíram uma articulação para uma nova megarrebelião, como ocorrida em 2001. Nos dias que antecederam a comemoração do dia das mães, em maio daquele ano, houve um salve geral para o que ficou conhecido como “ataques do PCC”, mas agora com uma conexão diferente dos anos anteriores, devido a participação de membros nas cadeias e fora desta instituição, tendo como resultado, 74 unidades prisionais rebeladas e ataques a delegacias, prédios públicos e um toque de recolher geral, levando um confronto contra o Estado, não visto nessa magnitude (Adorno, Salla, 2007; Biondi, 2018c; Salla, Dias, Silvestre, 2012). Instituições penitenciárias de outras unidades federativas também se rebelaram, como em Mato Grosso do Sul e Paraná, regiões em que a facção já detinha presença por causa das políticas estatais de afastar os líderes do PCC na década de 1990.

Um dos motivos para essa nova megarrebelião foi a transferência de presos ligados ao comando para prisões com mais rigidez, disciplina e ausência de alguns direitos dos presos. A remoção dos detentos para o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) foi o estopim para o ataque do partido, semelhante ao problema ocorrido em 2001, mas agora diferenciado pois o êxito do poder de organização, articulação e execução do planejamento do PCC, surpreendeu até às autoridades dos órgãos de segurança pública, pois o governo do Estado de São Paulo não sabia do tamanho empenho e coesão do grupo (Adorno, Salla, 2007; Biondi, 2018c; Dias, 2011; Jozino, 2017; Salla, Dias, Silvestre, 2012). O RDD é um objeto interessante diante do campo da segurança pública e penal, pois carrega inúmeras críticas e arbitrariedades em sua criação e fundação jurídico e política.

O RDD é uma instituição carcerária de regime diferenciado, criado em 2001, em razão da articulação da megarrebelião daquele ano sob autoria do PCC. O RDD surgiu a partir de uma medida administrativa do governo paulista através de uma resolução da secretaria de administração penitenciária, tornando uma ação extrajurídica, que posteriormente foi adicionada no Estado do Rio de Janeiro. Dias (2008) faz um conjunto de

⁴⁸ Nos últimos anos, algumas plataformas de internet, como o *Youtube*, restringiram e deletaram alguns vídeos relacionados à facção. Porém, há disponibilidade desses vídeos em outras plataformas, como grupos na rede social *Facebook* e no aplicativo de conversas *Telegram*. O vídeo gravado no Paraguai foi um, como tantos outros, que foram apagados pelas plataformas, alegando questões de segurança, jurídico e contrária aos valores dessas empresas.

críticas ao RDD, discutindo a ausência de precisão do termo e das faltas graves, aliado à formulação da lei de execução penal de 1984, havendo, portanto, erros jurídicos para justificar a ação rápida de exceção. Assim, às reformulações da Lei de execução penal e o acréscimo da lei 10.792/03, que modificou a antiga LEP de 1984, criou 3 razões para a inserção do preso ao regime diferenciado, como ela cita:

1-) Prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas; 2-) Tratar-se de pessoa que represente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; 3-) recaírem fundadas suspeitas de envolvimento ou participação em organizações criminosas, quadrilhas ou bandos (Dias, 2008, p. 19).

O RDD se distingue de outras prisões, pois a sua natureza é destinada para presos com alto grau de peculiaridade, destinado aos líderes do “crime organizado”, em especial, criado para dificultar o desenvolvimento do próprio partido e diminuir a organização interna dos presos. O intuito do RDD é que, seus mecanismos penais proporcionam um isolamento aos possíveis líderes dos comandos criminais - independente se de fato eles comandam ou não -, atingindo, em tese, toda cadeia de organização da irmandade, impactando a comunicação dos presos do RDD com os demais, de maneira que vise pelas autoridades, a desarticulação política do PCC e de outros grupos criminais.

Assim, Dias (2008) descreve que a medida de pena do RDD como um regime “hiper fechado”, baseado em restrições para o banho de sol e visitas, ferindo os direitos do preso, o que corrobora para sua deterioração psíquica e física do indivíduo, além de não colaborar com o objetivo da prisão que é, em teoria, a ressocialização de indivíduos para inserir novamente a sociedade. A grande diferença do RDD, na visão da autora e através de uma análise foucaultiana, é utilizar de mecanismos para individualizar e marcar os excluídos, mas não para normalizar e corrigir eles, como outras formas de disciplinarização, mas sim, segregá-los e incapacitá-los, para evitar qualquer tipo de reação, neutralizando o indivíduo e mantendo ele totalmente a mercê às diretrizes do poder disciplinador do Estado (Dias, 2008; Foucault, 2014).

A crítica da autora a fundamentação jurídica e política do RDD, vai no sentido de compreender essas mudanças jurídicas como interpretações dúbias e tende a favorecer ao arbítrio, como por exemplo, a utilização do termo de “organização criminosa” e do sujeito como um “suspeito”, que são expressões genéricas, mas que podem ser direcionados contra qualquer pessoa, visando apenas a punição (Dias, 2008).

O que acontece na prática com o RDD, é um instrumento político e penal, que busca a

contenção de indivíduos específicos, com as características de serem racializados, com classe social específica e sua origem, configurado ao imaginário do sujeito bandido (Misse, 2010a), para punir aqueles indivíduos que não cumpriram com acordos informais e extraoficiais da administração penitenciária com a população carcerária (Dias, 2008). Assim sendo, o RDD foi um mecanismo criado para reequilibrar as negociações e acordos entre os presos (que em São Paulo é destinado pela centralização do PCC ou baseado em sua ética e valores) e a instituição carcerária, como ela destaca que a contenção tem como objetivo punir as pessoas que: “vivem as margens das riquezas produzidas pelo sistema capitalista globalizado e, dentro desse regime de contenção, o RDD se institucionaliza como forma de punição àqueles que ultrapassam os limites impostos aos acordos tácitos da administração com a massa carcerária [...]” (Dias, 2008, p. 23).

Essa conclusão da autora é interessante, pois ela argumenta que o próprio Estado, na existência do RDD, quer uma negociação e manutenção de formas extraoficial, ilegal e arbitrária do projeto vigente de segurança pública, pois caso contrário, haverá punições de medidas de exceção com a segregação disciplinar. A ausência de direitos dos presos trouxe como consequência, as ações violentas e de sua natureza criminosa do PCC, que teve como resposta, às megarrebeliões, e para equiparar as relações de poder: “O RDD foi a resposta do Estado ao processo de consolidação de instâncias normativas ilegais promovidos pelo PCC. Essa resposta, contudo, institucionalizou e legalizou práticas punitivas que até então eram ilegais, apesar de rotineiras no sistema carcerário” (Dias, 2008, p. 23).

Dentro dessa lógica, o RDD foi a resposta de exceção e arbitrária ao poder e dos mecanismos ilegais do PCC, para manter a ordem estatal, legalizando e institucionalizando práticas mais punitivas e de exceção que, antes ilegais e agora são normalizados através da medida administrativa do RDD, expressada em celas fortes, solitárias, celas de castigos, muito tempo nas celas, ausência de visitas, entre outras coisas (Dias, 2008).

Por fim, pode-se concluir que o PCC e o Estado, através do RDD, produzem novos mecanismos de racionalização e poder para gerir e administrar os indivíduos em cárcere, constituindo como novos elementos de biopolítica, mas relacionado a uma disputa de poder mais ampla, para manter o equilíbrio e a manutenção do *status quo* da segurança pública paulista.

Em outras palavras, o RDD foi a alternativa - de exceção e radicalizada - para dar um xeque no jogo de poder entre as forças emergentes do PCC contra o Estado, instituindo uma paz armada para garantir às negociações extraoficial que beneficia diferentes sujeitos que lucram e ganham poder com a segurança pública e a vida dos presos. A gestão das pessoas a

partir do conjunto da biopolítica é o fator de equilíbrio que regem esse sistema, beneficiando os poderes legal e ilegal, normalizando às práticas arbitrárias e ilegais de ambos os lados (Dias, 2008).

Voltando a discussão dos ataques de maio em 2006, além da ação prisional expressada na megarrebelião, o ataque do comando seguiu-se com agressões e homicídios fora do cárcere, por parte de integrantes do PCC contra profissionais da segurança pública e justiça, principalmente policiais (em seu trabalho ou de folga), além de atentados contra prédios públicos e delegacias de polícias, transformando o Estado de São Paulo num verdadeiro cenário de guerra, causado pelo pânico, medo e os decretos de toque de recolher sob autoria da facção (Adorno, Salla, 2007; Biondi, 2018c; Dias, 2011; Salla, Dias, Silvestre, 2012).

A violência exercida contra os agentes estatais foram feitas para afrontar a soberania do governo, estimulando o caos como instrumento político para que o Estado atendesse as demandas da facção. Muitos policiais foram mortos, sem que tivesse algum antecedente com o grupo, o que acabou levando muitos profissionais de segurança pública à morte. O sentimento de ódio ao sistema policial é uma dimensão ideológica do grupo, o que motivou as execuções nas ações do comando, tratando o PCC como um importante ator político não legitimado pelo Estado, principalmente diante dos setores da segurança pública e do sistema carcerário (Dias, *et al.*, 2015).

Contudo, as forças policiais não deixaram passar em branco os ataques contra seus membros e instituição, ocorrendo uma espécie de vingança contra o grupo, ou melhor, que atingiu camadas que estão na base do comando. Após a ação da organização, com a megarrebelião e os ataques nas ruas, houve uma forte onda de assassinatos, invasões de casas e novos toques de recolher em São Paulo, concentrando principalmente nas periferias, em que inúmeras pessoas foram mortas.

O saldo da violência e mortos entre os dias 12 e 20 de maio, período que marcou os dias mais sangrento e de pavor, como nas “rebeliões em 84 unidades prisionais (das quais dez fora do estado), 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos” (Biondi, 2013, p. 28), além do total com mais de 490 pessoas mortas⁴⁹, sendo que mais de 220 foram de autorias das forças policiais (segundo movimentos sociais e entidades civis), algumas dezenas por autoria do PCC e o restante sem um apontamento claro se foi propiciado pela ação inicial

⁴⁹ Esses dados foram baseados na obra de Feltran (2012), em que o autor crava 493 homicídios. Adorno e Salla (2007) trazem um número semelhante, com o número de mortos entre aquela semana do dia 12 até o dia 20 de maio, com 439 mortos, segundo os dados das unidades do Instituto médico legal. Ambos os autores apontam, mesmo com um recorte metodológico na aplicação quantitativa dos homicídios, um número alarmante.

da irmandade ou uma *vendeta* de grupos ligados às instituições policiais (Feltran, 2012).

Depois da semana violenta dos ataques de maio, houve um apaziguamento e um cessar fogo entre os poderes criminal e policial, havendo mudanças na forma de agir e no próprio pensamento de ambos os objetos, como os autores da literatura apontam. Para Biondi, os ataques causaram um processo de autorreflexão, e não foram positivos para a facção, visto que foi um banho de sangue com perdas e massacres generalizados, para ambos os lados, prejudicando os interesses e vidas do comando (Manso, 2009).

Feltran em uma entrevista, argumenta que os eventos de 2006 foram, em última instância, uma disputa de poder entre o PCC e as forças policiais, que sua articulação e violência instrumentalizada como uma política de negociação de suas pautas, veio através do terror e da eliminação de indivíduos ligados ao Estado. Isso trouxe como resultado, efeitos negativos e sofrimento principalmente para a população de modo geral, pois experimentaram o pânico e a morte diante das disputas entre os grupos, como ele apresenta:

Representaram uma manifestação de força da facção frente às forças policiais, que estabelece novos parâmetros para a negociação entre elas. Ouvi diversas vezes, em pesquisa de campo, que há negociação entre PCC e funcionários do Estado e das polícias. Evidentemente essa negociação se dá em bases distintas depois de uma demonstração como a de 2006 (Manso, 2009, p. 174).

Pode-se compreender, portanto, que os ataques foram momentos de posicionamento e estratégias do PCC, numa disputa de poder contra o Estado, manuseando de maneira violenta e baseada pelos ilegalismos e criminalidade, conseguindo divulgar seu poder de organização, e um xeque contra as autoridades do governo. É importante reforçar que 2006 foi um ano de eleições gerais, e essa ação do comando impactou os governantes da época, pois os discursos (eleitoral, midiático e policial) aprofundou a relevância da atuação na segurança pública e a questão do PCC.

2.1.4 O hiato de pacificação e os desdobramentos de 2012

Os anos decorrente ao fato de 2006 trouxe um conjunto de desdobramentos ao PCC, trazendo uma racionalização maior da ação do grupo, seja de maneira criminal, política, econômica, bélica, e mais precisamente, seus impactos sociais e de segurança. Entre 2006 (após os ataques de maio) a 2012, o Estado de São Paulo vivenciou um fenômeno estranho na sociedade, já que o índice de homicídios foi caindo progressivamente, marcando um período ímpar, denominado de pacificação pela literatura (Biondi, 2018c; Dias, 2011; Feltran, 2018; Manso, Dias, 2018; Silvestre, 2018).

O processo de pacificação em São Paulo foi utilizado como vitória política do

governo estadual, devido às políticas públicas intersetoriais, principalmente na segurança pública e justiça penal. Todavia, muitos pesquisadores apontam que essas políticas sozinhas não foram responsáveis pelo recuo do índice de homicídios, pois há outros fatores que contribuem para esse fenômeno (Dias, 2011). Os próprios números crescentes de pessoas presas é um sintoma da política de repressão e encarceramento, que foi uma norma nas gestões estaduais em São Paulo desde a redemocratização, e que no período de 2006 e 2012 aumentaram, o que não diminuiu os índices de criminalidade, já que essas políticas só reforçam o empoderamento do crime e porquanto, o próprio PCC (Dyna, 2022).

É diante disso que as mudanças racionalizadas por parte do PCC contribuíram para a pacificação da sociedade paulista, por novos mecanismos de poder e regulação social, principalmente nos territórios que eles obtêm mais força. Os debates ou ideias, os salves, a ética e outros fatores de regulação da vida social do crime, contribuíram para a pacificação dos homicídios em São Paulo, além de uma nova gestão biopolítica nas periferias e prisões. Esse ponto será aprofundado no próximo capítulo, associando ao PSAC PCC.

Em 2012 houve uma nova ruptura do processo de pacificação e uma repetição, mas amenizada comparada a 2006, de confrontos e disputas de poder entre o PCC e as instituições policiais, mesmo assim, na cidade de SP, os homicídios cresceram 34% em 2012, no Estado, o número foi 15% superior ao ano de 2011 (Dias, *et al.*, 2015; Silvestre, 2018). O período de violência foi entre maio e dezembro de 2012, com o foco na morte de policiais (principalmente em momentos de folga) e massacres em bairros periféricos, com o assassinato de sujeitos determinados, isto é, o perfil de serem homens, negros, pobres e jovens (Silvestre, 2018).

Segundo os dados da pesquisa de Dias, *et al.* (2015), o número de mortos em 2012 teve um pico entre setembro e dezembro, matando mais policiais fora do serviço (82) e de pessoas mortas em confrontos com a polícia (546). As execuções em 2012 produziu um *modus operandi* nas mortes de policiais, em que os autores descreveram características das vítimas, em que foram profissionais da segurança pública, em sua grande maioria, policiais militares, em horário de folga ou fazendo bicos. Os algozes das vítimas eram homens, através de moto ou carro, utilizando touca ninja para evitarem ser identificados. Os locais dos assassinatos eram próximos a residência das vítimas e as armas do delito eram fuzis e pistolas 9 milímetros (Dias, *et al.*, 2015).

Entre as mortes de civis nesse contexto, os autores também fizeram uma análise e constataram um *modus operandi*, argumentando que o perfil das vítimas eram homens, jovens e periféricos, com alguns com antecedentes criminais. Os algozes dessas vítimas eram

homens, através de moto, também utilizando touca ninja para evitarem ser identificados, assassinando às vítimas em vias públicas, próximos ao comércio local e a residência, e uma singularidade, em que os massacres aconteciam em regiões onde havia mortes de policiais anteriormente nesse contexto. As armas utilizadas eram calibre 45 e .40, sob o uso restrito às forças de segurança pública. Nesses casos, não houve um planejamento sólido, mas sim, uma forma aleatória de execução, sempre em encontro com o local destinado às mortes de policiais (Dias, *et al.*, 2015).

A hipótese principal dessas mortes e o perfil das vítimas estão, no plano de fundo, relacionadas com as disputas de poder e vingança entre o PCC e as forças policiais, principalmente a polícia militar e a tropa de elite da polícia militar, a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA). Uma das principais causas desses conflitos, foi a ascensão no ano de 2009 de Antônio Ferreira Pinto, para a secretaria de segurança pública de São Paulo, além de novos dirigentes para a polícia militar e na ROTA⁵⁰, modificando a forma de agir nesta pasta e fortalecendo a polícia militar, e com forte repressão à criminalidade e ao PCC, o que culminou nos confrontos em 2012 (Dias, *et al.*, 2015; Silvestre, 2018).

Na gestão dessas pessoas, as forças policiais, principalmente as tropas ostensivas, exerciam uma prática repressiva, com casos de assassinatos e agressões contra qualquer suspeito de estarem na criminalidade. Silvestre (2018) argumenta que um suposto confronto no dia 29 de maio na zona leste da cidade de São Paulo foi o estopim para iniciar os conflitos, em razão da morte de alguns indivíduos que faziam parte da facção por parte dos policiais da ROTA. Não houve provas e nem um confronto entre as forças criminais e policiais, o que pressionou diversos segmentos da sociedade, incluindo o PCC, a supor que houve uma ação premeditada dos policiais para eliminarem os integrantes do comando. A partir disso, houve os desdobramentos e inúmeros casos de assassinatos e chacinas ocorridos em São Paulo durante aquele ano.

Este caso na zona leste paulistana proporcionou novas medidas do partido, que não eram vistas até então, alinhado à crescente repressão das forças policiais contra o grupo. Um *salve geral*⁵¹ da facção foi interceptado pela inteligência da polícia, e depois virou reportagem (G1, 2012) em diversos locais de São Paulo. O conteúdo desse *salve* relatava uma “missão”

⁵⁰ Nesse contexto, novos integrantes constituíram o comando da polícia militar e da ROTA. Coronel Camilo, na Polícia Militar e Coronel Telhada na ROTA, motivaram com seus discursos e os novos posicionamentos políticos, visando o combate e extermínio da criminalidade em São Paulo e do PCC (Silvestre, 2018). Nas eleições no final de 2012, ambos foram eleitos para os cargos de vereadores e nos anos subsequentes, foram eleitos deputados estaduais.

⁵¹ *Salve* é um instrumento de comunicação, orientação e normativo que os membros da irmandade produzem para se organizar. Neste caso, o *salve* foi uma resposta aos acontecimentos contra membros do comando, orientando e mandando uma retaliação contra os policiais.

para os integrantes, em que eles deveriam matar 2 policiais a cada membro do PCC morto, além da indignação da forma que os policiais estavam fazendo com os irmãos, adjetivando como “covardia” a postura das forças policiais, como apresenta⁵²:

“Se eles pegar (sic) um de nós, na covardia, cai dois deles.” “Então, já era, é isso que eu gosto.(risos)” [...] Fica determinado o prazo de 10 dias para ser concluída a cobrança.” [...] “Em cima das execuções covardes, realizadas pelos policiais militares, partindo diretamente da Rota, a resposta será à altura, pois sangue derramado se cobra do mesmo modo”. [...] A partir dessa data, 8/8/2012, foi determinado como missão cobrar a morte do irmão à altura, executando dois policiais da mesma corporação que cometeu o ato da covardia” [...] Caso não for tomada atitude nesse prazo e cobrada a morte do irmão, caberá punição rígida. Boa sorte para todos. [...] “Tem que matar os 'botas'. Deve usar bombas e armas pesadas. Sem dó” [...] (G1, 2012, p. 1).

O salve orienta os irmãos a cumprirem aquilo que foi acordado, com prazos e algumas denominações distintivas para evitarem serem descoberto pelos órgãos de inteligência. Nesses trechos, houve cobranças aos membros, caso não seja efetuado o objetivo orientado pelo salve, sob o instrumento de armamentos pesados, revelando uma face bélica da organização.

No entanto, Biondi (2018b) analisa, a partir de sua pesquisa de campo em regiões litorâneas de São Paulo, algumas contradições e dificuldades sobre a questão do salve e sua efetivação. A autora descreve que em 2012, houve algumas indagações importantes, devido a policiais assassinados em regiões onde não chegou o salve (o que pode ser identificado que o salve têm uma territorialidade e temporalidade específica), a chegada do salve em regiões após um mês da onda de violência espalhada pelo território de São Paulo, alguns salves com datas de validade (o que corrobora com a descoberta do salve pela inteligência policial) e até a fuga de membros da irmandade que não cumpriram sua missão e desobedeceram ao salve do poder do PCC.

Todos esses episódios problematizam e complexificam a questão dos salves, discutindo a metodologia do próprio grupo em efetivar a orientação dada através dos salves, além de discutir pontos de vistas distintos em relação à literatura sobre o PCC. Assim, Biondi (2018b) aprofunda esse enfoque, materializando em relação à temporalidade, espaços, prazos, alvos e principalmente, a conduta interna nas relações de poder entre os próprios integrantes do PCC sobre a onda de violência em 2012.

Há, portanto, uma fúria dos irmãos em relação a covardia das forças policiais,

⁵² Nesta citação, retirada na reportagem, foram incorporados diversos relatos que foram interceptados por ligações entre os irmãos. As mensagens também não estavam em um território único e nem numa temporalidade exata, o que significa que as conversas foram interceptadas em várias cidades do Estado de São Paulo (por exemplo, na baixada santista, Araraquara e grande São Paulo) em dias diferentes.

fundado pelos acontecimentos de mortes sem confrontos entre os policiais e os integrantes do partido, o que pode ser resumido na análise que “o sentimento de ódio em relação à Polícia Militar constitui-se como o conteúdo básico dessa dimensão ideológica e confere motivação para a execução de ações cujo significado só pode ser compreendido a partir desse eixo de análise” (Dias, *et al.*, 2015, p. 167).

Assim, durante alguns meses de 2012, a violência condicionou o aumento dos homicídios e o temor de uma nova onda de violência semelhante aos ataques de maio em 2006. Os desdobramentos desse episódio produziram, a partir das notícias da mídia, da opinião pública e do aumento de assassinatos no final daquele ano, em novos acirramentos e pressão ao governo estadual, o que acarretou a saída de Antônio Ferreira Pinto para a inserção do novo secretário de segurança pública, Fernando Grella.

O novo secretário mudou algumas diretrizes da segurança pública, afetando diretamente a prática policial, na medida das mortes cometida por policiais no serviço, a chamada de socorro através do serviço de atendimento móvel de urgência após o conflitos entre forças policiais e a criminalidade, e uma vigilância maior em relação aos agentes de segurança pública, visto as críticas que o governo sofreu novamente após o aumento da violência em São Paulo, sendo que Fernando Grella teve como política mais tolerante e menos repressiva contra a criminalidade (Dias, *et al.*, 2015).

O balanço final da gestão de Antônio Ferreira Pinto, constituiu-se na rivalidade entre as forças policiais, em foco, a polícia militar e a polícia civil⁵³, o fim do acordo tácito e não formalizado entre PCC e forças de segurança, que contribuiu para a pacificação em São Paulo e os rearranjos de uma nova política de segurança pública menos ostensiva, para minar os holofotes do governo paulista (Dias, *et al.*, 2015; Silvestre, 2018).

Pode-se concluir que as ações repressivas e violentas das novas políticas do Estado (com a ascensão de Antônio Ferreira Pinto e mudanças na ROTA e da polícia militar) trouxeram uma nova onda de violência e perseguição contra o crime, atingindo o PCC e produzindo para o grupo uma reação aos casos. Assim, houve ciclos de violência, em ambas as partes, seja com a política repressiva ou o salve de 1 “PCC morto e 2 policiais morrem”, o que gerou uma nova ruptura na pacificação da sociedade paulista, em que: “O período de 2012 representou a desestabilização de acordos de paz ou das acomodações (Dias, 2013)

⁵³ Silvestre (2018) explica com dados, como a polícia civil foi deixada de lado na questão de investimentos, recursos e interesses, por parte do governo de São Paulo. Por outro lado, a polícia militar recebeu mais investimento e prestígio, aumentando sua capacidade numérica, bélica e política. Isso é fruto do posicionamento e pensamento dos governos desde a redemocratização, levando os governos tucanos ao aumento do controle social através das polícias (Dyna, 2023).

construída entre o PCC e a polícia durante a última década” (Silvestre, 2018, p. 149). Após a onda de violência em 2012, houve um apaziguamento entre os confrontos entre os poderes criminal e policial.

2.1.5 Expansão do PCC, geopolítica do crime e as alianças Tudo 2 e Tudo 3

A organização expandiu seu poder ao longo da década de 2010, no território brasileiro e latino-americano, se beneficiando das mudanças econômicas e tecnológicas da globalização (Cepik; Borba 2011; Telles, 2013), o que facilita a diminuição da distância entre mercadorias criminais (Teixeira, 2012) e novas rotas, para atender mercados consumidores nacional e portos para transportar para mercados nos continentes europeu, asiático e africano. É interessante notar que a globalização foi uma das causas para o crescimento do comércio de drogas, através da forte produção e circulação em escala global dessas substâncias psicoativas (Pereira; Dias, 2017).

Assim, aumentou-se a circulação de dinheiro de mercadorias “ilegal”⁵⁴ e uma maior demanda de trabalho para manter esse nicho econômico “e provocou o aumento significativo do montante de dinheiro gerado ilegalmente, assim como o investimento desses valores na economia “legal”. A economia global viu uma integração das movimentações criminosas aos seus fluxos monetários” (Pereira; Dias, 2017, p. 36).

Dentre as rotas mais conhecidas, se destaca a rota caipira e a rota Solimões, duas das mais importantes trajetórias de produção e circulação de substâncias psicoativas, principalmente a maconha e os derivados da folha de coca, como cocaína e crack. A rota caipira, discutido na obra de Abreu (2017), é um caminho que perpassa a produção de maconha no Paraguai e de cocaína nos países dos andinos (Bolívia, Colômbia e Peru), rumo a fronteira do centro-oeste, nas unidades federativas do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, espalhando em diversas rotas para atender os mercados consumidores de várias regiões e as facções que articulam o recebimento dessas mercadorias, além do destino final, que são os maiores portos brasileiros, como o porto de Santos, alvo da pesquisa de Feltran (2019) e Feltran e Motta (2021). Abreu explica sobre as diferentes trajetórias e seus destinos:

A região formada pelo interior paulista, Triângulo Mineiro e sul goiano é nevrálgica para o narcotráfico internacional. Ponto estratégico no mapa logístico dos traficantes, caminho entre os países produtores da droga — Colômbia, Bolívia, Peru e Paraguai — de um lado, e os grandes centros de consumo, como São Paulo e Rio de Janeiro, de outro. [...] Por terra, a grande malha rodoviária — 31,4 mil

⁵⁴ O dinheiro não tem uma natureza legal ou ilegal. Não há oposição neste sentido. Mercadorias compradas com dinheiro de origem “ilegal” se transforma no aumento do lucro “legal”. Nesse sentido, esses conceitos são relativos e conexos, uma dobra entre legal e ilegalismos (Feltran, 2014).

quilômetros de estradas com boa pavimentação, a maior parte sem fiscalização policial — favorece o transporte sem sobressaltos. Pelo ar, o tempo bom a maior parte do ano e o relevo plano facilitam o pouso de pequenos aviões carregados com pasta- base de cocaína. [...]. A existência da rota é reflexo direto do perfil camaleônico da capital do estado mais rico do país no submundo do tráfico. Maior centro consumidor de drogas no Brasil, São Paulo é também caminho de distribuição de entorpecentes para outras regiões, como Nordeste e Rio de Janeiro. Também serve de base para a remessa, via aeroporto internacional de Guarulhos, de cocaína para o exterior, geralmente camuflada no estômago de mulas. O porto de Santos (SP), a 80 quilômetros, além dos de Paranaguá (PR), Rio de Janeiro e Vitória, completa a rota internacional, quando a droga embarca em contêineres dos grandes navios com destino à Europa (Abreu, 2017, p. 19).

A rota do Solimões, alvo da pesquisa de Ferreira e Framento (2019), está localizado na região norte do país, ligando os rios da bacia do Amazonas entre a fronteira a oeste com Colômbia e Peru, até a capital Manaus, sendo transportada às substâncias psicoativas para pontos internacionais através do comércio ultramarino para outros continentes, além de atender os mercados consumidores nas regiões norte e nordeste, articulando com os comandos que organizam o comércio criminal dessas mercadorias nesses locais.

O desenvolvimento econômico criminal foi acompanhado pela expansão de membros da irmandade, crescendo anualmente e chegando em UFs que até então não havia membros do grupo, o que corresponde a relação entre poderio econômico e polícia, e a nacionalização do PCC, como os autores apresentam os dados baseados pelos órgãos de inteligência:

[...] no fim de 2012 o PCC tinha cerca de 2,4 mil presos espalhados por 24 unidades da federação — as exceções eram Roraima, Rondônia e Amapá. Em São Paulo, eram cerca de 8 mil filiados — 80% dentro dos presídios. Nos dois anos seguintes, a filiação pelo Brasil se manteve lenta, e o PCC ganhou 3,2 mil membros em 2013 e 2014. Foi nesse ano que a estratégia de ocupação em massa passou a ser posta em prática. Em quatro anos, até o começo de 2018, o PCC ganhou 18 mil membros (3 mil em São Paulo e 15 mil nos outros estados) e passou a ter mais de 29 mil filiados no Brasil, com representantes em todas as unidades da federação (Manso; Dias, 2018, p. 16).

Em razão da demanda⁵⁵ pelo comércio de drogas, os novos desenvolvimentos tecnológicos, o crescimento nacional do PCC e o empoderamento, causaram a disseminação de novas facções, seja a nível nacional, PCC e CV, regional, Família do Norte⁵⁶ (FDN) e

⁵⁵ Para explicar melhor os dados, Pereira e Dias (2017) apresentam que em 2017, havia cerca de 2,4 milhões de usuários de cocaína na América do Sul, e desse montante, metade eram consumidos por brasileiros. Ademais, em 2012, o Brasil foi o segundo maior consumidor de maconha na América Latina, com 8,8% da população consumindo e tornando-se o 16º país consumidor no planeta.

⁵⁶ A FDN era considerada a terceira maior facção do Brasil, criada entre 2006 e 2007 em presídios federais, mas consolidada anos depois. Ela surge para se contrapor a expansão do PCC na rota Solimões, ganhando destaque da criminalidade nos estados amazônicos. Ela ficou conhecida nos massacres entre 2017 e 2018, através de sua aliança ao CV. Ela atuava nas prisões e periferias amazonenses além de outras UF, copiando alguns aspectos do PCC, como os debates e estrutura organizacional (Ferreira; Framento, 2019). Foi utilizado os tempos verbais da FDN no passado, pois há dúvidas sobre a existência desse grupo na escrita dessa dissertação.

Okaida (OKD)⁵⁷, e local, Bonde dos 13⁵⁸, Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte (SDC)⁵⁹, os Manos⁶⁰, dentre outras dezenas de comandos espalhados pelo país.

Pereira e Dias (2017) abordam sobre a relação do comércio de armas está intrinsecamente ligado com o comércio de drogas. Em razão da necessidade da manutenção do mercado criminal e do domínio de territórios, com a instrumentalização de rotas comerciais e transportes para garantir a defesa de seus interesses, as facções investiram em seu poderio de defesa, com o intuito de assegurar seus interesses econômicos e a vida de seus integrantes (Pereira; Dias, 2017). Principalmente os maiores comandos, em que o PCC e o CV obtêm capital econômico e social para alcançar um armamento sofisticado e garantir seus interesses.

Nesse ponto, é relevante destacar que diferente do PCC, o armamento e peculiaridade do CV é baseado em algumas dimensões para defender seus territórios de domínio. Na particularidade do Rio de Janeiro, o CV deve defender suas bases (morros e favelas fluminenses) contra inimigos de outras facções (ADA e TCP), das inúmeras milícias e das próprias instituições policiais. Ademais, o CV também tem um poder bélico em outras UF que têm influência, como nas regiões do centro-oeste e territórios de zona de disputa, como na fronteira entre o Brasil e Paraguai. Diante tudo isso, o CV necessita de mais armamento por conta de seu poder e particularidade, diferente do PCC, pois a facção tem hegemonia em São Paulo, seu principal reduto político, e se concentra, a partir dessa expansão nacional, com armamento nas regiões de zona de fronteira e disputa⁶¹.

Assim, as dinâmicas do crime nesses locais são associadas aos mercados de droga, armas e outras mercadorias, constituindo crimes singulares nas regiões de zona de fronteira. Além disso, essa região é o ponto de partida para distribuir as drogas no Brasil, levando aos

⁵⁷ A Okd será discutida nas próximas páginas, através de suas disputas na Paraíba.

⁵⁸ O bonde dos 13 é uma facção originada no Estado do Acre e aliada ao PCC, criada em 2013 por uma dissidência do próprio PCC, ela foi composta por uma cúpula de 13 integrantes, origem de seu nome, rivalizando com o CV e aproveitando para fazer negócios e ilegalismos na fronteira do Brasil com Peru e Bolívia (Adorno, 2020; Manso, Dias, 2018).

⁵⁹ O Sindicato do Crime é uma facção potiguar que vem crescendo no Nordeste. Segundo Manso e Dias (2018), o grupo foi criado em 2013, e teve como objetivo inicial, ser uma resistência local contra a ascensão e hegemonia do PCC, que estava expandindo seu poder pelos presídios norte-rio-grandenses. Contudo, nas reportagens de Filho (2023) e Alessi e Rossi (2017), apontam que o SDC foi criado ainda em 2012, por ex-integrantes do PCC que criticavam a ação da facção em privilegiar a sua base principal em São Paulo, além do alto custo das mensalidades discrepantes para a realidade potiguar. O Sindicato utilizou de muitos artifícios organizativos do PCC, modificando para a linguagem e realidade dos membros do Rio Grande do Norte.

⁶⁰ Os Manos é uma facção gaúcha, criada ainda na década de 1990, mas que só conseguiu destaque nos últimos anos. Ela é uma aliada ao PCC, e atua na fronteira do país, com os ilegalismos no Uruguai. Ela surgiu nos presídios gaúchos, fruto de dissidência de outro grupo criminal (Perez, 2023).

⁶¹ Isso não significa que o PCC não tenha armamento em São Paulo, mas sim, que as dinâmicas criminais nessa UF e a particularidade do partido, não necessita em confrontos contra inimigos das mais variadas naturezas (facções, milícias e policiais), como é o caso do CV.

maiores mercados consumidores e aos portos para serem exportados, visto que o Brasil é a principal referência para a exportação do continente sul-americano, e os comandos são responsáveis pela organização, circulação, trabalho e de girar o ciclo econômico criminal no país (Pereira; Dias, 2017).

Cada vez mais, houve um protagonismo das facções em relação ao nicho econômico criminal, estimulado pelos altos lucros e a demanda pelas substâncias psicoativas, o que trouxe como consequência, confrontos e disputas internas entre os comandos. Assim, na década de 2010, excessivos conflitos entre os grupos, produziu uma espécie de “geopolítica” das facções criminais, na medida que foram criadas alianças entre organizações nacionais, regionais e locais, disputando objetivos econômicos e políticos dentro do universo tênue dos ilegalismos e na própria legalidade.

O estopim para a guerra entre as facções, foi a disputa pela rota caipira e o domínio da zona de fronteira entre o Brasil e Paraguai. No ano de 2016, nas cidades fronteiriças de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) e Pedro Juan Caballero (Amambay), o PCC obteve êxito em seu intuito de dominar partes do comércio ilegal e legal na fronteira binacional, na medida que assassinou o líder que controlava a rota das mercadorias criminais entre os dois países e assegurou seus interesses naquela região, o que foi um divisor de águas para as relações com outras organizações brasileiras e estremeceu a rota comercial das drogas (Feltran, 2018).

Em junho de 2016, membros do PCC articularam uma emboscada contra Jorge Rafaat, que era conhecido como “rei da fronteira”. Ele era um homem importante nessa região, pois ele e seu grupo, controlava alguns estabelecimentos comerciais⁶² no departamento de Amambay e na UF do Mato Grosso do Sul, além da circulação da maconha produzida no país Guarany e da cocaína vinda ao norte da Bolívia (Manso; Dias, 2018; Feltran, 2018).

O rei da fronteira foi morto em uma emboscada no lado paraguaio, com os algozes utilizando armamento pesado - metralhadora .50, capaz de derrubar até avião - e nem os seguranças de Rafaat conseguiram salvar a vida dele, muito menos seu carro blindado conseguiu resistir as balas da .50, levando a confrontos entre o grupo da fronteira, o PCC e as

⁶² Para uma melhor compressão, Rafaat tinha investimentos e lojas de peças automobilísticas, segurança privada, faculdades de medicina e fazendas nos dois países (Feltran, 2018). Após sua morte, algumas lojas ligadas ao rei da fronteira foram queimadas, depredadas e quebradas. Assim, um estabelecimento automotivo foi afetado: “No mesmo dia, do lado paraguaio, a loja de pneus do traficante em Ponta Porã amanheceu queimada.” (Freitas, 2019), e: “Uma empresa de segurança que pertencia ao narcotraficante Jorge Rafaat, morto em emboscada, foi atacada na madrugada [...] Na sede da empresa de segurança, os tiros atingiram e quebraram dois vidros, um da porta e outro da janela, além de deixar marcas no portão e parede.” (Pavão, 2016). O ataque a essas lojas foi, segundo as reportagens, efeitos da ação do PCC contra Rafaat, indo além de sua morte, afetando os negócios econômicos de seus sócios e familiares.

polícias brasileiras e paraguaias⁶³ (Feltran, 2018). O impacto da morte de Rafaat trouxe atenção entre as forças de segurança do Brasil e Paraguai, levando ao exército brasileiro a patrulhar as ruas de Ponta Porã, com tanques de guerras, militares e outros instrumentos, nos dias seguintes à morte do rei da fronteira (Freitas, 2019).

A morte do antigo líder e a ascensão das facções, produziram uma nova dinâmica criminal na fronteira. O temor de uma onda de violência e criminalidade entre as organizações e grupos locais foi disseminada, pois com a queda do rei da fronteira, novos paradigmas poderiam ser inseridos naquela realidade, com normas e condutas inseridos de fora para dentro, tornando o PCC e o CV como grupos estrangeiros pela população local (Manso; Dias, 2018). Todo esse processo bélico e que gerou violência e homicídios, é inserido nas dimensões econômicas e comerciais, como as autoras que esse processo: “acarretou também a produção de novos ilegalismos, direta ou indiretamente ligados à economia da droga, destacando-se o tráfico de armas, diretamente relacionado ao caráter ilícito das mercadorias e a necessidade de proteção deste comércio [...]” (Pereira; Dias, 2017, p. 49-50).

As relações entre os comandos brasileiros se estremeceram após a missão do PCC na fronteira, levando ao fim ao apaziguamento entre o partido e o CV, transformando, até os dias atuais, em relações conflituosas e até inimigas entre as maiores e mais antigas facções do Brasil. É importante destacar que desde a década de 1990, o CV e PCC tinham boas relações, em virtude da inspiração e das produções de um saber criminal, periférico e prisional criado pelo CV, que foi incorporado na realidade do PCC. O PJI, as rotas do tráfico no início dos anos 2000 e uma unidade entre o crime, foram protagonizados pelas facções, sob discurso revolucionário desses setores marginalizados contra elementos e agentes estatais.

Contudo, com a expansão do PCC por todo território brasileiro, os interesses do CV foram atingindo, criando tensões que foram acumulados na década de 2010, até o estopim em Ponta Porã e Juan Caballero em 2016 (Manso; Dias, 2018). O pacto (não declarado) de não agressão entre os grupos foi rompido, e no começo de 2017, a sociedade brasileira acompanhou uma carnificina em diferentes UF e regiões, com massacres nas prisões e nas periferias. Os Estados do norte e nordeste foram os maiores palcos das chacinas entre os grupos criminais, pois essas regiões são destino de rotas comerciais ligadas ao transporte ultramarino para os mercados de outros continentes, além de atender um grande mercado

⁶³ Antes da morte de Rafaat, ele já tinha percebido as tensões e o risco por parte da facção. Ele construiu um aparato de segurança privado e até com contatos com policiais brasileiros e paraguaios para dismantelar a força do PCC e buscar sua proteção (Feltran, 2018).

consumidor.

Assim, a geopolítica das facções foi consolidada em alianças, confrontadas através de ataques brutais e que desempenhou em novas configurações no mundo do crime. Nos primeiros dias de 2017, houve uma onda de chacinas nos presídios em algumas UF do norte e nordeste, com cenas violentas e cruéis, compartilhadas nas redes sociais, o que aterrorizou a população e os parentes das vítimas presas. No dia 02 de janeiro, uma rebelião realizada em uma penitenciária de Manaus, iniciou o fluxo de matança e intensificou as disputas entre as facções e o domínio pela rota dos Solimões e pontos de comércio ilícito (Ferreira; Framento, 2019).

A rebelião em Manaus teve como contexto, uma disputa de poder entre os presos ligados ao PCC contra os detentos integrantes da FDN e CV, na medida da quebra dos acordos em 2016 e decorrentes das tensões entre os poderes criminais. O saldo das mortes nessa disputa foram 56 pessoas assassinadas, sob forte violência extrema, pois dezenas desses homicídios tiveram como simbolismo, o desmembramento de partes dos corpos, inclusive, a decapitação e humilhação do corpo morto, o que pode ser considerado como formas de condução de necropolítica para atacar o Outro (Ferreira; Framento, 2019; Mbembe, 2020).

A produção de um saber cultural criminal, em relação a esta rebelião, foi produzida pelos membros da FDN, através de uma música no estilo funk⁶⁴. Nessa composição, o cantor descreve a vitória simbólica da organização amazonense contra o PCC, abordando o processo da matança contra o inimigo, a ineficiência das forças policiais e Estado e uma glorificação do poder da FDN perante a região norte:

Aqui é o crime organizado tá tudo monitorado/fechado aos aliado, represento o nosso Estado/decretado o poder a ordem vou te dizer/foi batido o martelo pra torar os PCC/o Comando é um só e tá daquele jeito/representa a FDN junto ao Comando Vermelho/pega a visão é a conexão/tomamos de assalto todo o cadeia/representamos de tal forma e a massa reunida/para quem pagou de doido sente o poder da família/aqueles que conspirou traíram a família/o bagulho foi mais doido, se batendo igual galinha/foi troca de tiro, polícia não peitou/a bala comeu no solto e a Rocam recuou/Estava tudo dominado a cadeia em nossas mãos/e os presos tudo decapitado na quadra do cadeia/Vou passando outra visão para o Estado se ligar/Nossa estrutura aqui é forte, jamais vão nos derrubar [...] (sic) (Mix, 2017).

A ofensiva em Manaus, promovida pelo caráter simbólico e sadista do FDN e CV contra o PCC, provocou, dias depois, novas chacinas para vingar os presos mortos de ambos os lados. Em uma penitenciária em Roraima, quatro dias após o episódio de Manaus, presos

⁶⁴ As músicas são uma ferramenta importante para captar informações diretas do universo criminal. O estilo funk é o principal tema musical das facções, que disseminam seus ideais, confrontam seus inimigos e elevam a disputa de poder em narrativas. Por isso foi utilizado as músicas como método de pesquisa dentro dos objetos estudados.

ligados ao PCC chacinaram 33 pessoas ligados a FDN e CV, repetindo a crueldade em desmembrar e decapitar os presos inimigos com ferramentas cortantes improvisadas, repetindo a necropolítica e utilizando o corpo morto como simbolismo e troféu.

Na semana seguinte, mas agora em uma prisão do Rio Grande do Norte, houve uma batalha decorrente a uma rebelião, ocasionada pelos acontecimentos no Amazonas e Roraima, entre integrantes do PCC e do SDC. A “batalha de Alcaçuz”, nome da prisão norte-rio-grandense e que ficou conhecido o enfrentamento entre os grupos, teve como resultado a morte de 27 presos⁶⁵.

Os detentos mortos eram de facções e estavam isentos a essas disputas, como no caso dos evangélicos, que mesmo não sendo do PCC ou SDC, foram assassinados: “Um pequeno grupo teria optado por não tentar fugir --eles se ajoelharam com suas bíblias em mãos, pedindo salvação. A atitude não o sensibilizou e eles foram mortos. Por não fazerem parte de nenhuma facção, não foram decapitados ou tiveram partes dos corpos arrancadas” (sic) (Madeiro, 2017, p. 1). A reportagem de G1 (2019) descreve mais um assassinato, totalizando 27 pessoas, no entanto, essa 27ª vítima do massacre não teve o corpo encontrado até então. Segundo as autoridades, após o assassinato dessa pessoa, o corpo foi aniquilado, não restando qualquer parte para comprovar através de exames, quem era essa pessoa: “O corpo do homem, no entanto, nunca foi encontrado. A polícia acredita que ele tenha sido destruído e queimado durante a batalha campal que aconteceu dentro do Presídio de Alcaçuz” (G1, 2019, p. 1). Setores da imprensa acompanharam de perto a tensão e anseio dos familiares das vítimas, pois não havia notícias sobre o que realmente estava acontecendo. A penitenciária de Alcaçuz estava dividida entre os presos em pavilhões associados aos comandos.

Outro massacre prisional ocorreu em Altamira, no Estado do Pará em 2019. Nesta ocasião, membros da facção Comando Classe A (CCA) protagonizaram o segundo maior massacre prisional desde o episódio do Carandiru em 1992, assassinando presos ligados ao CV. Assim sendo, foram 57 presos mortos, alguns ligados diretamente ao CV e outros não estando em nenhuma facção. As mortes foram em decorrência do confronto direto entre o CCA e CV, sendo que a primeira invadiu o anexo que encontrava os presos do CV e iniciou a onda de assassinatos, com repetidas formas de crueldade, como decapitação e desmembramento (Stabile; Cruz, 2019).

Após esse primeiro ataque, os presos do CCA botaram fogo no local, o que culminou com a morte de dezenas de presos daquele anexo, morrendo por asfixia (Stabile; Cruz, 2019).

⁶⁵ A checagem do 27º corpo só foi anunciado anos depois, por uma especulação e não comprovação, visto a ausência do corpo na penitenciária de Alcaçuz.

O secretário extraordinário para assuntos penitenciários do Pará na época, explica para a reportagem que essa rebelião, como as outras em 2017, teve o objetivo de vingança entre facções, e não reivindicações para a melhoria do sistema prisional: “Foi um ato dirigido. Os presos chegaram a fazer dois agentes reféns, mas logo foram libertados, porque o objetivo era mostrar que se tratava de um acerto de contas entre as duas facções, e não um protesto ou rebelião dirigido ao sistema prisional” (Stabile; Cruz, 2019, p. 1). Assim, as estratégias de poder são alteradas ao longo do tempo, voltados nessa realidade, para o empoderamento de agrupamentos e suas disputas.

Seja nas penitenciárias do Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte e Pará, todas essas instituições estavam com a estrutura da cadeia precarizada, sem infraestrutura adequada, superlotação da população prisional, um número ínfimo de trabalhadores carcerários e dividida entre facções inimigas, motivos que explicam os massacres, batalha e [auto]gestão das facções naquele espaço.

As mortes dos inimigos iam além da materialidade do corpo, estando também no sentido simbólico. Nesse primeiro momento, o suplício público com crueldade pode ser considerado como exercício de poder em territórios não consolidado e hegemonizado por um grupo específico (Foucault, 2014). Degolação, mortes cruéis, desmembramentos, tortura, sofrimento, entre alternativas de violência, são exemplos dessa violência simbólica que foi marcante no primeiro momento do PCC nas prisões e foi resgatado posteriormente nos conflitos da geopolítica das facções (Dias, 2008).

Neste último caso, entre CCA e CV, é importante frisar que em virtude do primeiro grupo ser um aliado ao PCC, a irmandade não precisou participar diretamente nesse massacre. As aproximações entre facções foi um fenômeno consolidado nesse contexto de geopolítica das facções, havendo três grandes associações de comandos representando aliados e inimigos, ética do crime e outros componentes socioculturais oriundos de cada particularidade e objetivos dessas alianças. Cada coalizão tinha seus inimigos locais e estaduais, com problemas, vinganças e traumas que foi incorporado em cada diretrizes desses blocos.

A estrutura citada anteriormente, entre organizações nacionais, regionais e locais, é relevante para compreender essas alianças, colocando o PCC, CV e FDN como os “comandantes” de seu bloco político-criminal. Começando pela facção FDN, ela liderava⁶⁶ a

⁶⁶ Foi utilizado o termo no passado pois, após os conflitos protagonizados pela FDN entre 2017 e 2019, houve rachas e divisões internas na organização amazonense. A FDN teve seu poder enfraquecido pelas disputas internas, diminuindo, consequentemente, o poder da Tudo 1.

aliança “Tudo 1”, composta por facções, bandos e pequenos agrupamentos locais nas UF da região norte do Brasil. Após as matanças de 2017 a 2019, a FDN ficou conhecida nacionalmente, sendo representada como a terceira maior facção do país, ficando apenas atrás do PCC e CV.

Nessa época, havia vigente os acordos tácitos entre o FDN e CV contra o PCC, como exemplificado nas chacinas nas prisões e a declaração da guerra generalizada entre os comandos. Todavia, houve alguns problemas relacionados a coesão política e divergências internas da FDN, o que acabou levando ao enfraquecimento da organização amazonense, a saída de uma grande parcela de seus membros para o CV e o mistério se, atualmente, a FDN ainda está vigente.

O segundo bloco é liderado pelo CV e contém facções que disputam a rivalidade com o PCC, o que acabou criando uma relação de interesses entre os membros do CV com os inimigos do PCC, criando a aliança “Tudo 2”. Como alguns apontamentos e hipóteses para análise, a Tudo 2 incorporou elementos socioculturais diretamente do CV, descrevendo que a própria nomenclatura “2” é originada da expressão do sinal feita pelas mãos, para descrever as letras C e V. Assim, grande parte dos grupos criminais do Tudo 2 são organizações locais, que têm outro inimigo local, buscando apoio do CV e lutando contra seu rival local e nacional, isto é, o PCC.

A terceira aliança é denominada Tudo 3, que é encabeçada pelo PCC, aliando-se com facções locais e regionais, havendo o signo “Tudo 3” como oposição ao Tudo 2 do bloco do CV. É possível interpretar, baseado nos conteúdos de internet, que o Tudo 3 é representado pela simbologia do próprio PCC, na questão do alfabeto congo em que as letras PCC são representadas como 1533 (Dyna, 2021).

Além disso, no contexto do Rio de Janeiro, a facção rival do CV, o TCP, utiliza também o número 3 para representar seu nome de “Terceiro Comando Puro”. As facções menores que se aliaram ao Tudo 3, reproduzem os signos e simbologias, demarcando, através de pichações ou comentários na internet, uma disputa de poder simbólica entre os acordos dos comandos, a complexidade do mundo do crime e uma cultura específica periférica.

Diante disso, foi elaborado um quadro com o levantamento de grupos criminais⁶⁷ e seus parceiros, divididos nas alianças Tudo 1, Tudo 2 e Tudo 3. Devido à ausência de fontes acadêmicas, científicas e de órgãos de inteligência das forças policiais, optou-se por utilizar

⁶⁷ Neste caso específico, é importante pontuar que há diferenças entre facções, bandos e outras composições em sua natureza organizativa e nas atuações nos ilegalismos e mundo do crime. Foi englobado os grupos criminais, incluindo essas especificidades.

um método para compreender e dividir os aliados desses blocos. As fontes⁶⁸ foram sites de notícias, *blog* sobre o universo faccional e do PCC e vídeos do *youtube*. A ideia proposta neste quadro, é trazer o conjunto de comandos e seus embasamentos políticos e estratégicos de forma geral, como intuito de aprofundar o debate em pesquisas futuras⁶⁹.

Quadro 2: Descrição das alianças Tudo 1, Tudo 2 e Tudo 3

TUDO 1: FDN ⁷⁰
TUDO 2: Comando Vermelho (origem no Rio de Janeiro, presente em diversos UF do Brasil), União do Crime do Amapá (Amapá), Comando da Paz (Bahia), Bonde do Ajeita (Bahia), Comando Vermelho do Maranhão (Maranhão), Novo Okaida (Paraíba e Rio Grande do Norte), Comando Vermelho de Goiás (Goiás), Primeiro Comando de Vitória (Espírito Santo), Máfia Paranaense (Paraná), Primeiro Grupo Catarinense (Santa Catarina), Comando Vermelho de Santa Catarina (Santa Catarina), Bala na Cara (Rio Grande do Sul).
TUDO 3: Primeiro Comando da Capital (origem em São Paulo, presente em quase todas UF do Brasil), Bonde dos 13 (Acre, Tocantins), TCP (Rio de Janeiro), Amigos dos Amigos (Rio de Janeiro) Comando Classe A (Pará), Família Terror (Amapá), Primeiro Comando do Panda (Rondônia), Guardiões do Estado (Ceará), Bonde do Maluco (Bahia), Estados Unidos (Paraíba), Comboio do Cão (Distrito Federal), Os Manos (Rio Grande do Sul).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ascensão das facções nacionais e o auxílio do PCC e CV para os comandos locais, se tornam a regra para a divisão política do crime. É importante ressaltar que as alianças não são eternas e foram modificadas em razão das circunstâncias, discordâncias e os interesses políticos e econômicos de cada grupo, podendo ser modificadas e/ou excluídas de maneira rápida nesses blocos.

O fornecimento das mercadorias criminais e as rotas de distribuição e vendas, também foram importantes, no destaque para reorganizar as facções nessa geopolítica do crime. Para exemplificar melhor essa relação, serão discutidas, de maneira breve, as disputas de poder local entre a Nova Okaida e os Estados Unidos, ambas organizações de origem na Paraíba, e

⁶⁸ O conteúdo consultado pode ser encontrado em Rizzi (2021). Além disso, houve um levantamento de músicas do gênero *funk* criminal, sob a análise do discurso nos comentários e conteúdo. Essas estratégias metodológicas foram usadas pela ausência de textos e notícias sobre este tema.

⁶⁹ Em outras palavras, esse quadro analítico é uma primeira tentativa de compor uma discussão sobre as dinâmicas entre a geopolítica das facções, se atendo em aliados e inimigos e seus grupos criminais, podendo ser mutável sua composição entre o Tudo 2 e Tudo 3.

⁷⁰ O vazio no quadro em relação ao Tudo 1, se dá em razão da suposta dissolução da FDN.

suas conexões com o PCC e CV, seus aliados e inimigos.

Devido ao crescimento do PCC a partir do final dos anos 2000 e a década de 2010, a organização vendia as mercadorias ilícitas, como crack e cocaína para indivíduos que controlavam, diretamente, os pontos de tráfico na Paraíba. Essas pessoas se organizaram e, influenciados pela estrutura de organização política do crime e seu *modus operandi* do PCC e CV, além de se inspirarem na violência extrema da organização fundamentalista islâmica *Al-Qaeda*, criaram a facção Okaida, uma representação paraibana do crime local. Em 2010, por efeito de disputas e morte, houve uma fissura entre o PCC e o comando paraibano, tornando os dois agrupamentos inimigos desde então (Santos, 2015).

A facção “Estados Unidos” surgiu anos depois da OKD. Ela foi criada para disputar pontos de tráfico nas regiões da Paraíba, além do controle e objetivos econômicos e políticos nas instituições penitenciárias daquela UF. Com o poderio da OKD, o grupo Estados Unidos foi destinado a ser o rival local, se aliando ao PCC, além de utilizar de seus signos, símbolos e estrutura de organização e rotas de comércio, o que acabou levando ao crescimento desta facção (Santos, 2015). Para a facção paulista, um aliado foi necessário para um melhor desenvolvimento na venda de drogas em João Pessoa e em outras cidades paraibanas, e para os Estados Unidos, a ajuda do PCC é fundamental para dominar os nichos econômicos e uma tentativa de hegemonia na Paraíba.

Ambas as facções paraibanas surgiram no interior das prisões. Com o fortalecimento dos Estados Unidos através do PCC, a OKD se aliou a outras facções, como o CV e o SDC. Assim, estava formada a geopolítica do crime nessa UF e que, com o estopim de 2016, a divisão clara entre o Tudo 3 do PCC e Estados Unidos e o Tudo 2 do CV e Okaida ficou mais evidente.

O gênero musical *funk*, como já discutido em outras circunstâncias, também foi utilizado no cenário dessa disputa geopolítica das facções, direcionado com as provações da realidade periférica, prisional e o mundo do crime paraibano. Assim, o trecho da música a seguir, descreve as disputas entre a Okaida, pertencente ao Tudo 2, contra os Estados Unidos e PCC:

E se tu não bota fê/bota cara americano/de longe tu já escuta/o rifle já atirando/nós guerreiro é programado para matar esquartejar/e quando cai alemão nós começa a gargalhar/Conhecido em João Pessoa como uma raça do cão/é os boy da okaida ae/ o terror dos alemão/ aqui a vida é louca tudo pode acontecer/ a guerra tá declarada é matar para não morrer/ A cidade está em guerra os pagode tá rolando/com certeza estão morrendo os comédias americano/ E os vermes do Estado estão com medo de morrer/os meninos se iludiu foi fechar com os PCC/ Nosso bonde que impera nós não tá comendo nada/ e dentro da Paraíba quem comanda é a Okaida (sic) (Mozka Okd, 2022).

Nesse sentido, a vida no mundo do crime, descrita na música, é um risco de “matar para não morrer”, enaltecendo a facção OKD e a prática criminal contra seus inimigos - Estados Unidos e PCC, o que pode ser definido que essas disputas são posições políticas do mundo do crime, que produzem disputas simbólicas associadas a cultura popular do *funk*. Em outras palavras, o *funk* se tornou um espaço que os comandos trocam ofensas, se reivindicam pelo domínio de seus nichos econômicos e posições políticas, e disseminam seus ideais para outras camadas da sociedade. O poder político da facção se transforma, também, em poder simbólico cultural subalterno.

Nos últimos anos, houve rachas internos e dissidências de membros da OKD, surgindo a nova organização Okaida RB⁷¹ (Machado, 2019). Porém, também houve uma dissidência dessa facção, criando a Nova Okaida. A lógica colocada na Paraíba se reflete em outros locais, trazendo como consequência, uma onda de violência e homicídios na medida que há confrontos e disputas entre as organizações criminais, levando o parâmetro das uniões entre os comandos nacionais e locais.

As múltiplas facções foram criadas espelhadas no *modus operandi* da estrutura organizacional, atuação e disciplinamento do PCC e CV. Algumas facções surgiram como resposta à ascensão desses comandos nacionais, pois eram vistos como estrangeiros, além desses grupos “impor” algumas regras de condutas oriundos de São Paulo e Rio de Janeiro, algo estranho em outras realidades prisionais e do crime.

Portanto, no mesmo sentido foucaultiano, é possível compreender que o poder assumido pelos comandos nacionais produziu, em dimensões particulares, novas resistências criminais, proliferando novos grupos e um maior empoderamento de um saber organizativo do mundo do crime. A situação na Paraíba só foi um sintoma dessas disputas e alianças faccionais, sendo que cada UF contém suas próprias particularidades, mas da mesma forma, elas abrangem semelhanças, como nas oposições, interesses econômicos e políticos, e reproduções de poder simbólico e cultural, tornando o *funk* como um instrumento dessas disputas.

2.1.6 As novas rupturas internas

⁷¹ Segundo a reportagem de Machado (2019), em meados de 2018, os integrantes da Okaida estavam descontentes pela gestão do líder do grupo, pela sua violência e arbitrariedade contra os próprios membros e inocentes. Esses integrantes fundaram a Okaida RB, uma nova organização que acrescentou em sua nomenclatura, uma homenagem às iniciais dos vulgos de dois presos que criaram o grupo. Houve mudanças na Okaida RB, principalmente na diminuição de violência, se espelhando na racionalização e regras de condutas do PCC, inimigo da Okaida RB.

A geopolítica das facções brasileiras está diretamente ligado com o comércio ilegal de drogas, pois a quantia que se empreende nessas mercadorias ultrapassa cifras milionárias. O PCC foi a organização que obteve mais êxito para a exportação e circulação dessas substâncias psicoativa, conseguindo uma hegemonia na rota caipira e disputando a rota Solimões, além de construir uma rede de indivíduos, grupos e facções que corroboram nos interesses econômicos na divisão de drogas e a busca pelo lucro.

Segundo a série de vídeos do documentário “Primeiro Cartel da Capital: a história da maior facção do Brasil”⁷², o PCC é a única organização que conseguiu importar e exportar drogas, o que difere do CV, que apenas conseguiu importar essas substâncias e comercializar no território brasileiro. Assim, esse novo caminho de exportação conseguiu aliados internacionais, como as máfias italianas *’Ndrangheta* (da região da Calábria) e Camorra (de Nápoles) e um rendimento milionário de um novo nicho e percurso econômico da facção (Manso; Dias, 2018).

Essa face da exportação dessas mercadorias criminais, destinou um viés, ainda mais “capitalista” do comando, trazendo um novo aspecto de ruptura dentro da estrutura interna da facção, em episódios sombrios⁷³ sobre novas disputas de poder interna. O receio de uma dissolução da organização e o fim da coesão interna esteve presente, com um processo de algumas mortes de indivíduos com alta reputação e poder dentro da estrutura da irmandade. Em dezembro de 2017, um integrante respeitado e visto com poder do PCC foi assassinado na penitenciária II de Presidente Venceslau, no extremo oeste de São Paulo, presídio que era um dos centros políticos da facção, devido às lideranças se concentrarem neste espaço.

O homem morto tinha o vulgo⁷⁴ de Biroasca⁷⁵, ex-integrante da sintonia final⁷⁶ da facção, importante financiador e articulador de negócios econômicos do PCC, além de ter respeito e trabalho pelo partido. Biroasca foi morto a golpes de estiletes, que segundo informações da inteligência policial, foram feitas a mando dos líderes da facção da sintonia

⁷² Série documental do UOL disponibilizada nas plataformas online, discutindo com pesquisadores, investigadores e jornalistas o PCC. Disponível em: <https://youtu.be/ZJ1odbHDWPU>.

⁷³ Em virtude da ausência de informações da própria organização, esse período foi marcado pela disseminação de informações oriundas da grande mídia e dos órgãos de empresas sobre essas novas disputas internas relacionadas à exportação das mercadorias ilícitas. Assim, é importante ressaltar que, até então, o que se sabe no nível público são originadas pelos veículos de imprensa, de inteligência e justiça estatal, podendo haver contradições e leituras equivocadas daquela realidade em si.

⁷⁴ Vulgos são codinomes dos integrantes no mundo do crime. Esses apelidos são inseridos nas pessoas a partir de várias questões, como condições físicas (magro, gordo, alto, baixo), locais de origem, profissões, apelidos de infância ou amizade, abreviações, entre outros.

⁷⁵ Edilson Borges Nogueira, sob vulgo de Biroasca, foi um integrante no alto escalão do PCC, envolvido com os comércios ilícitos do grupo em Diadema, na região metropolitana de São Paulo.

⁷⁶ No próximo capítulo, será explicado sobre a organização interna da facção. Mas para adiantar, a sintonia final é a “alta cúpula” do partido, responsável em discutir, sintetizar e orientar os caminhos do grupo.

final, após um debate e seu decreto de morte (Manso; Dias, 2018). Por conta de sua trajetória e mérito no mundo do crime e no PCC, o caso de Biroasca expressava as disputas de poder interno e divergência do comando.

Mas foi em fevereiro de 2018 que explodiu, a nível público, a crise do partido. Em uma reserva indígena no interior do Ceará, dois homens foram mortos após o pouso de um pequeno avião naquele território. Esses homens eram ligados à alta cúpula do PCC, os seus vulgos eram Gegê do Mangue⁷⁷ e Pacá⁷⁸, integrantes que, segundo o discurso policial, eram uma das principais lideranças fora da cadeia da facção. Eles foram assassinados com tiros na região facial, morrendo na hora.

Gegê do Mangue e Pacá, ambos também na alta cúpula da irmandade, administravam o comércio ultramarino de drogas, sendo que Gegê do Mangue foi um dos principais responsáveis pela articulação com as máfias italianas e a internacionalização da face econômica do PCC, usufruindo de alto poder e autonomia frente ao sucesso econômico do processo de importação, distribuição pelas rotas até a exportação para outros mercados consumidores (Manso; Dias, 2018).

Seus algozes também eram ligados ao PCC. Seus vulgos eram Fuminho⁷⁹ e Cabelo Duro⁸⁰, dois homens que atuavam no mundo do crime e que executaram os antigos líderes da organização, criando um cenário de incertezas e disputas discursivas sobre as razões dos assassinatos de Gegê do Mangue e Pacá. Alguns dias após as mortes no Ceará, Cabelo Duro foi morto na cidade de São Paulo. A causa da morte foi uma emboscada, seguida de morte, com tiros de fuzil⁸¹, na região nobre do bairro do Tatuapé (Araújo; Tomaz, 2018). Essa morte evidenciou uma vingança de outros membros do PCC para saudar a ação contra Gegê do Mangue e Pacá.

Os motivos das mortes ainda estão incertos, pois houve uma disputa de narrativas e

⁷⁷ Rogério Jeremias de Simone, sob vulgo de Gegê do Mangue, foi um dos principais nomes do grupo, responsável pela sintonia que cuidava das exportações e membro da sintonia final, tendo muita influência dentro do partido (Manso; Dias, 2018). As autoridades policiais classificavam Gegê do mangue como um dos líderes do PCC fora do cárcere até sua morte.

⁷⁸ Fabiano Alves de Souza, sob vulgo de Paca, foi uma liderança da irmandade e participava com Gegê do Mangue nos negócios internacionais do grupo.

⁷⁹ Gilberto Aparecido dos Santos, sob vulgo de fuminho, é um importante agente criminal, tendo ligações com diferentes organizações ilícitas em vários países. Fuminho não é integrante do PCC. No entanto, ele era um importante articulador para o comércio de drogas, principalmente de cocaína, parceiro do PCC e amigo pessoal de Marcola.

⁸⁰ Wagner Ferreira da Silva, sob vulgo de Cabelo Duro, foi apontado como “gerente” dos nichos econômicos do comando, principalmente no foco nas exportações das mercadorias criminais.

⁸¹ Segundo o vídeo, Cabelo Duro estava saindo de seu carro blindado, quando foi surpreendido pelo algoz que se aproximou dele e disparou inúmeros tiros. Nem o carro blindado foi capaz de assegurar a vida do agente do crime, visto que a arma utilizada era de alto calibre, o que pressupõe que a ação foi planejada *a priori* (Araújo; Tomaz, 2018).

justificativas para saber a verdadeira causa dos conflitos. O discurso oficial do PCC decretou a morte dos algozes dos antigos líderes da facção, culminando na morte de Cabelo Duro e a fuga de Fuminho para a Bolívia (Manso; Dias, 2018). A visão oficial da facção creditou os motivos das mortes como traição de Fuminho e Cabelo Duro, anunciando, dias depois da morte de Cabelo Duro, um *salve*, em que o partido explica a situação perante a comunidade criminal, como observado:

Salve geral interno e externo.

O Primeiro Comando da Capital, vem por meio deste comunicar e deixar claro que nosso queridos e amados irmãos GG do Mangue e Paca foram covardemente assassinados por pessoas que dizia amigos. Depois de assassinar nossos irmãos inventaram mentira sobre eles tentando denigri-los, tentaram assumir o controle externo com um verdadeiro golpe. A mídia vem divulgando mas mentiras, afirmando disputa pelo poder, isso é mentira. Os irmãos foram traídos por aqueles que confiaram, esses covarde afrontaram o crime ao qual representamos e vingaremos os nossos irmãos, caçaremos todos que tiveram participação nesta safadeza. O crime está em luto, no sistema e na rua, perdemos dois líderes que dedicaram suas vidas á nossa causa. Seus nomes e seus feitos jamais serão esquecidos, sempre serão lembrados por todos nós. Parabenizamos os irmãos que imediatamente foram em cima e começaram a cobrar os culpados e convocamos todos os irmãos e companheiros á nos ajudar a caçar todos os envolvidos sem trégua até que nossos irmãos sejam vingados não daremos trégua. O crime não aceita covardia e traições. Esse é um momento de União para todos juntos, somos forte e nossos inimigos vão chorar pelo que fizeram. Um abraço a todos!!!

Justiça, Paz, Liberdade, Igualdade e União. PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (sic) (Manso; Dias, 2018, p. 231-232).

Segundo a ala ligado a Fuminho e Cabelo Duro, Gegê do Mangue e Pacá estavam roubando a facção, utilizando de algumas prerrogativas - estar em liberdade, desfrutar do conhecimento e negociações diretas da exportação das drogas e estar num cargo alto no partido - para auto enriquecer e criar medidas que prejudicam o grupo na questão econômica (Manso; Dias, 2018).

Fuminho anunciou sua versão para o PCC e a comunidade do crime, argumentando que a morte foi ordenada pela própria sintonia final da facção, e que ele estava apenas seguindo ordens, e que o decreto de sua morte é algo equivocado, já que ele não foi ouvido pelos debates internos, o que resultaria na contradição dos valores e práticas da coesão política do partido. O *salve* anunciado por Fuminho:

Irmãos, fui decretado pelo comando sem nem ser ouvido. Sô injustissado porque não posso ser cobrado pelas mortes do GG e do PAKA mediante que eu apenas cumpri ordens da Sintonia Final. [...] A lei do comando vale para todos, independentemente se é grande ou pequeno, se praticou ato desviante, se foi provado mão na cumbuca, nada mais normal que eles serem decretados até mesmo como exemplo. [...] Eu tenho provas que recebi as ordens escrita e confirmada para fazer a situação do GG e do PAKA. Tenho os bilhetes que o próprio pessoal do BOY [Marcola] passou pro meu pessoal. [...] E é fácil saber que o único que poderia juntar os GG e o PAKA numa mesma situação não era eu, nem o cabelo duro, nem o maguila, nem ninguém, só o BOY mesmo. [...] Meu decreto [de morte] tem que ser anulado, e se a ordem do GG e do PAKA era errada ou falsa, o decreto

tem que ser em cima de quem passou a ordem irmão. É esse o papo. Giba/fuminho. (Abreu, 2018, p. 1).

Após o salve de Fuminho, houve ainda mais tensão na batalha discursiva sobre as mortes e evidenciava possíveis rupturas dentro da sintonia final do PCC. A organização compartilhou outro salve, que, como observado na análise de Manso e Dias (2018), foi uma espécie de apaziguamento entre as frentes, pois um racha seria maléfico para todos os integrantes e desencadearia novos confrontos e disputas, o que encerrar a construção do PCC nas últimas duas décadas. O salve descrito foi:

COMUNICADO GERAL INTERNO E EXTERNO

Nosso abraço respeito a todos os nossos irmãos e amigos de forma geral. A sintonia final do comando vim por meio deste deixar todos cientes que diante de fatos apurados e comprovados por nós de forma geral, se faz necessário a transparência na mudança do entendimento dos motivos que levariam a morte do nossos irmãos *Gegê e Paca*. A princípio tudo foi evidenciado numa tentativa de golpe desastroso que não condizia com os perfil das pessoas envolvidas [...] Ocorre que, diante da luz de novos fatos é nosso dever informar que as pessoas que tomaram essa atitude não tiveram objetivo de golpe e sim corrigir erros. Eles por atuarem próximo aos irmãos, detectaram os mesmos erros que agora sabemos ser verdadeiros. Infelizmente de forma impulsiva, seguindo o pior caminho possível, atropelando a marchinha do comando, tomando atitudes de forma isolada, temos nossas normas de justiça e contra fatos não existe argumentos. A sintonia final jamais compactua com erros, temos o dever de sermos imparcial e nenhum integrante está acima do certo seja lá quem for, bastava seguir os trâmites já que tinham todos os caminhos disponíveis. Diante das mortes de atentam [atentaram contra] líderes exemplares da forma que foi, consideramos uma afronta o ataque injusto e reagimos prontamente decretando todos os envolvidos, pois era o que nos restava já que os fatos era obscuros a todos nós. Hoje vamos avaliar caso a caso e assim que possível definiremos essa parte da questão. Haja visto que, no que diz respeito ao Gege e Paca está definido que usaram o nome da família para benefício próprio e foram contra todos os princípios que sempre p[r]egaram a nós. Cometeram vários erros e pelo conjunto traíram a nossa confiança e de todos. [...] (sic) (Manso; Dias, 2018, p. 235-236).

Fuminho foi preso em 2020, em Maputo, capital de Moçambique. Ele foi transferido para o Brasil, julgado e preso em São Paulo, estando até a escrita dessa dissertação preso em uma unidade penitenciária no interior de São Paulo. A prisão dele transformou as dinâmicas criminais e a circulação dessas mercadorias ilícitas, visto que ele detinha um conhecimento e contatos para a mediação de drogas e tentava repetir essa fórmula no continente africano, expandindo as fronteiras desse nicho econômico (Dias, 2020). Essas situações demonstram que, dentro das relações internas, o comando tem problemas, interesses e disputas constantes, e que uma crise interna poderá ser uma problemática que poderá causar a dissolução do poder de toda facção.

2.1.7 Os últimos dilemas do partido

Após essa turbulência, não houve mais notícias sobre as fortes disputas de poder e tensões. As alianças e confrontos entre os grupos também se mantiveram no período da pandemia e posteriormente. Outros focos de nichos econômicos, associados a lógica de gestão de segurança e questões políticas foram efetivados nesse recorte temporal. Para explicar melhor, a invasão e exploração de diversos serviços e mercadorias, se tornaram recorrentes em terras indígenas nas regiões norte e centro-oeste brasileiro.

As terras indígenas do povo Yanomami, localizada nas UF do Amazonas, Roraima e na Venezuela, foram palco de muitos problemas relacionados à exploração da terra, de riquezas naturais e de perseguição e mortes contra os indígenas por diferentes grupos, sob interesses de exploração e enriquecimento privado, nos últimos anos. O problema da exploração e perseguição aos Yanomamis não são recentes, frutos da integração de indivíduos com poder e riqueza, que financiam a extração de matérias primas dessa rica região e exportam para imensuráveis propósitos.

Diante desse contexto, houve a inserção de facções criminais nesses territórios, com maior destaque ao PCC e, em menor grau, o CV, atuando como uma espécie de “síndicos”, prestando serviços de proteção aos grileiros, trabalhadores da mineração e, principalmente, para os donos dos garimpos (Sant’anna, 2023). Além disso, com o estabelecimento dos comandos, houve como consequência, a administração e comércio de alguns nichos econômicos peculiares as características dessas organizações, isto é, a gestão do tráfico de substâncias psicoativas, como a maconha, o *skank*⁸² e a cocaína, a condução de casas de prostituição e outros serviços, além da segurança com forte armamento para os garimpeiros (Perez, 2023).

Há também disputas entre o PCC e CV para dominar esses territórios e trabalhar com os garimpeiros. Porém, segundo a reportagem de Perez (2023), o CV vem diminuindo sua influência nessa região, deixando o PCC com mais força e contato com os garimpeiros, criando uma ebulição de um nicho econômico de “narco-garimpo”, em que os interesses do PCC são as rotas das mercadorias criminais pela floresta amazônica, contato mais próximo com grupos produtores na Colômbia, administração dos pontos de droga, casas de prostituição: “o principal interesse do PCC em Roraima está no controle das fronteiras para transportar drogas e armas. “A atuação na zona de garimpo ocorre mais na ideia de controle

⁸² *Skank* é uma substância psicoativa derivada da *cannabis* e mais potente que a maconha. O *skank* comercializado pelo PCC nas terras Yanomami é de origem colombiana, proveito das negociações entre os produtores colombianos e intermediados pelo partido.

do território, operando como braço armado do garimpo ilegal” (Sant’anna, 2023, p. 1).

Para os interesses do garimpo, os serviços prestados pelo PCC auxiliam na maior proteção aos trabalhadores e garimpeiros, pois sua habilidade com armas (fuzis, metralhadora e pistolas), corroboram para possíveis confrontos com os ameríndios, forças policiais, profissionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e outros atores que estão naquele território, convertendo os membros da irmandade em “os criminosos são contratados como seguranças e vigias de garimpos e acabam entrando em conflito entre si, por acusações de roubos. Com a presença deles, o uso de drogas também aumentou no território” (Tocantins, 2022, p. 1).

Em uma entrevista com um líder Yanomami, o indígena relata sobre os interesses dos garimpeiros, que não são apenas brasileiros, e articulam seus interesses com a facção, para assim, conseguir um melhor proveito e evitar riscos para atingir os objetivos desses poderosos na exploração do território Yanomami, denunciando que: “existem criminosos ligados ao PCC dentro da nossa terra. [...] Eles estão lá dentro e cresce a circulação de maconha, cocaína, álcool. Os grandes empresários, donos das balsas de garimpo, contratam essas pessoas para vigiar as coisas deles” (Tocantins, 2022, p. 1).

Em 2023, com a mudança do governo federal e uma nova política de proteção para a comunidade dos Yanomami e repressão contra o contingente dos garimpeiros, o PCC ainda estava presente nas UF de Roraima e Amazonas, incluído no território ameríndio. As ações do novo governo federal culminaram na saída de alguns garimpos da região e, como decorrência, novos conflitos entre garimpeiros e integrantes do comando contra indígenas, forças da polícia federal e agentes do IBAMA, elevando os índices de violência e homicídio e criando tensão para toda sociedade do norte do país (Bechara, 2023).

Essas ações da face econômica, produziu um alto faturamento para a organização, que segundo investigações, documentos apreendidos e estimativas da inteligência policial⁸³, passou da casa de 1 bilhão de reais entre 2018 e 2019. Para ter uma ideia sobre o valor absurdo e o crescimento do lucro, entre 2004 e 2005, o PCC arrecadou cerca 6,5 milhões de reais, aumentando o ganho em mais de 160 vezes no período de quase 15 anos (Jozino, 2020).

Há também alguns prognósticos que avaliam que o valor seria superior a 3 bilhões de reais em movimentações bancárias, proveniente do comércio nacional e internacional de

⁸³ Esses dados foram elaborados na captura de documentos de tesoureiros ligados à organização, apreendidos pelas forças policiais por um período curto. Há possibilidades desse valor ser superior, visto que os indivíduos lavam o dinheiro sujo na compra de imóveis e outras propriedades, e utilizam laranjas e outros mecanismos (como criptomoedas) para transfigurar o dinheiro ilegal em legal, disputando suspeitos das forças policiais.

mercadorias ilícitas, no período de internacionalização e parceiros ultramarinos do comando (Hidalgo, 2022). Outros casos inusitados relacionados à irmandade e quantias significativas se tornaram comuns, como por exemplo, na utilização de criptomoedas e problemas envolvendo investimentos e retornos com dinheiro ilegal e integrantes do grupo criminal.

Entre o final de 2021 e início de 2022, uma outra onda de violência envolvendo alguns integrantes do PCC e indivíduos que lavavam dinheiro da facção através de criptomoedas apareceu na mídia. Membros da organização solicitaram que uma pessoa investisse 40 milhões de reais em criptomoedas e transformasse o dinheiro ilegal do comando em dinheiro limpo, retornando com mais recursos para os indivíduos ligados ao PCC (Diamante; Cerantula, 2022).

Todavia, o investimento em criptomoedas não deu resultado, gerando prejuízo para os integrantes da facção, iniciando uma série de assassinatos entre o grupo criminal e os agentes que atuam no mercado de moedas digitais (Diamante; Cerantula, 2022). A surpresa neste caso, foram as mortes cruéis⁸⁴ e a utilização de criptomoedas por parte de integrantes do comando, que investiram nesse episódio. Segundo a investigação da polícia civil através da reportagem de Chastinet, Barros e Muniz (2022), o valor foi mais de 200 milhões de reais nessas plataformas e o estopim para a violência entre esses os indivíduos pertencentes aos grupos.

O alto rendimento traz na figura do partido, novos mecanismos para burlar os órgãos estatais e suas investigações, tratando de quantias altíssimas. A criptomoeda e outras formas de lavagem de dinheiro, se tornaram exemplos da sofisticação e complexidade que é o comando. Destarte, o fluxo econômico gerado pelas diversas frentes, converte o PCC num caixa de uma empresa multinacional, algo que demonstra a grandeza do partido, além das suas conexões com diversos setores que trabalham na legalidade e ilegalidade. Mesmo na pandemia de covid-19, o PCC não parou suas ações e frentes econômicas, trabalhando com o tráfico de drogas e financiando outras frentes de atuação, como os casos do novo cangaço (Aquino, 2021).

Sobre a pandemia, o partido forjou medidas importantes em relação às faces econômicas, políticas e de gestão de segurança. Com a restrição de circulação de pessoas, em razão ao contágio do vírus, o comércio de substâncias psicoativas também foi afetado,

⁸⁴ Foram assassinados integrantes do PCC, sendo um homem com forte influência na facção, que, segundo as investigações policiais, foram de autoria dos indivíduos ligados à lavagem de dinheiro. Com a morte desses membros, houve uma resposta dos integrantes do PCC, com mortes - bárbaras - aos algozes, sendo utilizados técnicas de esquartejamento e decapitação, distribuindo os restos do corpo em espaços públicos da cidade de São Paulo (Chastinet, Barros, Muniz, 2022; Diamante, Cerantula, 2022).

fazendo os agentes criminais adotarem novas configurações para atenderem as demandas dos usuários. Assim, houve alguns efeitos diretos. Primeiro, com essas restrições, o valor das drogas aumentou, principalmente para mercados consumidores de outros continentes, principalmente o europeu, aumentando o lucro dessas mercadorias e, conseqüentemente, seu risco (Souza, 2020).

Com as limitações das pessoas, o segundo efeito foi a diminuição das vendas dessas substâncias no mercado interno, em razão de muitas pessoas aderirem aos *lockdowns* e quarentenas, ou estarem em trabalho *home office*, acarretando novas logísticas, como na entrega nas casas dos usuários, e também, da dificuldade financeira dos usuários, em virtude do momento específico de reestruturação do trabalho, que culminou em demissões ou corte de salários (Souza, 2020).

O PCC, como o CV e a FDN, investiu para construção de novas rotas de importação de drogas, nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, Colômbia, Peru e Bolívia. Desse modo, houve o manuseio de outros portos para a distribuição de drogas a nível internacional, além do “PCC investiu no Paraguai e na Bolívia na compra de helicópteros e pequenos aviões que podem levar 400 quilos ou 500 quilos de droga”, diz Lincoln Gakiya, promotor do Ministério Público” (Souza, 2020, p. 1). Portanto, a face econômica da facção não travou na pandemia, mas afetou por um período os pontos de drogas (biqueiras) no mercado interno, mas aumentou o investimento e lucros para os indivíduos que estão na atuação da importação e exportação dessas mercadorias criminais.

Sobre a questão política na pandemia, o discurso e prática do PCC foi decisivo para a pressão aos órgãos de justiça pela liberação de setores de detentos. Graças a política repressiva e de encarceramento em massa, as prisões brasileiras são representadas como a terceira maior comunidade prisional do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e China⁸⁵, contendo mais de 830 mil indivíduos reclusos de liberdade (Brasil, 2023). A UF de São Paulo é a campeã no quesito de encarceramento nacional, contando com uma população superior a 195 mil presos⁸⁶ (Brasil, 2023). Para se ter uma ideia da quantidade de presos, se a UF de São Paulo fosse um país, ela teria a 10ª maior população carcerária do mundo, um dado superior a países com mais população do que São Paulo, como Irã, Filipinas, África do

⁸⁵ Segundo os dados, em Londres (2023), os Estados Unidos obtêm a maior população presa com mais de 1 milhão e 700 mil pessoas. A China aparece em segundo lugar com 1 milhão e 600 mil pessoas. Para completar, o Brasil é o terceiro, seguido de Índia com mais de 554 mil presos e Rússia com número superior a 430 mil detentos. É importante frisar que esse levantamento, foi feito a partir dos dados disponíveis em cada país, catalogados no site, podendo haver divergências entre fontes e números relatados.

⁸⁶ Contudo, a população carcerária do Estado de São Paulo diminuiu. Segundo os dados da monografia de Dyna (2021), São Paulo tinha 231 mil presos em 2020 e, depois de 3 anos, esse número diminuiu cerca de 36 mil presos.

Sul e Vietnã (Londres, 2023).

Com esse cenário de encarceramento em massa, os riscos de contágio e alastramento da doença eram enormes, ferindo direitos e a própria existência dessa camada privada de liberdade. Assim, houve uma pressão política do PCC, para que haja a soltura de parcelas dessa população penitenciária, principalmente idosos, comorbidades e indivíduos no semiaberto. As ações do PCC se deram a partir de suas estratégias conhecidas, ou seja, rebeliões, revoltas internas e tentativas de fugas dentro das prisões, além da divulgação de salves para alertar a sociedade, como descrito em três itens:

a) regularização das visitas familiares aos cárceres; b) liberação de presos idosos e/ou com comorbidades, sujeitos a maiores riscos de agravamento no caso de infecção pelo novo coronavírus; e c) retorno da aplicação das saídas temporárias aos custodiados em regime semiaberto, popularmente conhecidas como “saidinhas” (Duarte; Martino; Beraldo, 2021, p. 20).

A pressão do PCC foi condizente no que toca aos direitos dos presos, associado às críticas de grupos de direitos humanos e outros atores, para produzir meios que diminuam a superlotação das cadeias brasileiras e diminuam os riscos da pandemia de covid-19. Porém, a gestão federal e estadual, ambos sob discurso repressivo e aliados aos setores de direita e extrema direita, negaram esses recursos, alegando um possível acréscimo de criminalidade na sociedade com a soltura dos presos, o que acabou em prejudicar a vida dos presos (Duarte; Martino; Beraldo, 2021).

Mais uma vez, essa ação do PCC, de uma dimensão política, contribuiu para ser um instrumento de voz e luta para os direitos dos presos e familiares, ganhando ainda mais legitimidade pelas classes paupérrimas associadas às famílias dos presos e/ou que têm influência de sua ética nas periferias paulistas. As gestões estatais, contrariando as próprias recomendações técnicas, impediram essas medidas, graças à existência dos sujeitos encarcerados, alinhado aos discursos que estigmatizam e prejudicam uma alternativa que vai além da reclusão atrás das grades e o empoderamento do comando.

Por fim, o PCC se transformou constantemente desde seu surgimento em 1993, e nesses 30 anos de existência, se irradiou para inúmeros nichos econômicos, atuando no limbo da legalidade e dos ilegalismos. Com suas dimensões econômicas, ele consolidou sua estrutura organizacional política, aprendendo com lacunas e imprecisões de seus membros, como sua reorganização de poder entre 2002 e 2003, unindo novos ideais que marcaram os valores de PJLIU e evitando disputas internas, como os problemas em 2018.

Isto posto, o partido constituiu uma participação direta e indireta na gestão biopolítica de territórios que ele tem influenciado em sua ética, racionalizando as condutas de indivíduos

ligados ao mundo crime, das periferias e prisão a partir da complexa ética do PCC. O fenômeno dos debates ou ideias, tornaram o PCC como uma organização que vai além da criminalidade, corroborando com efeitos positivos para uma administração da sociedade, preenchendo as lacunas deixados pela ausência e/ou [má] gestão para esses setores subalternos, criando legitimidade e poder na figura da irmandade. Por fim, no próximo subcapítulo, haverá uma breve discussão sobre o que se entende pela complexidade do PCC, através de toda exposição da genealogia que foi discutida até então.

2.2 A complexidade e contradição do PCC

Após toda exposição sobre a genealogia dos 30 anos da existência do PCC, há alguns elementos importantes para compreendermos a complexidade do PCC. Seu discurso, conhecimento, suas dimensões política, econômica, bélica, social e de segurança, além de sua essência, são alguns aspectos que trazem a qualificação do comando como uma complexidade e contradição, similar ao rizoma, com o intuito de uma melhor compreensão sobre a facção, dialogando com intelectuais que pesquisam este objeto e sua história.

Um dos fatores que acompanhou a irmandade desde seu surgimento, foi o discurso estratégico focado nas suas finalidades. Esse discurso, de cunho revolucionário, pode ser compreendido pela forma de um saber oriundo da experiência da realidade prisional, em que a própria concepção das contradições existentes dentro desse sistema, somado a ausência de direitos, estigmatização do “sujeito ladrão”, uma vida criminal e outros tipos de condições atípicas da realidade legal da sociedade, produzem nesse sujeito, um discurso que rejeita a posição que esse indivíduo está, clamando por melhorias na estrutura penitenciária e em condições básicas para a existência humana, como serviços de qualidade na área da saúde, educação, trabalho, moradia e etc, diferenciando de outros sujeitos dos ilegalismos, como apontou Zaluar (1989).

Assim, esse saber construído por parte da experiência [e sofrimento] prisional, foi instrumentalizado como uma estratégia política, em que o grupo capta os anseios, demandas, reclamações e os problemas da comunidade penitenciária para obter uma unidade entre os presos (haja vista que havia uma “guerra de todos contra todos”, - no sentido hobbesiano - em muitas prisões antes da ascensão das facções no Brasil), e desta forma, conseguirem a partir das próprias táticas singulares a realidade do PCC, novas políticas que disputam, conquistam e se impõem contra as autoridades.

O discurso do PCC não está direcionado apenas à realidade do sistema carcerário, mas

também, demandas e reivindicações que vão além dos muros das prisões, incorporando algumas pautas e/ou dilemas de esferas da sociedade ao longo das três décadas da existência do grupo. Desse jeito, é possível conceber o Primeiro Comando da Capital como uma organização política não convencional⁸⁷, que os próprios presos estimulam suas pautas, reivindicam direitos e articulam com aliados internos e externos, para alcançar seus objetivos. Biondi também destaca a política do PCC: “As pessoas costumam utilizar o termo “política” se referindo à política partidária, mas utilizo-o aqui de forma mais ampla, para me referir ao modo como os prisioneiros conduzem suas existências e suas lutas” (Manso, 2009, p. 160).

Entender o comando como organização política, substitui toda as problemáticas que os discursos midiáticos e jurídico-policiais utilizam para descrever este objeto como “crime organizado”, pois retirando todos os vieses moralistas e estigmatizantes, como discutido nos capítulos anteriores, o PCC torna-se, também⁸⁸, uma nova referência que gerencia a população prisional e periférica, atua para resolver problemas específicos e articula para atender demandas sociais dessas camadas.

As pressões políticas e estratégias de atuação, discutidas até então, estão envolvidas em uma dimensão do PCC como organização política não convencional. Os casos das reivindicações para a população carcerária, como para melhores condições, na organização dos presos e no fim de algumas arbitrariedades no cárcere, a força exercida para que haja mudanças na superlotação das cadeias e o perigo do alastramento da doença do covid-19, além da regulação da vida social pela ética da irmandade, refletem essa tendência política.

Como a organização não atua somente nessa esfera de política não convencional, ela também pode ser interpretada de outras formas. Os mercados ilegais e ilícitos, conjuntamente aos ilegalismos, são dois campos que envolvem o PCC no aspecto econômico, mesmo que às circunstâncias não estão relacionadas à legalidade jurídica que o Estado brasileiro ordene (Alvarez, Salla, 2020; Cepik, Borba, 2011; Telles, 2013). Esses mercados são um conjunto de relações econômicas entre atores, mercadorias e finalidades díspares, levando a figura do comando a agir, regular e participar, seja no aspecto direto ou indireto, no comércio de

⁸⁷ Recorre-se ao termo “não convencional” devido à especificidade da organização. O PCC não atua na política convencional como os partidos políticos que disputam o sistema eleitoral, e também não são sindicatos oficiais que estimulam a luta política no trabalho e apoio da sociedade. O grupo contém características tanto de um partido, como do sindicato, mas como ele está na esfera ilegal e utiliza de mecanismos e táticas que recorrem a violência extrema e esferas de economia ilícita, será definido a irmandade como uma organização política não convencional.

⁸⁸ A premissa para analisar as diferentes formas do(s) PCC(s), foi baseada em Dyna (2021), compreendendo a organização em diversas dimensões como nas esferas política, econômica, bélica e social. Em virtude disso, o PCC tornou-se vários segmentos que são contraditórios, em alguns aspectos, mas em outros não, como nesta definição de organização política não convencional.

substâncias psicoativas, mercadorias variadas, proteção, além de estarem vinculados com os tipos de ilegalismos que ocorrem na realidade brasileira, como roubos a bancos, furtos, sequestros, e mais recentemente, mineração em terras indígenas, contrabando de armas e participação de negócios ilícitos internacionais.

Ademais, novas práticas e regras de condutas, produção de saberes e culturas peculiares ao PCC e processos de legitimação de setores da população periférica e prisional, recai em uma visão do agrupamento estimulado a uma questão social, criando novos elos entre a mística do comando e parcelas da sociedade, que entendem a facção não como um objeto estranhado e reproduzido pelos discursos midiáticos, policialescos e jurídico como algum tanto criminoso, mas sim, como uma aproximação singular de sujeitos que estão e vivenciam essa realidade constantemente.

O metabolismo exercido entre a relação do mundo do crime com a realidade das periferias, produziu saberes e culturas que forjaram uma relação intrínseca, ressignificando alguns preceitos. O estilo musical *funk* é uma amostra sobre essa junção, em que há mensagens ocultas para quem não conhece as dinâmicas criminais ou disputa de poder das facções, que mistura questões da periferia e mundo do crime.

A letra a seguir, foi uma música-resposta⁸⁹ composta por um MC, - influenciado pela ética do partido - que discute as disputas de poder entre as alianças Tudo 3 e Tudo 2, e a cultura dos bailes *funk* da realidade paulista (guiado pelo PCC) e fluminense (conduzido pelo CV e outras facções), em um momento de tensão entre o PCC e CV:

Se ta 3 ta lindo se ta 2 vai passa fome
Levanta os guarda chuva, levanta o fuzil
Levanta a umbrella, levanta o fuzil
Família tudo 3 é a maior do Brasil
Cade o MC poze? Vai para puta que pariu
Irmão ta brecado irmão/Qualquer moleque que estiver escutando poze do rodo aí
vai entrar no problema com nós
Tá 3 tá 3 tá 3 tudo 3 (sic) (Made In Funk, 2020).

O conteúdo da letra mostra três dimensões. O mundo do crime, aqui pelas disputas entre o PCC/Tudo 3 e CV/Tudo 2, às culturas dos bailes funks em São Paulo e Rio de Janeiro e as dimensões das periferias. A divulgação dessas músicas pelos usuários das plataformas de vídeos e músicas, dissemina o discurso dos grupos faccionais para as periferias, fazendo de muitos usuários a usufruírem dessas canções, sem ao mesmo saber desses detalhes ocultos.

⁸⁹ No caso, um MC fez um vídeo criticando com tom jocoso a forma que os bailes funks de São Paulo funcionam, o que é diferente do Rio de Janeiro. Essa ação produziu um suposto save, por parte do PCC, proibindo o cantor carioca de exibir seus shows no território paulista. O suposto save que foi compartilhado pela internet pode ser encontrado, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7yVcv3QbUml>.

A incorporação de signos e símbolos do mundo do crime para a periferia também é destaque desse contato entre o mundo do crime e as periferias. Um dos emblemas do PCC é o signo do *Tao*, da filosofia oriental, denominado de *Yin Yang*. O *Yin Yang* foi adaptado para a condição da complexidade da irmandade, ainda nos primeiros anos do PCC, resultado de um conjunto de significados, como o equilíbrio (Jozino, 2017). Assim, em muitas periferias, esse signo foi incorporado como “sociabilidade periférica”, estando presente em times de futebol de várzea, em pichações, adereços de vestimentas e estilos visuais⁹⁰, como fotografado na imagem abaixo em uma pesquisa de campo.

Imagem 2: Pesquisa de campo em Osasco/SP em 2020



Fonte: Elaborado pelo autor.

Isso quer dizer que a própria interação do PCC não é universal, recaindo sobre qual sujeito, sua condição socioeconômica e origem são importantes componentes para novas visões sobre o grupo. Dessa forma, um jovem que foi socializado em uma periferia paulista terá um ponto de vista diferente de um acadêmico, policial, juiz ou trabalhador rural, pois ele vivencia algumas contradições e condições que apenas ele experiêcia em sua realidade

⁹⁰ Nas pesquisas de campo nas periferias de Osasco, além de toda vivência enquanto morador daquele território, foi observado inúmeros exemplos do *Yin Yang*. Roupas com adereços, adesivos de carro e até corte de cabelo com o símbolo do *Yin Yang* foram percebidos por este autor.

(Feltran, 2018). Desta maneira, o PCC interfere na vida social dos moradores dos territórios que ele influencia, constituindo novas produções socioculturais que ultrapassam a figura do mundo do crime, e produz um novo comportamento cultural oriunda da periferia⁹¹.

As atuações do PCC também não são universais, a população de cada realidade interpretará de forma particular a relação facção com eles. Um exemplo é a entrevista de Camila Dias (PPG SOCIO UFRGS, 2022) em que a autora discute as consequências do processo de expansão da facção, pois atualmente, o grupo tem presença considerável em zonas de fronteiras e territórios em disputas, como a fronteira do Brasil e Paraguai no Mato Grosso do Sul, ponto principal da rota caipira (Abreu, 2017). As populações brasileira e paraguaia das cidades de fronteiras não concebem totalmente a ética, ideal e a forma de condução do PCC, como as populações prisionais e periféricas paulistas, e assim entendem o partido como forasteiro e estranhado, recusando suas normas impostas pela organização (PPG SOCIO UFRGS, 2022). Um dos motivos são as disputas e confrontos violentos pelos objetivos econômicos da rota comercial de substâncias psicoativas, principalmente a maconha e cocaína, que são circuladas saindo do Paraguai e região dos andes, rumo aos principais mercados de consumo no Brasil e portos no litoral, que são transportados para outros mercados nos continentes africano, europeu e asiático.

Com a tentativa de obter o controle e usufruir às garantias da gestão das rotas criminais, o poder bélico e sua força se impõe nessas regiões de zonas de fronteira e disputa, o que configura em embates com outras facções ou organizações que estão nesse ramo. O comércio e aquisição de armas, produz um tipo específico de poder bélico através do braço armado do PCC, pois o comércio de armas está intrinsecamente ligado com o comércio de drogas, em razão da necessidade da manutenção do mercado criminal e do domínio de territórios, com a instrumentalização de rotas comerciais e transportes para garantir a defesa de seus interesses (Pereira; Dias, 2017). Esses conflitos incidem principalmente nas pessoas que estão nos locais, o que reflete na rejeição das comunidades a figura do partido e a visão do PCC como forasteiro.

Essas diferenciações sociais e suas interpretações na figura de populações geográfica, cultural e socialmente diferente, correspondem por múltiplos vieses do PCC, tratando este objeto como algo heterogêneo, amplo e com várias esferas que modificam a partir das circunstâncias da realidade. É a partir disso que este trabalho propõe pensar a complexidade

⁹¹ Isso se aplica também na realidade deste autor que vos fala. A visão de um morador periférico e posteriormente, na formação acadêmica, produziu uma mistura de saberes teórico e empírico sobre a questão do PCC, inserindo novas questões sobre essa temática.

do PCC baseado no conceito filosófico de rizoma, pois os fluxos e as múltiplas dimensões do fenômeno, ética e materialização do comando, são condicionados pelas contradições de suas ações, isto é, é possível compreender que a facção administra conflitos e auxilia os indivíduos nas periferias paulistas, mas, ao mesmo tempo, explora e oprime povos indígenas no norte do país, essas contradições são a síntese do grupo.

O conceito de rizoma é oriundo da filosofia de Deleuze e Guattari. Os autores utilizaram esse termo da botânica e biologia, na representação do rizoma de galhos e árvores, não obtendo um núcleo central, um começo e fim, mas uma movimentação constante de múltiplos desdobramentos, tornando o rizoma como uma ferramenta que contribui a pensar o complexo e suas dimensões. Na filosofia dos autores, o rizoma é incorporado na discussão epistemológica, filosófica e de outros saberes, visando um entendimento maior do todo e focando também nas partes (Martins, 2017).

O rizoma na filosofia dos autores, contém alguns princípios⁹², um conceito que transcende a um campo filosófico e epistemológico, possível de ser aplicado nas mais variadas realidades, desde as relações de animais, de sistemas simbólicos, de problemas ontológicos e até inserido nas questões de grupos criminais, proposta nesta pesquisa, discutida em Mil Platôs:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. [...] Elas souberam fazer uma pragmática. É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular [...] (Deleuze; Guattari, 1995, p. 36).

A tentativa de construir uma reflexão do PCC como rizoma, se baseia no intenso movimento permanente dos fluxos e multiplicidades que oferecem a essência ao conceito. É negativo ter uma visão do grupo apenas em uma ótica estigmatizada e criminalizada, ou apenas, no sentido de ocupação de poder em brechas e sua regulação da vida social. São essas multiplicidades, ou melhor, “as faces da mesma moeda” (Dyna, 2021) e suas dimensões que incorporam o PCC no sentido próximo ao rizoma, alinhando baseado em sua complexidade, que pode ser explicado nessa relação em que:

O rizoma diz ao mesmo tempo: nada de ponto de origem ou de princípio primordial comandando todo o pensamento; portanto, nada de avanço significativo que não se faça por bifurcação, encontro imprevisível, reavaliação do conjunto a partir de um ângulo inédito (o que distingue o rizoma de uma simples comunicação em rede - “comunicar” não tem mais o mesmo sentido, ver UNIVOCIDADE DO SER); tampouco princípio de ordem ou de entrada privilegiada no percurso de uma

⁹² Dentre os princípios, contêm os de conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura, cartografia, decalcomania, contendo uma densa reflexão filosófica dos autores no volume 1 de Mil Platôs (Deleuze; Guattari, 1995).

multiplicidade (para estes dois últimos pontos, ver COMPLICAÇÃO e a definição acima: "Ele não é feito de unidades, mas de dimensões") (Zourabichvili; Goldstein, 2004, p. 52).

O PCC é, em suas características, um fenômeno e também uma materialidade. O fenômeno é representado pela ética do comando, seja ela imposta e/ou aceita em diferentes territórios ou atuações que o agrupamento pratica, mesmo que não haja nenhum integrante. A ética, como discutido por Biondi (2013), se manifesta nessa questão do fenômeno, tornando ela multidimensional e polissêmica, oriunda da realidade do universo complexo e contraditório do PCC, uma ética que: 1) Compreende a realidade brasileira; 2) A realidade do mundo do crime; 3) O saber empírico das prisões; 4) O saber e cultura da bandidagem; 5) Valores morais (que se formam na perspectiva cristã⁹³ que prega o respeito, humildade e solidariedade); 6) Uma inteligência que visa o bem comum do mundo do crime, ou nas palavras deles, o “certo”, o que gera uma ética aplicada no proceder desses sujeitos. Essa ética aplicada na prática se transforma no proceder do grupo (Biondi, 2013).

A materialidade da facção é sua expressão concreta, em outras palavras, são as pessoas, discursos, práticas, ações, entre outras formas que se presencia o PCC na realidade, diante de qualquer dimensão política, econômica, bélica, social e de segurança. Ela pode ser representada com os irmãos nas prisões, periferias ou em objetivos em zonas de fronteiras, caracterizando aquele sujeito como PCC, colocando a vida do sujeito como associada à irmandade.

É possível também relacionar a materialidade da complexidade do PCC, com a discussão que Feltran (2018) trabalha na analogia do partido como uma sociedade secreta. A forma de se organizar, em múltiplas formas de atuação, seja ela política, econômica ou de influência na vida social, traz na figura da irmandade uma mística, semelhante às sociedades secretas, havendo respeito pelas posições de poder (que no caso são as sintonias) e toda visão, conhecimento e instrumentos oriundos da construção do grupo, como sua ética, debates e salves, com apoio mútuo entre os integrantes: “Ninguém atravessa os negócios nem a honra do outro irmão, todos se ajudam e assim cada um prospera, garantindo o progresso da irmandade. Na visão dos seus integrantes, o objetivo da sociedade é o progresso dos irmãos” (Feltran, 2018, p. 34).

Por isso que o conceito da complexidade e contradição do PCC se encaixa nessas características materiais e não materiais, corroborando com as análises de Biondi e Feltran,

⁹³ Essa visão cristã é baseada numa vertente popular e concentrada nas periferias, sendo reproduzida na tolerância de determinadas religiões na perspectiva cristã (catolicismo, pentecostalismo e neopentecostalismo), enquanto outras religiões de matrizes africanas, como a umbanda e candomblé, sofrem discriminação e perseguição por quem pratica essa fé, o que demonstra o contraditório nos aspectos de valores do comando.

devido à discussão entre a ética e a organização, às atuações e os objetivos. O PCC é o movimento constante (Biondi, 2018b), que foi incorporado com outras demandas e finalidades que foram se completando, ao ponto de ter contradições em seus discursos e ações, pois foi configurado como um ideal e seguido por parcelas da população que sofrem por problemas estruturais do capitalismo periférico e dependente brasileiro, e visam o partido como instrumento para alcançar suas metas individuais e resolver algumas contrariedades sociais que tocam suas experiências e realidades.

O PCC não é uma unidade monolítica, ele é composto por diferentes movimentos que apresentam formas, calibres, velocidades, rumos, pessoas, situações, relações, poderes, lutas, disputas, mortes, quebradas, transições que ganham o corpo no movimento, de maneira momentânea (Biondi, 2018b). Esse movimento não tem espaço e intervalo de tempo definido, ou seja, não há origem e nem finalidade, fazendo do partido não se limitar a trajetórias dos membros e nem confinado a redutor, tornando-o seguir com os acontecimentos da realidade. Nenhuma perspectiva do PCC é semelhante, têm todas elas suas singularidades e não são eternas, eles são diferentes pontos de visitas que interlocutores e terceiros veem na visão da autora (Biondi, 2018b).

Assim, o comando não define caminhos, não há teleologia, organização e estrutura para ela são os movimentos de sínteses e consensos que produzem o desenvolvimento da facção, tornando diferentes situações contraditórias que fazem sentido em sua totalidade. Os resultados dos movimentos são a existência do seu sentido em jogos de forças, tensionamentos, esforços que geram as relações que produzem o PCC (Biondi, 2018b). Assim sendo, o PCC é a expressão radicalizada e marginalizada de uma resistência que exerce seu poder na violência, ilegalidade, racionalização e esquemas de conscientização, e que se vangloria de atuar no mundo do crime e “salvar” os subalternos das periferias e prisões.

Portanto, se compreendermos o PCC como uma complexidade e contradição (próximo ao rizoma), sendo ela fenômeno e materialidade, articulada em múltiplos vieses, sem concentrar-se em uma teleologia em si, mas em um conjunto de produções políticas, econômicas, bélicas, sociais e de segurança, os resultados de todas as suas ações trazem a contradição em si. Dessa maneira, a contradição é a essência do PCC, pois o grupo já se transformou em um objeto que foi além da criminalidade, ilegalismos, do comunitarismo, ele se tornou em algo singular, que impacta e produz novas consequências para a sociedade brasileira e latino-americana, causada pelas ações estatais que geraram uma reação e resistência no estilo criminal.

A singularidade do PCC é baseada na comparação de outros grupos criminais. Não houve nenhuma organização há produzir uma organização, atuação e gestão, como a irmandade gerou, e ainda, as facções que surgiram em todo território nacional se espelham na produção de conhecimento criminal que ele fez, tornando-o único⁹⁴.

No próximo capítulo, será discutido o que se entende sobre o dispositivo PSAC PCC, a partir de seus operadores de organização, salves, debates e ética. Esse dispositivo foi conduzido pelas consequências da gestão biopolítica e necropolítica da facção, relacionado com alguns acontecimentos discutidos sobre a genealogia do partido, mas também, aplicados a uma situação empírica que envolve a premissa de ações que produzem formas de segurança não estatal para o território e a população.

⁹⁴ Os estudos de Biondi (2018b) e Feltran (2018) têm em sua particularidade uma concepção única de compreender a facção, havendo diferença entre ambos. O que esta dissertação pretende é uma supressão dos trabalhos de cada autor sobre a definição do partido, compreendendo como uma organização [velada] equivalente em uma sociedade secreta (Feltran, 2018), sendo material e social, criando novas condições a partir de interesses dos indivíduos. O agrupamento enquanto um movimento (Biondi, 2018b), mobiliza um conjunto de questões e valores, elevando o patamar de ser um fenômeno que ultrapassa algumas barreiras e abrangendo seu poder para mais territórios e sujeitos. Portanto, a definição deste autor em designar o PCC como complexidade, é pautado pela superação e absorção dos estudos desses autores, captando o conteúdo estabelecido nesse capítulo.

CAPÍTULO 3

PSAC PCC

Como foi discutido na genealogia, o Primeiro Comando da Capital surgiu, expandiu e semeou diferentes faces no aspecto político, econômico e bélico, algo que dentre essas dimensões, estão relacionadas e interligadas com objetivos do grupo, como também, interesses de seus integrantes. Um diferencial do PCC, que também foi difundido em menor grau por outras facções, são produções de saber peculiar, derivados da junção das realidades do mundo do crime, periferia, prisões, totalizando um conjunto de múltiplas atuações na vida social dos indivíduos desses territórios, o que traz uma dimensão social da organização (Dyna, 2021).

Essa dimensão social está direcionada às faces políticas e econômicas do grupo, que em momentos de maior pressão e perigo, atribui a face bélica do comando. Esse processo de dinâmicas equipadas pelo PCC, foi produzido por uma racionalização e organização de suas atuações em todos esses aspectos, o que evoluiu a coesão e ação política do partido, aumentou os índices de lucro sobre os nichos econômicos, preparou uma melhor prática bélica da facção, e criou produções e normas que refletem na maior legitimidade, aceitação e convívio social com as populações dos territórios que a irmandade tem sua ética.

A complexidade dos fenômenos sobre os debates ou ideias, ética, salves e a estrutura organizacional da facção são responsáveis pela sofisticação do PCC e será discutida neste capítulo. Esses objetos, associados às dimensões política, econômica, bélica e social, resultaram em mais uma dinâmica, a gestão de segurança através do PSAC PCC.

3.1 Estrutura organizacional do PCC

As mudanças ocorridas entre 2002 e 2003 foram fundamentais para a continuidade do PCC nos dias atuais, haja vista que os problemas envolvendo os antigos generais do comando, principalmente Geleirão e Cesinha, foram debatidos e transformados em uma nova organização, principalmente pela ascensão do grupo em que Marcola⁹⁵, figura icônica e

⁹⁵ Marcos Willians Herbas Camacho, sob vulgo Marcola, foi um indivíduo que atuava na criminalidade, a partir de assaltos a bancos e participante da facção PCC. Ele não foi um dos fundadores do comando, no entanto, ele foi um dos primeiros integrantes do grupo (Jozino, 2017). Ele está preso desde 1999, passando por inúmeras cadeias estaduais e federais, além do regime RDD. Para as instituições policiais, Marcola é o líder máximo do partido, havendo influência nas estratégias e decisões para as ações da irmandade. Contudo, em 2017, em uma audiência perante os órgãos de justiça, ele negou fazer parte do PCC. Assim, não é possível confirmar se essa

mistificada no mundo do crime e nos discursos da opinião pública, alcançou o domínio do poder da facção com legitimação das massas carcerárias sobre influência do partido (Jozino, 2017; Dias, 2011).

Foram algumas razões para o descrédito dos antigos generais e a subida dos novos gestores do comando. Repressão, violência, arbitrariedades e desigualdade são alguns sintomas que fizeram a população carcerária ficar em revés aos antigos líderes, mas o estopim foi a morte da advogada e ex-esposa de Marcola, a mando dos generais do PCC em 2002⁹⁶ (Jozino, 2017). Esse episódio foi o estímulo que contribuiu para a revolta generalizada e as demandas por mudanças que representassem toda base da facção.

As mudanças no que toca a estrutura organizacional foram uma maior racionalização das esferas de poder interno do grupo, dividido o poder interno em comissões que foram denominadas de sintonias, além da incorporação de novos valores como PJLIU, e práticas de atuações com menos riscos e mais ganhos econômicos, envolvendo de vez o PCC no comércio de drogas (Manso; Dias, 2018; Dias, 2011). Assim, o grupo transformou-se aos poucos em uma nova organização, mais descentralizada, unida, com igualdade perante os irmãos e atuações que visavam as dimensões políticas e econômicas, desembocando nas esferas bélica e social.

A tese de Dias (2011) demonstra como funcionavam as estruturas organizacionais no período dos generais e na nova reorganização. Na primeira, o esquema era simples, concentrado e de forma de pirâmide, com os generais no topo, seguido por pilotos gerais, pilotos do raio e os soldados. Essas nomenclaturas representavam o poder a partir dos escalões, isto é, primeiro, segundo e terceiro na escada da facção, concentrando o poder político e econômico, e suas decisões nos generais.

Com o fim dessa estrutura, os membros criaram uma organização mais sofisticada, complexa e que visava uma separação de poderes a partir de atuações e localidades, denominada de sintonias. Há uma sintonia geral final, em que está o topo da estrutura da facção, presente os membros que têm mais habilidades e conhecimento no poder do PCC. A autora fala que a sintonia final geral é “formada por um conjunto de aproximadamente 15 a 20 pessoas que detêm a prerrogativa de dar a palavra final nas mais variadas ações, práticas, decisões ou planos que digam respeito ao PCC” (Dias, 2011, p. 225), ampliando o poder

afirmação de Marcola é verdadeira, pois poderia ser uma tática jurídica para se esquivar de acusações que culminariam em mais punição para ele.

⁹⁶ Ana Maria Olivatto Camacho, ex-esposa de Marcola, foi assassinada na frente de sua residência em Guarulhos/SP. Segundo Jozino (2017), a autoria da morte foi encomendada pela mulher de Cezinha, general da facção. Houve uma vingança de Marcola e seus aliados, expulsando os antigos generais e matando os acusados de assassinar sua ex-mulher.

máximo da organização para várias pessoas.

Abaixo dessa sintonia geral final, há diversas sintonias que representam nichos econômicos e posições políticas/geográficas diferentes. No esquema disponibilizado por Dias (2011), aparecem às tipificações das seguintes comissões: Sintonia do Progresso, Sintonia dos Gravatas, Sintonia do Livro, Sintonia da Assistência e Sintonia Bicho Papão⁹⁷. Com a ascensão de Gegê do Manguê, como discutido anteriormente, foi criada a Sintonia do Tomate, responsável pela internacionalização e exportação das mercadorias criminais da facção.

A distribuição geográfica foi também direcionada sobre o posicionamento político, que em outras palavras, houve a divisão das sintonias ligados a territórios (UF, cidades, prisões e bairros), seguindo uma ordem hierárquica de responsabilidade e gestão (Dias, 2011). Para resumir de maneira didática, em uma entrevista, Dias discute suas reflexões sobre esse tema:

O PCC possui uma hierarquia que não é de tipo “piramidal”. Até onde pude compreender, há uma “cúpula” que figura como instância máxima e que conta com cerca de 18 membros e que são chamados de “finais”. Abaixo deles há as “torres”, que controlam grandes áreas, geralmente divididas a partir do código DDD; abaixo das “torres” essa grande área é dividida e essa divisão será de acordo com o tamanho da área, que será controlada por um disciplina. Mais uma vez o tamanho da área definirá se abaixo desse “disciplina” haverá outras subdivisões (Manso, 2009, p. 163).

A flexibilidade da ascensão de cargos no partido é efetuada a partir de um conjunto de elementos, seja no mundo do crime, de visões estratégicas para os objetivos do grupo e de um *ethos* em seu comportamento como irmão. Assim, Biondi (2018b) define alguns aspectos importantes dentro da estrutura hierárquica do PCC, tendo em vista que a força bruta ou posições de destaque momentâneas (estar em uma sintonia por um período) não são fatores que permanecem o membro com poder. Aqueles sujeitos que tenham visão, responsabilidade, conhecimento com o mundo do crime, ética e proceder⁹⁸, perante a comunidade do partido, são hábeis para fazer às [suas] ideias repercutirem, fortalecerem e ganharem notoriedade nas

⁹⁷ As sintonias do progresso e bicho papão estão ligadas às dimensões econômicas do grupo. A sintonia do livro é responsável pela centralização dos registros de toda organização. Sintonia dos gravatas é direcionada a questões jurídicas dos integrantes presos ou com problemas na justiça. A sintonia da assistência remete a questões sociais, seja na ajuda aos familiares dos membros ou relacionada a populações dos territórios que o comando domina (Dias, 2011). Como a tese de Dias foi publicada em 2011, outras sintonias foram criadas a partir das necessidades do partido, como a sintonia do tomate.

⁹⁸ Sobre o proceder, a autora argumenta que: “Com efeito, para ser considerado um homem de proceder em cadeias do Comando, não basta seguir o Estatuto do PCC, mas atender a uma vasta lista de orientações, que interfere nos mais sutis gestos, palavras e condutas, que permeiam toda a existência do preso na instituição penal” (Biondi, 2008, p. 4). As obras de Adalton Marques têm ótimas referências para discussão sobre o proceder.

posições de poder dentro da estrutura do comando (Biondi, 2018b).

O conhecimento é entendido como estar a par do interior do movimento e ter conexões e relações com outros ladrões, a fim de estabelecer contingentes e outros malandros, ou seja, ter relações para que as ideias sejam debatidas e ouvidas, aumentando o “capital político” daquele integrante, o que transforma em conhecimento adquirido pelo grupo (Biondi, 2018b).

Pode-se definir que o conhecimento no mundo do crime é a maestria de trabalhar com esse capital político, a fim de saber o melhor para a ética do PCC e refletir no cálculo político com a realidade em que ele está, em outros termos, é a utilização de estratégias para atingir os objetivos à maneira do PCC, semelhante ao *ethos* dos bandidos formados na obra de Zaluar (1985). Biondi (2018b) argumenta que este conhecimento é subentendido na linguagem do universo da facção em “visão”, ou seja, o membro tem a visão que aquelas ideias são benéficas para o movimento do comando.

A visão é a habilidade individual que o irmão tem ou que construiu em sua trajetória individual, alguém que sabe argumentar bem e têm informações pertinentes. Esse sujeito que tem visão, conhecimento e responsabilidade, consegue subir assim na hierarquia, trabalhando nas estruturas de poder, como em sintonias, disciplinas, piloto, torre⁹⁹ etc (Biondi, 2018b). Destarte, os membros¹⁰⁰ que atuam acima na hierarquia são os integrantes com responsabilidades, atuando em diferentes frentes, sabendo de diversos casos e criando novos mecanismos e ideias em prol do comando.

As sintonias são a síntese de conexões entre os integrantes, abarcando todos conhecimento, visão e objetivos que todos os irmãos expressam. Ela se revela nos resultados das ideias que são materializadas no poder que determina as ações do agrupamento. A hierarquia, portanto, se dá pelo conhecimento, maestria do mundo do crime e por habilidades da visão de mundo que este sujeito tem perante aos integrantes. Ele se transforma em um legislador que atua em prol da ética do crime e do comando, o que recai em substâncias que elevam o patamar da complexidade da facção. Assim, a hierarquia da organização não se

⁹⁹ Segundo Biondi (2008), as torres são posições na instituição penitenciária que trazem as diretrizes, discussões e salves das sintonias para toda massa carcerária. O piloto da cadeia é o irmão responsável pela cadeia. O piloto do pavilhão é o integrante responsável pelo pavilhão. O faxina é o nome da cela em que os indivíduos configuram a ética e disciplina do PCC para toda população carcerária.

¹⁰⁰ A autora classificou os presos, a partir de suas conversas com os interlocutores, em: sujeitos do crime (conhecem ou praticam a conduta criminosa e a ética do PCC); zé povinho (praticantes do crime mas que não orientam pela conduta criminosa e ética do PCC); nóia (usuários de drogas que não têm autocontrole); treze (presos com distúrbio mental). Os sujeitos do crime são os que valorizam e praticam as condutas e ética do crime e do partido, sendo que são os que mais contribuíram pelo zelo e estabilidade da cadeia pelas normas e ética do comando (Biondi, 2018a).

condiz apenas no espaço e em critérios geográficos, ela é construída pelas dinâmicas que envolvem às ideias e que reproduzem o fluxo dos movimentos que estão dentro da totalidade de ações e pessoas que é o PCC (Biondi, 2018b).

Toda construção teórica sobre esses componentes, contraria a visão do senso comum e reproduzido pelos discursos midiáticos e policialescos, em que encaram o PCC após 2002/2003, com a liderança máxima de Marcola, criando uma mistificação em torno desse indivíduo¹⁰¹. Essa mistificação de Marcola foi acompanhada também na concepção do partido como um mito, que na prática coloca a complexidade do grupo como algo além daquela realidade, endeusando ou demonizando a irmandade.

Desse jeito, as premissas de Biondi sobre conhecimento, visão, hierarquia, estratégias de poder, e outros temas, é de suma importância, haja vista que isso exclui qualquer afirmação de existir um chefe supremo no grupo, e corrobora para compreender que os irmãos do partido têm papel relevante nas conversas, decisões e propostas de consensos, além de que os integrantes produzirem reflexões próprias e importantes para sua realidade, ou seja, às ideias, são uma das essências do PCC (Biondi, 2008).

A complexidade que a irmandade se transformou, gerou um poder invisível, racionalizador e mais eficiente, comparado ao primeiro momento, sendo mais ameaçador e amplo, que traz a facção no controle e administração das parcelas das populações, seja ela carcerária ou periférica. As sintonias são responsáveis pela organização e discussão, não sendo representada de maneira monocrática, mas sim, de uma participação coletiva e debates constantes¹⁰².

As regras e punições fazem parte dessa estrutura, produzindo uma obediência coercitiva para a gestão do crime, pois assim não há problemas e consequências negativas, remetendo todos na figura do poder soberano do PCC (Dias, 2008). Os salves e debates são esses instrumentos de regulamentação da vida social, sendo particular para a realidade prisional e periférica, trazendo novos enfoques para a sociedade.

¹⁰¹ Isso não significa que Marcola não tenha influência no PCC, pelo contrário, o que a literatura defende é que este indivíduo não controla e manda em todas as esferas da organização. Marcola é uma pessoa respeitada dentro do mundo do crime e sistema prisional e carrega simbolismo político em sua trajetória, mas não obtém poder absoluto.

¹⁰² Seria possível falar que com os novos ideais PJLIU, o PCC se tornou mais “democrático”, no quesito de ter mais participação dos membros e diminuir as fissuras entre a cúpula e a base. A inserção de igualdade no lema do comando é o melhor sintoma dessas mudanças e autocríticas da facção. Ademais, a União, como valor agregado com a ascensão do novo PCC, foi pensando para evitar possíveis rachas e fortalecer a unidade e centralidade do grupo, sintetizado em uma espécie de “centralismo democrático”, não leninista, mas aos moldes a realidade criminal das sintonias do comando.

3.2 Os polissêmicos salves

É comum a utilização de termos léxicos semelhantes feitos a partir do PCC e mundo do crime, baseado no discurso e palavras oriundo das instituições estatais, exemplificado no manuseio das palavras “lei” e “justiça”. Não obstante, seu significado e impacto são totalmente diferentes, havendo uma resignificação para os fundamentos do universo simbólico do partido (Biondi, 2018b).

Diante disso, os salves não podem ser encarados como leis, nem os debates como justiça, mas sim, uma supressão de elementos discursivos e práticos estatais para novas realidades do mundo do crime, voltada aos interesses e visões do PCC. Iniciando pelos salves, essa ação não é universal, e não é recebida pelos integrantes da mesma forma, tempo e lugar. O fenômeno dos salves podem ser caracterizados como orientações, definições, recomendações e comunicados que são frutos de discussões em situações, que geraram mais debates sintetizadas de todos os participantes daquela argumentação, sendo que os salves transformam as situações, mas não determinam elas em si (Biondi, 2018b).

Os salves são ideias atribuídas ao PCC, ao próprio poder do comando, independente dos membros e sua esfera de influência. Isso significa que todo save foi uma ideia materializada e compartilhada como norma para algum público-alvo ou para todos. Há ideias “mil grau” (que é de suma importância e deve ser debatida ou executada com urgência), mas que desaparece rapidamente. Para que uma ideia se mantenha viva, deverá fortalecê-la, fazendo repercutir e manter ela em movimento constante, debatendo-a e deixando ela ao público interno. Para fazer uma ideia morrer, poderá desativar as ideias, desaparecendo, enterrando para que deixem que as ideias parem de se repercutir (Biondi, 2018b).

Assim, há salves que são colocadas internamente para ser mais repercutidas (mantendo-a viva) e menos repercutidas (deixando ela morrer, seja por inércia ou propositalmente) (Biondi, 2018b). Em uma entrevista, Feltran explica o que é esse fenômeno: “Os ‘salves’ representam uma posição a ser considerada, mas é no ‘debate’ que eles podem se transformar em ação prática, ou não. E os ‘salves’ circulam por dentro e fora das prisões, como se sabe muito bem, por meio de telefones celulares” (Manso, 2009, p. 166).

3.3 O universo dos debates

Os debates ou ideias¹⁰³ são um fenômeno oriundo da particularidade do PCC, sendo construído e aperfeiçoado ao longo dos anos, o que foi consolidado com a maior presença da facção após os ataques de maio em 2006 (Feltran, 2010). Ele pode ser encontrado tanto no contexto das prisões, como nas periferias, utilizando do vácuo de poder deixado pelas instâncias estatais para reorganizar a vida social e gerir a população, através da ética e valores do partido.

Os debates iniciaram a partir dos anos 2000, para evitar o uso desnecessário da violência, mediar confrontos e problemas de terceiros, o que acarretou a legitimação do PCC nas periferias e territórios em que o partido se baseia. Essa forma de regular a vida social, uma forma de biopolítica de mediar os conflitos e gerir a população com punições, se tornou “um espaço cada vez mais legítimo na decisão acerca da validade ou não da disposição da violência – sobretudo letal – entre não apenas os que se julgam integrantes do ‘mundo do crime’, mas também de muitos habitantes ‘trabalhadores’ dos territórios estudados” (Feltran, 2012, p. 255).

A aceitação e legitimação dos debates - para alguns sujeitos periféricos e prisionais - foi efetivado em razão pela aplicação do discurso mais igualitário para todos, indo além da própria organização em si, e as ações serem mais rápida e menos demorada que as demais instituições burocráticas legais, o que reforça na visão de oposição da justiça formal legal, pois ela (conjuntamente com as forças policiais) são seletivas e não inclui as classes populares, da mesma maneira que exerce suas funções para as classes médias e elite (Feltran, 2012).

Essa legitimidade foi acompanhada pela hegemonia da facção, já que ela não exerce apenas pela força, mas por estratégias de legitimidade que passam pela narrativa e ações do grupo, conforme sua política e moralidade encontrada em sua ética e debates. Dessa maneira, os debates são uma dimensão de controle social criminal, que visa diminuir ou afastar a presença do Estado (aqui entendida como formas de policiamento e jurisdição), apresentando um novo código moral que define as condutas ao poder do partido (Dias; Gomes, 2021).

Antes da ascensão do PCC nas periferias nos anos 2000, havia outras práticas de “justiça popular”¹⁰⁴ e da sociabilidade violenta (Silva, 2010), como os episódios de

¹⁰³ Por uma questão de coerência na escrita, será destinada apenas a palavra “debates” para exemplificar essa discussão, e não o uso do termo “ideias”, em virtude que durante o texto haverá outros significados e posicionamentos sobre ideias.

¹⁰⁴ Entende-se justiça popular, como outras práticas de reação violenta para resolver problemas complexos e multissetoriais, a partir da pulsão das pessoas, como linchamentos, justiceiros ou armamento civil contra problemas relacionados à criminalidade e violência interpessoal, sem o amparo das instituições de justiça do Estado.

linchamentos, justiceiros, pistoleiros e outras práticas discutida no primeiro capítulo (Barreira, 2002, 2004; Carbone, 2008; De Andrade, 2018; Fernandes, 1992; Martins, 1995, 1996; Souza, 1999). Com a ascensão da facção e a difusão dos debates, essas outras alternativas de “justiça popular” foram dizimadas, tendo em consideração que a solução mais racional, menos letal e mais velada, que foram os debates, foi colocada como melhor opção, extra estatal, para solucionar os problemas da população (Feltran, 2012).

Destarte, é possível afirmar que a ascensão do grupo teve como resultado, a normalização dos debates, consolidado ao ponto de tornar-se uniforme e homogênea, sendo respeitado e forçado até por indivíduos que não agem no mundo do crime e inaugurando uma nova dimensão da “disciplina do comando”. Daí que os debates ganham força, tornando-se mecanismos para que o PCC administre os conflitos e mantenha a ordem faccional, seja nas prisões ou nas periferias (Dias; Gomes, 2021).

Os debates têm múltiplos objetivos, que segundo a análise de Biondi (2014) nas periferias, podem ser: 1) Os debates são realizados para cobrar alguém; 2) Para restabelecer um prejuízo de outrem; 3) Afirmar o bom convívio e harmonia entre vizinhos; 4) Para administrar conflitos e negociações comerciais; 5) Para mostrar o proceder. Isto posto, os debates vão além dos problemas envolvendo o mundo do crime, afetando questões cotidianas das populações, como temas relacionados a convívio, segurança, comércio, trabalho e comportamento (Biondi, 2014).

Mas há debates que visam indagações mais sérias, relacionadas a situações de risco e morte. Assim, o PCC também influencia nesses casos, como Feltran (2010) discutiu em suas pesquisas, pois ele observou que os debates têm como via de regra, evitar a sentença de morte (isso vai depender de cada caso e suas gravidades), e uma onda de violência entre a população.

O autor compreende algumas finalidades sobre o fenômeno dos debates, a partir de seus casos analisados: 1) A facção demonstra firmeza para vigiar a conduta e prática dos membros e da população, além de punir aqueles que quebram seus princípios e regras essenciais, vigiando e punindo os desviadores; 2) Há justeza em todo procedimento e na autoridade do PCC, colocando a argumentação e suas diretrizes como base principal para a defesa e acusação. A disputa discursiva é o que define as sentenças; 3) Um dos objetivos é interromper a cadeia de vinganças (em âmbito interpessoal) e mediar outras situações, evitando a desordem e a violência (Feltran, 2010).

Diante dessas discussões, é possível compreender os debates como espaços em que há discussões, circulações e produção de ideias, para disputar e alcançar uma finalidade

consensual que todos acham que é o “certo” para as situações. Cada sujeito que está nesse jogo de debates, expõe sua percepção, argumentando a partir de suas experiências e conhecimento do mundo do crime, disputando na esfera discursiva até chegarem em consensos, estabelecendo em espécie de defesas e contra defesas¹⁰⁵, sempre respeitando os valores PJLIU e o “código de ética” do partido. Há possibilidades de “enterrar” ideias e “fortalecer” ideias, então a partir das relações discursivas e os objetivos de cada membro nos debates, os temas das ideias podem ser interessantes ou não, dependendo apenas a partir dessas relações e o desenvolvimento dos debates. Cada debate, dessa forma, é singular, não sendo possível atribuir para outros episódios e discussões (Biondi, 2014)

Essa alternativa para administração de conflitos por parte do grupo, foi inserida através de inúmeros contratempos relacionados à justiça legal e outras instituições estatais. Nos contextos periféricos e prisional, os indivíduos têm muitas dificuldades para obter direitos, demandas e justiça do Estado, obrigando-os a recorrer a instâncias alternativas¹⁰⁶, seja aqueles mais presentes naquele cenário (crime), às vezes por medidas mais desesperadas (propaganda midiática) ou apelar para a fé (religiosa) (Feltran, 2010). Assim, o mundo do crime, expressado pelo PCC, conseguiu administrar e resolver por suas medidas, a partir de sua ética e debate, os problemas da população (como observado nas pesquisas de campo de Feltran, Dias e Biondi).

Isso produziu, como consequência, uma espécie de legitimidade dessas camadas com a irmandade, tornando a figura do grupo em organizar a biopolítica desses territórios, e as condutas dos sujeitos que lá estão, seja os bandidos, moradores, trabalhadores e terceiros, fator pesquisado em Ruotti (2016). Desse modo, a facção fornece novas dimensões sociais, criando elos que vão além de questões naturais do mundo do crime, levando o morador periférico ou preso em acionar a autoridade local do PCC para resolver seus problemas e demandas (Feltran, 2010).

¹⁰⁵ Em outro relato de um interlocutor de Biondi (2014) sobre debates nas prisões, a autora cita que os envolvidos na discussão procuravam brechas discursivas para argumentar às suas ideias e prevalecer seus objetivos, entendendo a qualidade e habilidade para vencer e construir suas ideias para os demais. As brechas são produzidas no momento dos debates, ela não existe anterior ao espaço, mas sim, no jogo discursivo entre os membros, tornando um importante elemento momentâneo e semântico. A argumentação, ataques e blefes são fruto de cálculos políticos e de risco para conseguir a vitória discursiva e da consciência. Portanto, os debates são espaços políticos.

¹⁰⁶ O autor aponta três alternativas que os moradores podem ir para além da justiça legal: 1) Mundo do crime/PCC: Administrada e legitimada pela ética e proceder, organizando a biopolítica e conduta de bandidos, moradores e terceiros nos territórios que o crime administra. O PCC/Crime como instância de justiça; 2) Meios de comunicação em massa: denúncias para a propagação de críticas em meios para divulgar e auxiliar a vítima. Os programas de televisão (principalmente policiaiscos), rádios, redes sociais são alternativas para compartilhar sua denúncia para a esfera pública; 3) Autoridade divina: alternativa teológica para que seu Deus ajude a resolver seus problemas (Feltran, 2010).

Os debates têm algumas características, que fundamentam sua estrutura. Neles, Biondi (2014) descreve que não há um número mínimo e máximo de integrantes para abarcar o debate, assim também que não há uma duração para ocorrer e terminar. Existem debates que são feitos de maneira presencial, porém, com o avanço da tecnologia e novas formas de se comunicar, há debates que contam com participação remota, com auxílio de telefones celulares para os membros presos ou em outros locais.

Há debates que são feitos em espaços mais reservados, com privacidade para não haver problema de terceiros, curiosos e policiais (que normalmente são debates mais densos e perigosos, envolvendo questões delicadas como traições, planos e riscos de vida), todavia, há debates que são feitos a luz do dia, de caráter público (esses debates são mais tranquilos, com problemas fáceis de se resolver). Os debates fornecem condições para o julgamento, havendo defesa, acusação e julgamento para os debates mais extensivo, deliberação conjunta de todos os integrantes, registro do conteúdo dos debates em uma “ATA”, o que gera em diferentes movimentos que perpassam e se relacionam, tornando-o mais complexo (Biondi, 2014; Dias, Gomes, 2021; Feltran, 2010).

Assim sendo, dentre as características do debate, Dias e Gomes (2021) sintetizam em três pontos: Primeiro, os debates não seguem uma forma ritual ou um modelo de julgamento constante e universal¹⁰⁷. O mais importante é um local disponível e a presença de todos os indivíduos do caso. Segundo, o acusado é mantido em cárcere privado (improvisado) até o final do parecer e de todas as discussões. Essa medida, segundo as autoras, é para evitar fugas e conseguir terminar o julgamento do caso. Terceiro, quando há um acusado em cárcere, violência física e simbólica são cometidos como forma de gerar a confissão do caso, entregar outros comparsas ou punição gratuita (Dias; Gomes, 2021)

Nos debates, cada particularidade dos casos tem seus agravamentos, isto é, os mais brandos para os que contêm mais riscos. Dias e Gomes (2021) apresentam três dinâmicas das gravidades nos debates: 1) Pequenas causas: debates e deliberação de pequenos conflitos que podem ser resolvidos de maneira rápida com os integrantes e as pessoas naquela situação problemática; 2) Gravidade moderada: Situações que devem ser mediadas com a consulta de

¹⁰⁷ Isso significa que os debates não são iguais como outros espaços deliberativos e de discussões. A característica de não haver uma estrutura sólida nos debates é uma das singularidades desse mecanismo do partido, o que a diferencia das assembleias ou tribunal de júri. O tribunal do júri tem como aspecto manter, restabelecer e/ou reforçar a ordem vigente sobre problemas, além da forte liturgia de poder hierárquico entre todos os sujeitos presentes (juiz, advogados, policiais, delegados, tribunal, plateia, acusado, vítima, entre outros) e que todos os segmentos do tribunal está vinculado com algo do Estado e o conjunto de leis. Uma das principais diferenças entre os debates e o tribunal é a liberdade da circulação de ideias que ocorrem nos debates, assim, nesse espaço, não há hierarquia de fala e nem autorização do quê e quando falar, além de não haver o controle da liturgia jurídica e o respeito das autoridades (Biondi, 2014).

outros integrantes do crime mais experientes e com problemas mais graves no que a primeira modalidade. O uso de celulares e reuniões para negociações são comuns nesse tipo de debate.

3) Situações gravíssimas: Casos de vida ou morte. Debates complexos e longos, com a participação de vários integrantes mais experientes e que deverão produzir sentenças consensuais. Há espaços para que indivíduos se acusem e se defendem, demonstrando sua argumentação para todos. As sentenças são fundadas nos princípios e ideais da organização, com deliberação, em casos de vida e morte (Dias; Gomes, 2021).

Em alguns casos, há situações que nem precisam de debates, pois a natureza da acusação é tão grave, que não há espaços para defesas e justificativas. Neste último caso, os casos de estupro, em que o algoz já admitiu sua ação, não precisa de debate, haja vista que o próprio ato de estuprar é algo gravíssimo na ética do PCC e merece punição máxima que é a morte. A visão sobre estupro é consensual dentro da organização, sendo contrário a convivência e existência de estupradores, que serão eliminados (Biondi, 2014).

A tortura também é utilizada em diversos momentos dentro da liturgia do debate. Isso significa que há vários fins para se utilizar a tortura, como para obter uma confissão do algoz devido a um delito que todos já sabem, como forma de punir em razão de uma violação dentro da ética do PCC no debate, ou ainda, o mais comum, a tortura como etapa seguida de morte para casos graves na sentença final¹⁰⁸ (Dias; Gomes, 2021). As autoras apontam que mesmo com a morte do acusado, em casos gravíssimos, a morte dele não teria reprovação pela sociedade, pelo contrário, seria aclamada como forma de acabar com uma pessoa que cometeu uma ação imoral e reprovada por diferentes camadas da sociedade, incluindo o mundo do crime¹⁰⁹.

Existem casos também que há uma chance, uma conversa inicial ou uma “primeira falta”, para que todos os envolvidos tivessem ciência da situação e não repetissem os erros cometidos. Nesse sentido, os debates e o próprio PCC criam uma espécie de segunda chance para alguns casos e gravidades, evitando reações extremadas e com intuito de criar uma consciência nos acusados, para encerrar os ciclos de vingança, violência e ódio (Feltran, 2010).

¹⁰⁸ Dias e Gomes (2021) apresentaram um caso desse tipo, em que o algoz foi acusado de cometer pedofilia e violência sexual. Após esse conhecimento por parte da facção, o grupo torturou o indivíduo para obter a confissão, que com o agravo de abuso sexual infantil, a pena seria a morte, com respaldo da população.

¹⁰⁹ O mundo do crime, enquanto um conjunto de sociabilidades, práticas, saberes, discursos, poderes das ilegalidades, não engloba todos os delitos que contém na jurisdição (Feltran, 2017). Assim, há uma regra moral no que pode ser aceito ou não como mundo do crime e dentro da virilidade e *ethos* do sujeito ladrão. Estupros, pedófilos, chacinas em escolas, violência contra crianças, idosos ou parentes próximos, são casos que contém forte reprovação dentro do mundo do crime e nas facções, sendo que os indivíduos que cometem essas práticas são vistos como inimigos, ou na linguagem deles, “coisas”, “vermes” (Jozino, 2017).

Essa consciência é importante, pois ela não existiu em toda história da facção, mas foi inserida na transição entre o antigo grupo violento dos antigos gerais e o novo PCC ascendido após o início dos anos 2000. A ruptura e a nova dimensão da racionalização do comando, foram significativas na medida que o partido optou em trabalhar mais a consciência dos atos e conduta dos indivíduos, em vez das punições em casos não gravíssimos (Biondi, 2014).

A racionalização dos debates está relacionada com a ética do PCC e a finalidade de procurar a consciência das pessoas em vez da violência disciplinar. Assim, a regulação dos conflitos sociais, as relações das dinâmicas internas e obtenção do controle de seus domínios, são fundamentais com a operacionalização dos debates (Dias; Gomes, 2021). Feltran (2010), afirma que seus interlocutores nas periferias dizem que “não podem mais matar” sem o respaldo da facção, tornando a morte de outrem apenas com a decisão coletiva da facção, legitimada através da instituição dos debates compondo toda arquitetura de poder do PCC.

Assim, há uma racionalização e mediação de conflitos, uma construção política de instâncias normativas e políticas da facção, que produziu novas formas de reorganização do poder. Uma gestão biopolítica e mediação dos problemas interpessoais em territórios específicos, indo além da legitimidade das instâncias estatais, consolidando o poder do partido. O PCC produziu um novo ordenamento ético-normativo para as classes populares pauperizadas, oprimidas dentro da estrutura do sistema capitalista brasileiro. Todavia, esse ordenamento ético-normativo é pautado em uma pluri fundamentação política, em valores, princípios, condutas, saberes e políticas mais conservadores, violentas, realistas e dinâmicas diante da realidade do mundo do crime, das periferias e das prisões.

As consequências na vida das pessoas que são julgadas pelos debates, independente se de fato há alguma culpa ou não, é condicionada diante da lógica foucaultiana sobre deixar morrer e fazer viver sobre o acusado, havendo, portanto, um controle na vida dos indivíduos nesses territórios, constituindo a biopolítica como expressão dos debates (Dias; Gomes, 2021).

A complexidade que é a facção, juntamente sobre o fenômeno dos debates, recai que esses dois objetos são polissêmico, havendo diversas interpretações, opiniões e apelos, sobre quem vê aqueles casos e julga a partir de sua realidade, o que gera em impactos que: “esses repertórios têm contribuído para reforçar a relevância do PCC na gestão dos conflitos sociais, bem como ajudam a legitimar suas ações, ainda que violentas, para aqueles que enxergam no grupo a capacidade de prover “justiça” (Dias; Gomes, 2021).

3.4 A onipresença da ética

A ética do PCC é um fenômeno multidimensional e territorial, que busca sempre a finalidade do “certo”, uma solução para o bem comum de todos os integrantes e pessoas envolvidas, pretendendo resolver problemas e demandas através dos debates e direcionados pelos salves. A ética é gerada e incorporada por inúmeras opiniões, experiências, saberes, visões de mundo, que acabam fortalecendo a própria organização, elevando o nível e a singularidade sobre o PCC (Biondi, 2013).

A ética é, portanto, discussões, diretrizes, visões, filosofias, saberes, normas, oriundas do próprio PCC, que regulam a vida social das populações e territórios que a irmandade gere. Como que a ética é construída coletivamente, ela se torna multidimensional, na medida que abarca territórios e populações distintas, transformando a figura do partido em cada realidade, atendendo os anseios e difundindo o poder soberano do PCC, em que:

Os prisioneiros tecem reflexões riquíssimas a esse respeito, reflexões que são indissociáveis de suas próprias experiências cotidianas e da constituição atual do PCC [...] A esse modo de condução de existências, os integrantes do PCC dão o nome de ética. Longe de reificar o PCC, essa ética permite a existência de PCCs muito diferentes uns dos outros, a depender de como, onde, quando se vê. Ao mesmo tempo, é capaz não só de conduzir a existência das pessoas que a operam, mas de promover formações sociais singulares (Biondi, 2013, p. 36-37).

Esses vários “PCCs” que a citação demonstra, pode ser explicado ao passo que, muitos integrantes, às vezes nem se conhecem pessoalmente, mas mantêm um respeito pela ética, que vai além da presença física dos irmãos da irmandade. Nesse ponto, os territórios - seja as prisões ou as periferias - que vivem a ética do PCC, isto é, seguem a influência dessas dimensões mesmo não havendo membros do partido no local, produz, segundo Biondi (2020), uma dupla questão, em que há território sob influência da ética do PCC que não implica a presença de seus membros e que às conexões e relações da organização não precisa, necessariamente, de elementos geográficos, ou seja, de um indivíduo estar presente naquele lugar para regular a disciplina local.

A ética é trabalhada na lógica entre o crime materializada na figura do PCC, sendo que o movimento é direcionado na relação de inúmeros sujeitos e o espaço, que: “Por sua vez, o PCC não se restringe à soma de seus integrantes. Há cadeias e bairros inteiros onde a presença do PCC é marcante, onde as pessoas vivem intensamente sua “ética” sem, contudo, contar ali com um de seus integrantes sequer” (Biondi, 2020).

No ponto de vista dos nichos econômicos, a ética do PCC também prevalece. A literatura sobre o tema e as pesquisas dos etnógrafos das periferias, afirmam que nem todas as

biqueiras em São Paulo são de membros do PCC, mas sim, são seguidas pela ética da facção. Essa premissa é importante, pois segmentos dos órgãos de justiça, investigação policial e midiático, trata um monopólio do tráfico de drogas pela gestão física do PCC. Entretanto, o fato é mais complexo, pois a ética é seguida por agentes criminais que não são integrantes do PCC (Biondi, 2020).

As consequências da ética nos territórios é, em primeiro lugar, uma nova gestão através do partido e, em sequência, uma organização e harmonia, superando os problemas desses espaços e suas comunidades. Nas penitenciárias, as diretrizes devem ser seguidas e cumpridas, racionalizando algumas práticas prisionais e a melhora da convivência entre os membros da facção e presos em geral. Isso deixaria a prisão mais organizada e menos caótica, extinguindo aqueles que causavam e procuravam tumulto com as ordens previstas (Biondi, 2018a).

Alguns resultados da ética do grupo nas instituições penitenciárias foram a ausência de brigas, agressões e, principalmente, a proibição de mortes entre os detentos, mesmo que haja poucos irmãos na cadeia, aquela unidade obedece e busca se inserir na ética da organização (Biondi, 2018a). Além disso, houve o fim da compra de camas¹¹⁰, extorsões diversas e ameaças entre os presos para conseguir dormir e conviver naquele ambiente, isso causado pela superlotação das cadeias e sua precarização (Biondi, 2013). Para exemplificar melhor, um interlocutor da autora revela que: “O xadrez que você tinha que comprar, hoje em dia você não compra mais, estupro não existe mais na cadeia, aquelas mortes banais não existe mais. Então observa-se que houve uma mudança (Pastor Adair; em Sacramento, 2004)” (Biondi, 2008, p. 2).

A ética obtém mais prestígio pois, com a crescente precarização dos serviços que o Estado condiciona no sistema carcerário, o vácuo deixado é preenchido pelo poder e organização da irmandade, levando os próprios presos a gerirem setores da cadeia. Assim sendo, o Estado concede que as facções administrem suas próprias populações prisionais, com as gestões nos pátios de sol, pavilhões internos, alimentação, limpeza, entre outros (Dias; Brito, 2017).

Os integrantes do PCC administram os serviços de interesses aos próprios presos,

¹¹⁰ Para evitar esses problemas, a partir da reflexão coletiva dos debates e materializado nas orientações e normas da ética da facção, houve a criação de uma regra para o uso das camas, direcionado aos valores de igualdade do partido. Quem poderá utilizar as camas são os detentos que estão mais tempo no sistema carcerário, pois a justificativa é que esse preso com mais tempo na cadeia merece aquele benefício, pois está mais tempo em cárcere. Isso se coloca para todos, independente se um membro que ocupa poder dentro da instituição (torre ou disciplina), evitando desigualdades de poder (Biondi, 2013). Segundo a pesquisa da autora, isso se coloca em prisões do PCC em São Paulo, podendo ter diferenças em outras realidades e/ou outras composições de poder criminal.

como na contagem de indivíduos, no preparo e distribuição da alimentação, na lavagem de vestimentas, na limpeza e higiene nos espaços, na organização e entrega de materiais (jumbo, colchão e Sedex), medicamentos, entre outros. Ademais, os problemas de convivência e administração de conflitos é feito pelas facções, sem a intermediação dos trabalhadores carcerários (Dias; Brito, 2017).

Um dos fatores mais importantes, e talvez contraditório em primeiro momento, foi o controle de substâncias psicoativas mais nocivas ao preso. Nesta realidade, o crack foi extinto nas cadeias após a hegemonia do PCC. O salve descrito, relata a informação e direcionamento em uma prisão fora de São Paulo:

Salve Geral / Unidade P.A.

Nos a Sintônia Geral do Estado R.R. Saldamos a todos irmão e companheiro, um forte abraço leal e cinsero e verdadeiro. Viemos através desse parabeinizar todos irmãos e companheiros na união que está sendo desenvolvida na unidade do estado, comarca e sistema hoje e, com muito orgulho. Que a unidade do P.A. Vim banir o crak e a base toda essa que escraviza o ser humano e o crime mudando sua personalidade, até mesmo o caráter da forma negativa, sendo assim nos da sintonia do estado de R.R. Considerando todos os irmãos e companheiros que possa fazer jus a este salve e a partir de 10-11- 2013 Seja extinta a venda e uso do crack e base em todos sistema carcerário, e comarca e a unidade da P.A. Sabemos que a luta será grande, mas com a união de todos, teremos exeto (sic). (Manso; Dias, 2018, p. 9).

Nas pesquisas de campo nas unidades carcerárias em 2004, Biondi (2018a) já observava a [total] proibição da venda de crack para irmãos e, posteriormente, a proibição do consumo de crack para toda população carcerária sob a ética do PCC. Quem quisesse utilizar essa substância psicoativa, deveria ir conseguir a partir de seus próprios meios, ou seja, através da inserção do crack de fora para dentro das penitenciárias, algo que é extremamente difícil e caro, o que fortalece com a não utilização de crack nas cadeias (Biondi, 2018a).

Os motivos para a proibição dessa droga são várias, desde o descontrole do sujeito nóia¹¹¹, as dívidas contraídas pelos usuários, a promessa e busca de recursos para a obtenção do crack (requisitar dinheiro para familiares do usuário, até a promessa de favores diversos e roubos), o que acarreta uma desestabilização da unidade prisional, criando desordem, prejudicando a paz entre os presos. Com a diminuição crescente do consumo e vendas de crack, houve um processo de equilíbrio nas cadeias sob ética do partido, tornando a figura deste objeto como um ator que conduz e potencializa a paz perante a comunidade carcerária (Biondi, 2018a).

A proibição e diminuição do uso do crack através da ética do PCC, traz como desfecho, um processo de desintoxicação (voluntário ou coercitivo) dos usuários. Com o fim

¹¹¹ Nóia será definido enquanto sujeito peculiar a essa realidade O sujeito nóia, que se tornou pejorativo, é a pessoa que não consegue se autocontrolar no uso abusivo de drogas, sendo renegado por seus próximos.

do uso do crack nas cadeias, os usuários substituem pelo consumo intenso de outras drogas, como a cocaína e maconha, o que acaba levando a um comportamento de descontrole, criando mais confusões quando estão em crises de abstinência, além que isso acompanha a violência simbólica com humilhação entre os demais com os usuários descontrolados, diminuindo sua dignidade e humanidade, o transformando em uma “coisa” (Biondi, 2018a).

Entretanto, esses nórias se esforçam para ficarem nas prisões do PCC, considerando-se que, caso contrário, eles vão para o seguro ou prisões de oposição, o que suscita no cálculo político para permanecer nas cadeias do comando, pois impactos de convivência, estabilidade e o uso de outras drogas se facilitará para eles (Biondi, 2018a). Para ter uma ideia melhor, algumas mães afirmavam, com alívio, que seus filhos usuários estarem nas cadeias do partido que “controlavam a abstinência informal de crack”, sob a denominação de “cadeias de nóia”, em razão da proibição do consumo e venda de crack, ajudando a recuperar os usuários de maneira atípica (Biondi, 2018a). Isto é mais um dos motivos, dentre tantos, para que os usuários parem de consumir o crack e tentam a desintoxicação, não por uma política pública, mas para se adequar ao jogo político e de convivência nas cadeias.

A ética se transfere na percepção do *ethos* dos sujeitos presos. Isso significa que o consumo de drogas não é um problema em si, mas o uso descontrolado e a perda da dignidade, hombridade, virilidade e a quebra do “sujeito homem” (Zaluar, 1985), gera um impulso e compromete as relações do usuário com os demais na penitenciária. O controle de si, é uma condição essencial na visão da irmandade, para poder decidir e clamar por condutas da ética do PCC (Biondi, 2018a).

O crack é a substância que mais destrói a dignidade dos usuários, mudando o sujeito homem para a transformação em sujeito nóia¹¹². Assim, seu consumo não é visto positivamente, mesmo que o usuário seja um sujeito-homem, em razão da forte reação e coerção do nóia, ou seja, a transformação do usuário de crack em nóia é questão de tempo (Biondi, 2018a). Por isso, a ética do partido é também uma mutação do próprio sujeito, baseado em elementos morais, éticos e de conduta para o convívio [de um novo] sujeito (Foucault, 2008).

Diante de tudo exposto, a ética da facção nas cadeias transformou o convívio e organização, proibiram mortes, descontrole e prezavam pela pacificação do território e de uma gestão nas diretrizes do comando. Essa ética, somada às reflexões dos debates, trouxe a

¹¹² Nesse sentido, o sujeito Nóia não se exclui apenas no consumo de crack, mas sim, em vários tipos de sujeitos nóia nas prisões. Os nórias de farinha (cocaína), nórias de pinga (bebidas alcoólicas) e os nórias de pedra (crack) são os mais comuns (Biondi, 2018a).

racionalização e reorganização da vida social, modificando a rigorosidade natural do PCC em primeiro momento, para enfatizar a consciência dos indivíduos pelas orientações e diálogos, pois, em último caso, o uso de violência seria utilizado. De tal modo, o PCC buscou ao longo de sua ética, a paz através da conscientização por suas visões de mundo (Biondi, 2018a).

Apesar disso, alguns indivíduos rejeitam essa estratégia de consciência através de conversas e dilemas, pois com a facção mais branda, não punindo e servindo de exemplo, algumas pessoas desrespeitam a ética e o próprio PCC. Assim, muitos sujeitos criticam e disputam a linha política da ética do partido, levando ao movimento de novos posicionamentos para a transformação constante do grupo em atitudes mais assertivas, argumentado pelos interlocutores da autora:

[...] o convívio entre os presos não era o melhor que já haviam vivido era porque o PCC estava pouco rigoroso, o que dava margens para recorrentes atitudes não condizentes com a ‘ética do Partido’. Eu já havia ouvido, nas ruas, queixas sobre uma suposta fraqueza do PCC: ‘a quebrada está largada’, ‘o PCC está fraco’, ‘ele já não é mais o mesmo. [...] De acordo com os presos, ‘cadeia era cadeia de verdade até 2009; depois virou bagunça’. Isso porque atualmente ‘o Comando não cobra mais ninguém, não coloca uma disciplina, e o povo abusa’. [...] De 2009 a diante, o PCC se tornou ‘mais tolerante’; seus integrantes passaram a preferir conscientizar os presos a cobrá-los. [...] (Biondi, 2018a, p. 162).

Porém, essas atitudes foram benéficas em outras medidas, pois com a conscientização e racionalização, houve um respaldo maior das populações, e uma crescente dentro da organização, diminuindo oposições, haja vista que se não fosse essas ações, “[...] o seguro seria maior do que o convívio e, conseqüentemente, a oposição seria maior do que o PCC” (Biondi, 2018a, p. 163), fazendo da estratégia de conscientização por parte da ética e debates, um instrumento de coesão e sobrevivência política do comando.

Concluindo, é importante destacar alguns pontos. A ética, debates e o salves, foram instrumentos capazes de regular e implementar valores, práticas, discursos, que produzem uma biopolítica nos comportamentos, criando instâncias legitimadas por setores da população, além da fiscalização de condutas, que trazem punições, combatendo os desvios indesejados nas periferias e prisões através da ética do partido:

Como o dispositivo legal não é o único que atua nas periferias da cidade, é preciso que se diga que a polícia também não é a única a patrulhar o comportamento dos moradores de seus bairros: o “mundo do crime”, os advogados, as associações locais e as igrejas também o fazem, de modo muito capilar. Entre esses atores, entretanto, apenas o “crime” teve a capacidade, nas últimas décadas, de implementar um dispositivo de valores, discursos e práticas capazes tanto de oferecer parâmetros de comportamento quanto de estabelecer operadores de fiscalização e instâncias – legítimas, porque legitimadas entre os pares, e a cada vez que se atualiza ritualmente nos “debates” – para julgar e punir os desvios e os desviantes” (Feltran, 2012, p. 272).

O PCC foi se construindo como um importante ator racionalizador para setores da população, um ator que faz a gestão da população carcerária, tornando um ambiente mais favorável e seguro para esta população. Nesses casos, há um processo, mas não o único, de pacificação e organização da vida social, quando há uma presença (física ou de sua ética) do grupo, estabelecendo uma ordem e organização para essas comunidades, tornando suas ações como gestão biopolítica.

Assim, a organização cria mecanismos para normalizar os indivíduos, as condutas e valores morais, conseguindo organizar os locais dominados e administrar os conflitos nos âmbitos legais e ilegais, fator que será aprofundado no próximo subcapítulo na discussão sobre o PSAC PCC.

3.5 Dispositivo de Proteção, Segurança e Administração de Conflitos

O dispositivo PSAC é uma referência singular através de um objeto de análise, destinado a investigar os problemas que tangem a relação do campo da segurança pública e a questão urbana no Brasil, com o recorte maior, nesta pesquisa de mestrado, sobre a realidade do Estado de São Paulo. Ele é, portanto, uma tentativa inovadora de criar um conceito analítico para aprofundar e materializar as contradições e complexidades dos objetos diante o campo proposto, discutindo a questão da governamentalização das instituições do Estado e organizações de caráter ilegal, como o comando.

Desta forma, uma pequena definição do PSAC será formulada a seguir. Posteriormente, será explanado uma discussão teórica sobre o Estado e a governamentalização do campo da segurança pública, analisando a partir de Foucault, Mbembe e Agamben sobre parâmetros de poder e governamentalização da vida dos indivíduos, caracterizando a complexidade da segurança pública. Isto é importante na medida que irá elucidar como o PSAC-PCC, expresso nas suas dimensões e instrumentos, discutido neste capítulo e no anterior, se manifesta em diferentes ocasiões, gerando contrastes sobre as dinâmicas criminais e o poder ético-normativo que a facção produziu, baseado em mecanismos de governamentalização.

O PSAC é formulado como uma fundamentação da percepção de proteção, segurança e administração de conflitos que diferentes instituições e poderes produzem na realidade da segurança pública brasileira. Esta categoria “PSAC” é uma instrumentalização prática de elementos biopolíticos na relação do campo de segurança pública nas regiões urbanas (Foucault, 1991, 1999, 2008), alinhados aos objetivos, formas, condições reais e perspectivas

de cada objeto, tornando-o, desta forma, um conceito singular associado ao seu objeto, podendo haver tipos diferentes de PSAC.

Nesta pesquisa, o foco será o dispositivo PSAC-PCC, ou ainda, poderá ser investigado em estudos futuros, outras formas de PSAC, como o PSAC-Forças policiais, PSAC-Segurança privada e PSAC-Milícias, entre outros objetos para categorias analíticas. Cada dispositivo do PSAC tem suas próprias singularidades, não sendo possível pensar a realidade do PSAC PCC como semelhante ao PSAC das milícias, por exemplo.

No final, será refinada essa definição conceitual analítica proposta, deixando como pretexto para os a aplicação da pesquisa de campo através dos vídeos públicos sobre a situação de um salve, relacionado pela proibição das manobras de motoqueiros nas periferias paulistas. Destarte, o foco no conteúdo do dispositivo PSAC do PCC é de suma importância, entendendo que o grupo tem suas próprias particularidades, com seus interesses e uma lógica específica que se difere de outros objetos, seja outras facções, instituições policiais ou grupos criminais.

Baseando-se nas formulações teóricas e processuais da concepção foucaultiana de biopolítica, a forma expressa na premissa “fazer viver e deixar morrer”, é condicionada ao PSAC, tornando um elemento biopolítico que compõe a segurança pública afetando as condições sociais urbanas, relacionada sobre o campo proposto em discutir, como apresentado no capítulo 1, a questão urbana com a segurança pública.

A biopolítica, entendida como a vida [coletiva] tomada pelo poder soberano através da política, produz efeitos econômicos, políticos, biológicos, culturais, sociais, institucionais, entre tantos outros, efetuando uma gestão da vida coletiva, que, em outras palavras, pode ser definida como uma politização da vida, elevando a figura do soberano na forma de fazer viver como ele quiser e deixar morrer quando for de seu interesse (Foucault, 1991, 2008).

É este exercício de governamentalização da vida que Foucault analisa as sociedades modernas, seja no interior de instituições disciplinares como a prisão, hospital, quartel militar, escola, sanatório, dentre outros espaços normativos, que foram desenvolvidos por atitudes biopolíticas mais amplas, como na gestão do número de nascimentos ou de mortes, na separação e cuidado com doentes ou indesejados [leia-se sujeitos marginalizados], ou nos saberes institucionalizados a biopolítica das sociedades, como as ciências humanas, estatística, ou mais recentemente, as políticas de dados, formulados através das plataformas de internet (Foucault, 1991, 2008).

O campo da segurança pública, em um país com herança colonial, influenciado por uma extrema exploração das classes trabalhadoras e populares, além do racismo e estigmas

sociais, de uma elite conservadora e do atraso (Souza, 2017), produziu e ainda produz elementos biopolíticos para atender os objetivos das classes dominantes, neutralizando e dominando as classes populares.

Esses dispositivos de dominação política atravessam toda história brasileira, através de grupos privados comandados pelos interesses da elite, por mecanismos repressivos de cunho não estatal, ou ainda, e mais recorrente, ações institucionalizadas e legalizadas de estratégias, ferramentas, discursos e poderes que foram a razão do Estado a se transformarem na norma biopolítica, para que os órgãos repressivos e autoritários do governo destinasse as condições de controle e repressão contra as classes sociais e sujeitos específicos (Souza, 2017; Foucault, 1999).

Em outros termos, a ação biopolítica instrumentalizada por interesses das classes dominantes através do poder soberano do Estado, domina e explora por um conjunto de mecanismos as classes populares¹¹³. Atualmente, esse processo fenomênico é materializado no campo da segurança pública, que mantém a ordem e exploração, tendo êxito na prática biopolítica.

O propósito PSAC é essa manifestação biopolítica da forma concreta que estimula diferentes tipos de proteção, segurança e administração de conflitos diante o campo da segurança pública, ou melhor, na vida das populações, com o foco maior nas populações mais vulneráveis que são sentidas os diferentes PSAC e as transformando em corpos úteis, isto recai em uma complexidade e linha tênue entre esferas do campo legal e ilegal.

Ademais, os resultados teóricos de Agamben e Mbembe contribuem para a formação de uma nova visão crítica da leitura foucaultiana da biopolítica, elevando o patamar deste campo epistêmico e conceitual com uma nova base sociohistórica de suas realidades. Os conceitos de Estado de exceção e necropolítica, ambos já discutidos de maneira sucinta, favorecem para uma percepção analítica sobre determinadas ações do PSAC associadas ao Estado.

O jurista italiano estuda as dinâmicas do Estado moderno (com ênfase no ocidente) e suas aplicações que geram direitos, normas e exceções que compõem a instituição estatal. O autor discorre em sua obra que a constituição do Estado de exceção pode ser ocorrida de diferentes maneiras. A característica de exceção que o Estado pode-se tornar, decorrentes a anomalias em função de abundâncias de normas jurídicas-políticas, de interpretações jurídicas ou de situações que não está prevista no arcabouço das leis. Essa anomalia também

¹¹³ Nesse sentido, há uma aproximação entre os estudos foucaultianos e do marxismo, expressados nesses dilemas apresentados no campo da segurança pública e questão urbana, diante da história do Brasil.

que transforma o Estado de direito em um Estado de exceção pode ser considerada como outro aspecto do Estado, quando o poder soberano estiver necessitado em radicalizar as medidas repressivas. Deste modo, há uma gama de motivos, condições políticas e contextos que produzem as razões para o surgimento de exceção (Agamben, 2002, 2004).

Neste tipo de Estado, a decisão soberana está acima das relações, instituições ou conjunto de leis, não havendo, portanto, uma regulação do poder através da tradição liberal política, isto é, a separação de poderes, a regulamentação do poder a partir de leis e até na submissão de outros poderes constitucionais/governamentais como o legislativo e judiciário. A exceção, assim sendo, se transforma em norma conduzida pelas vontades do poder soberano (Agamben, 2004).

Em virtude disso, há algumas características de Estado de exceção que Agamben trata em seus estudos. Esse tipo de anomalia é provocado por impasses diversos que se complementam e desestabilizam a ordem soberana do Estado, criando fragilidades que carecem de atitudes da força para controlar essas crises e reconfigurar a ordem de poder. Dentre essas crises, destacam-se: A) Crise política, com a perda de legitimidade política da esfera estatal soberana com sua população; B) Crise do trabalho, o que prejudica o desenvolvimento social e econômico e precariza a vida social da sociedade; C) Crise do monopólio de violência, com a maior repressão contra a população e instituições, normalizando o uso arbitrário da força (Agamben, 2004).

O desarranjo entre os poderes governamentais, a ausência da definição e a assimetria de suas obrigações (judicialização da política, poder executivo legislar, poder legislativo governar, Estado de se militarizar), consumado no caráter seletivo, desigual e de exceção do poder estatal, destina a sua sobrevivência e uma retomada de legitimidade a partir da exceção de Outro. Em resumo:

[...] Ela não se refere, aqui, a uma carência no texto legislativo que deve ser reparada pelo juiz; refere-se, antes, a uma suspensão do ordenamento vigente para garantir-lhe a existência. Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (Agamben, 2004, p. 48-49).

Por sua vez, o filósofo camaronês faz uma leitura crítica da biopolítica de Foucault, superando o conceito de biopoder, visto que o termo pensado pelo filósofo francês, não se

aplica mais na contemporaneidade, além da percepção de Mbembe em observar as circunstâncias do seu mundo a partir da sua própria realidade histórico-cultural. A diferença, portanto, é a reflexão que a morte dominou a vida e o necropoder é o resultado conceitual deste fenômeno (Mbembe, 2017, 2020).

Em âmbitos mais didáticos, Mbembe em suas obras, faz a crítica a Foucault por não refletir sobre outros processos sociais que estão além da realidade ocidental europeia. O processo de colonialismo, imperialismo e escravidão das coroas europeias contra os povos africanos e ameríndios não foram observados por Foucault com o devido cuidado segundo o autor, foi nesta época que às ações de biopolítica surgem nessas localidades, bem antes do período da revolução industrial (Mbembe, 2017). Assim, Mbembe traz o resgate histórico da(s) África(s)¹¹⁴ como parâmetro para pensar outras realidades que não são colocadas como centro teórico filosófico.

A necropolítica é entendida como uso de poder político e social, que pode ser exercido pelo soberano (como a biopolítica), mas também de outros grupos e sujeitos que detêm um poder superior ao Outro “subalterno”. Este poder determina por meio de ações e/ou omissões, a vida e principalmente a morte dos sujeitos, criando condições de riscos para alguns setores da sociedade, em contextos de desigualdade, zonas de exclusão, condições de vidas precárias e violência massiva, o que configura na decisão de permanecer vivo ou deixar morrer (Mbembe, 2020).

Portanto, a necropolítica é a gestão da morte da população, em que os indivíduos têm condições de vida com status de mortos e se perdem no limite da vida e da morte, mesmo com a pessoa viva. É uma maneira de deixar o corpo morto útil, utilizando para os próprios anseios do poder soberano, configurado na medida que os sujeitos têm interesses de maneira viva ou morta a este poder. O autor sintetiza seu pensamento sobre a necropolítica:

Demonstramos que a noção de biopoder é insuficiente como resposta às formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Mais adiante, propomos a noção de necropolítica e necropoder com descrição dos vários modos existentes, no nosso mundo contemporâneo, de distribuição de armas, com o objetivo de máxima destruição de pessoas e da criação de mundos-de-morte, modos novos e únicos de existência social, nos quais vastas populações estão sujeitas a condições de vida muito próximas do estatuto de mortos-vivos (Mbembe, 2017, p. 152).

Após toda explicação da fundamentação do PSAC, é importante elucidar a escolha do conceito de dispositivo e sua conexão ao PSAC. Foucault elabora, a partir de suas pesquisas e mudanças em suas formulações teórico-conceituais, o dispositivo como um conjunto de

¹¹⁴ Utilizou-se o termo Áfricas, no plural, para descrever a complexidade que são as culturas, os sujeitos, as populações, as sociedades, desse vasto continente.

elementos (seja de qualquer natureza) que se encontram na realidade e na linguagem, mas também em questões que não visíveis ou estão em formas de não-linguagens, o que ele resume na expressão do “dito e não dito” (Revel, 2005).

Diante desses elementos, os saberes, poderes, instituições, sujeitos, discursos, organizações, leis, normas, moralidades, práticas, filosofias, meios, dentre outras, consiste um conjunto heterogêneo de elementos em rede que é utilizado como instrumento conceitual, cujo intuito é analisar a vida nas estratégias do jogo de poder que se encontra na complexa realidade. Em uma entrevista, Foucault conceitua o dispositivo e analisa suas nuances:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 2009, p. 244).

Agamben (2005) apresenta uma discussão sobre o conceito de dispositivo em Foucault, contribuindo com uma nova visão sobre o instrumento analítico. O autor entende a importância do dispositivo e seu desenvolvimento, marcado por mudanças do objeto e de mudanças filosóficas, porém, ele constrói uma nova reflexão do conceito para agregar outras substâncias. Outrossim, Agamben propõe uma divisão do dispositivo em dois grandes grupos: seres vivos de um lado e objetos que estão capturados pelos dispositivos. Nessa relação entre os seres vivos e os dispositivos, há o sujeito, que está inserido na lógica da subjetivação, mediada pela relação do ser vivo e dispositivo. É com essa diferença que Agamben resulta na sua visão: [...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. (Agamben, 2005, p. 13).

Sendo assim, o dispositivo PSAC é o conjunto heterogêneo em rede que está incorporado nos objetos aplicados, isto é, PSAC-PCC nesta pesquisa de dissertação de mestrado, através de um dispositivo que engloba os saberes, poderes, sujeitos, práticas, discursos, leis, normas, instituições, ética, dentre outras questões que se encontram na

complexidade e contradição do PCC, sendo objetivado por estratégias de poder para alcançar suas finalidades, indo além da concepção legal sobre as condições do direito na sociedade (que encara o PCC como um objeto ilegal, a ser combatido e a polícia como instrumento estatal, com prerrogativas de poder para agir na sociedade).

Portanto, o dispositivo PSAC é o conjunto de estratégias heterogêneas que estão colocados na percepção de gerir setores da população e “defender” esse público de problemas maiores, sejam reais ou baseado em discursos não-reais¹¹⁵, para proteger, gerar segurança e administrar os conflitos de camadas da sociedade, baseado na relação dialética entre a questão urbana, o campo da segurança pública e as contradições existentes na particularidade brasileira.

As próprias dimensões sobre o que é proteger, gerar segurança e administrar os conflitos não são universais e remetem a condições singulares e uma complexidade de gestão de uma população a partir de suas diretrizes. Isso quer dizer que, esses termos estão relacionados à forma de gerir parcelas da sociedade e não, necessariamente, manter uma utopia de paz permanente, sem pensar em conflitos cotidianos e naturais de qualquer interação social.

Isto posto, essas dimensões de proteção, segurança e administrar os conflitos, de maneira oficial, através das práticas das forças policiais, não é necessariamente uma obediência e cumprimento das funções que estão previstas nos procedimentos constitucionais e legais. A formação das forças policiais devem obedecer um conjunto de leis e orientações, tratadas sobre os poderes do judiciário (que regulamenta as normas jurídicas, dividida nas diferentes instituições e hierarquias da justiça brasileira); poderes governamentais (tratando a função do governador e da secretária de segurança pública como responsáveis pela estrutura policial das unidades federativas); poder legislativo (que acompanha e pressiona o trabalho policial, denunciando arbitrariedades ou auxiliando por melhorias do serviço cotidiano dos profissionais de segurança); e o poder da cúpula policial (havendo autonomia nas instituições e decidindo internamente a própria estrutura da organização).

Apesar dessa regulamentação normativa e legal, há diversas contradições e alinhamentos entre as nuances dos campos legais e ilegais e os mercados lícitos e ilícitos (Telles, Hirata, 2007; Telles, 2013). Há diversos casos de conflito de interesses, de negócios dos mercados legais e ilegais e a recorrência utilização do medo, força e violência contra

¹¹⁵ Neste ponto, sujeição criminal, o medo como estímulo e os interesses dúbios dos profissionais de segurança, criam condições de perigo não existentes, que em outras palavras, é a utilização de um inocente (muitas vezes estigmatizado e sujeito ao Ser bandido) representado como um perigo para a sociedade.

qualquer inimigo ou opositor de indivíduos que atuam no cotidiano da vida policial, independente do motivo ou situação, de maneira sistemática, operacionando como uma política ou conduta extraoficial¹¹⁶, como observado pelos pesquisadores e suas etnografias supracitadas nos capítulos 1 e 2.

Retomando a análise sobre a segurança pública, as exceções permanentes do Estado (Agamben, 2004; Souza, Serra, 2020), em razão das crises diversas que o Brasil enfrentou durante sua história, contribuíram com as atitudes biopolíticas e necropolíticas na realidade e com impactos a população. O Estado em sua materialidade, expressa na governamentalização dos indivíduos, como um componente que atua com o poder político na vida da população, e configura no conceito de biopolítica, é também entendido como um poder político que age na gestão da morte da população, e pode ser compreendido como um poder necropolítico. Tanto a biopolítica quanto a necropolítica, no caso da realidade da segurança pública brasileira, são dois campos diferentes, mas não antagônicos, responsáveis por gerir parcelas distintas da sociedade, sempre atingindo os interesses de quem controla o poder soberano.

A característica do Estado em conter políticas e mecanismos repressivos e autoritários perante a maior regulamentação e controle da ordem social, como as forças policiais, justiça penal, políticas públicas [ostensivas] de segurança pública, condiciona na particularidade brasileira, em medidas de exceção e determinam ações necropolíticas, decidindo cotidianamente quais sujeitos que ele faz viver e quais devem morrer.

Para um melhor entendimento, a sujeição criminal na figura do sujeito bandido (Misse, 2010a), a política constante do medo (Zaluar, 2019) e da guerra às drogas, as dinâmicas dos mercados legais e ilegais e suas contradições (Cepik; Borba 2011), a naturalização dos tipos de violência e extrema desigualdade social, o super-encarceramento, a omissão de políticas sociais benéficas aos mais necessitados e a instrumentalização da vida dos indivíduos aos interesses de outrem, são alguns sintomas de medidas que repassam nas teorias de Foucault, Agamben e Mbembe, que são definidas na realidade do campo da segurança pública e territorializada nas cidades urbanas.

O excedente político da população é excluído e negado pelo poder do Estado, configurando em uma gestão de corpos deixados à morte. As populações periféricas, prisionais, sujeitos negros, pobres, vulneráveis são os indivíduos que são interpretados como

¹¹⁶ A chacina de Osasco no ano de 2015 é um exemplo que pode ser explicado na questão de conflito de interesses e do uso do medo e violência como instrumento de poder. Este massacre que atingiu mais de 20 vítimas, foi cometido por policiais à paisana, motivados pelo assassinato de dois profissionais da segurança pública, dias anteriores. Dessa forma, o objetivo da chacina foi uma vingança e uma prestação de contas, atingindo os setores mais fracos na relação de poder entre a polícia e o crime: a população periférica e estigmatizada. Os resultados podem ser encontrados na pesquisa de IC sob processo 26156-3 da FAPESP.

este excedente e corpos úteis, rumo às vontades e objetivos do soberano.

A segregação territorial (Nesimi; Botelho, 2020), as medidas de exceção permanente (Souza; Serra, 2020), o medo estimulado (Zaluar, 2019), as dinâmicas artificiais dos ilegalismos e sua punição e condição entre o que é legal e ilegal (Alvarez, Salla, 2020; Ostronoff, Salla, 2020; Telles, 2013), as mercadorias políticas (Misse, 2010b), os regimes normativos (Feltran, 2012) e toda concepção sobre o crime (Adorno, 2019; Cepik, Borba, 2011; Lopes Júnior, 2009; Melo Neto, 2021; Misse 2010a, 2010b, 2011), são componentes de um campo dialético maior entre a exceção, biopolítica e necropolítica que o Estado operaciona e o PSAC PCC contrapõe, seja como resistência ao poder estatal, ou usufruindo de suas brechas para movimentarem as dinâmicas na realidade. São esses elementos que foram descritos que designam a complexidade que o Estado configura a segurança pública e seus impactos são sentidos de diferentes maneiras em diversos sujeitos, territórios e suas classes sociais.

3.6 Dispositivo PSAC PCC e suas dinâmicas

O dispositivo PSAC PCC é um conceito analítico que visa compreender e auxiliar a investigação desse grupo na dimensão de segurança, em determinados territórios e recortes temporais específicos. Isso significa que, durante os 30 anos de existência do comando, a dimensão de segurança não foi se dado naturalmente, mas construída a partir de discussões, visões e processos, como discutidos nas etnografias e pesquisas de Biondi, Feltran e Dias.

A genealogia construída no capítulo anterior é importante para compreender essas fases e rupturas da facção, em virtude de entender a dimensão de segurança relacionada a outras dimensões, como a econômica e política. Assim, esse conjunto de dimensões que esta pesquisa propõe, continuada pela pesquisa anterior em Dyna (2021), consolida a percepção que os desdobramentos da irmandade são oriundos de diversos fatores complexos, externos e internos à universidade complexa e contraditória sobre o Primeiro Comando da Capital, algo que só existiu neste grupo.

Dessa maneira, o grupo produziu diferentes mecanismos, políticas, ações, saberes, práticas, discursos, sujeitos, ou mais precisamente, um dispositivo próprio, através de suas estratégias e objetivos, por meio de das lacunas deixadas pelos diferentes meios de instituições estatais, causados pela ausência, precarização e efeitos de cunho governamental em locais específicos, isto é, periferias e prisões. Por isso que o PCC aumentou seu poder nesses territórios e conseguiu legitimidade de setores dessas populações, pois ele conseguiu

se inserir e administrar seu poder baseado na visão, negócios e coerção.

Os instrumentos criados, aperfeiçoados e seguidos pela facção foram fundamentais para a execução e coerência do grupo na dimensão de segurança, em outros termos, a mudança em sua organização e estrutura política interna, os valores do PJLIU, os salves, os debates e a ética, são elementos essenciais para o dispositivo PSAC PCC. Dito isso, essa soma de questões estabelece algumas dinâmicas para a compreensão do dispositivo PSAC PCC e sua dimensão de segurança. Para explicar melhor, o dispositivo PSAC é o conceito empregado para materializar e compreender o campo da dimensão de segurança do partido, revelando algumas dinâmicas particulares a irmandade.

Assim, será elencado essas dinâmicas a seguir, contando com sete dinâmicas, baseado em toda discussão desta pesquisa, além do fundamento de outras obras da literatura sobre o PCC. Dentre essas dinâmicas, destaca-se: 1) A manutenção da ordem criminal através da ética do comando; 2) O poder racionalizador e invisível; 3) As conexões da dobra do ilegal com o legal, materializado no conceito de mercadorias políticas (MISSE, 2010b); 4) A dimensão econômica respaldado na pacificação do território; 5) Salvaguardar a população, inserindo-se nos problemas cotidianos; 6) Evitar desvios extremos; 7) Conscientização a partir de medidas peculiares a facção.

3.6.1 Dinâmica da manutenção da ordem criminal através da ética do comando

Durante sua história, a facção foi construindo uma relação de pertencimento, base política e dimensões econômica e social com dois territórios específicos. As prisões e as periferias foram esses espaços que a organização desenvolveu seu poder e atuação e, como consequência, gerou sua dimensão de segurança através do dispositivo PSAC. Assim, quando o partido surge e inicia suas ações no contexto prisional, ele foi constituído primeiramente como uma reação, uma espécie de resistência ao poder do Estado expresso na instituição e justiça penal, criando mecanismos novos para resolver problemas, uma nova proteção interna entre eles mesmo, e uma alternativa para administração de conflitos cotidianos.

Nesses primeiros momentos da organização, houve ações que rapidamente ganharam destaque e legitimidade da população carcerária, evitando mortes, agressões e violência sexual entre os próprios presos, o que instaurou um conjunto de valores e condutas materializadas na ética do PCC (Biondi, 2018a; Dias, 2011; Jozino, 2017).

Essa ética, em primeiro momento, acompanhou as mudanças que a organização foi tendo, principalmente com sua reorganização interna no início do século XXI. Com essas

mudanças, o PCC emergiu com sua hegemonia para as periferias urbanas de São Paulo, indo além das unidades carcerárias. Assim, isso demonstra que houve uma transição da base territorial e atuação dos membros e ética do PCC, que antes se concentrava nas prisões, e agora foi expandindo para as periferias.

É claro que uma coisa não exclui a outra, a ética e os mecanismos que englobam o PSAC PCC, continuaram nas prisões, mas esses instrumentos ganharam novas circunstâncias para as periferias, com o intuito de regular a vida social, gerando novas dinâmicas de sociabilidade, saberes, poder, ética e legitimidade no crime e na figura do comando. Portanto, houve uma ruptura e inserção da dimensão de segurança das prisões para as periferias, sendo duas particularidades diante o conceito de dispositivo PSAC PCC.

Além disso, como discutido constantemente, a forma de condução do poder estatal foi um dos responsáveis para o preenchimento do poder dimensional de segurança do PCC, além da percepção do medo construído socialmente e impactando a realidade (Zaluar, 2019). Repetindo a lógica foucaultiana, de todo poder gera resistência, o agrupamento conseguiu utilizar desse vácuo para seus benefícios próprios. Na realidade das unidades penitenciárias, o Estado “perdeu”¹¹⁷ o controle da massa carcerária, deixando o vácuo para um novo sistema de punições extraoficial (através de ações e regras próprias de guardas e da direção da penitenciária, com elementos de tortura e corrupção, e o RDD) e ilegal (a existência da gestão do PCC) (Dias, 2008).

Nas periferias, a problemática é semelhante. A precarização dos serviços públicos ofertados pelos governos, independente da instância federal, estadual e municipal, criou uma condição de sobrevivência da população periférica para existir e resistir às adversidades daquela realidade, motivadas pela crise do mundo do trabalho (empregos com baixa qualificação, pagamentos com salários baixos, ascensão de empregos informais), crises econômicas (aumento dos preços para alimentação, locomoção e passeios culturais) e crise política da legitimidade do Estado (através da desconfiança dos representantes políticos, do sistema de justiça e das forças policiais) (Nesimi; Botelho, 2020).

Essas contradições foram ocupadas, em algumas medidas, pelo poder do PCC, mas não apenas por ele, o que recai que a problemática não é a ausência do poder do Estado, mas sim, a forma precária que ele atua nas periferias e para seus cidadãos (Feltran; Motta, 2021). Diante de tudo exposto, as dinâmicas estão relacionadas com esses dois vieses

¹¹⁷ Na realidade, foi omitido esse poder por um leque de motivos. Precarização, sadismo, segregação, opressão, um conjunto de questões que produziram o Estado a “perder” a população carcerária para as facções, como discutido teoricamente no capítulo 1 e historicamente, antropológicamente e sociologicamente no capítulo 2.

social-geograficamente-criminal.

3.6.2 Dinâmica para salvaguardar a população

O partido não está externo aos problemas da população e nos territórios que ele influencia. Isso significa que cada irmão, primo ou indivíduo que conheça a ética do grupo, trabalham para a gestão e administração dos problemas daquela comunidade, interferindo nos problemas cotidianos ou sendo acionado pelos próprios moradores, presos e demais pessoas, para agirem em detrimento de seus interesses particulares.

Essa premissa é de suma importância, pois como será observado nas próximas dinâmicas, o comando salvaguarda algumas problemáticas dessas populações, o que recai no aumento de seu poder, influência e legitimidade, além de atender seus interesses dos mais diversos nichos. Desse jeito, as práticas de inserir nos problemas cotidianos, através do dispositivo PSAC e seus instrumentos (debates e ética), projeta uma percepção de justiça do “mundo do crime”, por aplicar o valor de igualdade e ser mais eficiente para a resolução dos problemas, comparado à justiça legal (Feltran, 2012), resultando na aceitação desse mecanismo.

Porém, há casos que mesmo com o socorro ao PCC, ele não poderá fazer nada para ajudar. Na pesquisa de Feltran e Motta (2021), os autores desenvolvem um quadro analítico sobre o percurso de roubo de veículos na cidade de São Paulo. No quarto exemplo do quadro, há o relato do roubo de um carro popular em uma região periférica da zona leste paulistana, levando a vítima da situação a recorrer primeiramente ao comando para tentar conseguir seu veículo de volta, e posteriormente, através de medidas legais. A vítima não teve sucesso em nenhuma das alternativas para resgatar seu carro de volta, sendo que o “Proprietário aciona o PCC, sem sucesso porque não tinha argumento válido” (Feltran; Motta, 2021, p. 49) e o processo lento e difícil de encontrar um carro popular, dificultou o objetivo desse indivíduo.

Como discutido durante essa pesquisa e em outros textos da literatura, a alternativa de buscar a justiça pelo crime é importante para conseguir de maneira mais exitosa e rápida o seu veículo roubado, entretanto, essa vítima não tinha argumento válido e/ou conseguiu mostrar sua visão no debate para alcançar sua finalidade diante o conhecimento no mundo crime, o que prejudicou seu fundamento discursivo para conseguir alcançar sua meta.

Isso leva a crer que os debates, a ética e o alcance do partido, não são algo simples, de qualquer pessoa chegar nesses espaços e mecanismos, e querer o que deseja. Mas sim, de ter habilidades específicas, como discursar, refletir, o conhecimento do mundo do crime, dentre

outros (Biondi, 2018a). Portanto, a prática necessita de fundamento do mundo do crime e de outras sociabilidades para alcançar os objetivos (Feltran; Motta, 2021).

3.6.3 A dimensão econômica respaldado na pacificação do território

Um território pacificado, mantendo a ordem criminal e disseminado pela ética do grupo, é essencial para o desenvolvimento dos nichos econômicos e obtenção dos lucros, negócios e no trabalho no mundo do crime. Nas periferias urbanas, quando há um território sob ética da facção, isso não significa que esse espaço está direcionado ao agrupamento, não estando presente nenhum serviço de cunho estatal ou a convivência e influência de outros setores da sociedade, seja de cunho religioso, empresarial ou político.

Um território não contém um controle absoluto de um poder específico, nem mesmo o Estado consegue tal proeza. Dito isso, há um processo de disputas e coexistência de poderes para administrar esses espaços, criando um elemento cinzento sobre as dinâmicas locais sobre essas questões (Feltran, 2012). Isso leva ao poder do PCC, na criação de mecanismos para trabalhar em conexões com agentes estatais (através das mercadorias políticas que serão discutidas na próxima dinâmica), e também, novas regulações para evitar conter o desequilíbrio por parte dos moradores, trabalhadores e qualquer indivíduo nas periferias.

Dessa maneira, alguns procedimentos através do dispositivo PSAC PCC, são importantes para as finalidades do partido, haja vista que, com um território seguro através da regulamentação das condutas de agentes criminais, afasta as possibilidades que as pessoas que não estão dentro do mundo do crime acionem as forças policiais, e desta forma, não tensionam e/ou atrapalhem os objetivos do PCC. Além disso, há também a prática de pagamento de agentes criminais para evitar problemas com as forças policiais.

3.6.4 A dinâmica das conexões da dobra do ilegal com o legal e as mercadorias políticas

A relação da conexão entre indivíduos do mundo do crime e agentes estatais pode ocorrer de diversas formas, porém, há uma interação de interesses dentre as pessoas desses dois objetos que traz questões envolvendo a ética do trabalho, moralidade, negócios e estabilidade nos territórios. A compra e venda de interesses desses setores legal e ilegal, pode ser expressada em corrupção, mas como discutido no capítulo 1, o conceito de mercadorias políticas (Misse, 2010b) se encaixa nesse propósito, indo além deste termo.

A corrupção é um assunto nebuloso que atrai críticas sobre a condução moral dos

indivíduos, a competência e lisura de órgãos públicos e estatais, a cobiça e o conflito de interesses, além de acordos de setores legais com grupos ilegais (Ostronoff; Salla, 2020). Semelhante a crítica de termos e conceitos nos capítulos anteriores - violência, traficantes e crime organizado (Adorno, 2019; Salla, Teixeira, 2020; Silva, 2010; Telles, Hirata, 2007) - é importante uma análise crítica da definição da palavra corrupção. O termo é utilizado recorrentemente e generalizado pelos mais variados setores da sociedade, tornando-se vazio, pois é atribuído a uma expressão que foi incorporada de maneira punitiva para atacar outrem sem o necessário rigor conceitual.

A corrupção é entendida como um fenômeno de múltiplos acontecimentos diferenciados dentro do limbo moral, econômico, político e legal, modificando a partir de cada realidade e cultura. O termo de corrupção é diverso, mudando sempre com a perspectiva teórica e o campo epistemológico que se utiliza na abordagem analítica. Ela é um conceito tanto no campo jurídico como no campo moral, sendo a moral relativa, podendo ser utilizada de maneira abstrata e arbitrária (Nascimento, 2017).

Dessa maneira, a corrupção é um conjunto de elementos variáveis, podendo ser utilizada de diferentes formas e fins, com o objetivo de obter uma vantagem indevida, com finalidades políticas e econômicas, de caráter interno e externo, indo além da perspectiva legal-institucional, direcionando, portanto, em consequências que se encaixam em eixos ilegal, ilícito e imoral.

Diante de tudo exposto, as mercadorias políticas, entendidas como agentes estatais (forças policiais, burocracia do Estado, funcionários no governo), tratam negócios com integrantes do mundo do crime, como forma de manterem o território sem conflitos, o que acaba beneficiando os interesses do PCC. É importante pontuar que a própria prática de mercadorias políticas e suas consequências diretas (corrupção, coerção, suborno, dentre outras), é inserida no âmbito privado, em outros termos, esse fenômeno não é regulado ou direcionado pela instituição, mas apenas, pelas pessoas que trabalham nas corporações. Devido a essa lógica, a organização consegue atuar sem muitos problemas, aumentando seus negócios criminais e preservando-se da repressão policial.

Isto está ocasionado na relação entre economias ilegais e jogo político-administrativo que o envolve, através de interesses políticos e econômicos de sujeitos que articulam e negociam cálculos políticos e procedimentos legais para os compradores ilegais, denominado de mercadorias políticas (Feltran, 2019; Misse, 2010b). Esse conceito é importante pois retira todo pré-conceito do ilícito e econômico, apresentado como uma categoria sociológica, como o autor apresenta:

[...] o autor demonstra que nenhuma economia opera sem proteção, e que é na esfera da proteção que a ilegalidade se converte em “mercadoria política” (Misse, 2002). Importa notar que a unidade analítica deixa de ser o ilícito em si, ou o econômico em si, e passa a estar no foco a relação entre os agentes ilegais e os agentes da ordem na administração das economias ilegais. [...] O mercado de extorsões e subornos, recorrente em torno às economias ilegais em muitas situações globais, é então tão relevante quanto o primeiro. Em suma, onde há uma economia ilegal, há um jogo político-administrativo a ser decifrado (FELTRAN, 2019, p. 2).

Contudo, há casos que policiais intensificam essa lógica, criando condições extra-legal para prender indivíduos específicos na linha do sujeito bandido (Misse, 2010a) e coagir uma quantia de dinheiros para evitar que aquele sujeito vá para prisão. Na etnografia de Feltran (2012), o autor narra o caso que evidencia essa dinâmica da coerção através das mercadorias políticas. Um indivíduo teve que recorrer a súplica ao PCC, para evitar que seu ente querido seja preso, o que impacta em diversas dinâmicas do PSAC PCC em relação a manutenção da ordem criminal, salvaguardar setores da população e os impactos das conexões das mercadorias políticas, como ele aponta:

Em seguida, entraram em uma das Delegacias de Polícia da região e, no pátio, antes de desembarcá-los, perguntaram: “E aí, não vai ter ideia?”. O acerto proposto inicialmente era de R\$50 mil, pela liberação dos dois. “Tão ficando loucos!”, me disse Ricardo. Negociaram, fizeram ligações para outros parceiros, o preço abaixou muito. Tudo certo – os “irmãos” pagariam aos policiais o valor acertado pela liberação. Pelas regras usuais dessa dinâmica de negociação, Ricardo e o parceiro passavam a dever lealdade aos “irmãos”, que financiaram a soltura, e uma parte do pagamento. Ricardo não quis nos dizer quanto foi o valor pago; era um acordo só deles (Feltran, 2012, p. 260).

Essa prática coercitiva, será denominada como um “escambo criminal¹¹⁸”, é que predomina, acordos desiguais e coerção de sujeitos que não estão no mundo do crime, fazendo do PCC como um instrumento de mediação através das mercadorias políticas.

Outro exemplo descrito por Biondi (2019), é a história de um rapaz, morador de uma periferia em São Paulo, que atua na vida do crime (como assaltante e outros tipos de ilegalismos) e ele não pode sair de seu território periférico, em razão de um acordo [suborno] com os policiais locais, que não prendiam esse indivíduo em troca de dinheiro. Assim, as negociações dessa dinâmica têm uma territorialidade definida, pois, no caso de outros profissionais de segurança pública, que não conhecem as negociações dos acordos entre o rapaz e seus colegas de profissão, podem prender e acabar com as conexões das mercadorias políticas.

Destarte, as dinâmicas não são eternas, estendidas para todos os territórios e sujeitos. Elas são negociações entre partes, estando em movimentos constantes, com casos de coerção,

¹¹⁸ Na pesquisa de IC sob processo 26156-3 da Fapesp, foi relatado no processo de pesquisa de campo, um episódio semelhante, com o mesmo *modus operandi* sobre o “escambo criminal”.

cálculo político e riscos em que todos os envolvidos estão inseridos, marcando um dos problemas das instituições de segurança pública e reproduzindo a ausência da ética no serviço público.

3.6.5 Dinâmica para evitar desvios extremos

A ética do PCC, baseada nas ações normativas através de consensos dos debates, foi um dos responsáveis pela diminuição do consumo de crack e a desintoxicação de sujeitos nórias nas prisões e em menor grau, nas periferias (Biondi, 2018a). Os objetivos da proibição e diminuição do uso de crack são vasta, como discutido no início deste capítulo, mas demonstra uma dinâmica importante que está relacionada com a pacificação dos territórios e a ordem criminal.

Os desvios extremos são compreendidos nas atividades de sujeitos específicos que não conseguem se controlar, criando instabilidades com ele mesmo, com sua família, sua comunidade e, por seguinte, acaba afetando os interesses de outras pessoas que estão à volta desse sujeito. Também são algumas atitudes escrachadas pela ética do partido, e pelos valores da sociedade, como por exemplo, casos de agressões “covardes”, abuso sexual e estupro, tidos como questões que devem sofrer punições à altura de suas violências.

Começando por este último, esses casos de desvios extremos, não estando relacionados aos ilegalismos e a ética do mundo do crime, são exterminados, literalmente, daquela realidade pelo grupo, como discutido nas obras de Feltran (2010), Biondi (2018) e Dias e Gomes (2021). O processo dessa dinâmica do PSAC PCC, passa pela instância dos debates, mas restrito a setores com mais poder de decisão dentro da estrutura organizacional do agrupamento, como na explicação de Dias em uma entrevista:

Quando se trata de algo mais sério ou importante – como agressões entre irmãos, delação, estupro, roubos – e que demandaria uma punição mais rigorosa, como a exclusão do PCC, a agressão ou a morte, então as discussões são levadas até as instâncias superiores e que, depois de ouvir todos envolvidos, tem papel decisivo na “sentença” (Manso, 2009, p. 167).

Os desvios extremos do sujeito nória, incorpora os dilemas do usuário de drogas que não está em condições psíquicas, sociais, econômicas de se autocontrolar e conviver com os demais, criando um problema de saúde pública em primeira mão, mas que afeta a estabilidade de outras pessoas, criando um problema de convívio e segurança.

Esses sujeitos nórias cometem pequenos furtos, assaltos e outras medidas ilegais para manter seu vício momentâneo, criando um ciclo permanente de degradação de sua saúde física e psíquica, além de gerar atritos com os demais que estão dentro da sociabilidade dele.

O PCC, na figura de poder soberano, interveio nessa situação, criando mecanismos para encerrar esse problema sobre o consumo abusivo de drogas, seja o álcool, cocaína e crack, através da proibição do uso e venda das substâncias psicoativas a esses sujeitos, porém, para aqueles usuários que conseguem usufruir sem criar polêmicas, o uso e venda é permitido, como discorrido:

Acessei relatos de mães que, vendo seus filhos "se destruírem na droga", ou sendo vítimas de agressões e roubos dos próprios filhos, reportam o problema ao traficante local. O traficante, então, interdita o filho dela: não venderá drogas para ele e orientará a comunidade a não oferecer ou usar drogas com ele. No entanto, continua suas vendas a outros usuários que "sabem usar" a droga, ou seja, que não deixam seus efeitos comprometerem sua dignidade, sua hombridade ou interferirem nas relações próximas (Biondi, 2011, p. 6-7).

Diante disso, há uma questão: porque a organização tende a proibir algumas drogas específicas (como o crack e mais recentemente, o K9¹¹⁹), e intervém para que outros sujeitos não utilizem, sendo que essas medidas, eles perdem lucro? Essa indagação é importante, pois retira uma visão que o comando quer apenas as dimensões econômicas do tráfico de drogas e não se preocupam com as consequências em si.

Na realidade, esses desvios extremos, que neste caso são os sujeitos noias, produzem instabilidades ao ponto de prejudicar a ordem criminal, afetando a segurança e proteção dos moradores, trabalhadores e familiares daquele território que o sujeito nóia está havendo a possibilidade das pessoas acionarem as forças policiais e prejudicarem os interesses e dimensões do partido. É este cálculo político que os integrantes da facção fazem, uma dinâmica para evitar esses desvios extremos, produzindo mecanismos do dispositivo PSAC para impossibilitar problemas futuros e manter o zelo para a população, ajudando as comunidades com instrumentos que trazem mais segurança, o que ganha legitimidade, como observado nos comentários de mães de usuários, além de garantirem seus anseios relacionados as finanças do comércio ilícito.

3.6.6 Dinâmica do poder racionalizador e invisível

Com a hegemonia do poder do grupo, houve um processo para transacionar o poder violento para um poder racionalizador e invisível, como forma de evitar problemas de vingança, acusação jurídico-penal e de diminuir as fissuras e opressões como era no primeiro momento da organização. Desta forma, a racionalização do poder do PCC, que significa uma

¹¹⁹ O K9, K2, K4 ou *spice*, é uma substância psicoativa altamente nociva, conhecida - de maneira errônea - de maconha sintética. Desde meados de 2022, o K9 foi noticiado pelos órgãos de imprensa na sociedade brasileira, criando uma dependência e efeitos graves, levando à proibição por parte do partido na Cracolândia paulistana em 2023 (Resk, 2023).

prática racional das condutas, cuja intervenção impede problemas posteriores relacionados a convivência, sociabilidades, manutenção da ordem, dentre outros, faz do agrupamento uma melhor gestão das pessoas e dos territórios, de maneira invisível, através da consolidação de sua ética.

No contexto prisional, Dias (2008) apresenta uma mudança após os acontecimentos de 2006, em referência do poder e violência do grupo, em que ele altera sua prática para uma racionalização maior de seus atos, com um planejamento e cálculo político sobre as consequências de suas ações violentas, recaindo na repressão maior dos segmentos punitivos, que desta forma, foi-se operando em novas medidas de conscientização e de atribuir ao poder invisível, em vez de medidas violentas explícitas ou de publicização de seus atos. Um exemplo, foram as mudanças na maneira de matar inimigos ou a punição com a morte para aqueles que foi submetida através do poder do PCC, quebrando a ética e/ou através de um debate.

O “acerto de contas” nas penitenciárias era feito através de golpes de facas e estiletes, contudo, essa técnica de morte não se tornou mais comum nas prisões paulistas sob hegemonia do PCC, utilizando instrumentos racionalizados mais sutis e menos visíveis, como enforcamento e overdose. Em ambos, esses métodos para assassinar alguém podem ser identificados não apenas como homicídio, mas também como suicídio ou abuso de substâncias psicoativas, evitando problemas com o Estado, justiça penal e polícias, racionalizando os problemas e aumentando o poder de gestão do crime (Dias, 2008).

Nesse caso específico, os efeitos são positivos na questão biopolítica do Estado. Com uma camuflagem das mortes ocorridas pelo poder racionalizador e invisível do comando, o Estado se beneficia desta operação, em virtude do livramento de críticas de segmentos da sociedade (grupos de direitos humanos, movimentos sociais, órgãos internacionais), preservando a imagem soberana do poder estatal e a vida política dos governos e mantendo a estrutura de poder dos gestores da administração penal e burocracia das pastas de segurança pública e penal (Dias, 2008).

Portanto, há um comum acordo entre a racionalização dos mecanismos de violência do PCC e a gestão do Estado, pois ambos os poderes prevalecerão, fortalecendo a biopolítica da população penitenciária pelo PCC e a administração do sistema penal pelo Estado, prosseguindo com os objetivos individuais de cada objeto, e uma coexistência de regimes normativos (Feltran, 2012) para a comunidade penitenciária. Na realidade periférica, há diversos exemplos sobre o poder racionalizador e invisível da facção. Este item está relacionado com a proposta de conscientização do grupo, que será discutido na próxima

dinâmica.

3.6.7 Dinâmica da conscientização a partir de medidas peculiares à facção.

Uma das maiores mudanças das dinâmicas do PCC, que criou um mecanismo de solução para resolução de problemas, foi a alternativa de utilizar medidas de conscientização peculiares ao agrupamento, em vez dos métodos de violência, crueldade e força que eram norma no mundo do crime e nos primeiros momentos da organização. Assim, como observado em diversas vezes na história e relatado pela literatura sobre o tema nas prisões e periferias (Biondi, 2014, 2018a; Dias, 2008; Feltran, 2010), novas formas de conscientização são utilizadas como instrumento na dimensão de segurança e parte das dinâmicas do PSAC PCC.

A estrutura dos debates é o mecanismo que expressa as novas ferramentas, em prol da consciência de todos os indivíduos que estão diante da ética da irmandade. Quando há algum problema, há condições, a partir da realidade do PCC, o que não é necessariamente justo ou correspondente a liturgia do saber jurídico na visão da justiça estatal, o que traz um dos intuitos do grupo, ou seja, evitar uma onda de *vendeta* sem precedentes, recaindo em violência, assassinatos e desordem nos territórios sob ética do comando (Feltran, 2010).

A conscientização produz medidas mais brandas, o que recai em um duplo processo: apaziguamento da força do partido e estabilização dos territórios, que poderá demorar um período, a partir do trabalho de consciência das condutas imposta pela ética e os salves. Diante disso, a entrevista de Biondi (2017) auxilia na compreensão desses casos, cuja importância para entender essa dinâmica do PSAC, sendo que ela está intrinsecamente com as outras dinâmicas supracitadas.

No primeiro caso, a ausência de força e violência demonstrou uma face do comando mais fraco. Essa conclusão é partilhada para aqueles sujeitos que acham que o PCC deve ter uma rigidez para regular a vida social, pois caso contrário, as pessoas vão ultrapassar sua força, perdendo a ordem criminal e atacando a ética imposta pelo grupo. O relato de Biondi é interessante, pois os indivíduos que reclama desse afrouxamento não são integrantes, mas sim primos e aproximados, o que reforça que a ética colocada é seguida e reivindicada pelos demais, não apenas pelos irmãos da irmandade:

Você começou a pesquisar o PCC em 2003. Percebe mudanças da facção nesse período? Biondi - Algo apareceu recentemente, quando voltei a estudar cadeias: os demais presos, não membros do PCC, reclamam que a cadeia está largada, que a quebrada está largada, que o PCC está fraco. A ideia seria de convivência. Vejo que cada vez menos a resolução de conflitos se dá de forma violenta. [...]. A forma de

lidar com isso foi tornar-se mais tolerante e conscientizar essas pessoas em vez de cobrar. Nessa lógica, os usuários ficam dando mancada toda hora e os outros presos ficam nervosos, dizendo que o PCC está frouxo (Biondi, 2017, p. 1).

Assim sendo, os próprios presos, relatados pela autora, reivindicam um papel regulador do PCC, fazendo críticas à sua forma de atuar e não reclamando da presença dele. A crítica é pautada pelas mudanças em prol da consciência, o que pode ser definido que essa normatização e escolha feita pelo grupo não é consenso, mesmo que seja beneficiada por todos os integrantes e as populações, como a prisional.

E como o PCC está relacionada também com uma dimensão política, denominada aqui como uma organização política não convencional, a consciência é trabalhada como uma estratégia do PSAC PCC para atingir os objetivos relacionados com outras dimensões - econômica e social - elevando o patamar e complexificando as atuações do grupo. Na entrevista, a autora explica um pouco como se dá esse processo: “Conscientizar de que forma? Biondi - É conversar, explicar. Dizer: ‘se você fizer isso, está desrespeitando o companheiro’. Aí o cara comete outro erro, e o PCC conversa de novo. Imagino que seja uma decisão política” (Biondi, 2017, p. 1).

O segundo aspecto é a relação da racionalidade, a redução de aspectos de violência física e as normas invisíveis do poder do PCC que produziram práticas e condutas gerais, levando consciência aos indivíduos, mesmo que seja num período de tempo demorado, gerado pelos instrumentos e técnicas de poder pautado no discurso revolucionário e moralizador. O discurso igualitário e revolucionário para unir a facção, tende a esconder a outra face do comando, em que a submissão, dominação pela coerção (mas não mais pela força, e sim pelo consentimento obrigatório das normas pela ética) se tornam uma face da prática do comando em conseguinte na consciência dos indivíduos (Dias, 2008). A racionalidade é este cálculo político e de risco para diminuir as fissuras dentro das atuações e estrutura interna, movimentando o PCC e deixando-o mais coeso, produzindo efeitos variados com os territórios e populações.

Por fim, todo conteúdo exposto e a análise feita a partir da sugestão das dinâmicas do PSAC, é notável na medida da proposta de compreender o PCC como uma complexidade e contradição. As múltiplas formas que o grupo atua em diferentes territórios e com as populações, produziram dimensões nas perspectivas política, econômica, bélica, social e de segurança, o que traz novos contornos, discussões e enfoques sobre a figura do partido, além de se conectar com outros objetos como o Estado, segurança pública, questão urbana, forças policiais, classes populares e os sujeitos marginalizados, alvo do debate durante toda

dissertação. Logo, o PSAC PCC é o instrumento que proporciona a explicação da dimensão de segurança em territórios e suas populações, argumentando que ele produz segurança.

No próximo capítulo, o intuito é analisar algumas situações sobre o dispositivo PSAC PCC e a dimensão de segurança, articulado com a definição conceitual e analítica do comando como complexidade e contradição. Ademais, esses exemplos estão diante do debate sobre a relação do campo da segurança pública e questão urbana, investigando a percepção que está colocada no título desta pesquisa: “O crime produz segurança?”. Assim, a partir de toda produção teórica e conceitual trabalhada nos capítulos anteriores, somado com a descrição e análise da situação em uma pesquisa de campo peculiar, será respondida essa pergunta a partir da dessa junção de discussão teórica e casos empíricos, para um melhor esclarecimento sobre as perguntas norteadoras que regem esta pesquisa.

CAPÍTULO 4

O CRIME PRODUZ SEGURANÇA?

A discussão dos capítulos anteriores foram fundamentais para entender a complexidade e contradição da facção, tendo em vista que os desdobramentos dos 30 anos de existência do grupo, somado aos instrumentos criados por ele, isto é, os salves, debates e ética, foram amparados no conceito de dispositivo PSAC para a singularidade do Primeiro Comando da Capital.

Assim, após toda discussão teórica, histórica, analítica, baseado na interdisciplinaridade das ciências sociais, esse capítulo será destinado a pesquisa de campo, sobre alguns eventos que estão dentro dos campos da questão urbana e segurança pública, envolvendo diretamente a figura do PCC, os territórios das periferias e a população que nela se encontra, além de contradições e disputas entre a ordem criminal e o estabelecimento do ordenamento jurídico-normativo do Estado através de suas forças de segurança e outros elementos estatais.

Como anunciado na introdução, no final de 2021 e durante o ano de 2022, uma série de vídeos e reportagens foi disseminado nas redes sociais, alertando sobre um fenômeno curioso: a proibição de manobras e barulhos de motoqueiros em regiões periféricas de inúmeras cidades paulistas e fora da UF de São Paulo. A autoria dessa proibição foi dada ao PCC, sob diferentes justificativas, dentre elas, a ordem nesses territórios, a preocupação de acidentes contra moradores, crianças e idosos, a manutenção da pacificação pela ética do partido, evitando que os moradores acionam as forças policiais por problemas envolvendo barulhos de motos e/ou acidentes com as manobras arriscadas, que auxilia aos interesses da dimensão econômica do grupo.

Dessa maneira, esse ordenamento da facção produziu um fenômeno de percepção de segurança nessas realidades, ganhando destaque e legitimidade em parcelas da população, reproduzindo seus poderes e demarcando a sua normalização dos indivíduos, reorganizando, mais uma vez, a vida social. Assim, essa ação da irmandade será entendida como uma gestão biopolítica, em que o grupo administra as situações envolvendo os moradores inseridos naqueles locais, intensificando seu poder soberano sobre os demais e punindo aqueles que infringirem o save e a ética do PCC.

É nesse sentido que o dispositivo PSAC PCC se aplica no caso empírico. Os vídeos gravados, reportagens, as faixas colocadas, a música produzida e a pesquisa de campo feito

através da observação, serão trabalhados neste capítulo, como ferramentas que corroboram a visão do campo empírico e auxiliam para materializar as reflexões teóricas e o conceito teórico analítico nos capítulos anteriores. Em outros termos, é essa conexão entre os pressupostos teóricos e o caso empírico que poderá amparar novos paradigmas e discussões sobre os temas envolvendo os campos da segurança pública e questão urbana, periferias e o PCC.

Foi escolhida essa temática para pesquisa devido algumas condições, a saber: A) Uma problemática comum no cotidiano das periferias urbanas paulistas; B) Muito conteúdo online sobre esses episódios, que foi destinado para fazer pesquisa de netnografia; C) A tentativa de normalização através do salve do PCC aos moradores periféricos; D) O uso de debates para julgar e punir os infratores da norma da facção; E) Impactos variados (positivos e negativos) das populações periféricas em razão das faixas e salve do partido; F) Uma resposta das instituições estatais na ação do comando e as contradições, omissões e vácuo do poder de Estado nas periferias;

A estrutura deste capítulo será dividida em quatro partes. A primeira, será a explicação sobre o salve do PCC, sua duração e territorialidades. Na segunda parte, será feita a análise das situações transcritas nos vídeos, dividindo os conteúdos das gravações em três eixos: 1) Vídeos alongados com punições e mais detalhes; 2) Vídeos em sequência, no mesmo local e mesma liturgia; 3) Vídeos gravados fora da UF de São Paulo. Cada discussão retomará o dispositivo PSAC e os instrumentos relevantes dos salves, debates e ética.

Em terceiro, será discutida uma música criada especialmente para os casos das faixas. A canção do gênero *funk* é interessante, em virtude que ela legitima o poder emitido pelo dispositivo PSAC PCC, e gera uma contradição dúbia, entre conscientizar os usuários dessa música, mas, ao mesmo tempo, alertar sobre as punições para quem desobedecer ao poder do PCC. Os comentários nas plataformas de vídeos desta música serão usados para entender o que os usuários discorrem sobre este fato. Assim sendo, a contradição, como essência da complexidade da irmandade, prevalece novamente nesta análise.

Por último, será sintetizado todo procedimento entre o dispositivo PCC e os casos das faixas, através da pesquisa de campo, com fotos das faixas e notícias sobre os impactos do salve do grupo para os moradores, o que trouxe como consequência, uma aceitação e legitimidade de setores da comunidade periférica e a ordem para a retirada das faixas pelas forças policiais. Isso gerou indagações importantes, discutindo se o crime, expressado no Primeiro Comando da Capital, produz o fenômeno de segurança para as periferias paulistas.

4.1 Salve: Proibido tirar de giro e chamar no grau, sujeito a cacete

As primeiras informações divulgadas pela imprensa sobre as faixas proibindo “tirar de giro e chamar no grau”, inseridas em bairros residenciais periféricos, foram anunciadas em novembro de 2021, período que ainda estava vigente a pandemia da Covid-19 e os anseios pela vacinação. Tirar de giro ou bololô é uma nomenclatura nativa das periferias urbanas, em que uma pessoa utiliza da moto para fazer um barulho alto, causado pelo aperto da embreagem. Esses apelidos são de uma dupla origem, em que o tirar de giro ou corte de giro é referente ao giro do motor da moto, algo da natureza mecânica das motos e carros, e o bololô é uma onomatopeia da própria ação de cortar de giro. Chamar no grau ou empinar no grau é outra denominação nativa do contexto urbano, em que um indivíduo empina sua moto, ficando com apenas uma roda no chão e se equilibra com a outra no ar por um curto período.

Em uma pesquisa nos navegadores de busca, a reportagem de R7 (2021) foi a primeira a divulgar essas faixas, em um bairro periférico da cidade litorânea de Peruíbe e em Osasco. No conteúdo da notícia, não se sabe até então se a faixa era de autoria dos próprios moradores, ou de outra força, apontada pela reportagem como autoria de traficantes (R7, 2021). A reportagem cita uma entrevista de um policial militar a um programa policiaisco da mesma empresa do site de notícia, em que o agente fala que: “Segundo o capitão André, da Polícia Militar, ‘há um flagrante claro de que a comunidade se sente incomodada’. ‘Será mais um ponto de policiamento, de atenção, se é que ele já não ocorre nessa área’, disse ele ao Cidade Alerta” (R7, 2021, p. 1).

Após essa publicação, outros sites divulgaram outros casos dessas faixas espalhadas por municípios do litoral e região metropolitana de São Paulo, o que leva em conta que o fenômeno das faixas foi se espalhando ao longo dos dias. A faixa colocada em diferentes pontos era padrão: com as cores em vermelho, amarelo, preto e branco, escrita em caixa alta, anunciava a proibição da ação das motos e suas consequências para quem desobedecesse. Com as novas notícias sobre esses casos, algumas faixas inseriram novas mensagens, como a proibição dos indivíduos de roubar os próprios moradores nos territórios periféricos, caso contrário, providências seriam tomadas, leia-se agressões.

Algumas fotos dessa representação foram vistas nos percursos sobre a pesquisa de campo e/ou enviada para este autor. Os locais onde se encontravam as faixas foram nas periferias da cidade de Osasco (imagem na introdução desta dissertação), e nos bairros periféricos do Sapopemba e Cidade Tiradentes, ambas na zona leste paulistana. Todas essas faixas observadas tinham a mesma natureza espacial, ou seja, localizadas em pontos

específicos das periferias urbanas, locais perto de outras zonas oriundas dos enclaves fortificados, característico da realidade social urbana de São Paulo (Caldeira, 2000).

Nas três imagens, é notável que as faixas foram planejadas e introduzidas em vias com movimentação de pessoas e automóveis, estando ao centro de ruas e avenidas para chamar atenção e divulgar sua mensagem. Desse modo, foi observado através da pesquisa de campo e fotografado às seguintes faixas:

Imagem 3: Proibido cortar de giro e chamar no grau - Sapopemba



Fonte: Elaborado pelo autor.

Imagem 4: Proibido cortar de giro e chamar no grau - Cidade Tiradentes



Fonte: Cedido por Victor Ferreira ao autor.

Mas foi no mês de dezembro, no período de festas no final de ano, que esse evento foi marcado e conhecido pela opinião pública, trazido por diversas reportagens, sobre as faixas inseridas em vias públicas e punições contra quem cometeu a infração de desrespeitar a ordem escrita. A divulgação de um vídeo - que foi transcrito na situação 2 -, revelou que a autoria das faixas foi do PCC, em que a organização tentou manter a ordem criminal nas periferias e causou muitas indagações, ganhando legitimidade de setores que apoiavam o fim das manobras de motos e críticas às pessoas que usufruem do corte de giro e chamar no grau.

No início de 2022, o fenômeno das faixas já tinha se espalhado em várias cidades e dezenas de bairros, surgindo um novo cenário da ordem da irmandade e o convívio com o

salve. Na reportagem de Tomaz (2021) na primeira semana de 2022, 14 cidades já tinham sido registradas com faixas em seus domínios, circulando a mensagem do comando em São Paulo, Osasco, Carapicuíba, Cotia e Santo André, cidades da grande São Paulo. Campinas, São José dos Campos e Piracicaba, no interior. Peruíbe, Itanhaém, Cubatão, São Sebastião, Guarujá e Santos, na costa do litoral.

As ações dos motoqueiros que utilizam desses mecanismos são ilegais, ou seja, as pessoas nas motos infringem no código de trânsito brasileiro (artigos 175 e 244), cabendo ao PCC, um agente criminal, na função de regular para evitar o delito, além de conscientizar e punir os desertores de seu salve (Tomaz, 2021).

4.2 A punição e a ordem criminal: as situações nos vídeos

A reprodução dos vídeos compartilhados nas plataformas de internet, produziram novas questões envolvendo a violência, punição e a mensagem de consciência que o partido trouxe para as comunidades periféricas. Foram analisadas 14 situações diferentes, através de uma etnografia nas redes sociais (Soares, Stengel, 2021), com vídeos que repetem o *modus operandi*, sob um discurso ensaiado ou mandado, gravados com pequenos simbolismos, como a faixa ao fundo e uma mensagem das pessoas agredidas (verbal, simbólico e fisicamente), direcionando seu erro e arrependimento, fortalecendo o poder do PCC e o respeito pelo salve posto pela facção.

A primeira série dos vídeos descritos têm mais detalhes, pois muitos foram noticiados em sites de notícias ou reproduzidos por perfis privados em diferentes redes sociais. O primeiro foi o caso mais famoso, sendo essa situação que evidenciou a relação entre o PCC, faixas e os salves.

Situação 2

O vídeo curto foi gravado na periferia de Osasco e disponibilizado em vários locais, mas encontrado para a análise desta pesquisa na plataforma *Tik Tok* (Emiliato, 2022). Nele aparece apenas um rapaz, homem, alto, branco, vestindo um boné e uma camisa de futebol de várzea, das cores laranja e azul, com o escudo mostrando o nome da cidade de Osasco e outros adereços. Há detalhes em toda camisa com uma estampa de periferia, cujo time é de origem de um bairro na zona norte de Osasco.

O local da gravação aparenta ser de dia, com forte iluminação do sol. O cenário mostra apenas uma parede branca ao fundo, com diversos sons secundários, como pessoas

conversando, crianças brincando e pássaros piando, o que demonstra que o caso ocorreu em um bairro residencial. Há no cenário, duas pessoas, sendo que uma obriga a outra a se pronunciar, transcritas desta forma:

- *Pode ir!*
- *Rapaziada, boa tarde! Eu tô aqui gravando esse vídeo em que eu vou me retratar referente a situação dá... dá... de um vídeo que eu postei no instagram que eu tirando de giro, com a moto perguntando aonde estava as faixas, entendeu? Quero deixar bem claro que essas faixas é para ser sim respeitada, entendeu mano?! Quem tá colocando é a comunidade, é o crime em prol da população procurar melhoria devido a molecada que tá tirando de giro, tirando um barato com o pessoal aí, empinando, trazendo risco aí para as criançada, para os idosos aí, entendeu?*
- *Incomodando o trabalhador...*
- *Incomodando o trabalhador, tirando de giro...*
- *Que não consegue dormir...*
- *Vim aqui me retratar. Não quero que vocês levem esse vídeo meu que eu postei como exemplo aí, isso aí entendeu? É para ser respeitado sim essas faixas ou outra, para essa situação aí certo? Que o crime veio impondo para a melhoria da população e tá aí nois mesmo, entendeu? Ser respeitado do maior ao menor aí.*
- *Porque quem vier fazer diferença...*
- *Quem vier fazer isso aí...*
- *Vai ser pego pa exemplo!*
- *Vai ser pa para exemplo!*
- *Como eu tô sendo.*

- *Como eu tô sendo.*

- *[Inaudível]*

Em outro vídeo publicado na reportagem de um programa de televisão policiaisco¹²⁰, traz o mesmo rapaz que reproduz as falas de maneira coercitiva. Nesta cena, aparentemente está mais escuro, o que leva a entender que as pessoas ficaram com o homem até anoitecer. O cenário também se modifica, a filmagem está mais ao fundo, o que significa que a câmera conseguiu captar uma visão maior, mostrando uma parede cinza de reboco e um chão também acinzentado, o que traz como consequência que o vídeo não foi gravado em um ambiente público, como em uma rua.

No conteúdo do vídeo, aparece um outro homem, camisa branca, bermuda jeans azul, de tênis da mesma cor da bermuda. Este indivíduo despona agredindo o homem com a camisa de futebol de várzea, por menos de 30 segundos, desferindo socos nas regiões do tronco, peitoral e costas, evitando bater nas regiões da face e cabeça, mesmo que apenas uma vez ele lança um soco no rosto no homem.

A pessoa que grava o vídeo fala “isso” e conclui dizendo “tá bom já, beleza”, alertando a pessoa que está batendo no homem a parar com as agressões. Durante a sessão de violência, é possível ouvir repentinamente os gemidos de dor do rapaz que está apanhando, sendo que em nenhum momento ele reage ou evita apanhar, neste caso, ele “aceita” a sua punição calado.

A razão da sentença e punição, seja a partir da retratação de maneira humilhante que o vídeo foi gravado e posteriormente a violência recebida pelo homem, foi um vídeo publicado provavelmente na rede social deste homem, em que ele zomba e provoca o salve dado pelo PCC, além de escrever no vídeo a seguinte mensagem: “Na onde que tá as faixas proibindo embaralhar e tirar de giro ????”. Assim, esse rapaz desrespeitou o salve da facção, e ainda por cima, menosprezou a ética divulgando seu vídeo em rede social, o que foi repassado pelos irmãos e punido pela disciplina local.

Situação 3

¹²⁰ A reportagem pode ser encontrada em: https://youtu.be/1C_RiH7Gzok.

Em um vídeo publicado na rede social *Instagram*, aparece um homem branco, com camiseta branca, barba e tatuagem no braço esquerdo, em cima de sua moto em uma rua cotidiana (Emiliato, 2021a). O cenário aparenta estar de dia, com iluminação clara do sol. Nesse primeiro vídeo, o homem diz:

- *O natal começou, hein?! Hoje tem!!!*

Após proferir essas palavras, ele faz o corte de giro ou bololô, com um barulho alto do escapamento de sua moto. No final, o rapaz mostra o dedo do meio para a câmera e faz uma cara de bravo, demonstrando indignação com algo, que no caso é o salve e faixa proibindo o barulho do escapamento.

Em outro vídeo, em sua própria conta na mesma rede social, este mesmo homem aparece debaixo da faixa que proíbe dar grau e cortar de giro no meio da rua (Emiliato, 2021b). O homem está com uma camisa preta e ele mesmo grava a cena, o que se presume que foi gravado em outro dia após a publicação do outro vídeo no *instagram*. O cenário aparenta ser um dia nublado, a faixa está ao lado de uma árvore que aparece ao fundo, além de pessoas caminhando e sons de conversas e movimentação na rua. O próprio rapaz começa a se desculpar e declara:

- *Ae rapaziada, eu vim através desse vídeo aí comunicar vocês aí: vamos respeitar essa faixa aí, que não é brincadeira, certo? Tirar bololô, dar grau, é isso aí ó o que acontece... Entendeu? Vamos respeitar que o salve tá dado aí e não é brincadeira viu mano.*

O rapaz ameaçado faz uma pequena pausa, olha para a frente e retoma seu discurso.

- *Quem desobedecer aí já tá ligado o que acontece, entendeu? Eu fui comédia, posteí aí o vídeo anterior e vamos ter consciência e não vamos fazer isso aí, passar por cima do salve porque se não o couro come. É nós.*

A maior mudança que foi percebida foi a forma da fala. No primeiro vídeo, o rapaz estava falando alto, indignado pelo salve e levando a ação do bololô como deboche. No segundo vídeo, o rapaz fala com tom baixo, envergonhado e com medo, olhando

constantemente para frente, aparentando que está seguindo um roteiro ordenado por um terceiro. O semblante facial é a principal mudança nos dois vídeos.

Situação 4

Nessa situação, aparece dois vídeos com a legenda inserida no corpo dos vídeos como “antes” e “depois”, logo, foi feito um corte temporal para explicar o conteúdo dessas gravações. No primeiro vídeo, aparece um homem, jovem, negro, de boné branco, camisa preta, pilotando uma moto e fazendo corte de giro, enquanto passa por uma multidão, que possivelmente era um baile *funk* de rua, em plena luz do dia (Emiliato, 2021c). O homem está acompanhado de uma mulher em sua moto, jovem, negra da pele clara, cabelo preto liso, com uma regata preta e calça jeans azul, é a mulher que grava esse primeiro vídeo.

No segundo vídeo o homem está em uma residência, aparece a faixa ao fundo, uma parede branca em reformas, um chão com pisos brancos e uma escada (Emiliato, 2021d). Possivelmente o rapaz estava dentro de alguma casa no momento da gravação. Ele vestia um boné vermelho, blusa de capuz vermelho e uma bermuda preta. Sua fala contém gírias e apontava sempre para a faixa quando falava sobre ela.

- *Boa boa rapaziada, sou [nome da pessoa], vim através desse vídeo me redimir para os amigades ae, porque eu passei por cima do salve ai, desrespeitei a placa ai, desrespeitei os morador, um salve para os morador. E fui cobrado em cima dessa infração aí. Passar para os moleques que gostam de moto, que gostam de andar de moto, dar grau, passar para os moleques respeitar a placa, não é só... [inaudível] têm placa em todas as quebradas, um salve para todas quebradas, respeitar tudo, vamos dar atenção nas placas e pá. Os caras tá levando o que é e... têm cara pegando as infração, desrespeitando as placas, os cara tá cobrando também mano, o bagulho tá geral pa todo mundo.*

Nesses primeiros vídeos, incluindo aquele na introdução, as características são várias, devido a natureza de vídeos antes e depois da punição, como inserido no próprio corpo de edição dos vídeos divulgado nas redes sociais. A postura de virilidade e sem medo na primeira parte, demonstrado no sujeito homem e bandido considerado (Zaluar, 1985), confrontando, zombando e quebrando a ordem criminal, se perde posteriormente no segundo vídeo de cada situação. Os rapazes são coercitivamente obrigados a repetir um discurso de conscientização sobre suas próprias condutas, além de se retratar em seus perfis nas redes

sociais, levando uma punição de violência simbólica, a partir da humilhação, e violência física, como na reportagem da situação 1.

Os homens estão presentes diante da sociabilidade das periferias urbanas, conhecendo as dinâmicas do mundo do crime e aprendendo na prática, as dimensões do dispositivo PSAC PCC em suas punições. Isso leva a crer que, esses primeiros casos, não foram estranhos às pessoas ameaçadas, isto é, os rapazes sabiam dos riscos ao provocarem o poder do comando, contudo, é possível supor que eles “pagaram para ver” a partir de suas provocações e compartilhamento em redes sociais, levando aos próprios infratores a gravarem sua própria infração.

No próximo eixo de situações, aparecem oito rapazes com as mesmas características. Jovens, periféricos, com semblante envergonhado e obrigados a recitar um pedido de arrependimento para a gravação. O cenário, que foi o ponto de destaque, é o mesmo. Uma parede ao fundo, com a faixa do “sujeito a cacete” estendida, pensada para mostrar um simbolismo na cena de punição. Os rapazes falam muitas gírias e admitem que não respeitaram o salve e foram contra a ética do partido.

Situação 5

Um homem jovem, negro de pele clara, cabelo cortado com luzes, com a camisa cinza listrada e uma bermuda jeans azul clara aparece em outro vídeo sobre as retratações (Emiliato, 2021e). O cenário é de dia, com a gravação do homem atrás de um muro de tijolos, sem reboco e com a faixa proibindo sobre o salve atrás do rapaz. O jovem repete as falas do homem que grava o vídeo, com uma fala devagar, mas com medo, sem olhar fixamente para a gravação do vídeo.

- *Vim me tratar aqui do salve da placa ae, que não tá podendo dar bololô mais*
- *Mulecadinha ta desacreditando*
- *Mulecadinha que ta desacreditando ae ó, ano novo..., bagulho ta louco, vamos aprender ae*
- *Fui pego como exemplo, tá ligado*
- *Fui pego pego como exemplo, o bagulho... tá ligado*

Situação 6

Um homem, jovem, negro da pele clara, com cabelo com luzes desbotada, uma camisa polo do time de futebol Fluminense Football Club, uma bermuda jeans azul clara (Emiliato, 2021f). A cena foi gravada de dia, pois é possível identificar a claridade. O cenário é semelhante às situações do mesmo bloco, uma parede de tijolos não rebocados e a faixa estendida atrás do jovem, além de alguns fios entre o rapaz e a pessoa que grava o vídeo.

Nessa situação, é possível ouvir duas pessoas presentes, sendo uma que grava e outra que acompanha e dita o que o jovem deve falar. O rapaz, como os outros exemplos, está cabisbaixo, fala baixo, com muitas gírias e reproduz aquilo que foi ordenado. Na descrição:

- *Ae rapaziada, em cima do salve ae ó, fui pego de exemplo ae, entendeu? Pa acatar o salve do bololo ae e do grau ae*
- *Pra se retratar*
- *Pra se retratar ae, entendeu? Pa não tá acontecendo mais ae*
- *Fui pego na infração*
- *Fui pego na infração, entendeu? E não vai se acontecer mais ae rapaziada*

Situação 7

Homem, negro da pele escura, não aparenta ser jovem como outros vídeos analisados (Emiliato, 2021g). Ele está com um boné de aba para frente da cor grená, uma camisa cinza de marca esportiva, uma bermuda jeans clara. A mesma cena dos outros vídeos, a parede de tijolos não rebocada, os fios entre o homem ameaçado e os que gravam, além da faixa ao fundo como simbolismo da cena. O vídeo foi gravado de dia, pois está claro na imagem e é possível ouvir sons de conversa e outras pessoas durante o vídeo.

- *Vim me retratar ae em cima do salve, certo rapaziada? fui pego na infração aí certo? cobrado em cima do salve ae rapaziada. Peço para todas as molecadinhas não se emocionar não, entendeu rapaziada, tamo junto.*

Situação 8

Homem, jovem, cabelo preto, branco, com uma camisa preta e uma bermuda tática de cor de vinho com traços laranja e chinelo (Emiliato, 2021h). A gravação ocorreu de dia, é possível ver a claridade da luz do sol, a mesma parede de tijolos não rebocada de outros vídeos, a faixa ao fundo e o chão cimentado com pequenos pedaços de grama que nasceram no local.

- *Tá em cima do salve que eu fui pego no bololô ae, tá dando atenção ae em cima da placa aí, que o negócio não é brincadeira não, o salve tá para todo mundo ae geral, para a melhoria da quebrada inteira, entendeu?*

Situação 9

Homem, jovem, branco, com tatuagem no braço e antebraço direito, cabelo liso preto (Emiliato, 2021i). Ele vestia uma camisa polo preta e com traços brancos, segurava na cintura uma blusa preta, provavelmente relacionada a proteção de motoqueiros e vestia uma calça jeans preta. O cenário era de dia, com a parede de tijolos rebocada e a faixa ao fundo.

- *Ae, eu vim me retratar em cima do bololô, aí, em cima dos grau que nós tava fazendo aí, peço a todos que respeitem a placa, para nossa melhoria aí memo, em prol a todos aí, e vamos embora.*

Situação 10

Homem, jovem, branco, de bigode, boné branco, blusa preta de couro e uma camisa azul escura, com calça jeans escuro (Emiliato, 2021j). O cenário era de dia, ao fundo, a parede de tijolos sem reboco e a faixa.

- *Ae, referente os bololo na quebrada, eu fui pego na infração ae. O bagulho é melhoria para nós mesmo, não acatei o salve. O bagulho tava cortando de giro, empinando a moto, o bagulho ae, tá ligado. Fui cobrado em cima do certo, na caminhada, acho que eu vim, o bagulho de errar...*
- *Vim me retratar*

- *Já era, o bagulho... vim me retratar em cima dessas ideias aí, o bagulho é para nossa melhoria mesmo, é para os morador, tá ligado aí, é para as crianças, que o bagulho é pá nois mesmo.*

Situação 11

Homem, jovem, negro da pele clara, com cabelo pintado de azul, tatuagens no braço direito e peito, uma camisa do ano de 1990 do time de futebol do Sport Club Corinthians Paulista, uma bermuda vermelha e branca tactel (Emiliato, 2021k). O cenário ao fundo, é a mesma parede de tijolos não rebocado, mas agora é possível identificar uma janela da casa vizinha, além da faixa esticada na parede.

- *[...] Tratar o certo, sobre os salves dos cara aí, entendeu?! Passar por cima das palavras dos cara não. Têm placa, não tira de giro, não dá grau e o salve é para a quebrada toda!*

Situação 12

Homem, não aparenta ser tão jovem, branco, cabelos pretos, bigode fininho, camisa azul do time de futebol inglês *Liverpool Football Club*, bermuda tactel com as cores preto, branco e cinza (Emiliato, 2021l). A cena é semelhante aos outros vídeos, uma parede cinzenta de tijolos não rebocados, faixa atrás do homem e o vídeo gravado de dia com muitos ventos, pois a faixa se movimenta durante toda exibição de diagramação. É possível ouvir sons de latido de cachorro. O homem fala muito baixo, ao ponto de ter dificuldade para sair o som no vídeo, sendo a exibição mais curta de todos.

- *Ae rapaziada, quando fizerem aí o bololo, quero que vocês respeitem a placa ae , que não está de brincadeira não*

Assim sendo, esse eixo foi realizado provavelmente no mesmo lugar, nos fundos de uma casa periférica de uma cidade urbana. Não se sabe se os vídeos foram gravados no mesmo dia, mas é possível afirmar que nesse local foi que ocorreu o debate, mais precisamente, a “prestação de contas” da disciplina local do PCC com os motoqueiros que desrespeitam a ética e o salve da facção. Muitas frases de arrependimento, foram seguidas com a “correção” feita através do grupo, sob justificativa de serem em prol dos moradores,

das periferias ou quebradas¹²¹, e até para os próprios motoqueiros, levando um discurso moralizante e uma “segunda chance” aos rapazes que aparecem nos vídeos (Feltran, 2010).

No próximo bloco, aparecem três situações que diferem de outros vídeos. Todos os vídeos anteriores, aparentemente, ocorreram na UF de São Paulo, território sob forte influência da ética da facção. Entretanto, as situações a seguir não ocorreram em São Paulo, mas sim, na cidade de Uberaba, no triângulo mineiro. Um logo inserido no corpo de edição do vídeo, acrescentado com as próprias falas dos rapazes, sobre o “bloco do bambu”, chamam atenção nos vídeos, pois é algo específico daquela realidade, como nessas situações a seguir:

Situação 13

Homem, branco, cabelo curto e com barba, suas vestimentas são uma calça preta e uma camisa de manga comprida vermelha de uma empresa que gerencia entregas de comida via aplicativo (Emiliato, 2021m). O cenário é uma sala fechada, e o rapaz está sentado em uma cadeira, pois a filmagem está escura e aparece uma sombra do homem e de quem está gravando, além de ouvir outras conversas durante o vídeo. O indivíduo que grava e ameaça, aparece com um pedaço de bambu, apontando para o rapaz ameaçado, e novamente foi inserido o emblema do “bloco do bambu”.

- *Aqui é o [nome da pessoa] adm do rolê, aqui em Uberaba MG, o crime tá brecando mesmo, não têm bololô, corte de giro e nem empinar na comunidade aí, e quem vacilar vai cair no bloco do bambu*

Situação 14

Homem jovem, branco, com cabelo loiro, camisa de marca cinza e uma bermuda branca (Emiliato, 2021n). O homem está sentado em uma cadeira de madeira, em uma sala fechada. É possível identificar uma parede branca ao fundo e uma estante de ferro enferrujada à direita do vídeo. O homem que grava o vídeo aparece com um pedaço de bambu apontado constantemente para esse rapaz, além que incorporaram no corpo do vídeo um logo escrito “bloco do bambu” em amarelo, um personagem que é o próprio bambu segurando uma cerveja.

¹²¹ A expressão quebrada é utilizada frequentemente dentre os moradores periféricos urbanos de São Paulo, e de outras UF. Ela significa local da moradia daquele sujeito periférico, podendo ser também, uma palavra polissêmica, usada em diferentes contextos. Durante a dissertação, optou-se por utilizar apenas a denominação periferia, por ser um mínimo denominador comum, mais concreto para a análise sociológica.

- *Família, passando aqui para fala que Uberaba, cortar de giro nas quebradas, o bololo e dar grau tá brecado, o crime brecou, não têm dessas. Se passar, desrespeitar, vai entrar no bloco do bambu..*

Situação 15

No vídeo aparece o homem, branco, cabelo descolorido de cor branca e uma camisa azul, pois ele grava a si mesmo focando apenas em seu rosto (Emiliato, 2021o). A cena deste vídeo é de dia, em um local que há uma parede de tijolos sem reboco desgastado pelo tempo e erosão da chuva, aparecendo um portão cinza e uma caixa de correios, o que se supõe que a gravação ocorreu na frente ou dentro de alguma residência. É possível ouvir outros sons de conversas, buzinas e movimentação de carro.

No corpo do vídeo aparece a legenda “E o depois”, isto recai que existe outro vídeo do rapaz fazendo algo proibido pelo salve das faixas, mas que não foi encontrado. O vídeo se encerra antes do rapaz concluir sua fala.

- *Ae família, primeiramente um bom dia ae. Vim me retratar aqui da postagem que eu fiz lá. Que o salve do comando tá valendo mesmo, entendeu? Os irmãos [inaudível] postagem lá, chamou eu para trocar uns papos com ele, tá ligado? E o bagulho... o bloco do bambu tá comendo, então vamos respeitar os salve dos irmãos ae, que o comando [...]*

A primeira situação desse eixo é interessante, pois o rapaz estava com roupa da empresa que gerencia entregas de comida via aplicativo, o que se pode supor, que este homem estava (ou iria) em seu trabalho [informal e precário] de motoboy. Assim, o cenário nas situações 13 e 14 são semelhantes, pois os homens estavam sendo julgados e obrigados a se confessarem, sentados em uma cadeira em uma sala escura, o que intimida mais o telespectador que vê os vídeos, além de perceber o pavor dos homens.

O pedaço de bambu apontado diretamente para os homens, é outro componente que mostra o medo como instrumento de passividade das pessoas naquela condição, em relação à dominação dos membros do grupo criminal (Zaluar, 2019). O bloco do bambu, é outra denominação nativa daquela realidade. Bambu é gíria ou apelido que significa algo próximo de “levar uma surra”, então, o bloco do bambu é um grupo de pessoas que irão punir, através

de agressão, aqueles indivíduos que cometeram alguma infração, que no caso seria às manobras de motos nos territórios sob ética da organização.

Em todos esses casos, as situações estão envolvidas anteriormente por debates, pois nos vídeos, principalmente na situação 2, é possível afirmar que houve uma discussão sobre o episódio, seguido de agressão e o vídeo de desculpas, marcando todo processo de julgamento e punição. Dessa maneira, o trâmite do rito dos debates está relacionado com as pesquisas e exemplos descritos pela literatura, nestes casos com Biondi (2014, 2018a), Dias e Gomes (2021) e Feltran (2010).

Por meio dessas discussões, o *salve* e as cobranças descrita nas gravações, estão incluídas o que Dias e Gomes (2021) classificou como “debates de pequenas causas”, devido as situações não terem uma natureza grave, e “poderiam” ser resolvidos por uma conversa coercitiva, usando a violência como meio para alcançar a consciência, princípio do PSAC PCC. Isto também faz parte do que Feltran (2010) descreveu como “primeira falta”, havendo essa conversa coercitiva, com teor de ameaça aos motoqueiros, para passar a visão e mensagem que o agrupamento produziu em sua ética-normativa, desse jeito, as gravações, pedidos de arrependimento e uma mensagem para os demais motoqueiros, são utilizadas para evitar novas faltas e manter a ordem criminal, dado como um acontecimento empírico materializado nas dinâmicas do PSAC PCC.

4.3 O poder produz saber: o *salve*, a ética e o *funk*

Toda ação de poder operacionada pelos integrantes a respeito sobre o *salve* e as faixas, foi acompanhada de discussões, ou melhor, de um tipo de saber que foram repassadas as pessoas dos territórios, o que pode ser compreendido pela lógica foucaultiana que todo poder produz um saber e vice-versa, reflexão que ele tece em “o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2009, p. 30).

Diante dessa premissa, no dia 29 de dezembro de 2021, saiu um clipe de uma música no estilo *funk*, do Mestre de Cerimônias (MC) Dinho da VP, percorrendo especificamente sobre os casos das faixas e o *salve* do PCC. A data de publicação da música, vai de encontro com o momento de expansão das faixas e as notícias em sites diversos, o que corrobora com a ideia que o poder, produzido pelo PCC, fez também, um saber, para legitimar e gerar uma

forma de consciência, através de um saber peculiar do *funk* de estilo voltado ao mundo do crime e realidade periférica.

A música intitulada como “Sujeito a cacete/ Respeita a faixa”, será analisada a partir de seus trechos, em razão que a música está relacionada com a essência da contradição rizomática do comando, pois ao mesmo tempo que é uma música que gera consciência e explica determinadas condutas, ela pune e gera violência para quem desacatar o salve. Assim, a análise será dividida em três partes da música.

No início da música, há um relato de um áudio que aparenta ser de algum programa de jornalismo, alertando sobre o salve do comando, que foi incorporado pela edição na canção: “Essas cenas de motociclistas é, que ficam empinando a moto... ficam disparando o motor, enfim. E aí quem flagrou essa... essa faixa colocada em várias ruas, a faixa para quem não tá acompanhando, diz o seguinte: É proibido tirar de giro e chamar no grau. Sujeito a cacete” (Backdi, 2021).

Após essa mensagem, começa uma batida de *funk*, até as primeiras falas do cantor: “Ae ae/ Devido a vários problemas com essa situação/ A comunidade pediu/ É melhor tu ler a faixa que o bagulho é doido/ Já pensou tu atropela uma criança ou idoso/ É mó falta de respeito com a paz do trabalhador/ Vocês tirando de giro no ouvido do morador” (Backdi, 2021).

Neste trecho, o MC começa dizendo os problemas sobre os perigos do corte de giro e chamar no grau, argumentando que a própria comunidade, isto é, os moradores dos territórios que ocorrem essas práticas arriscadas com motos, solicitaram mudanças para um sujeito oculto [PCC]. A música tem um teor moralista, no sentido de quebrar a manutenção pacífica do território, faltando respeito com o trabalhador, tirando de giro no ouvido do morador, e no risco de atropelar uma criança ou idoso, dois sujeitos que devem atenção, cuidado e respeito diante da ética da música. A frase “É melhor tu ler a faixa que o bagulho é doido”, é um sintoma para cautela dos motoqueiros, já colocada que a faixa é uma mensagem de advertência, e que o “bagulho é doido” são as punições como observada nas situações.

Na segunda parte da música, há uma ideia diante do dispositivo PSAC PCC, em que o grupo não produz uma dimensão de gestão de segurança universal, em outras palavras, o agrupamento efetiva seu poder para determinadas populações, territórios e sujeitos, o que fica claro na oposição a seguir: “Que dar grau vai para evento/Se não os manos te mói/Bololô é só na porta de baile ou bairro de boy/Reduza a velocidade quando chega na favela/Redobra o seu cuidado tem criança na viela” (Backdi, 2021).

Assim, há uma oposição entre territórios permitidos, nobres e pobres, em que o trecho: “Bololô é só na porta de baile ou bairro de boy” e “reduza a velocidade quando chega na favela”, assim, o comando não se atenta se há corte de giros em outros espaços como os bairros de classe média e alta, apelidado como “bairros de boy”, o que enfatiza o dispositivo PSAC PCC no rumo de administrar a população de sua base, as periferias.

A ameaça contra quem desrespeita a ordem criminal aparece novamente neste trecho, em que “Que dar grau vai para evento/ Se não os manos te mói”, o que implica que não está proibindo de fazer essas ações em “eventos”, isto é, em lugares específicos aonde não estejam dentro da ética nos territórios do comando, pois caso contrário, a agressão será utilizada, expressada em “os manos te mói”, que significa que a disciplina local vão agredir os motoqueiros.

Por fim, no refrão, o cantor ressalta em mensagens claras o sentido político e punitivo da música: “Não pode tirar de giro/Não pode chamar no grau/Se não acatar o Salve/Vai tomar um pau/Se não acatar o Salve/Vai tomar um pau” (Backdi, 2021). As frases “Se não acatar o Salve/ Vai tomar um pau” é a maneira nítida do conteúdo da música, misturado com os *beats* de *funk*, constata que a música é também um instrumento que têm como finalidade, a conscientização e aviso aos usuários da música, para evitar a desordem e reforçar o poder do comando.

4.4 Consequências sobre o salve e as faixas

Com a inserção das faixas colocadas em diferentes pontos das cidades de São Paulo, houve algumas repercussões em relação a diversos setores que estavam diante o caso do salve do PCC, o que traz algumas indagações interessantes sobre este caso, pois não houve consenso de todas as parcelas dos envolvidos, o que não torna algo totalmente aprovado e reprovado pela sociedade. Dentre esses resultados, o salve do comando impactaram as forças policiais e o poder público (aqui se entende toda cúpula da pasta de segurança pública e os governos municipal e estadual), os motoqueiros que gostavam de fazer essas manobras, as pessoas que foram agredidas e ameaçadas através das situações percorridas e os próprios moradores das periferias urbanas.

Baseando-se na perspectiva de uma metodologia utilizada através do campo da internet, com as plataformas e sites de notícias, foram elencadas algumas reportagens, vídeos e comentários da música discutida no outro subcapítulo. Será discutido, primeiramente, os efeitos positivos da norma do comando, através das reportagens e alguns comentários,

envolvendo, principalmente, os moradores das periferias urbanas. Posteriormente, será explanado o conteúdo negativo ao *salve*, relacionando as forças policiais, poder público, os motoqueiros e os homens ameaçados que fizeram as manobras.

Houve um levantamento nos sites de notícias e reportagens para investigar as decorrências e percepção de outros sujeitos, que estão dentro desse aspecto da ética do grupo. Todavia, houve apenas duas matérias que discorria sobre essa a visão dos moradores, o que leva a constatação que, os setores da imprensa que cobriram esses casos, envolveram-se apenas no caso da colocação das faixas e as repercussões das cobranças e correções dos indivíduos que desrespeitaram o *salve* da irmandade.

Essas notícias mostraram que setores dos moradores e trabalhadores das periferias, apoiavam a ordem criminal do PCC em relação a proibição das manobras dos motoqueiros, na medida que o *salve*, as faixas e a vigília pelo partido, ajudou na diminuição do corte de giro e chamar no grau, evitando o perigo das manobras e o barulho que incomodava essas parcelas da sociedade. Mas esse apoio - que foi feito de maneira velada e não explícita - poderia acarretar perseguição e/ou violência contra essas pessoas, por parte de outros poderes contrários ao *salve* da organização.

Em Osasco, os profissionais de imprensa que fizeram a cobertura naquela cidade, rondaram os bairros que haviam as faixas em dezembro de 2021, observando o local e entrevistando alguns moradores. Na citação, verifica-se que: “No Jardim Marieta, moradores que não se identificaram por medo de represálias lamentavam a retirada de duas faixas no dia anterior por policiais civis em frente a um campo de futebol. Eles temem que os motociclistas voltem a agir com imprudência na região” (Filho, 2021, p. 1). Dessa maneira, a entrevista relatou que os moradores lamentaram a retirada das faixas, pois o perigo e como poderiam retornar e prejudicar a vida das pessoas daquele bairro periférico. Além do mais, os interlocutores não quiseram se identificar, o que leva à tona o medo e insegurança, criando um mistério sobre a percepção de quem traz segurança e quem leva o medo para aquele território e sua população.

Em outra reportagem feita por Dalapola (2022), há alguns relatos de moradores sobre a problemática dos motoqueiros, a ação do PCC e suas visões sobre este episódio. Apenas com os próprios moradores, não havia soluções para resolver essas dificuldades, sem respaldo efetivo do poder público ou de outra força. Assim, com o *salve* e normatização feita através da organização, os anseios dessas pessoas foram atendidos, na medida que houve uma divergência de interesses dos moradores e trabalhadores das periferias e a ética do grupo. Entrevistando um interlocutor, a matéria demonstra:

Embora as faixas tenham sido colocadas clandestinamente, moradores de bairros que receberam a suposta ordem do PCC consideraram o resultado do comunicado positivo: A gente sempre tinha esse problema com os motoqueiros bagunceiros, e nunca adiantava morador falar, porque eles continuavam botando a vida das pessoas em risco com essas bagunças. Mas esse ano quase não vimos nada disso, quem fazia era um ou outro, e rapidinho parava (Dalapola, 2022, p. 1).

Essa fala é importante, cuja situação das manobras e barulhos só foi cessada com a ação coercitiva e de consciência através dos mecanismos do PCC.

Alguns motoqueiros que faziam esse tipo de manobras, conseguiram captar a mensagem por trás da direção dos salves e compreendiam as situações e consequências, que: “Mesmo curtindo fazer isso, a gente entendeu que é preciso respeitar os moradores mais velhos que só querem ficar tranquilos, então não podemos atropelar a ordem que foi passada” (Dalapola, 2022, p. 1). A última frase que “não podemos atropelar a ordem que foi passada”, reflete que devem obedecer à ordem criminal, além de um convívio pacífico com as pessoas daquele lugar, mantendo a paz e o respeito entre os indivíduos, fruto da dinâmica do PSAC PCC.

Outro caso relevante, e que fortalece a premissa da ética estar presente em lugares que não há membros, é discutido a seguir: “Não tinha escrito em lugar nenhum, mas aqui não teve ninguém fazendo barulho com moto, e o único que presenciei tirando de giro foi rapidamente interrompido por um rapaz que mora aqui, ouviu um monte, e saiu tremendo” (Dalapola, 2022, p. 1). Neste exemplo, o relato foi feito em uma periferia na zona leste paulistana, não tendo nenhuma faixa sinalizando a proibição do corte de giro e chamar no grau, porém, foi incorporado a regulação das condutas através da obediência dos motoqueiros naquele território, acatando o salve nessa região, mas que foi posto em outros lugares. Portanto, o salve foi obedecido mediado pela ética que é seguido pelas pessoas, mesmo não tendo uma materialidade, ou seja, uma faixa ou mensagem explícita comunicando a ordem do PCC.

A norma imposta pela facção produziu, como visto, efeitos que foram positivos nas falas dos interlocutores das reportagens. Porém, houve também resultados negativos sobre essa ação e trouxeram novas questões. Em uma percepção contrária ao salve, um vídeo compartilhado em uma plataforma de vídeos, demonstra uma rejeição ao poder do agrupamento em relação à proibição de chamar no grau e corte de giro, e regulação dos indivíduos.

No vídeo¹²² publicado em fevereiro de 2022, que dura menos de 20 segundos, mostra um cruzamento de avenidas movimentadas de um bairro periférico, que não foi possível identificar a cidade. Há uma multidão de motoqueiros, com dezenas de motos e vários

¹²² O vídeo pode ser encontrado em: <https://youtube.com/shorts/eaWxR4XizOo?feature=share>.

indivíduos, homens e mulheres, fazendo a onomatopeia do corte de giro, com barulho alto que atrapalha em assistir o conteúdo do vídeo. No centro da gravação, aparece a recorrente faixa sobre “proibido chamar no grau e corte de giro, sujeito a cacete”, a mesma forma das faixas fotografadas nesta pesquisa. A legenda do vídeo é descrita como: “SUJEITO A CACETE: Motoqueiros fazem protesto barulhento contra as faixas colocadas nas comunidades”.

Assim, houve um protesto, segundo o vídeo, de inúmeros motoqueiros atacando o poder das faixas e desobedecendo à ética e ordem criminal. Aparentemente, as pessoas que fazem o bololô são motoqueiros que apreciavam fazer as manobras e barulhos, e se indignaram com a norma do PCC, fazendo uma espécie de “protesto” contra o poder do partido. Mesmo que esses indivíduos conheçam a ética e os mecanismos da irmandade, eles fizeram de maneira coletiva, uma manifestação contrária ao *salve*, algo que só poderiam ser feitas dessa maneira, pois qualquer objeção individual poderia sofrer represálias, como ocorreu nas situações e suas violências na primeira parte deste capítulo.

O poder público, conjuntamente às forças policiais, mostrou discursos contrários a esta prática da facção, por diversas razões. A primeira, é vista pela objeção de outro poder - ilegal - em regular, administrar e punir os moradores periféricos, pois em tese, essa função caberia a tutela do Estado. A segunda seria o empoderamento e legitimidade do PCC, como observado nas falas dos interlocutores das reportagens, o que traz mais respaldo pela organização e revezes em relação ao poder do Estado e suas instituições. A terceira é a quebra de condutas das regras jurídicas do Estado por parte da punição do PCC, o que fez dos homens agredidos (simbolicamente e fisicamente) vítimas em relação aos irmãos.

A mudança de postura do Estado em relação às faixas é notável, na medida que o poder governamental se atentou que as faixas eram de autoria da irmandade e não dos próprios moradores. O discurso dos agentes estatais se modifica, inicialmente na reportagem de R7 (2021), a primeira a ser publicada, e quando o caso fica mais conhecido, como às matérias de Dalapola (2022), Filho (2021) e Tomaz (2021). Desse jeito, a primeira relativiza o caso e elogia a postura das faixas, pois há uma falsa impressão de serem obras da organização dos moradores e o restante, é a oposição do *salve*, regulação e faixas, sob responsabilidade do PCC.

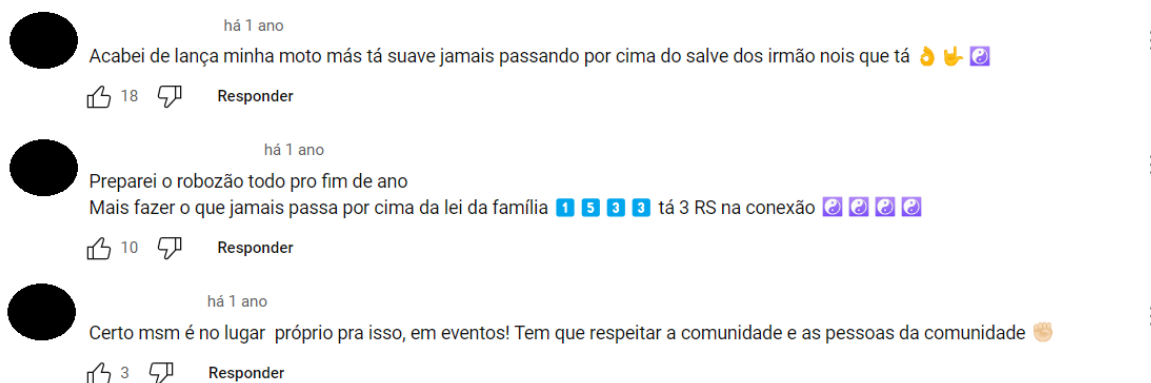
Outro destaque são os comentários, com aspectos positivos e negativos ao *salve*, nos comentários da música do MC Dinho da VP. Os conteúdos são relevantes por causa do nicho específico do público-alvo, em outros termos, são aqueles indivíduos que conhecem o universo simbólico cultural do mundo do crime e do *funk*. Desse modo, foram inseridos esses

comentários, que estão a nível público, para uma análise e discussão sobre as consequências dos salves.

Diante dessa pesquisa nessas plataformas, foram observados três tipos de discursos sobre o conteúdo da música e o fenômeno que ocorria nos territórios das periferias. O primeiro foi marcado por alguns indivíduos que concordaram e aceitaram a norma do agrupamento, defendendo e justificando o ato imposto. O segundo era aquele que são contrários à norma, criticando outras dimensões do PCC e de suas atuações. O terceiro foi outras pessoas que compreendiam a situação, mas faziam dois tipos de críticas em relação ao comando: a) Afirmando que há outras problemáticas para que ele pudesse cuidar, se preocupando com questões mais importantes e objetivas, como a segurança e proteção dos moradores periféricos. b) Uma postura mais rígida para disciplinar e trazer consequências mais incisivas, por meio da violência, como era a cobrança de anos anteriores, em vez da alternativa da consciência.

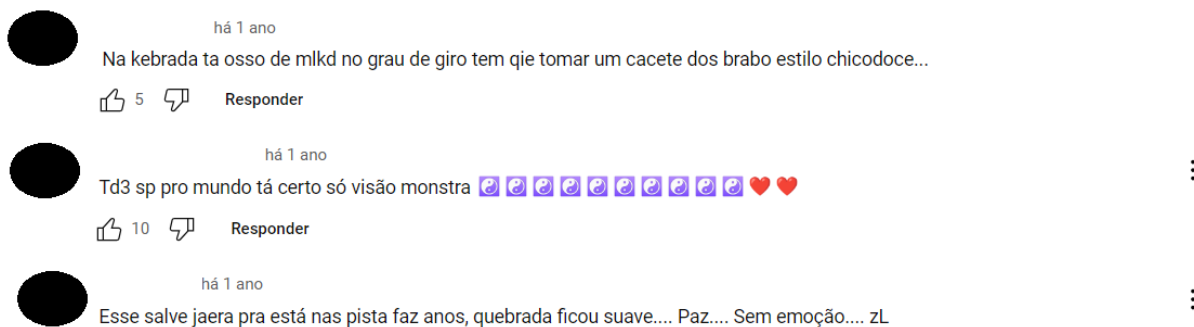
O primeiro bloco de comentários se encontra defendendo a pauta do partido. Utilizando muitas gírias, *emogis* e um discurso específico do mundo do crime, os usuários negam desobedecerem ao save e reforça a letra da música:

Imagem 5: Primeiro bloco. Comentários positivos



Fonte: Comentários da música “Sujeito a Cacete” (Respeita a Faixa), 2021.

Imagem 6: Segundo bloco. Comentários positivos

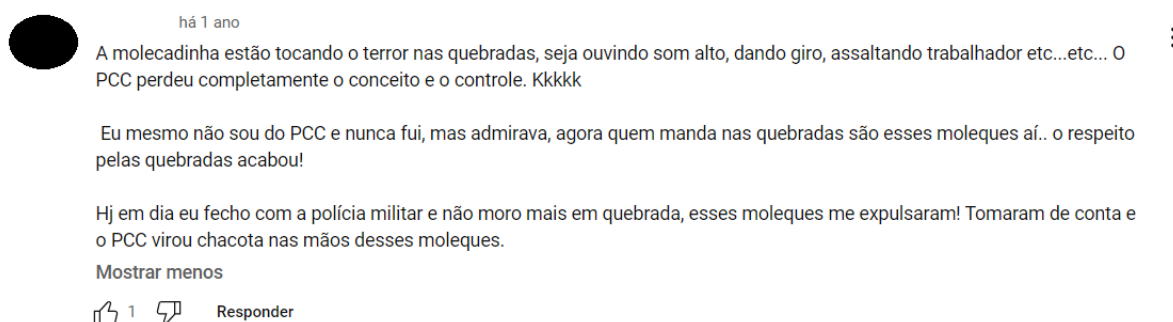


Fonte: Comentários da música: Mc Dinho da VP - Sujeito a Cacete (Respeita a Faixa), 2021.

Nos primeiros comentários, é possível compreender que eles praticam o corte de giro e chamar no grau, mas eles optaram, a partir do salve e respeito da ética, a não fazerem mais essas ações nesses territórios. Esses comentários, de diferentes visões sobre a prática da organização, demonstram a legitimidade em relação ao PCC, mas com concepções e justificativas a partir de cada realidade, o que gera um movimento constante de ideais e discussões através do poder (Biondi, 2018a).

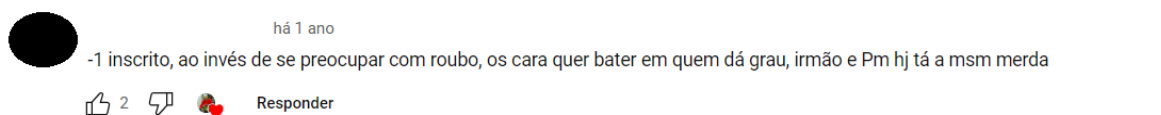
No segundo bloco, os comentários rejeitavam as faixas e a violência empregada para punir aqueles que desobedecessem, além de falar que a ordem criminal deveria ser utilizada em outras medidas, como evitar roubos nas “quebradas” e manter a harmonia nesses espaços.

Imagem 7: Primeiro comentário negativo



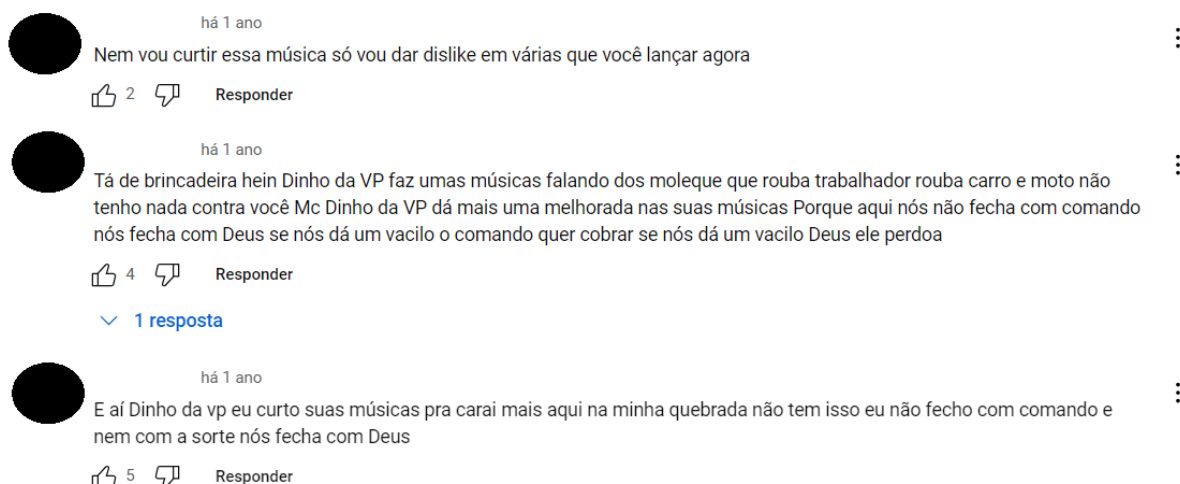
Fonte: Comentários da música: Sujeito a Cacete - Mc Dinho Da Vp, 2021.

Imagem 8: Segundo comentário negativo



Fonte: Comentários da música “Sujeito a Cacete” (Respeita a Faixa), 2021

Imagem 9: Primeiro bloco e comentários negativos

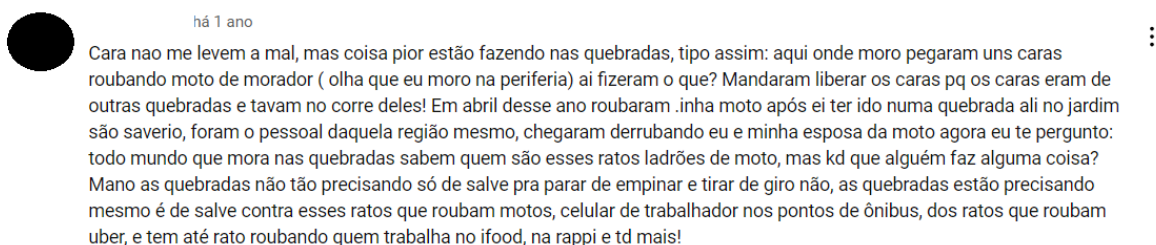


Fonte: Comentários da música: “MC Dinho Da VP / Sujeito a Cacete / Respeita a Faixa / Lançamento 2022, 2021.

Os usuários dessa plataforma comentaram diversas situações sobre segurança, controle social e ordem que não são da regulação do PCC, mas que são operados pelo grupo, o que traz uma inversão da prática da gestão da sociedade feita pelo Estado e o crime. Assim, essas pessoas criticaram a norma e força sobre a questão da proibição, alegando sua insatisfação, relacionado com discursos morais cristãos.

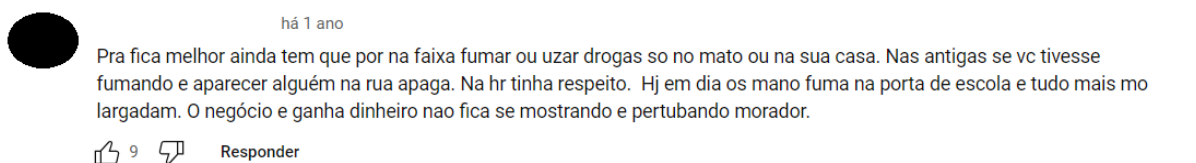
No terceiro bloco, e o mais interessante, há críticas sobre a forma que está sendo conduzida as situações, não sendo necessariamente uma crítica ao PCC, mas alegando que eles deveriam agir em outros locais ou tipos de problemas. Isso significa que, esses comentários, reivindicam que o PCC deve evitar outros tipos de ilegalidades para produzir mais segurança para as periferias e seguir com a disciplina autoritária para punir os desobedientes e manter a ética, além de ter punições mais rígidas, corroborando com a ética e reivindicando mais violência contra os infratores.

Imagem 10: Primeiro comentário crítico



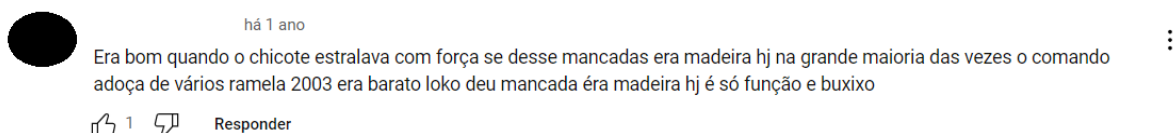
Fonte: Comentários da música: Mc Dinho da VP - Sujeito a Cacete (Respeita a Faixa), 2021.

Imagem 11: Segundo comentário crítico



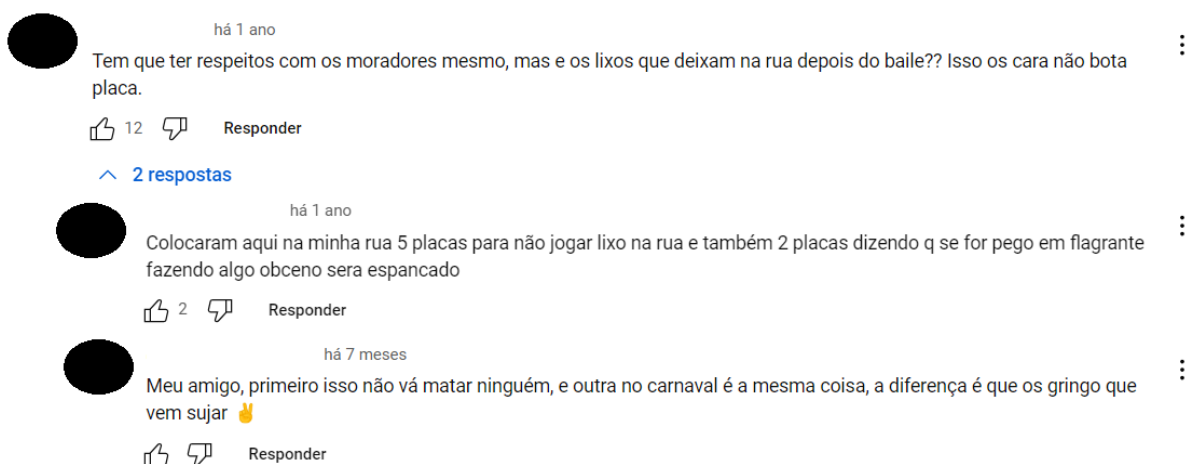
Fonte: Comentários da música: Comentários da música: Sujeito a Cacete - Mc Dinho Da Vp, 2021.

Imagem 12: Terceiro comentário crítico



Fonte: Comentários da música: Sujeito a Cacete - Mc Dinho Da Vp, 2021.

Imagem 13: Primeiro bloco e comentários críticos



Fonte: Comentários da música: Sujeito a Cacete - Mc Dinho Da Vp, 2021.

Os comentários dos *links* da música demonstram que, aquele nicho específico, conhece as dinâmicas do mundo do funk e mundo do crime, já se familiarizado com os salves e código de conduta da facção. Ao todo, a grande maioria dos comentários eram de elogios a música e ao salve. Muitas pessoas comentaram que praticam o corte de giro e dar grau, mas poucos criticaram essa medida, argumentando que o PCC deveria fazer a “segurança” e “proteção” contra outros ilegalismos, principalmente contra o roubo de motos (que muitos utilizam como instrumento de trabalho e lazer) e roubar trabalhador nas favelas e periferias, em vez de proibir o bololô e grau.

Outros falaram que faz essa prática, mas como o “salve foi dado”, eles vão cumprir e não se comportar de maneira inadequada nos bairros. Dessa forma, há setores de aprovação na mensagem da música pelo dispositivo PSAC PCC fez, e críticos, pois queriam uma maior

cobertura de proteção, impedindo e cobrando ilegalismos nas periferias e favelas, colocando na figura do PCC um agente responsável pela “segurança pública” nesses territórios.

Os comentários se adequam à última dinâmica do PSAC PCC descrita no capítulo 3, sobre a conscientização do dispositivo. Isso significa que muitas falas, mesmo contrárias ou aprovadas, direcionam uma consciência da ação de normalização do comando nas periferias paulistas, conduzindo o debate sobre uma função (quase exclusiva) da dimensão de segurança através da irmandade.

Essa consciência dos usuários da plataforma, reivindicam novas soluções para esse instrumento, como forma de resolver outros ilegalismos ou irregularidades de sociabilidade que aparecem nos comentários (roubos de moto, furtos de moradores, consumação de drogas em vias públicas, não jogar lixo nas vias públicas), diferenciando condutas positivas e negativas da ordem criminal, o que reflete no *ethos* dos indivíduos ligados nessa relação do mundo do crime com as periferias (Feltran, 2007; Nesimi, Botelho, 2020; Zaluar, 1985).

4.5 O crime produz proteção? Produz segurança? Administra conflitos?

A segurança é um fenômeno importante para a humanidade, principalmente no contexto em que vivemos. A extrema desigualdade social, de renda e terra, somado as contradições do capitalismo periférico brasileiro, as posições repressivas e seletivas da atuação do Estado, a manutenção de benefícios para classes sociais mais abastadas e a precarização, sofrimento e violência contra as classes populares e seus territórios estabelecidos, são pertinentes para as decorrências que a segurança produz em nossa sociedade, e estão intrinsecamente relacionadas com os problemas discutidos nesta pesquisa.

Nessas condições, é dever do Estado, criar mecanismos e políticas que visam a proteção, segurança e administrar os conflitos de seus cidadãos, o que foi designado a partir das atribuições das forças policiais e jurídicas, baseando-se em um saber específico que regula o controle social, denominado como lei. Entretanto, essa premissa está inserida apenas de maneira ideal e debatida de forma que não se entenda algumas contradições que produzem mais indagações, isto é, com os desdobramentos da realidade, outros enfoques foram surgidos, o que traz a singularidade desta investigação: um grupo criminal realizar tarefas que são função do poder estatal-legal.

O PCC surgiu como uma resistência, violenta e cruel, as contradições da sociedade brasileira. Sua composição foi formada por sujeitos, oriundos do mundo do crime e de uma vida paupérrima, que ganhavam a vida através dos ilegalismos e dos mercados ilegais e

ilícitos, conseguindo trazer uma nova dimensão para si e impactando diretamente e indiretamente, as populações em sua volta. Dessa maneira, as dimensões política, econômica, bélica, social e de segurança, propostas nos conceitos de complexidade e contradição, são importantes para entender essa relação dessa oposição entre o poder ilegal agindo na realidade.

O conceito de dispositivo PSAC foi o instrumento utilizado para tentar explicar essa controvérsia, pois quando um grupo, seja ela independente de sua natureza, atuação e composição, intervém na realidade e produz algum fenômeno relacionado à percepção de segurança, se abre um novo universo de perguntas e reflexões sobre as funções de cada objeto e sua materialidade. Desse jeito, o PSAC PCC foi elaborado para desconstruir a percepção - quase absoluta e dogmática - que apenas o Estado é quem fornece segurança para a população, um fator que não é correto, pois há muitas questões envolvidas e interesses dúbios entre indivíduos que utilizam da estrutura dessas instituições para benefício de seus interesses de classe, pessoal, político e econômico. Destarte, o dispositivo PSAC fornece uma perspectiva de análise para que outros grupos (legais e ilegais), produzam uma percepção de segurança nos territórios e que atinjam as populações.

As lacunas deixadas pelo poder de Estado, por parte de sua atuação parcial e repressiva, sendo diferente em determinadas classes sociais, sujeitos e territórios, foi utilizada como instrumento para a emersão de um poder singular representado no PCC, neste caso. O comando foi desenvolvendo suas ações e complexificando seu empenho em relação aos seus objetivos, o que produziu novas relações com parcelas da sociedade e dimensões no sentido político, social e de segurança. Esse vácuo ocupado pela organização, foi de suma importância para manter uma ordem criminal nos territórios que ele obtinha sua ética, deixando algumas periferias e prisões do grupo, como representações de suas bases de influência.

Essa ordem criminal trabalhada pelo dispositivo PSAC PCC, por suas dinâmicas e seus instrumentos, como discutido no capítulo 3, são o desempenho que assimila uma percepção de segurança de moradores, trabalhadores ou visitantes de um território, ao partido. Nesse sentido, é possível refletir que o PCC produz segurança, baseando-se que ele insere nas contradições que o Estado gerou para setores específicos da população, diminuindo a força da ordem estatal nesses territórios, e sendo substituído, mas não completamente, pelo dispositivo PSAC PCC e sua natureza ético-normativo.

O episódio das faixas e o salve sobre a proibição das manobras de motos é um ótimo exemplo para discutir sobre isso. Há uma problemática do corte de giro e chamar no grau nas

periferias paulistas, em que muitos interesses são contrários à existência dessas ações nesses territórios, como setores da grande mídia, forças policiais, moradores, trabalhadores e até irmãos da facção. Há normalização e punição para cessar esse tipo de conduta, com uma jurisdição de trânsito para esses casos específicos, e a prática policial para cumprir as leis de trânsito.

Mesmo com esses instrumentos jurídico-normativo legal (que podem ser criticados se são suficientes para o cumprimento de um controle social), foi um salve de uma organização criminal que produziu mais efeitos para diminuir a desordem e reforçar uma regulação dos indivíduos, com consequências punitivas para quem desobedecer, além de campanhas particular de consciência e debate, como as faixas, a reprodução cotidiana do salve e a letra de música *funk*.

Em outros termos, todos esses elementos que são expressos no dispositivo PSAC PCC, foram os responsáveis para diminuir essa problemática e ganhar adesão de parcelas da sociedade, principalmente aquelas mais afetadas por essa adversidade, criando uma relação de legitimidade desses públicos-alvo, e levando a questionamentos sobre as funções e competências dos poderes estatais.

O dispositivo PSAC PCC se revela nesse caso específico a partir de suas dinâmicas. Uma das principais características do dispositivo PSAC é estabelecer a ordem criminal, fundamentada por sua ética e características. A disseminação do salve, a inserção das faixas em diversos pontos de bairros periféricos e cidades espalhadas pelo Brasil, além da punição para aqueles que zombaram e não acataram o salve, foram os sintomas que demonstra essa primeira dinâmica do PCC, pois a irmandade necessita impor sua ordem para conseguir regular os indivíduos em seu território, o que está diretamente relacionado com a biopolítica (Foucault, 1991, 1999, 2008, 2009, 2014). Assim, como falado, o poder biopolítico do PCC se mantém repentinamente.

A operação deste dispositivo é feita de maneira para racionalizar as condutas dos indivíduos, que muitas vezes são invisíveis a “olho nu”. Isso significa que, sua prática, foi reproduzida em locais que muitas vezes não tinham algo relacionado ao partido, ou que o salve não tinha chegado em um território, mas seu poder foi acatado pelos demais, como observado na entrevista de Dalapola (2021).

A segunda dinâmica do PSAC-PCC também está relacionada com a terceira, em virtude que a ordem criminal e seu poder racionalizador, constrói novas dinâmicas com as mercadorias políticas e seus impactos, evitando a utilização desta ferramenta e os riscos causados pelo envolvimento desses setores do Estado.

Com os problemas relacionados a essas manobras, os discursos de setores da população, observada nas reportagens, demonstrou que ela ficou um pouco mais “segura”, devido a pacificação e a diminuição do corte de giro e chamar no grau, o que evita o recurso das instituições estatais, como serviços a saúde (em casos de acidente) e o chamado a polícia (em casos de desentendimentos e proteção).

Esses pontos estão relacionados ao quarto e quinta dinâmica do PSAC PCC, associada às outras citadas, pois com a ordem criminal e a diminuição do envolvimento das forças policiais, os territórios periféricos sob ética do comando e que têm negócios ilícitos, podem atuar com mais estabilidade e atingir seus interesses, haja vista que poderá diminuir a circulação dos profissionais de segurança pública sob chamadas de perigos das manobras de motos. Além disso, o discurso oficial do salve, das faixas e da música, ratificam uma preocupação para salvaguardar a população das ameaças das ações imprudentes dos motoqueiros.

A sexta dinâmica do dispositivo PSAC-PCC, está relacionado com o tipo de conduta dos indivíduos que praticam o bololô e chamam no grau, e pode ser interpretado como um desvio (não comparado aos outros desvios extremos discutidos no capítulo anterior). Esse tipo de desvio prejudica a organização social e a gestão do partido nesses territórios, precisando ser corrigido e, em alguns casos, punido pela disciplina do comando.

Essa punição, representada nas situações de violência física e simbólica contra aqueles indivíduos, traz uma indagação importante que é o destaque da sétima dinâmica do PSAC. O castigo dos rapazes tem algumas particularidades interessantes, pois eles foram punidos com alguns intuitos. Primeiro, desobedecer e afrontar a ética do partido, precisando ser corrigido com violência (sendo que alguns comentários da música na plataforma, pediam punições mais rígidas contra esses sujeitos infratores da ordem criminal). Em segundo, essa forma de “suplício” foi para demonstrar para os demais motoqueiros e outras pessoas, para não repetirem esse tipo de comportamento, pois como eles mesmo falaram nos vídeos, eles foram “pegos para exemplo”, e que suas atitudes não devem ser seguidas por ninguém.

Em terceiro, a música e a faixa, são representações de ação e reação, isto é, formas de gerar consciência, mas com consequências punitivas, algo contraditório em si, mas parte dessa essência rizomática do PCC, que neste singular objeto não é estranhado, mas reforçado e reproduzido em outras dimensões do agrupamento. Dessa maneira, a música é uma linha tênue de um *funk* consciente com práticas punitivas de uma ordem criminal. Uma representação em formato de canção do dispositivo PSAC, se encontrando na premissa foucaultiana que todo poder produz um saber e isso forma um sujeito (Foucault, 2008). A

faixa segue no mesmo formato, com objetivo claro para regular e criar uma consciência na população, que, caso ao contrário, elas estarão “sujeitas a cacete”.

Essa gestão biopolítica de regulamentar a vida social das periferias paulistas é tido por um projeto normativo do PCC, pautado na busca pelo certo, em sua ética multifatorial, buscando proteger seus associados e próximos, regular a violência, pessoas e condutas, visando alcançar seus objetivos e negócios dos mercados legais e ilegais. O controle de micropoder das realidades que presencia sua ética, constrói novas ordens e coexistência de poderes (Feltran, 2012), levando a gestão biopolítica do PCC em uma escala diferente de outros objetos e seus biopoderes. Além disso, há em determinados momentos que o PCC gera uma necropolítica, em momentos de extrema tensão e violência, o que pode ser citado nas disputas entre facções e sua violência excessiva, criando um cenário próprio nas instituições penitenciárias e confrontos que são diretamente ligados ao mundo do crime.

O comando buscou a consolidação de seu poder nas prisões e periferias que incorporaram normas e condutas de ética, honra e “justiça” nessas bases que ele consolidou. Alguns instrumentos do dispositivo PSAC fazem parte de aparelhos de justiça tradicionais, algo que é remetido na visão realista, conservadora¹²³ e hobbesiana¹²⁴, buscando o “certo” na visão realista das periferias, mundo do crime e da vida dura das classes populares, e não incorporando direitos [humanos] abstratos, progressistas e intelectualizados. Isso significa que a percepção sobre justiça e direitos, não é pautado por discussões de cunho filosófico e do direito. Mas são questões particulares daquela realidade, que podem ser contrárias aos saberes institucionalizados do direito, filosofia e direitos humanos (Feltran, 2021).

Por isso que houve adesão da população aos debates, normas e punição do PCC, haja vista que a sua biopolítica é oriunda de pautas, costumes e sociabilidade conservadora e realista, atacadas de maneira mais rápida e direta, diferente das instâncias estatais, o que pode ser exemplificado na reivindicação de posturas mais rígidas do partido em relação a transgressão da conduta nas manobras de motos nas páginas anteriores. Essa particularidade da biopolítica com traços de práticas de uma cosmovisão cristã conservadora e realista, foi discutido pelo autor, em que ele aprofunda essas prerrogativas:

¹²³ A visão realista e conservadora é percebida no sentido da prática do velho testamento bíblico, como uma relação de saber-poder oriundo da sobrevivência de sujeitos pautados pela cosmovisão cristã, como discutido por Feltran (2021) em sua obra sobre o conservadorismo das classes populares.

¹²⁴ A percepção hobbesiana é discutida na premissa de guerra de todos contra todos, antes do pacto social e consolidação do Leviatã. Assim sendo, nesses territórios que não há uma coordenação do Leviatã, isto é, de uma organização dos indivíduos por parte do Estado (isso não significa que é ausência completa do Estado), a carência de um poder gestor legítimo, traz o preenchimento de novas dinâmicas de poder entre os indivíduos ou a formação de grupos/forças para regular esses espaços.

As facções se fortaleceram pelas margens urbanas a partir de um duplo movimento: de um lado, buscaram o monopólio da violência nas prisões e nos territórios periféricos e, em seguida, incorporaram como suas normas próprias os códigos de honra e sentidos de justiça há muito hegemônicos nas chamadas “comunidades”. [...] Aquilo que se chama na imprensa de “tribunais do crime” é, na verdade, a elaboração prática de sentidos de justiça tradicionais, de extração velho-testamentista. Não se deve caguetar, dar falso testemunho. Não se deve talaricar, cobiçar a mulher do irmão. Não matará, sem o aval da facção. Não se deve roubar na “quebrada”, é o Crime que oferece a segurança e, portanto, regula a ordem social. Não se deve chamar a polícia, caso seu estabelecimento ou seu carro tenha sido roubado. Não se trata de expansão de direitos nem de um universo público sendo gestado, mas de regulação comunitária da ordem e dos sentidos da justiça. As facções se fortaleceram ao reforçar esses princípios de vida comum, mas não seriam tão fortes se não tivessem conquistado bases materiais sólidas para seu regime de poder. (Feltran, 2021, p. 248-249).

Esse dispositivo engloba de maneira dissimilar, as narrativas, práticas, saberes, armamentos, poderes, sujeitos, interesses, relações em que o mundo do crime se expressa na vida cotidiana, fruto de um processo histórico, construindo uma nova ordem em detrimento dos problemas estruturais causados pela existência das violências, exploração do povo e desigualdades no Brasil, baseado no processo capitalista dependente. As estratégias que o dispositivo PSAC-PCC atua na realidade, configuram em uma relação cinzenta, dificultando o olhar preciso entre os dilemas legais e ilegais e as funções de proteger, gerar segurança e coordenar uma administração de conflitos precisa para os cidadãos.

Destarte, o PCC não busca almejar uma posição total do Estado, ou seja, ele não quer ser um representante estatal ou se inserir como um poder governamental perante toda sociedade. Ele carece das contradições estatais para inserir seu poder e fortalecer sua organização, utilizando-o como um meio para atingir fins. A facção tem seus interesses e seus envolvimento com parcelas da população, o que gera em ser um objeto não universal, não defendendo, pautando ou trabalhando para todas as classes, territórios e sujeitos. Desse modo, ele não quer eliminar o Estado, mesmo que seu discurso aponte para isso, pois é o poder estatal que mais fortaleceu a resistência do PCC e criou as dimensões e suas atuações.

Portanto, é complexo afirmar simplesmente que o crime produz segurança universalmente, pois nem o Estado consegue alcançar esse tipo de percepção para todos seus cidadãos. A gestão biopolítica do PCC, através do dispositivo PSAC, foi um instrumento que impactou diretamente uma nova administração dos indivíduos e seus territórios, e foi interpretado como produção de segurança para a comunidade, atendendo os interesses de parcelas da população e da facção.

Desse jeito, há uma proteção, segurança ou administração de conflitos em si, praticado de maneira específica por alguém, em outras palavras, esse fenômeno não é algo dado, natural e ideal na percepção de segurança. O que existe são um conjunto de

ordenamentos de grupos específicos que produzem novas dinâmicas sociais através de seu poder e estratégias para criar um ambiente mais pacificado, controlado e negociado com outras forças, através de seus objetivos, logo, uma intervenção na realidade e sua percepção de segurança. O PCC conseguiu fazer isso nas periferias paulistas.

Essa condição não se encontra de maneira abstrata e universal, sendo singular ao próprio processo sócio-histórico do desenvolvimento da facção, havendo diferenças com outros tipos de análises de objetos legais e criminais. É este pressuposto que as relações entre PCC - Estado - População estão inseridas e que trazem novas ocorrências na questão urbana e segurança pública, tratado em todos os temas discutidos até então.

CONCLUSÃO

O Primeiro Comando da Capital é um objeto complexo, inserido na sociedade brasileira e que impacta a realidade, seja por suas ações, intenções ou as medidas para combater a existência desse grupo. A organização não pode ser compreendida no sentido simples e mistificado, reduzindo a uma percepção de atuação no comércio de drogas ou construída como algo heroico, combatendo a opressão policial.

O comando é um fenômeno que está adentrado nos problemas da particularidade do Brasil, sob sua construção do sistema capitalista, a relação do desenvolvimento econômico e composição das classes sociais, a organização da vida social e os dilemas cotidianos, aqui pautados na questão urbana e segurança pública. Não é possível entender o grupo sem estar relacionado com a sociedade, o PCC faz parte dela e se incorporou na realidade e nas atividades dos indivíduos, uma reação e resistência, criando condições e prerrogativas das áreas e setores do país, fomentando os recursos e valorizando as mercadorias criminais (Ostronoff; Salla, 2020), inclusive, sobre os efeitos nas múltiplas práticas do crime.

Por isso que no primeiro capítulo, se dedicou a discutir toda problemática em relação ao fenômeno do crime, mais precisamente, naquilo dito recorrentemente pela opinião pública de “crime organizado”. Isto gera uma interpretação enraizada e acrítica sobre as consequências e dilemas sobre o crime no país, assim, uma visão crítica sobre o crime e aquilo que se chama por “crime organizado”, é relevante para uma maior compreensão e busca de soluções para eliminar essas contradições, afetando diretamente políticas públicas e na consciência e educação social da sociedade (Adorno, 2019; Cepik, Borba, 2011; Lopes Júnior, 2009; Mello Neto, 2021; Mingardi, 2007; Silva, 2010).

Ainda sobre o primeiro capítulo, a visão do crime territorializado nas periferias, em outros termos, a associação dogmática dos espaços periféricos como ente natural de criminosos, são reproduzidos constantemente no senso comum, reforçados por discursos diversos, construindo um imaginário na figura dos moradores periféricos como criminosos (Nesimi; Botelho, 2020). Essa percepção falaciosa, gera efeitos negativos da generalização do sujeito bandido (Misse, 2010b) aos moradores e trabalhadores nesses locais, uniformizando a diversidade nesses territórios e corroborando a segregação desses territórios, suas classes e sujeitos (Caldeira, 2000).

Assim sendo, não existe uma relação de causa e efeito entre um atuante na ilegalidade e a periferia, ou seja, o sujeito periférico não faz parte no mundo do crime de forma de maneira generalizada e causal, mas há, conexões cinzentas entre essas duas esferas, fruto da

construção socio-histórica desses sujeitos e espaços renegados durante a história brasileira. Fortalecer essa premissa é relevante para diminuir as fissuras, preconceitos e contradições sobre essa complexidade sociocultural das periferias. As situações nos vídeos, localizados nas periferias, são sintomas de todo esse assunto.

É a partir das lacunas produzidas pelo Estado, instrumentalizado pela ação do governo, baseado nos interesses deste influenciado por suas classes sociais, criou as condições precárias e adversas que foram utilizadas pela facção e criou paradoxos interessantes sobre as oposições das dinâmicas sociais, algo aprofundado na genealogia do PCC no segundo capítulo. Isto significa que a intervenção da organização nos territórios periféricos de São Paulo, produziu um fenômeno importante, devido a sua própria formulação e objetivos, criando uma percepção de segurança nesses espaços, algo que é impensável em primeira mão, pois um grupo ilegal e que pratica ilegalismos, fornece mecanismos para reorganizar e disciplinar determinadas condutas que visam um maior controle social e uma ordem através de sua ética.

Essas ações do dispositivo PSAC PCC, apresenta um novo leque de possibilidades para discutir novos enfoques sobre as temáticas da segurança pública, questão urbana e dos grupos criminais. Assim, o conceito de dispositivo PSAC poderá ser pensado em outros objetos, como o próprio Estado, concentrado nas forças policiais típicos de cada UF, ou outras facções em suas particularidades, como o CV no Rio de Janeiro e as dinâmicas sociais, criminais e geográficas que destinam desdobramentos sobre segurança, sociabilidade e controle social no caso fluminense.

O dispositivo PSAC é uma alternativa para aprimorar a discussão no campo das ciências sociais e para auxiliar na desnaturalização sobre como é feita a segurança para a sociedade, argumentando que não há um monopólio de segurança na realidade, mas disputas e coexistência de dispositivos PSAC entre poderes, observado no terceiro capítulo. O PCC e as forças policiais são apenas um exemplo, diante de inúmeros outros, dentro dessa magnitude complexa. As situações discutidas no quarto capítulo, sobre as manobras de motos e o *salve* ordenado pelo partido, foi somente¹²⁵, um exemplo para ser aprofundado e discutido a fundo, dado que foi escolhido por ser encontrar no cotidiano da vida dos moradores e trabalhadores, estando relacionado com os campos da segurança pública e questão urbana.

¹²⁵ É possível pesquisar outros casos em que há uma intervenção da dimensão de segurança e do dispositivo PSAC-PCC. O *salve* dado na proibição de confrontos entre as torcidas organizadas de futebol de São Paulo, as medidas e mecanismos para impedir a aglomeração no contexto da pandemia de covid-19 e a ordem criminal dentro das instituições penitenciárias, são alguns acontecimentos que podem ser possível a relação do dispositivo PSAC como ferramenta de análise.

A complexidade e contradição do PCC foi outro conceito inédito que buscou outras discussões sobre este objeto. Entender o grupo enquanto esses conceitos, semelhante ao rizoma, é positivo para entender sua essência de contradição, e analisar que a organização pode praticar questões opostas, atendendo as dimensões de suas particularidades. As atuações nas *quebradas* da cidade de Osasco foram diferentes da dinâmica inserida na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Os irmãos e primos do comando nas penitenciárias no interior paulista, seja nas cidades de Marília, Catanduva e Araçatuba, são diferentes dos integrantes e próximos nas unidades carcerárias no Pará, Sergipe e Paraná.

O partido enquanto uma organização política não convencional, pressionando as autoridades a cumprirem direitos para os presos, ou sendo contrário a medidas arbitrárias de punições extraoficial, como o RDD, fazem parte de sua dimensão política. As dimensões econômicas e bélicas por parte do comércio ilícito de substâncias psicoativas no Paraguai e Bolívia, são diferentes na exploração do “narco-garimpo” nas terras indígenas na floresta amazônica. A produção cultural da dimensão social foi evoluindo e modificada ao longo do tempo, sendo diferente na década de 1990 e atualmente, no início da década de 2020. O PCC é isto, um fenômeno e materialidade complexa, múltipla e em constante movimento - espacial e temporal - que trouxe novos paradigmas para a atualidade e reflexões em outros objetos, sendo importante seu estudo e investigação devido a seus impactos em todas as camadas do país.

As próprias dimensões estão internalizadas na estrutura política do agrupamento, ou seja, nas sintonias como discutido no capítulo 3. A sintonia que cuida das mensalidades e da exportação de drogas para outros países e continentes são oriundos da dimensão econômica. As sintonias do livro e dos gravatas estão dentro da dimensão política. O cuidado com os familiares dos membros, de pessoas das periferias e dos presos sob ética do grupo está atrelada a dimensão social na sintonia de assistência. A dimensão bélica da facção é dada nas consequências das sintonias que organizam o tráfico de drogas. E a dimensão de segurança, principal alvo desta pesquisa, são condicionadas as funções de disciplina nas sintonias gerais da rua (periferias) e nas sintonias gerais do sistema (prisões) (Dias, 2011; Manso; Dias, 2018). Portanto, é possível conceber a análise feita em Dyna (2021) e durante essa dissertação, dentro do próprio PCC, evidenciando a complexidade deste objeto.

A discussão construída sobre a complexidade e contradição do PCC e o instrumento PSAC, enquanto conceito analítico que proporciona refletir a produção de segurança entre diferentes grupos lícito e ilícito, poderá ser utilizado em estudos futuros, pensando o PSAC PCC nas prisões, ou em outros contextos e exemplos nas periferias urbanas, além de outros

objetos, portanto, não será um fim em si mesmo. Ademais, é importante o aprofundamento dessa dissertação, visto que a relação do Estado com o comando é constante e cria novos dilemas que intervêm na sociedade, investigando mais a fundo os instrumentos ético-normativos do PCC.

Antes de encerrar, é significativo comentar alguns pontos sobre alguns aspectos de metodologia de pesquisa, filosofia e antropologia em relação à vida deste autor, enquanto sujeito pesquisador e sujeito morador periférico. Durante boa parte da vida residindo em Osasco e acompanhando questões inerentes à realidade periférica, como a ausência de serviços públicos de qualidade (saúde, educação, segurança pública), problemas estruturais e de condições sociais e naturais da geografia desse território (enchentes e deslizamentos de terras nos bairros), dificuldades de locomoção dos serviços de transporte (centros culturais e de trabalho são distante das residências, o que suscita mais gastos e tempo para a circulação nas cidades) e por fim, as enormes complicações diante a segurança pública.

Este último ponto vale a pena se debruçar. O convívio com setores da criminalidade e disputas e conexões com as forças policiais são comuns nas periferias, tornando uma naturalização da forma de viver nessas realidades, como discutido no capítulo 1. O PCC, como outras práticas de ilegalismos, foram presentes na memória e convivência indireta deste autor. Baseando-se em uma autoetnografia e na memória como instrumento de saber empírico, houve lances “positivos”, com festividades em dias comemorativos, como dia das mães, crianças e natal, sempre foi acompanhado com brincadeiras e comidas para as crianças, promovidos pelo grupo. Mas também, acontecimentos negativos, com medo e pânico social generalizado, como a chacina de 2015 nos bairros periféricos de Osasco, envolvendo as disputas entre o partido e agentes das forças policiais. Essa mistura de efeitos variados, cria lemas morais, baseado em uma prática ambígua, na captação de novos sujeitos e *ethos* dessa relação positiva e negativa da intervenção da irmandade nesses espaços (Nesimi; Botelho, 2020; Zaluar, 1985).

Nesse sentido, pesquisar essas temáticas de âmbito teórico, no decurso da leitura das produções de pesquisa e etnografias das referências sobre esses temas, além das pesquisas empíricas, com observação no campo periférico e nas plataformas das redes de internet, favoreceu a novas visões que estão inseridas durante todo conteúdo da discussão. Assim, algumas escolhas e estratégias de pesquisa, como a utilização de saberes oriundos da universalidade periférica, como as músicas de *funk*, netnografia nos vídeos encontrados em domínio público, mas destinado a nichos específicos pelo algoritmo dos aplicativos e a estrutura argumentativa de todos os capítulos, só foram possíveis em virtude dessa junção de

conhecimento empírico e teórico, de um sujeito que esteve diante das contradições dos problemas políticos, econômicos, de segurança e social, seja eles macros e micros, da questão urbana, segurança pública e na existência e resistência no Brasil.

Isto posto, houve fenômenos particulares a este modo de pesquisa e a vida do pesquisador, com estranhamentos entre o objeto estudado e a realidade empírica de suas lembranças, com conexões, semelhanças, identidades e diferenças por crescer em um universo com vínculos do mundo do crime e periferia. Assim sendo, essa dialética entre nascer nas periferias e conviver com práticas criminais e dificultosas, foi somado em pesquisar os territórios e sociabilidades periféricas e ilegalismos, trazendo uma supressão nesta pesquisa desses conhecimentos empírico, teórico e analítico produzido nesta obra.

Em resumo, instigar que mais sujeitos fornecem pesquisas diante de suas realidades, é fundamental para investigar dinâmicas sociais complexas e trazer novos resultados, já que poderá agregar e incentivar outros tipos de discussões que sanem os problemas ou que produzem uma consciência e educação sobre a vida para esses territórios, classes sociais e sujeitos. Isso não significa, em hipótese nenhuma, uma defesa dogmática das coisas ocorridas nesses locais, ou melhor, uma corroboração da existência do PCC. As dinâmicas são mais cinzentas.

Como foi observado, e identificado durante toda exposição, o propósito não foi defender ou atacar o grupo, tornando-o mistificado. Mas apontar as contradições, problemáticas e as dinâmicas dessa relação do partido com os territórios, população e instituições estatais, deixando o debate mais crítico. Por isso o título provocativo, visto que a suposição do crime de produzir segurança nas periferias, significa que, a prática de todo aparelho do Estado e dos sujeitos e classes que o compõem, estão precarizando e não cumprindo com suas funções constitucionais e tornando a vida das classes populares mais dificultosas. Essa relação de biopolítica e necropolítica, que os governos operam, é a veracidade que proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, soluções para eliminar essas objeções são muitas e serão elencadas. Baseada em diferentes discursos (muitas vezes que não vão na raiz do problema e que criam condições que reforçam as estruturas de dominação e de empoderamento dos atores envolvidos), em políticas públicas (em que algumas servem apenas para reformar e administrar os contratempos, para não sair do controle do poder soberano) e nas práticas e posições políticas (pressão por melhorias sociais, críticas a instituições, governos e atores, propostas políticas).

Além disso, mobilizações com o foco político e pensando nas pessoas afetadas (através de movimentos sociais, organizações políticas e uma propensão maior nos sujeitos

da periferia) e também, nas discussões e produção de conhecimento (pesquisas, investigações e propostas articuladas com setores da sociedade para formulação de políticas) são algumas alternativas.

Essas soluções, que já são colocadas em prática, são alguns exemplos de medidas para alcançar os objetivos para dispor o fim das causas que prejudicam as populações. Esta pesquisa é apenas um instrumento para alcançar este objetivo de resolução das contradições, constituindo-se no melhor desenvolvimento para toda a sociedade, em especial, na perspectiva de melhoria da vida nas periferias e para as classes populares, em prol do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Abreu. Revista Piauí. **A GUERRA DO PCC: facção se internacionaliza com tráfico de cocaína, e pela primeira vez marcola vê seu poder ameaçado.** Facção se internacionaliza com tráfico de cocaína, e pela primeira vez Marcola vê seu poder ameaçado. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-do-pcc/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- ABREU, Allan de. **Cocaína: a rota caipira.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- ADORNO, Sérgio. **Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 7, n. 17, p. 33-54, 2019.
- ADORNO, Luís. Uol. **Rota do tráfico: Rio Branco tem 7 homicídios em 3 horas e já soma 30 no ano.** 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/19/com-atrito-entre-faccoes-capital-do-acre-tem-30-homicidios-em-18-dias.htm>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção:[Homo Sacer, II, I].** Boitempo Editorial, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?.** Outra travessia, n. 5, p. 9-16, 2005.
- ALESSI, Gil; ROSSI, Marina. **Sindicato do Crime RN, a dissidência do PCC que hoje é seu inimigo mortal: facção local foi responsável em 2015 pela morte de alexandre teodósio, líder do pcc, dentro de presídio em natal.** Facção local foi responsável em 2015 pela morte de Alexandre Teodósio, líder do PCC, dentro de presídio em Natal. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/17/politica/1484672500_297788.html. Acesso em: 14 jun. 2023
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. **Estado-nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo.** Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 13, p. 9-26, 2020.
- AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime.** Editora Record, 2003.
- AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. **Violência e performance no chamado ‘novo cangaço’:** Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, p. 615-643, 2021.
- ARAÚJO, Glauco; TOMAZ, Kleber. (São Paulo). G1. **Integrante de facção é morto em ataque a tiros em frente a hotel em SP; veja vídeo: duas hóspedes do hotel foram feridas no ataque na zona leste. atiradores fugiram..** Duas hóspedes do hotel foram feridas no ataque na Zona Leste. Atiradores fugiram.. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/ataque-a-tiros-mata-1-e-deixa-2-feridas-em-frente-a-hotel-em-sp-veja-video.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BACKDI. **MC Dinho Da VP / Sujeito a Cacete / Respeita a Faixa / Lançamento 2022/**. Youtube, 29 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/E0hT914ZoTM>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BARREIRA, César. **Crimes de pistolagem e de mando**. 2014.

BARREIRA, César. **Pistoleiro ou vingador**: construção de trajetórias. Sociologias, n. 8, p. 52-83, 2002.

BARROS, Geová da Silva. **Filtragem racial**: a cor na seleção do suspeito. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 2, n. 1, 2008.

BECHARA, Victoria. **Facções criminosas levam o terror para dentro da Terra Indígena Yanomami**: banditismo do pcc e do comando vermelho desafia as autoridades como onda de violência. 2023. VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/faccoes-criminosas-levam-o-terror-para-dentro-da-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BIONDI, Karina. **A ética evangélica e o espírito do crime**. 26ª Reunião Brasileira de Sociologia, Goiânia. Anais da 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

BIONDI, Karina. **A lei de drogas na composição do Primeiro Comando da Capital**. In: RODRIGUES, Thiago; LABATE, Beatriz Caiuby. Política de drogas no Brasil: conflitos e alternativas. Campinas: Mercado de Letras, 2018a.

BIONDI, Karina. **Como descrever uma “onda”?** Uma abordagem metodológica para a etnografia de um movimento. Anuário Antropológico, v. 43, n. 2, p. 285-308, 2018b.

BIONDI, Karina. **Consumo de drogas na Política do PCC**. Coletivo dar, v. 14, n. 03, 2011.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. 2014. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. Editora Terceiro Nome, 2018c.

BIONDI, Karina. **O PCC**: da organização à ética. Etnografias em uma fronteira difusa, p. 23-34, 2013.

BIONDI, Karina. **Tecnologias de Gestão do Crime, Da Escola de Chicago à São Paulo do Século XXI**. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 26, 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Dados estatísticos do sistema penitenciário. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, 2000.

CARBONE, Silvia Maria. Justiceiros: agentes e vítimas da violência?. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 3, 2008.

CEPIK, Marco ; BORBA, Pedro. **Crime organizado, estado e segurança internacional**. Contexto Internacional [online]. 2011, v. 33, n. 2 [Acessado 24 Janeiro 2022] , pp. 375-405. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000200005>. Epub 27 Jul 2012. ISSN 1982-0240.

CUBAS, Viviane de Oliveira; ALVES, Renato; OLIVEIRA, André Rodrigues de. Tão diferentes e tão iguais: As percepções de policiais civis e militares de São Paulo sobre suas instituições. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, p. 801-825, 2021.

CORREIO DE CARAJÁS. **Grito de ordem PCC - CRAMA**. Youtube, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vJLZvImg5Vc>. Acesso em: 11 de jun. 2023.

DALAPOLA, Kaique. **Após festas de fim de ano, polícia faz operação para tirar faixas que ameaçavam ‘motociclistas bagunceiros’**: comunicado supostamente da facção criminosa pcc proibia “tirar de giro e chamar no grau nas comunidades, e os transgressores estariam “sujeitos a cacete”. Comunicado supostamente da facção criminosa PCC proibia “tirar de giro e chamar no grau” nas comunidades, e os transgressores estariam “sujeitos a cacete”. 2022. Ponte. Disponível em: <https://ponte.org/apos-festas-de-fim-de-ano-policia-faz-operacao-para-tirar-faixas-que-ameacam-motociclistas-bagunceiros/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DE ANDRADE, Flávio Eduardo. Linchamento: a punição como restituição da ordem. **Revista Sem Aspas**, p. 292-301, 2018.

DIAS, Camila Nunes. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **A prisão de Fuminho e os possíveis efeitos sobre as dinâmicas do PCC**: do ponto de vista econômico, há pouco impacto nos negócios do tráfico. mas pode haver uma alteração no núcleo de poder que há décadas concentra os processos decisórios do grupo. Do ponto de vista econômico, há pouco impacto nos negócios do tráfico. Mas pode haver uma alteração no núcleo de poder que há décadas concentra os processos decisórios do grupo. 2020. Fonte Segura. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-prisao-de-fuminho-e-os-possiveis-efeitos-sobre-as-dinamicas-do-pcc/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Práticas punitivas na prisão**: Institucionalização do ilegal e legalização do arbitrário. 32º Encontro Anual da Anpocs. 2008.

DIAS, Camila Nunes; BRITO, Josiane da Silva. **A privatização das prisões em duas perspectivas**: preso como mercadoria e gestão compartilhada com comandos. *Comciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, v. 188, 2017.

DIAS, Camila, *et al.* **A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012:** um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 9, n. 2, 2015.

DIAS, Camila Caldeira Nunes *et al.* **Serpentes Negras:** Fantasma das comissões de solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)? *Sociologias Plurais*, v. 2, n. 2e, 2019.

DIAS, Camila Nunes; GOMES, Mayara de Souza. **Notas sobre a tortura em um debate do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo.** *Sociologias*, v. 23, p. 326-354, 2021.

DIAMANTE, Fábio; CERANTULA, Robinson. SBT News. **Criptomoedas, lavagem de dinheiro e assassinatos:** entenda a "guerra" no PCC: série de mortes na maior facção criminosa do Brasil escancara esquema milionário. Série de mortes na maior facção criminosa do Brasil escancara esquema milionário. 2022. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/policia/197826-c>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DYNA, Eduardo Armando Medina. A constituição das políticas de segurança pública nos governos paulistas: uma análise do pêndulo entre repressão e “moderação”. **Perspectivas Sociais**, v. 8, n. 01, 2022.

DYNA, Eduardo Armando Medina. **As faces da mesma moeda:** Uma análise sobre as dimensões do Primeiro Comando da Capital. 2021a. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021. Cap. 5.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 04 de janeiro de 2022a, 48 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7049446807373499654?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021a, 8 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047253938818583814?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021b, 34 segundos. (Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047253938818583814?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006). Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021c, 8 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047135995099155718?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 30 de dezembro de 2021d, 43 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047325475957443845?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 30 de dezembro de 2021e, 12 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047551967845027077?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021f, 18 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047136763701136646?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021g, 11 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047136937596947717?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021h, 11 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047323874098269446?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 30 de dezembro de 2021i, 10 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047417265096035589?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 30 de dezembro de 2021j, 27 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047418926355025157?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 30 de dezembro de 2021k, 9 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047467872695635205?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 30 de dezembro de 2021l, 7 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047274068223003909?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021m, 15 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047323301571480837?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021n, 17 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047271700597198085?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

EMILIATO, Danilo 2021, **TIK TOK**, 29 de dezembro de 2021o, 19 segundos. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniloemiliato2021/video/7047210403171962117?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7264982432653248006. Acesso em data 22 de mar. de 2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. A política como violência. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 17, n. 2, p. 228-257, 2021.

FELTRAN, Gabriel. de Santis. **Crime e castigo na cidade**: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Caderno CRH, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Economias (i) lícitas no Brasil**: uma perspectiva etnográfica. etnográfica, v. 1, p. 2, 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Governo que produz crime, crime que produz governo**: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). **Rev. Bras. Segur. Pública**, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. Editora Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Manter a ordem nas periferias de São Paulo**: Coexistência de dispositivos normativos na ‘era PCC’. *Ilegalismos, cidade e política*, p. 100-125, 2012.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **O valor dos pobres**: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo, Cadernos CRH, v.27, n.72, 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, v. 30, p. 11-50, 2007.

FELTRAN, Gabriel; MOTTA, Luana. **Polícia e ladrão**. Uma abordagem etnográfica em pesquisa multimétodos Police and thief: an ethnographic approach to multi-method research Policía y ladrón: un enfoque etnográfico en investigación con múltiples métodos. v. 42, n. 1, p. 43-64, 2021.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Violência e modos de vida:" Os justiceiros". **Tempo Social**, v. 4, n. 1-2, p. 43-52, 1992.

FERREIRA, M. A. S. V.; FRAMMENTO, R. **Degradação da Paz no Norte do Brasil**: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019.

FILHO, Herculano Barreto. Uol. **Ataques no RN**: facção usa tática terrorista, enfrenta PCC e desafia Estado. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/15/facao-tatica-terrorista-enfr>

[enta-pcc-desafia-estado.htm](#). Acesso em: 14 jun. 2023.

FILHO, Herculano Barreto. **Faixa do PCC que proibia manobra de moto ficava a 600m de delegacia em SP**. 2021. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/27/faixa-pcc-proibicao-manobra-moto-600m-delegacia-sp.htm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FONSECA, Pedro Henrique. (São Paulo). Gazeta de São Paulo. **'Salve' do PCC ameaça quem participar de bailes ou compartilhar narguilé durante quarentena**: o homem que portava a mensagem foi preso em flagrante por tráfico, associação e por integrar o crime organizado. O homem que portava a mensagem foi preso em flagrante por tráfico, associação e por integrar o crime organizado. 2020. Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/noticias/salve-do-pcc-ameaca-quem-participar-de-bailes-ou-compartilhar-nargui/1070315/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. **Editora Graal**. São Paulo SP, 2009.

FOUCAULT, Michel.. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, v. 7, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAS, Ricardo. G1. **De Rafaat a Minotauro, entenda a guerra pelo tráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai**: pf afirma que ao menos 30 execuções na região de ponta porã (ms) e pedro juan caballero, no paraguai, estariam relacionadas à disputas pelo tráfico de drogas.. PF afirma que ao menos 30 execuções na região de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, estariam relacionadas à disputas pelo tráfico de drogas.. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/02/08/de-rafaat-a-minotauro-entenda-a-guerra-pelo-trafico-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2023.

G1 (São Paulo). **Em gravações, criminosos ordenam execução de policiais militares em SP**: pf, mp e polícia civil de sp investigam participação de facção nos crimes. conversas dos criminosos foram gravadas com autorização da justiça.. PF, MP e Polícia Civil de SP investigam participação de facção nos crimes. Conversas dos criminosos foram gravadas com autorização da Justiça.. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/10/em-gravacoes-criminosos-ordenam-execucao-de-policiais-militares-em-sp.html#:~:text=Foi%20em%20uma%20confer%C3%Aancia%20com,se%20cobra%20do%20mesmo%20modo%E2%80%9D>. Acesso em: 05 jun. 2023.

G1 (Rio Grande do Norte). G1. **Massacre de Alcaçuz**: quase 3 anos depois, número de mortos aumenta e 74 são indiciados por homicídios: investigadores também atualizaram número de vítimas, que passou de 26 para 27. massacre aconteceu em janeiro de 2017 no maior presídio do rio grande do norte.. Investigadores também atualizaram número de vítimas, que passou de 26 para 27. Massacre aconteceu em janeiro de 2017 no maior presídio do Rio Grande do Norte.. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/11/29/massacre-de-alcacuz-policia-conclui-inquerito-e-indicia-74-por-homicidio.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GENI; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados** - https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_v1.pdf?dimension1=no. 2021.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro, v. 34, 1995. Editora 34 LTDA.

HIDALGO, Rodrigo. Jornal da Band. **Polícia Civil estima que PCC tenha movimentado quase R\$ 3 bilhões**: investigação começou em junho de 2020 e descobriu método de lavagem de dinheiro da facção. Investigação começou em junho de 2020 e descobriu método de lavagem de dinheiro da facção. 2022. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/policia-civil-apreende-mais-de-r-1-milhao-de-facao-criminosa-em-sao-paulo-16566292>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JOZINO, Josmar. Uol. **Movimentação anual do PCC passa de R\$ 6 milhões para R\$ 1 bilhão em 15 anos**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/josmar-jozino/2020/10/30/movimentacao-financeira-do-pcc-aumentou-160-vezes-em-15-anos.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime. Editora Objetiva, 2017.

LIMA, William da Silva. **400 contra 1**: história do Comando Vermelho. 1991.

LONDRES. World Prison Brief. University of London. **Highest to Lowest - Prison Population Total**. 2023. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em: 21 jun. 2023.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 53-68, 2009.

MACHADO, Leandro. BBC Brasil. **A ascensão da Okaida, facção criminosa com 6 mil 'soldados' na Paraíba**: formada principalmente por jovens e adolescentes, a okaida conta com um 'exército' de cerca de 6 mil pessoas na paraíba. Formada principalmente por jovens e adolescentes, a Okaida conta com um 'exército' de cerca de 6 mil pessoas na Paraíba. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47942626>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Carandiru não é coisa do passado**: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. 2015. Biblioteca digital FGV.

MADEIRO, Carlos (Rio Grande do Norte). Uol. **Guerra de facções em Alcaçuz é por força, filiações e dinheiro**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/23/guerra-de-faccoes-por-alcacuz-e-por-forca-filiacoes-e-dinheiro.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia SA, 2018.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro**. Todavia, 2020.

MANSO, Bruno Paes. **Um debate sobre o PCC**: entrevista com Camila Nunes DIAS, Gabriel de Santis FELTRAN, Adalton MARQUES e Karina BIONDI. Revista de Antropologia da UFSCar, v. 1, n. 2, p. 154-175, 2009.

MARQUES, Adalton. **Crime e proceder**: um experimento antropológico. Alameda, 2014.

MARTINS, José de Souza. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 295-310, 1995.

MARTINS, José de Souza. Linchamento o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo social**, v. 8, n. 2, p. 11-26, 1996.

MARTINS, Caio Felipe Varela. **Molar e molecular**: o pensamento como ato criativo em Gilles Deleuze. 2017. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona editorial, 2017.

MC DINHO DA VP, MC Dinho da VP / OFICIAL. Sujeito a Cacete Lançamento 2022. Youtube, 28 de dez. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/ft2ATNjB2y8>. Acesso em: 13 de jan. de 2023.

MELLO NETO, David Maciel de. O que há de sociológico no crime organizado? Uma revisão do conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 475-496, 2021.

MINGARDI, Guaracy. **O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado**. Estudos Avançados [online]. 2007, v. 21, n. 61 [Acessado 24 Janeiro 2022], pp. 51-69. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300004>. Epub 11 Jun 2008. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300004>.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de sociologia e política**, 19(40). 2011.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, (79), 15-38. 2010a.

MISSE, Michel. **Trocas ilícitas e mercadorias políticas**: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. Anuário Antropológico, n. II, p. 89-107, 2010b.

MIX, Farra. **Em funk FDN conta detalhe do massacre em Manaus**. Youtube, 05 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Yq9cKCjaOk>.

Acesso em: 15 jun. 2023.

MOTTA, Luana; FELTRAN, Gabriel. **Fazer morrer e deixar morrer**: efeitos do COVID19 nas periferias urbanas/Making die and letting die: effects of COVID19 in urban peripheries. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, p. 427-433, 2020.

MOZKA OKD. **NOVA OKAIDA - SALVE PRA TODAS QUEBRADA QUE FECHAM COM A OKD - MC LUCENINHA** - (okd) 2022. Youtube, 15 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zhIbA0tKkDI>>. Acesso em: 02 de jul. 2023.

NASCIMENTO, Andréa Ana do. A corrupção policial em debate: Desvio e impunidade nas instituições policiais do Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 1, p. 64-82, 2017.

NESIMI, Mariana dos Santos; BOTELHO, Maurilio Lima. **Das Favelas às Prisões**: transformações na segregação urbana no Rio de Janeiro. 2020.

ONODERA, Iwi, *et al.* **Estado e violência**: um estudo sobre o massacre do Carandiru. 2007.

OSTRONOFF, Leonardo José; SALLA, Fernando Alonso. Entre o lícito e o ilícito: a dinâmica do roubo de cargas e suas zonas cinzentas. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 2, p. 228-239, 2020.

PAVÃO, Gabriela. (Mato Grosso do Sul). G1. **Depois de loja, empresa de traficante executado é atacada no Paraguai**: jorge rafaat foi morto em atentado com metralhadora ponto 50. nove pessoas foram presas após emboscada na quarta-feira (15).. Jorge Rafaat foi morto em atentado com metralhadora ponto 50. Nove pessoas foram presas após emboscada na quarta-feira (15).. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/depois-de-loja-empresa-de-trafficante-e-executado-e-atacada-no-paraguai.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PEREIRA, Thalita Cordeiro; DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Dinâmicas das Redes Criminais e as Políticas Públicas na Fronteira Brasil/Paraguai**: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, v. 4, n. 4, 2017.

PEREZ, Fabíola. UOL. **Bala na Cara, Antibala e Manos**: RS reúne o maior número de facções do país. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/28/bala-na-cara-antibala-e-manos-rs-reune-o-maior-numero-de-faccoes-do-pais.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias. Acesso em: 29 jul. 2023.

PEREZ, Fabíola. (São Paulo). UOL. **Garimpo, prostituição e pistas**: como agem PCC e CV na Terra Yanomami. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/05/16/garimpo-prostituicao-e-poucos-as-acoes-do-pcc-e-cv-na-terra-yanomami.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PPG SOCIO UFRGS. **Fronteiras e o crime organizado**. Youtube, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/live/Aee3YDqITBo?feature=share>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

RAMOS, Silvia et al. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

R7 (São Paulo). **Faixa ameaça motociclistas que fazem manobras**: 'Sujeito a cacete': alerta em favela de osasco diz que prática conhecida como 'chamar no grau' não será aceita. autoria é desconhecida. Alerta em favela de Osasco diz que prática conhecida como 'chamar no grau' não será aceita. Autoria é desconhecida. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/faixa-ameaca-motociclistas-que-fazem-manobras-sujeito-a-cacete-16112021>. Acesso em: 04 jul. 2023.

RESK, Felipe (São Paulo). Metrópoles. **PCC proíbe maconha sintética na Cracolândia porque atrapalha o tráfico**: segundo a polícia civil, pcc deu ordem contra venda de maconha sintética na cracolândia, porque efeitos colaterais atrapalhavam o tráfico. Segundo a Polícia Civil, PCC deu ordem contra venda de maconha sintética na Cracolândia, porque efeitos colaterais atrapalhavam o tráfico. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/pcc-proibe-maconha-sintetica-na-cracolandia-porque-atrapalha-o-trafico>. Acesso em: 31 jul. 2023.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais; trad. Maria do Rosário Gregolin, 2005.

RIZZI, Ricard Wagner. PCC — **Facções aliadas, inimigas e neutras**: listagem atualizadas das facções em guerra e em paz com a organização criminosa primeiro comando da capital. 2021. Disponível em: https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/2018/08/29/pcc-faccoes-aliadas-inimigas-neutras/#google_vignette. Acesso em: 20 jul. 2023.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RUOTTI, Caren. **Pretensão de legitimidade do PCC**: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. 2016. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2007.

SALLA, Fernando; TEIXEIRA, Alessandra. O crime organizado entre a criminologia e a sociologia: Limites interpretativos, possibilidades heurísticas. **Tempo Social**, v. 32, p. 147-171, 2020.

SANT'ANNA, Emilio. Instituto Socioambiental. **PCC atua como 'síndico do garimpo ilegal' em terra Yanomami**; área teve 13 mortes esta semana. 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/pcc-atua-como-sindico-do-garimpo-ilegal-e-m-terra-yanomami-area-teve-13-mortes-esta>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos. **“Okaida” e “Estados Unidos”, organizações criminosas**: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores**: política e segurança pública em São Paulo. Annablume Editora, 2018.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Mórula Editorial, 2020.

SILVA, Luiz Antonio Machado. A política na favela. *In*. MACHADO DA SILVA, L.A. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Violência urbana, segurança pública e favelas** - o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH - UFBA (impresso), v. 23, p. 283-300, 2010.

SOARES, Samara Sousa Diniz; STENGEL, Márcia. **Netnografia e a pesquisa científica na internet**. Psicologia USP, v. 32, p. e200066, 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, v. 32, p. 205-227, 2020.

SOUZA, Lídio. Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. **Análise Psicológica**, v. 17, n. 2, p. 327-338, 1999.

SOUZA, Marcos Moura e. (Belo Horizonte). Valor Econômico. **'Negócio' da droga dribla pandemia e sobrevive**: traficantes mantêm vendas para o exterior e adaptam a distribuição no mercado interno. Traficantes mantêm vendas para o exterior e adaptam a distribuição no mercado interno. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/22/negocio-da-droga-dribla-pandemia-e-sobrevive.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

STABILE, Arthur; CRUZ, Maria Tereza. Ponte. **Facção aliada ao PCC é responsável por 57 mortes em presídio de Altamira (PA)**: comando classe a promoveu ataque contra comando vermelho, que é maioria no Pará, onde 16 foram decapitados; especialista aponta que disputa por rota do tráfico é o que está em jogo. Comando Classe A promoveu ataque contra Comando Vermelho, que é maioria no Pará, onde 16 foram decapitados; especialista aponta que disputa por rota do tráfico é o que está em jogo. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/facciao-aliada-ao-pcc-e-responsavel-por-52-mortes-em-presidio-de-altamira-pa/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade**: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Argumentum, 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal**: anotações de um percurso de pesquisa. Serviço Social & Sociedade, p. 443-461, 2013.

TELLES, da Silva Vera. Pobreza e cidadania-Dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 6, n. 19, 1993.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas**: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. 2007.

TOCANTINS, Conexão. **Dário Kopenawa alerta para risco iminente de conflito de Yanomamis contra garimpeiros e PCC**. 2022. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2022/10/27/dario-kopenawa-alerta-para-risco-iminente-de-conflito-de-yanomamis-contr-garimpeiros-e-pcc>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TOMAZ, Kleber. (São Paulo). **14 cidades de SP têm faixas de facção ameaçando dar 'cacete' em motociclistas barulhentos em comunidades; polícia investiga**: advogado e policial explicam que as ameaças e agressões contra motociclistas são crime. vídeo mostra homem apanhando de quadrilha por empinar moto.. Advogado e policial explicam que as ameaças e agressões contra motociclistas são crime. Vídeo mostra homem apanhando de quadrilha por empinar moto.. 2022. G1. Disponível em: [14 cidades de SP têm faixas de facção ameaçando dar 'cacete' em motociclistas barulhentos em comunidades; polícia investiga | São Paulo | G1](#). Acesso em: 04 jul. 2023.

TOMAZ, Kleber (São Paulo). G1. **Morador de condomínio de luxo de SP suspeito de violência doméstica diz que ganha 'R\$ 300 mil' e xinga PM de 'lixo'**; veja vídeo. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/morador-de-condominio-de-luxo-de-sp-suspeito-de-violencia-domestica-e-detido-apos-ameacar-e-xingar-pm-de-lixo-veja-video.ghl>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza, São Paulo, Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

ZALUAR, Alba. Os medos na política de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 5-22, 2019.

ZOURABICHVILI, François; GOLDSTEIN, Víctor. **O vocabulário de Deleuze**. 2004. Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação. IFCH UNICAMP.